A detail from Raphael's fresco 'The School of Athens'. On the left, Plato stands, pointing his right index finger towards the sky. He is shirtless, with a white robe draped over his left shoulder. On the right, Aristotle sits on a stone ledge, gesturing with his right hand towards the earth. He is wearing a reddish-brown robe. Behind them, other figures are partially visible, including one holding a book.

# *a sephallus*

Volume V - Número 10  
maio a outubro de 2010

 **FAPERJ**  
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo  
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Revista do Núcleo Sephora  
de Pesquisa sobre o Moderno  
e o Contemporâneo / UFRJ

ISSN 1809 - 709 X

aSEPHallus  
REVISTA ELETRÔNICA DO NÚCLEO SEPHORA  
DE PESQUISA SOBRE O MODERNO E O CONTEMPORÂNEO  
Volume V, N. 10 – mai. a out./2010

SUMÁRIO

<u>Editorial</u> .....	09
Evidências do final de uma análise: testemunho, escrita, passe e nomeação Evidences of the ending of an analysis: testimony, writing, pass and naming Tania Coelho dos Santos	
<u>Artigo 1 / Seção clínica</u> .....	13
Ser mulher dói? Os impasses da sexuação na análise de uma mulher Does being a woman hurt? The impasses in the formation of sexual identity in a woman's analysis Maria Cristina da Cunha Antunes	
<u>Artigo 2</u> .....	23
Pela ex-sistência de um significante novo! Pour l' ex-sistence d'un signifiant nouveau! .....	32
For the ex-sistence of a new signifier! Tania Coelho dos Santos	
<u>Artigo 3</u> .....	41
De Irma a Emma: a solução do sonho na dissolução do sentido From Irma to Emma: the solution of the dream in the meaning's dissolution Antonio Teixeira	
<u>Artigo 4</u> .....	55
Literatura e Psicanálise: os escritos íntimos e a extimidade Literature and Psychoanalysis: intimate writing and extimité Márcia Rosa	
<u>Artigo 5</u> .....	67
A escrita do sintoma no tratamento analítico L'écriture du symptôme dans la cure analytique .....	86
Writing the symptom in an analytic treatment Marie-Hélène Blancard	
<u>Artigo 6</u> .....	104
Discurso do psicanalista: formalização do desejo do analista The psychoanalyst's speech: formalization of the analyst's desire Rosa Guedes Lopes	

<u>Artigo 7</u> .....	134
Contratransferência e desejo do analista: a transmissão de um sintoma analítico	
Counter-transference and the desire of the analyst: transmission of an analytical symptom	
Ana Carolina Borges Leão Martins	
<u>Artigo 8</u> .....	150
A psicanálise aplicada à terapêutica e a política da psicanálise hoje	
Psychoanalysis applied to therapeutics and politics of psychoanalysis nowadays	
Sérgio Laia	
<u>Atualidades 1</u> .....	162
Ditadura da homogeneidade ou direito ao gozo autista do sintoma?	
Dictature de l'homogénéité ou droit à la jouissance autistique du symptôme ? .....	
	169
Dictature of homogeneity or the right to an autistic enjoyment of the symptom?	
Tania Coelho dos Santos	
<u>Atualidades 2</u> .....	176
Precariedade do final da análise no século XXI e valor ético do testemunho analítico	
Précarité de la fin de l'analyse au XXI <sup>ème</sup> siècle et valeur éthique du témoignage analytique .....	
	180
The precariousness of the end of analysis in the twentieth century and the ethical value of the analytic testimony	
Clotilde Léguil	
<u>Tradução</u> .....	184
Haveria passe?	
Would there be a pass?	
Jacques-Alain Miller	
<u>Resenha</u> .....	194
DDA, TDAH... Nomeações sem sujeito	
ADD, ADHD... Names without a subject	
Rosa Guedes Lopes	
<u>Relatório de Gestão</u> .....	200
<u>Instruções aos Autores</u> .....	201

## aSEPHallus

Revista eletrônica do NÚCLEO SEPHORA  
de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo  
Volume V, N. 10 –mai. a out/2010

### EDITORA:

Tania Coelho dos Santos  
Coordenadora do Núcleo SEPHORA de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo

### EDITORES ASSOCIADOS:

Serge Maurice Cottet  
Prof. Dr. Titular do Département de Psychanalyse da Universidade de Paris VIII  
(Paris/França)

Ana Lydia Bezerra Santiago  
Profa. Dra. Adjunta do Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação, da  
Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (Belo Horizonte/MG)

Adriana Rubistein  
Professora da Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires (Buenos  
Aires/Argentina)

### CONSELHO EDITORIAL:

Alberto Murta  
Prof. Dr. Adjunto da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Espírito  
Santo/UFES (Vitória/ES)

Ana Beatriz Freire  
Profa Dra. do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de  
Psicologia, Departamento de Psicologia Geral e Experimental da Universidade Federal  
do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ)

Angélica Rachid Bastos Grinberg  
Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de  
Psicologia, Departamento de Psicologia Geral e Experimental da Universidade Federal  
do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ)

Daniela Sheinckman Chatelard  
Profa. Dra. Adjunta da Pós-graduação em Psicologia, da Faculdade de Psicologia, da  
Universidade de Brasília/UNB (Brasília/Distrito Federal)

Fernanda Costa Moura

Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Geral e Experimental da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ)

Hebe Tizio

Profa. Dra. da Faculdade de Educação, da Universidade de Barcelona (Barcelona/Espanha)

Heloísa Caldas

Profa. Dra. do Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ (Rio de Janeiro/RJ)

Iika Franco Ferrari

Profa. Dra. do Mestrado em Psicologia, da Faculdade de Psicologia, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC-MG (Belo Horizonte/MG)

Jésus Santiago

Prof. Dr. Adjunto do Mestrado em Filosofia e Psicanálise, da Faculdade de Psicologia, da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (Belo Horizonte/MG)

José Luis Gaglianone

Profissional autônomo

Doutor pelo Département de Psychanalyse, da Universidade de Paris VIII (Paris/França)

Leny Magalhães Mrech

Livre-docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo/USP (São Paulo/São Paulo)

Marcela Cruz de Castro Decourt

Profissional autônomo

Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ)

Márcia Maria Rosa Vieira

Coordenadora da Especialização em Psicologia da Faculdade de Psicologia, do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais/UNILESTE (Belo Horizonte/MG)

Márcia Mello de Lima

Profa. Dra. Adjunta do Programa de Pós-graduação em Pesquisa e Clínica em Psicanálise, do Instituto de Psicologia, do Departamento de Psicologia Clínica, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ (Rio de Janeiro/RJ)

Marcus André Vieira

Prof. Dr. Adjunto do Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica, da Faculdade de Psicologia, do Departamento de Psicologia Clínica, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-RJ (Rio de Janeiro/RJ)

Maria Angélica Teixeira

Profa. Dra. do Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica, da Faculdade de Psicologia, da Universidade Federal da Bahia/UFBA (Salvador/BA)

Maria Cristina da Cunha Antunes

Profa. Dra. da Faculdade de Psicologia da Universidade Estácio de Sá/UNESA (Rio de Janeiro/RJ)

Marie-Hélène Brousse

Profa. Dra. Maître de conférence, do Département de Psychanalyse da Universidade de Paris VIII (Paris/França)

Ram Avraham Mandil

Prof. do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (Belo Horizonte/MG)

Rosa Guedes Lopes

Profa. Dra. da Faculdade de Psicologia da Universidade Estácio de Sá/UNESA (Rio de Janeiro/RJ).

Sérgio Chagas de Laia

Prof. Dr. Titular da Faculdade de Ciências Humanas, da Fundação Mineira de Educação e Cultura/FUMEC (Belo Horizonte/MG)

Sílvia Elena Tendlarz

Doutora pelo Département de Psychanalyse, da Universidade de Paris VIII (Paris/França)

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Ana Lydía Bezerra Santiago  
Andréa Martello

#### COMISSÃO EXECUTIVA

Fabiana Mendes  
Marcela Cruz de Castro Decourt  
Rosa Guedes Lopes

#### EQUIPE DE TRADUÇÃO

Catarina Coelho dos Santos (inglês e francês)  
Flávia Lana Garcia de Oliveira (francês)  
Kátia Danemberg (francês)  
Lígia Gorini (francês)  
Marcelo Veras (francês)  
Maria Luíza Caldas (espanhol)  
Tania Coelho dos Santos (francês)

#### REVISÃO TÉCNICA

Tania Coelho dos Santos

REVISÃO DE PORTUGUÊS  
Catarina Coelho dos Santos

REVISÃO FINAL  
Rosa Guedes Lopes  
Fabiana Mendes

PROJETO GRÁFICO  
Vianapole Design e Comunicação Ltda.

#### FICHA CATALOGRÁFICA:

---

aSEPHallus / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. - VOLUME V, n. 10, (mai. a out. 2010). – Rio de Janeiro: Ed. Sephora, 2005- .

Semestral.

Modo de acesso: [http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero\\_10/index.htm](http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_10/index.htm)

ISSN 1809-709X

1. Psicanálise – Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo.

CDD 150.195

---

#### LINHA EDITORIAL

A revista aSEPHALLUS é uma publicação temática, semestral, de trabalhos originais nacionais ou estrangeiros que se enquadrem em alguma das seguintes categorias: relatos de pesquisa em psicanálise pura e aplicada, ensaios sobre a formação do psicanalista e do pesquisador em psicanálise, relatos de casos clínicos aprovados pelo comitê de ética da instituição de origem do pesquisador, resenhas e textos relativos a atualidade na área de teoria, clínica e política da psicanálise de orientação lacanianiana.

## PERIÓDICO INDEXADO NA BASE DE DADOS:

- QUALIS (Nacional B3) – [www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br)
- INDEX-PSI - [www.bvs-psi.org.br](http://www.bvs-psi.org.br)
- LILACS/BIREME – Literatura Latino-Americana e do Caribe das Ciências da Saúde, da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da Saúde - [www.bvs.br](http://www.bvs.br)

Esta revista é divulgada por meio eletrônico para todas as bibliotecas da Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia – ReBAP: <http://www.bvs-psi.org.br/rebap/telas/bibliotecas.htm>

Publicação financiada com recursos da FAPERJ.

HOMEPAGE: <http://www.nucleosephora.com/asephallus>

## NOMINATA:

O Conselho Editorial da REVISTA aSEPHallus agradece a contribuição dos seguintes professores doutores na qualidade de pareceristas:

Alberto Murta - UFES  
Anderson de Souza Sant' Anna - FUNDAÇÃO JOÃO CABRAL-MG  
Antônio Márcio Ribeiro Teixeira – UFMG  
Fernanda Costa Moura - UFRJ  
Fernanda Otoni de Barros - UFMG  
Glacy Gorski - UFPB  
Heloísa Caldas - UERJ  
Ilka Franco Ferrari – PUC-MG  
José Luís Gaglianone - PARIS VIII (França)  
Leny Magalhães Mrech -USP  
Lúcia Grossi dos Santos – FUMEC-MG  
Márcia Maria Vieira Rosa – CEFEM-MG  
Marcus André Vieira – PUC-RJ  
Maria Cecília Galletti Ferretti - USP  
Ram Avhram Mandil - Letras/UFMG  
Serge Maurice Cottet - PARIS VIII (França)  
Sérgio Chagas de Laia – FUMEC-UFMG

## **Evidências do final de uma análise: testemunho, escrita, passe e nomeação**

## **Evidences of the ending of an analysis: testimony, writing, pass and naming**

*Tania Coelho dos Santos*

O tema escolhido para esse número concerne ao aspecto mais essencial da experiência analítica: a conclusão. Como definir o saber do psicanalista - que orienta essa prática e sustenta seu ensino - se não nos balizarmos pelo que se alcança como efeito real de um processo analítico? Freud nos legou suas interrogações sobre os limites do término de uma análise. Teceu considerações acerca do que lhe parecia essencialmente incurável, o sintoma. Avançou que, deste ponto de vista, uma análise pode ser considerada interminável. Modesto, ele não esperava de alguém que foi analisado, muito mais do que a saúde banal de que gozam alguns indivíduos comuns. Servindo-se do caso de uma mulher, o artigo de Maria Cristina Antunes apresenta uma releitura deste tema, na perspectiva do último ensino de Lacan. O axioma lacaniano "não há relação sexual" enfatiza os impasses da sexualização e, por conseguinte, a redução ao ponto incurável do sintoma.

Lacan, diferentemente de Freud, cunhou o termo atravessamento do fantasma para designar o ponto limite onde toda a decifração do sintoma se esgota e o gozo nele incluído se esvazia. Neste número, contribuo também como autora do artigo "Ditadura da homogeneidade ou direito ao gozo autístico do sintoma". Provoco uma discussão sobre o tema, partindo do seguinte comentário de Miller (2009-09, aula 9): "Eis porque Lacan podia dizer: neste nível isso pode ser científico. Porque o sujeito era capaz de uma palavra esvaziada de gozo, em todo caso, esvaziada do fantasma e, por isso mesmo, do gozo, logo, ele podia testemunhar sobre o saber extraído do seu fantasma". Essa definição do final de análise fica um pouco aquém de outra que destaquei no artigo, publicado também nesse número: "Pelo advento de um significante novo!". Neste último, lembro que Lacan interpreta o "Sonho da injeção em Irma" como a própria invenção da psicanálise. Neste sonho, o significante *Trimetilamina*, nomeia a descoberta

freudiana da causa sexual das neuroses. Parafrazeio Miller (2002) e sugiro a seguinte fórmula: “O ser falante, S(~~A~~) que não encontra no Outro um significante que lhe corresponda, é o agente da voz. Ele é só, ímpar, sem Outro, novo. Ele ex-siste ao inconsciente e à cadeia de significantes”. A aposta de Lacan, ao final de seu ensino, vai mais além do atravessamento do fantasma. Ele convoca cada um a testemunhar perante a Escola sobre a fonte neurótica do desejo do analista, fazendo da escrita de seu *sinthoma* uma invenção significativa.

Antônio Teixeira em “De Irma a Emma: a solução do sonho na dissolução do sentido”, também retoma o já mencionado sonho inaugural da psicanálise, destacando que o saber psicanalítico constitui-se graças ao abandono da concepção do sexual pela via do sentido. Freud, neste sonho, formula uma “literalização” manifestamente “assemântica” do sexual, representada pela fórmula da trimetilamina. É por essa razão que Lacan declara que esse sonho realiza, faz uma passagem da suposição de saber feita a Fliess, à ex-sistência do inconsciente. Esse passo, como é possível perceber, constitui também o passe de Freud. A inauguração da psicanálise só pode ser contemporânea do nascimento do primeiro analista.

O passe é o dispositivo da Escola de Lacan que se propõe a verificar a passagem de analisando a analista ou do sintoma ao *sinthoma*. Uma conferência de Miller – que traduzimos<sup>1</sup> e republicamos<sup>2</sup> aqui - me pareceu provocar uma discussão e uma atualização acerca do que o júri do passe verifica: “Haveria um passe?”. Ele redefine assim sua função: “Digo com segurança, no tom da conversação, mas é uma referência a Lacan. Enunciar ‘o passe é uma performance, não uma competência’ tem muitas consequências.[...]Estamos portanto, necessariamente, em uma incerteza, visto que o passe não verifica a competência. É uma performance. Na ‘certeza antecipada’, é preciso acrescentar um aspecto, não eliminável para o passante, a saber, a aposta do passe, aposta que nunca se está certo de ganhar” (Miller, 2011).

Clotilde Leguil, em seu artigo intitulado: “Precariedade do final da análise no século XXI e valor ético do testemunho analítico”, ressalta o valor poético e demonstrativo do testemunho lá onde toda poesia e toda demonstração foram arruinados pela coisificação dos seres a serviço do mercado. Mas este valor ético se articula também à precariedade do fim da análise no século XXI. No momento em que não é mais questão de travessia do fantasma, nem de uma ultrapassagem que permitisse conceber o final da análise como um segundo nascimento, é questão de *sinthoma*, de gozo não negativizável,

de restos que jamais desaparecerão, de alguma coisa que se esvazia e se abrandava.

Em quê o testemunho do passante se distingue de uma autobiografia? Márcia Rosa, em “Literatura e psicanálise: os escritos íntimos e a intimidade”, se pergunta sobre como escrever e falar de intimidade. Não apenas da nossa intimidade — caso no qual a fala ou o escrito tem o caráter de ‘testemunho’, de ‘relato autobiográfico’ ou ‘autoficcional’ — mas também enquanto clínicos. Como falar e/ou escrever a partir da intimidade de nossos analisantes, situação na qual a fala ou escrita toma a designação de ‘relato’ ou ‘construção de caso clínico’?

Marie Hélène Blancard, em seu artigo intitulado: “A escrita do sintoma no tratamento analítico”, apresenta o sintoma como portador de uma mensagem e, portanto, de uma significação, que satisfaz ao mesmo tempo um gozo obscuro, refratário ao sentido. Se nós o amamos mais do que a nós mesmos é porque ele é nossa marca singular, dos primeiros traços linguageiros que marcam o corpo: a abordagem lacaniana do *sinthoma* dá conta desta positividade irreduzível. Porém, para desembaraçar o sintoma, a análise lança mão de palavras, de significantes, ou seja, de semblantes. Estes semblantes sobre os quais o sujeito neurótico se apóia são referências estáveis: o Nome-do-Pai, o falo e o objeto (a) formam um ternário que é também um tripé teórico.

O que remete àquilo que opera numa análise toda transformação possível. Rosa Guedes Lopes, em seu artigo intitulado: “Discurso do psicanalista: formalização do desejo do analista?”, interroga se o matema do discurso do analista substitui a noção de desejo do analista. Argumenta que o Outro mortificante do simbólico será redefinido, mais tarde, no último ensino de Lacan, como o campo onde o vivo é chamado à subjetividade; então, o Nome-do-Pai implica o ato de nomeação da causa (a) sexual do desejo. O matema do discurso do analista formaliza e atualiza a noção de desejo do analista. A operação de nomeação, vivifica o corpo e dele extrai o mais-de-gozar. Estas indicações se mostram muito pertinentes, como se poderá ler na resenha que esta mesma autora faz da coletânea de artigos intitulada: “DDA, TDAH..., nomeações sem sujeito”, onde se lê que: “A nomeação DDA-TDAH não diz nada sobre a conjuntura subjetiva, sobre a relação do sujeito com a aprendizagem ou sobre um corpo onde a função simbólica não executou bem o seu papel. A criança hiperativa padece de uma dificuldade na operação de separação que retorna no real de seu corpo como uma agitação maníaca tradutora da insuficiência da extração do objeto a.”

Ana Carolina Leão Martins Borges, em “Contratransferência e desejo do analista: transmissão de um sintoma analítico?”, prolonga a discussão deste tema, pois pretende discutir as relações entre a contratransferência e o desejo do analista em três situações distintas: no diálogo teórico entre Freud e Ferenczi, nos fragmentos da análise didática de Margareth Little com Ella Sharp e em três relatos do passe, tornados públicos por Geneviève Morel. Nas conclusões finais, sob as contribuições de Lacan, ela demonstra de que maneira o conceito de contratransferência “cede espaço à ideia de transmissão de um sintoma analítico”.

E, a guisa de conclusão, o artigo de Sérgio Laia sobre “A psicanálise aplicada à terapêutica e a política da psicanálise hoje”, esclarece, com base em referências históricas e de intervenção na cultura, o que se concebe como “psicanálise aplicada à terapêutica”, bem como demonstra por que essa aplicação, no que concerne à orientação lacaniana, é norteadada pela “psicanálise pura”, ou seja, por um comprometimento com a produção de um analista ao final de uma análise e com o futuro da psicanálise.

Agradecemos a todos os autores que prestigiaram este número da revista, testemunhando a favor da causa da psicanálise.

#### Nota

1. Trata-se do texto “Haveria passe?”, publicado aqui na Seção de Tradução.
2. Visto que a enviamos primeiro para o número 59 da Revista *Opção Lacaniana*.

#### Referências bibliográficas

MILLER, J.-A. (2002) Le dernier enseignement de Lacan, in La Cause freudienne, Revue de Psychanalyse, no. 51, Paris: Diffusions Navarin Seuil, 2002, p. 7-34. Publicado no Brasil: MILLER, J.-A. O último ensino de Lacan, in *Opção Lacaniana*, n. 35. SP: Edições Eólia, janeiro, 2004, p. 6-24.

MILLER, J.-A. (2008-09) Choses de Finesse dans la psychanalyse. Cours du Département de Psychanalyse Paris VIII, seção I e II. Inédite.

MILLER, J.-A. (2010). “Haveria passe?”, in *aSEPHallus*, n. 10, Volume IV, N. 10 – mai. a out./2010.

## Ser mulher dói? Os impasses da sexuação na análise de uma mulher

### Does being a woman hurt? The impasses in the formation of sexual identity in a woman's analysis

*Maria Cristina da Cunha Antunes*

Psicanalista

Doutorado em Teoria Psicanalítica / UFRJ

Membro da Associação Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo

Coordenadora do grupo de pesquisa sobre obesidade crônica e obesidade mórbida da Associação Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo

[crisantunes@superig.com.br](mailto:crisantunes@superig.com.br)

#### Resumo

A partir de um caso clínico, o artigo discute a direção da cura da análise de uma mulher sob a perspectiva do último ensino de Lacan. O axioma lacaniano "não há relação sexual" promove a ênfase da análise nos impasses do processo de sexuação e a redução ao ponto incurável do sintoma. O aspecto econômico se sobressai na medida em que esta orientação visa uma mudança na maneira do sujeito gozar do seu sintoma.

*Palavras-chave:* psicanálise, sexuação, sintoma, caso clínico, sintoma.

#### Abstract

From the point view of a clinical case, the article discusses the direction of the treatment in the analysis of a woman under the perspective of Lacan's final teaching. Lacan's axiom "there is no sexual relationship" promotes an emphasis in the analysis of the impasses in the process of constructing sexual identity and the reduction to the incurable point of the symptom. The economic aspect grows in importance as far as this orientation aims towards a change in the way that the subject enjoys his symptom

*Key words:* psychoanalysis, sexual identity construction, clinical case, symptom.

## Introdução

O *Seminário 20* marca uma inversão de perspectiva no ensino de Lacan. Esta inversão de paradigmas foi denominada o “último ensino de Lacan” (Miller, 1999). Para nosso propósito neste trabalho, exploraremos, brevemente, o axioma lacaniano fundamental dessa nova lógica: “não há relação sexual”.

Podemos explorar este axioma em três teses que são equivalentes:

1. Não há complementaridade entre os sexos. A diferença sexual é real e a parceria sexual só é possível por meio de um sintoma (Coelho dos Santos, 2009).
2. Há uma inadequação entre o real e o mental (Miller, 2008-09). Nesse sentido, o inconsciente é uma ficção sobre o real. Há uma disjunção entre inconsciente e real. Miller propõe uma distinção entre o inconsciente transferencial e o inconsciente real. O inconsciente transferencial seria a ficção, a verdade inconsciente que o sujeito constrói em função da inexistência da relação sexual. O inconsciente real, aparece no espaço de um lapso, enquanto vazio, ausência de sentido.
3. Não há primazia do simbólico sobre os outros registros. No último ensino de Lacan, os registros não estão articulados a priori. Isso significa dizer que o Outro não existe como ponto de partida ( $\mathbb{A}$ ). É o *fallasser* (aquele que fala) que produz um artifício (um sintoma) que enoda os registros e promove a consistência do Outro (A).

Esta perspectiva produz uma inflexão no conceito de sintoma. Como dissemos, este é o artifício que enlaça os registros, produzindo uma articulação onde não havia, necessariamente, nenhuma. Miller propõe que, no último ensino, Lacan amplia o conceito de sintoma ao incluir os restos referidos por Freud ao final da análise. Em “Análise terminável e interminável” (1937), Freud explora fenômenos clínicos que não cedem à interpretação e representam, deste ponto de vista, um obstáculo ao tratamento analítico. Estes fenômenos dizem respeito ao campo do gozo. Na última clínica, o conceito de sintoma é pensado a partir do modelo destes restos. O sintoma, portanto, comporta duas vertentes: uma vertente de mensagem ao Outro, que convoca a decifração, a interpretação e a vertente de gozo que é o modo do sujeito gozar da letra que o determina. Tomamos aqui como referência a noção de insígnia (S1,a) apresentada por

Miller no seu seminário *Os signos do gozo* (1986-87). O conceito de insígnia une significante e corpo. É a letra que vivifica o corpo e produz um modo de gozar desse corpo. A letra não é o significante. Este representa um sujeito para outro significante e está no campo da mensagem, do sentido do Outro ou do que apontamos como inconsciente transferencial. É o campo da palavra que reenvia sempre a uma outra significação. A letra diz respeito ao campo do escrito, ao campo do gozo, da compulsão à repetição. A letra não significa nada: ali isso goza e, como tal, dá-se a ver como “coisa” que goza de um corpo (Coelho dos Santos, 1999).

Pensar uma análise deste ponto de vista, significa que esta se orienta por um processo de redução: das ficções inconscientes até o ponto incurável de cada um, que não é possível fazer desaparecer. É o ponto que rateia que Freud nomeou como compulsão à repetição (1920). A questão que se coloca, a partir daí, é: numa teoria que inclui o incurável qual o destino da compulsão à repetição? Como se dá o final de análise, levando-se em conta esse princípio de que uma análise levada suficientemente longe promove o encontro com o incurável de cada um?

A primeira consequência a extrair desta orientação, é que uma análise opera uma disjunção entre o inconsciente e o real. O passo dado por Freud ao não acreditar mais na sua neurótica (“Carta 69”) inaugura a psicanálise. Neste ponto, Freud abandona a teoria da sedução - suposição de que o trauma sexual da histérica advinha de um acontecimento real – e descobre que o inconsciente tem uma estrutura de ficção. Esta, a realidade psíquica inconsciente, constitui a moldura da realidade. Penso que o término de uma análise envolve a repetição paradoxal do gesto freudiano: o final de uma análise ocorre quando um analisando não acredita mais na sua neurose que até então deu sentido à sua realidade.

Uma análise visa à demonstração do incurável de um sujeito. Da ficção inconsciente da qual um sujeito sofre, destaca-se, nomeia-se um objeto em torno do qual um circuito de gozo se repete. Esse objeto e o modo de gozar com ele é a mentira sobre o real, isto é, a maneira de responder à não relação sexual, de fazer consistir a relação com o Outro.

O final da análise é indicado pela elucidação da relação do sujeito com o seu gozo, ou seja, de como o sujeito mudou em relação ao que não muda, que é o seu modo de gozar. A mudança de posição do sujeito em relação ao seu modo de gozo deve produzir, ao final da análise, o surgimento de uma outra satisfação. O gozo, marcado pela inércia e pela fatalidade, na via da compulsão à repetição, pode ser absorvido pelo sujeito, incorporado ao seu

ser numa nova economia de gozo. Esse modo de gozar não é mais uma armadilha. Nesse ponto, se estabelece uma satisfação paradoxal: ser o mesmo e, paradoxalmente, poder fazer de modo diferente. O final da análise inaugura para o sujeito uma relação inédita entre ser e fazer: saber fazer com o seu *sinthoma*.

Miller propõe que esse é o status do gozo no último ensino de Lacan. Ele nomeia como gozo-satisfação o estabelecimento de uma homeostase superior: trata-se de um funcionamento que inclui o excesso, que o rotiniza e que Lacan chamou de *sinthoma* (Miller, 1999).

Como assinalamos acima, a direção de uma análise, pensada a partir do último ensino de Lacan, sustenta-se no axioma da inexistência da relação sexual. Isso significa que uma análise é orientada para extrair os efeitos, para um sujeito, do seu encontro com a diferença sexual, ou seja, com a castração.

A consequência a localizar dessa orientação é que homens e mulheres não respondem da mesma forma ao encontro com a diferença sexual e, portanto, não gozam da mesma maneira. Portanto, uma análise conduzida sob a égide do último ensino tem como orientação a lógica da sexuação que Lacan apresenta nas fórmulas da sexuação no *Seminário 20* (1972-73).

Coelho dos Santos (2009) aborda o último ensino de Lacan como uma segunda formalização da sexualidade sob o axioma “não há relação sexual”. Segunda ela, o ponto de partida agora é o gozo de *lalíngua*. Isto significa que o ser falante é um corpo vivo atravessado pela linguagem. *Lalíngua* aparelha o gozo do corpo, ou seja, aparelha o sujeito para gozar do corpo por meio de um *sinthoma*. Como apontamos, o *sinthoma* ( $S1,a$ ) é uma maneira de gozar do próprio corpo.

Coelho dos Santos esclarece que o real circunscreve-se ao mal entendido sobre os sexos. Como não há relação sexual, não há equivalência entre os sexos e, portanto, o real é sem lei (2009, p.19). Nesse sentido, entre um homem e uma mulher há, portanto, necessariamente, sintoma.

Ainda neste artigo, a autora enfatiza que, a partir das fórmulas da sexuação, o “mito do pai assassinado” que goza de todas as mulheres é um fantasma masculino. O pai considerado como exceção que interdita e submete todo homem é uma ficção inconsciente que tem sua experiência no órgão masculino aprisionado entre a tumescência e a detumescência (2009, p.20).

Do lado feminino, "A mulher não existe". Existem somente as mulheres. Isto significa dizer que não existe a exceção feminina, isto é, a mulher que causaria o desejo de todos os homens. Não há, portanto, a mulher modelo. Cada mulher é uma exceção.

A sexuação feminina se conduz sob duas coordenadas: a relação ao falo ( $\Phi$ ) e a  $S(\mathbb{A})$ . Em relação ao campo do falo, a sexuação feminina parte da posição de que a mulher não tem o falo. Freud (1932) apontou o essencial do desejo feminino: a reivindicação do falo. Nesse sentido, a mulher deseja o órgão que o falo simboliza e, ao localizar o falo no corpo do parceiro consente na posição de objeto a (objeto causa do desejo) para este homem.

Entretanto, para que este processo ocorra é preciso que o homem fale sobre o que ela é para ele, como objeto a (Coelho dos Santos, 2009, p. 20). Este gozo que depende da fala, das palavras de amor, é o verdadeiro amor sem limites. Este campo é formalizado por Lacan como o campo de  $S(\mathbb{A})$ . O amor, para Lacan, é o que Freud chamou de continente negro da feminilidade. O amor, segundo Coelho dos Santos (2006), é o nome da tendência feminina à devastação.

Dominique Laurent (2006) ensina, com o seu passe, a dupla vertente por onde se dá a análise de uma mulher: a relação ao falo (e ao pai) e a relação com  $S(\mathbb{A})$ . Do seu trabalho, podemos extrair que o essencial da análise de uma mulher no campo de gozo se passa em torno da relação com  $S(\mathbb{A})$ , ou seja, em relação ao amor sem limites. Este ponto diz respeito ao que Freud havia localizado como a relação primária, pré-edípica entre mãe e filha. Trata-se, segundo Coelho dos Santos, do "ponto de conjunção com o Outro, no qual a menina se oferece como objeto para emprestar consistência às queixas da outra mulher, sua mãe" (Coelho dos Santos, 2006, p. 12). Na análise de uma mulher, trata-se nomear o gozo feminino, separando a mulher da ambição nociva e desvairada de suplementar o que falta à outra mulher (Coelho dos Santos, 2006, p. 13).

Há, portanto, duas vertentes em jogo na análise de uma mulher:

- Trata-se de substituir o pai por um homem e consentir em ocupar o lugar de objeto a para ele. Isso envolve localizar no corpo de um homem o falo (conjunção falo-pênis) e, como tal, esse parceiro representar uma ancoragem da identificação ao ideal para a mulher.

- E de substituir a fantasia de completar uma outra mulher (a mãe) pela demanda autêntica de amor a um homem (Coelho dos Santos, 2006).

Retomando as coordenadas iniciais que apresentei, a fórmula de que a análise opera uma disjunção entre o inconsciente e o real só pode ser compreendida no campo do processo de sexuação. Como tentei demonstrar, no caso da análise de uma mulher, esta disjunção se dá em dois planos: segundo Lacan, a relação ao falo ( $\Phi$ ) e a relação a  $S(\mathbb{A})$  ou, em termos freudianos, a inveja do pênis e campo da feminilidade.

Passo agora a explorar uma vinheta clínica a partir da qual procuro explicitar esses dois momentos lógicos na análise de uma mulher.

O caso clínico:

*Primeiro tempo lógico: a relação ao falo e ao pai.*

Clarisse tem 50 anos, é casada e trabalha como profissional liberal. A sua primeira análise gira em torno da sua dificuldade em manter um relacionamento estável com um homem. Esta análise passa-se, basicamente, no âmbito dos avatares do complexo de Édipo, localizando a relação de Clarisse com seu pai e as conseqüências para sua sexualidade e para a sua vida afetiva com um parceiro. Apontada, desde cedo, como a filha preferida do pai, esta paciente logo escolheu os interesses, o significante-mestre de seu pai – o trabalho fora de casa – em detrimento da posição de sua mãe, que ela desprezava e desvalorizava. Sua mãe era dona de casa e renunciara à profissão. Por outro lado, seu pai tinha várias amantes, que Clarisse interpretava como preferidas em relação à sua mãe. Clarisse se localizou como a outra mulher, que está fora de casa, preferida do seu pai. Ao mesmo tempo, ela interpretou sua escolha como uma traição à mãe, colocando-a num impasse em relação ao seu destino como mulher. Envolvida na trama edípica, a sua sexualidade cai sob inibição durante a adolescência.

Na vida adulta, o lugar que ela encontra como mulher é o lugar da “outra” e vários relacionamentos seus são marcados por esse traço: ela se engaja em relações com homens comprometidos. Este é um sintoma que atende à sua rivalidade e culpas inconscientes em relação ao seu conflito edípico: ser a filha preferida assume o significado de ser a outra mulher que o pai preferia

à mãe. Esta primeira análise desata esse impasse, deslocando-a do lugar da outra mulher. Clarisse encontra um parceiro e se casa.

A análise permite que ela se extraia da relação triangular que ela compunha com o casal que eram seus pais. Ela se casa, localizando num homem o falo que ela deseja e consentindo em se tornar objeto causa do desejo desse homem. Pela primeira vez, ela é feliz com um homem.

### *Segundo tempo lógico: os restos da sexuação feminina – a feminilidade*

Durante esse período, um sintoma permaneceu intocado. Clarisse se torna “a salvadora” da família e, particularmente, de sua mãe. Esta adocece, passa a ter vários problemas orgânicos graves e Clarisse se dedica a cuidar dela. Aparece, aqui, nesse sintoma, a reivindicação fálica a que a paciente permanece fixada, através do lugar de salvadora. Ela é chamada a resolver todas as situações de conflito e dificuldades da família. Clarisse não se furta e dedica-se com afinco a esta tarefa. Outros aspectos da sua vida também são marcados por gestos de sacrifício e de superação. Um dia, Clarisse se queixa ao analista que está cansada e não entende porque tudo tem de ser tão difícil para ela. O analista lhe responde: “quem disse que tem de ser fácil?”. Meses depois, Clarisse interrompe a análise.

A nosso ver, o que permanece intocado nesse sintoma é a ignorância de Clarisse a respeito da sexualidade de seus pais como casal. Nesse ponto, ela se recusa a saber, ela provê a mãe do que supõe que seu pai não dá conta como homem. A resposta do analista toca lateralmente a questão. Do ponto de vista do inconsciente, Clarisse permanece no lugar da mulher de vida fácil, que sai para trabalhar, a outra, que interessava a seu pai. Dizer que tudo é difícil é ocultar que, para ela, a vida da mulher que trabalha fora é fácil e que, portanto, na sua fantasia, ela levaria uma vida melhor que a da mãe.

Passa alguns anos sem análise. Realiza uma série de cursos na sua área profissional que a fazem progredir na sua carreira. Todo este trabalho é colorido pelo tema do sacrifício e da sobrecarga. Durante este período sua mãe falece e Clarisse se cansa de “salvar” e de realizar tarefas difíceis.

Nesse momento, Clarisse cai: sente-se deprimida, sem vontade de fazer qualquer coisa, não sente mais entusiasmo pelo trabalho nem por qualquer

outra atividade. Tem vontade de abandonar tudo. Este estado de coisas motiva o início da sua segunda análise. O tema que a traz à análise é a perplexidade que se liga à pergunta que havia feito ao seu primeiro analista: por que a vida tem de ser difícil? É invadida pela angústia e pelo sentimento de que nada vale a pena. Passa o dia querendo voltar para casa e deitar. Reconhece esse sentimento de tristeza e de inutilidade como muito antigo e o liga à posição de sua mãe, diante do seu fracasso como mulher em relação ao seu pai.

Ela acredita que seu pai decepcionou sua mãe como homem. Decepção da qual sua mãe jamais se recuperaria. Dolorosamente, Clarisse circunscreve a posição de mulher da sua mãe: desgostosa, não há gosto na vida. A posição de mulher da sua mãe é extraída de uma frase de seu pai para ela: “você foi uma mártir em minhas mãos”.

Como resposta, solidária ao destino trágico de sua mãe, Clarisse se martiriza. A sua vida não pode ser fácil, ela não pode usufruir dela como mulher. Não se pode usufruir da vida como uma mulher honesta. Quem usufrui da vida é a outra, a “mulher de vida fácil”.

O sintoma de salvadora da família, trabalhadora incansável, como o pai, que envolvia uma certa dose de sacrifício, foi a sua resposta fálica que se coordena à face mortífera da sua não separação da mãe, entregue ao gozo do martírio. Face feroz da pulsão de morte que se exibia na acusação velada ao homem, na exigência de uma demanda de amor infinita.

Neste segundo tempo da análise, Clarisse extrai a equação da sua posição em relação à mulher que foi sua mãe. Como mulher, traída pelo marido, sua mãe é vista como tomada pela dor. Várias declinações dessa posição feminina surgem: sacrifício, martírio, tristeza, desolação. No ponto da não relação sexual desse casal, Clarisse interpreta com um sintoma: o imperativo que constitui a sua posição feminina é: entre um homem e uma mulher há dor. Como mulher, identificada ao objeto que, na sua interpretação, sua mãe foi, Clarisse se sacrifica, precisa ter uma vida difícil.

Esse imperativo superegótico é o que Freud denomina feminilidade no caso da mulher. É o resto da sexuação feminina, ou seja, a identificação de Clarisse ao objeto de gozo da mãe como mulher. No caso em questão, a mãe de Clarisse gozava com a dor. Esse foi o excesso em jogo na relação desse casal que o pai de Clarisse, como homem, fracassou em conter.

*Terceiro tempo lógico: a verdade mentirosa e o analista como parceiro-sinthoma.*

A análise localiza a verdade mentirosa constituída por Clarisse acerca do real, isto é, do mal entendido entre os sexos: identificada ao objeto dor, ela empresta consistência à união do casal que foram seus pais.

É importante ressaltar o elemento econômico deste caso. Clarisse se torna mais feliz na sua vida amorosa e bem sucedida na sua vida profissional e financeira (sexo e dinheiro, no discurso materno, foram a ruína da sua família). Nesse processo, a dor que se apresentava como sofrimento psíquico, desloca-se para o seu corpo. O objeto dor passeia por vários pontos do corpo de Clarisse surgindo inúmeras disfunções orgânicas. O seu parceiro-sinthoma é a dor. Clarisse se ocupa do seu corpo como antes se ocupava do corpo da mãe. Podemos dizer que, após a morte da mãe, torna-se evidente a identificação melancólica de Clarisse ao objeto dor que, neste caso, localiza a feminilidade.

Esta identificação é atualizada por Clarisse na sua parceria amorosa. No ponto de não relação sexual do casal, Clarisse sofre, se martiriza. O marido lhe dirige palavras grosseiras, é dado a alguns excessos verbais. Nesse ponto, Clarisse empresta consistência a esses ditos com seu sofrimento, atualizando o enunciado básico que define, para ela, o que é ser mulher: mulher sofre nas mãos de um homem.

Como analista, no lugar de parceiro-sinthoma, opero, na transferência, na seguinte posição: eu não acredito na dor. Lentamente, Clarisse faz uma disjunção entre o que o marido diz (seus excessos verbais) e o que ela ouve (o imperativo superegótico do martírio). Clarisse se desloca do lugar de sofredora. Pela primeira vez, recusa-se a ser martirizada pelo outro. Clarisse toma atitudes novas, inéditas, em relação às palavras grosseiras do marido. Isso tem como efeito uma contenção dos excessos do seu parceiro e abertura dele para os atos e as palavras de amor que ela reivindica.

Este é o ponto essencial desta análise. Clarisse inicia uma retificação da sua posição ao gozo mortífero ao qual estava submetida e relativiza o enunciado fundamental da sua existência como mulher: ser mulher dói. Ela não acredita mais na sua neurose. Neste ponto de disjunção entre a ficção inconsciente e o real, abre-se o "espaço de um lapso", um hiato, que possibilita, para ela, uma resposta inédita: amar não é sofrer.

## Referências bibliográficas

Ser mulher dói? Os impasses da sexualização na análise de uma mulher  
Maria Cristina da Cunha Antunes

COELHO DOS SANTOS, T. (1999) "As estruturas freudianas da psicose e sua reinvenção lacaniana". In: BIRMAN, J. (org.), Sobre a psicose. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999, p. 45-73.

COELHO DOS SANTOS, T. (2002). Paradigmas do último ensino de Lacan. Rio de Janeiro: Sephora/UFRJ. Disponível em [www.nucleosephora.com](http://www.nucleosephora.com) > Para ler Freud com Lacan.

COELHO DOS SANTOS, T. (2006) "O psicanalista é um sintoma", in *Latusa*, n. 11. Rio de Janeiro: EBP-RJ, 2006, p. 57-72.

COELHO DOS SANTOS, T. (2006) Notas de aula sobre a identificação ao sintoma. Aulas de 24/6/2006 e de 31/5/2006 sobre o final de análise e o dispositivo do passe.

COELHO DOS SANTOS, T. (2009) "Sobre a clínica da psicanálise de orientação lacaniana: dos impasses da sexualização à invenção do parceiro-sintoma", in *Ágora*. Rio de Janeiro: Contracapa, vol. XII, n.1, 2009, p. 10-25.

FREUD, S. (1897) "Carta 69", in *Obras completas*. Edição Standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, vol. I, 1970.

FREUD, S. (1920) "Além do princípio do prazer", in *Obras completas*. Edição Standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIX, 1970.

FREUD, S. (1932) "Feminilidade", in *Obras completas*. Edição Standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, vol. XXII, 1970.

FREUD, S. (1937) "Análise terminável e interminável", in *Obras completas*. Edição Standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, vol. XXIII, 1970.

LACAN, J. (1972-73). *O Seminário*, livro 20: mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1982.

LAURENT, D. "O sujeito e seus parceiros libidinais: do fantasma ao sintoma", in *aSEPHallus*, revista eletrônica do Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Ano 1, n. 2, mai-out/2006. Disponível em [http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero\\_02/index.htm](http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_02/index.htm)

MILLER, J.-A. (1986-87) *Los signos del goce*. Buenos Aires: Paidós, 1998.

MILLER, J.-A. (1999) "Os seis paradigmas do gozo", in *Opção Lacaniana*, n. 26/27. São Paulo: Eólia, p. 87-105.

MILLER, J.-A. (2008-09). *Chose de finesse en psychanalyse*. Cours du Département de Psychanalyse Paris VIII, seção I e II. Inédite.

Recebido em 17/08/2009. Aprovado em 04/01/2010.

Received in 08/17/2009. Accepted in 01/04/2010.

## **Pela ex-sistência de um significante novo!**

## **For the ex-sistence of a new signifier!**

*Tania Coelho dos Santos*

Pós-doutorado no Departamento de Psicanálise da Universidade de Paris VIII

Professora Associada Nível III no Programa de Pós-graduação em Teoria

Psicanalítica/UFRJ

Pesquisadora do CNPQ nível 1 C

Presidente da Associação Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o

contemporâneo

Psicanalista da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de Psicanálise

[taniacs@openlink.com.br](mailto:taniacs@openlink.com.br)

### Resumo

Nossa época sonha em maximizar o gozo útil. Caminha na superfície do gosto a mensuração generalizada. Medir, regulamentar, distribuir, homogeneizar cada gozo. Garantir o prazer seguro e dissolver cada mal-estar. Nós sustentamos uma prática de fala que se impõe cada vez mais por meio do conflito com os valores da cultura. Com que sonham os analistas lacanianos? Sonhamos em despertar nossos contemporâneos do sonho do blábláblá.

*Palavras-chave : gozo, mal-estar, avaliação, fala, psicanálise.*

### Abstract

Our times dream of maximizing the useful *jouissance*. What moves at surface of such a taste is the pleasure in general measuring. Measuring, regulating, distributing, homogenizing each enjoyment. Assuring the certain pleasure and dissolving any unwellness. We sustain a practice of speech that is imposing itself more and more by its conflict with cultural values. What do Lacan oriented analysts dream of anyway? We dream of waking our contemporaries up from the blabla.

Key words: enjoyment, unwellness, evaluation, word, psychoanalysis.

Com que sonham os analistas?

Nossa época sonha em maximizar o gozo útil. O que caminha na superfície do gosto é a mensuração generalizada. Medir, regulamentar, distribuir, homogeneizar cada gozo. Garantir o prazer seguro e dissolver cada mal estar. O desencantamento do mundo cresce, enquanto se esvaziam os poderes da palavra poética. Durante o século XIX, o sonho freudiano anunciava um futuro totalmente diferente. O desejo inconsciente, a outra cena e a censura são os nomes de um real até então desconhecido da ciência. Diferentemente, entre outras descobertas científicas, o laço entre a psicanálise e o desejo de seu criador não pode ser desenlaçado. Podemos colhê-lo *in statu nascendi*, por meio das imagens de seu “sonho da injeção em Irma”. Freud relata que Irma lhe mostra a garganta infectada pela difteria.

“Estávamos diretamente conscientes também da origem da infecção,... meu amigo Otto aplicara-lhe uma injeção de um preparado de propil, propilos... ácido propiônico... trimetilamina (eu via diante de mim a fórmula desse preparado em grossos caracteres)” (Freud, 1900, p. 115).

O significante *trimetilamina* é a resposta real à pergunta sobre a causa da neurose. Ele alude ao poder da sexualidade. Para Lacan, esse sonho interpreta o desejo de Freud<sup>1</sup> criando a psicanálise, que é o saber sobre a causa sexual da neurose. Esse sonho realiza, uma passagem da suposição à *ex-sistência*<sup>2</sup> (Solano, 2003). Efetua no real aquilo que Freud prometeu a si mesmo na casa onde teve esse sonho<sup>3</sup>: “nesta casa, em 24 de julho de 1895 o segredo dos sonhos foi revelado a Sigmund Freud.” O nascimento da psicanálise é um momento de triunfo da poesia sobre o cientificismo.

No primeiro tempo de seu retorno à Freud, Jacques Lacan adere ao sonho freudiano. Formaliza a prática psicanalítica revelando que os princípios do seu poder, bem como sua finalidade dependem da primazia que nela se concede ao significante, ao Nome-do-pai. Somente num tempo mais tardio de seu ensino, pode assinalar que a realidade psíquica, o inconsciente e o Complexo de Édipo nascem do que o “sonho freudiano” (Lacan, 1974-75) devia à religião. Essa nova interpretação do desejo freudiano deixa aparecer um

Pela *ex-sistência* de um significante novo!

Tania Coelho dos Santos

desejo propriamente lacaniano. Este desejo é testemunho do surgimento de um desejo propriamente lacaniano e pode-se verificar por meio da tese por excelência do seu ensino: a de que “não há relação sexual”. Estamos diante da ex-sistência de Lacan – a respeito da sua transferência com Freud.

São contemporâneas deste corte, a ruptura com a IPA e a introdução de um conceito novo, o de objeto *a*. Essa mudança de posição com relação ao inventor da psicanálise, nos legou como herança uma clínica do atravessamento da fantasia e uma concepção do final da análise como extração do objeto *a*. Jacques-Alain Miller vem elaborando, entretanto, uma nova tese sobre um “último ensino de Lacan”. O essencial, nesse período, é a resposta lacaniana à questão: “o que quer uma mulher?” (Lacan, 1972-73). Essa é a ocasião de uma notável inversão de perspectiva (Miller, 2002) em suas elucubrações sobre a clínica. Depois de formalizar o Complexo de Édipo freudiano, de construir as relações entre o objeto da fantasia e o significante, num salto surpreendente, Lacan nos ensina que a mulher não se reduz ao objeto *a* da fantasia sexual. O enigma freudiano da feminilidade – habitante anônimo de um “continente negro” - alcança uma formalização inédita (Lacan, 1974-75, p. 75). A feminilidade, em sua versão lacaniana, é uma experiência da sexualidade que obedece a uma lógica do não-todo, situando-se desta forma “mais além do Édipo”. Seu matema é  $S(\mathbb{A})$ .

Há, desde então, duas maneiras de fazer suplência à desproporção entre as palavras e as coisas, refiro-me à assim chamada inexistência da relação sexual. Do lado masculino, o parceiro do homem é o fantasma,  $\$ \diamond a$ , é com o inconsciente que ele faz amor. Do lado feminino, o Outro que responderia como parceiro não existe. A mulher fantasma com alguma coisa que faz obstáculo ao encontro. Seu parceiro é “sem limites”, é Deus. Do lado masculino, a castração é a condição da identificação de cada um à exceção, ao Nome-do-Pai, segundo uma lógica para-todos. Do lado feminino, não há exceção à castração, o real é sem lei. A mulher é não-toda. Dizer que a mulher não existe, é afirmar que ela não se constitui na dependência de uma identificação ao modelo. As mulheres, se contam uma à uma, e se chegam a fazer algum conjunto, ele é inconsistente e aberto.

Como a resposta lacaniana ao enigma da feminilidade renovou as clássicas questões kantianas? O que podemos saber, fazer e esperar de uma análise

quando orientada pela lógica do não todo? O que nos ensinam de novo essas respostas sobre os poderes do significante? Prolongar a reflexão lacaniana sobre a ética é essencial para continuar o debate sobre os princípios do poder da prática psicanalítica, mais além dos standards. Essa prática, que se limita à função e ao campo da palavra é da linguagem, é o analista quem a dirige. Lembro as palavras de Lacan:

“por isso é que o analista é menos livre em sua estratégia do que em sua tática. Prossigamos. O analista é ainda menos livre naquilo que domina a estratégia e a tática, ou seja, em sua política, onde ele faria melhor em sua falta-a-ser que em seu ser” (Lacan, 1958, p 589).

No campo da ética, Lacan fez, atuais, as respostas às questões kantianas essenciais (Lacan, 1974, parte VI). O que posso saber? O que devo fazer? O que me é permitido esperar? Como ele nos lembra, *o saber é suposto como o sujeito do inconsciente*. Logo, é uma questão de lógica, não posso saber nada que não tenha a estrutura da linguagem. Sua resposta, portanto, não repete a resposta kantiana. Não supõe ao homem a liberdade do celibato. O real, no discurso em que se articula o inconsciente, não se reduz à universalidade<sup>4</sup>, pois o real, quando é considerado apenas nessa vertente (Lacan, 1974, p. 541), paga o objeto causa desse discurso que é sempre singular. Assim, um analista *só pode fazer aquilo que faz*: extrair de sua prática uma *ética do Bem-dizer*. Considerando que o sujeito que fala, não é livre em suas relações com o objeto do seu desejo, trata-se de não deixá-lo abrir mão do seu desejo. E como toda a ética é relativa ao discurso que a sustenta, é obrigatório concluir que *“saber o que fazer”* é algo próprio ao discurso analítico. Da mesma forma, perguntar o que se pode esperar de uma análise é de certo modo tautológico. Só espera algo de uma análise quem já está comprometido *na transferência*, em relação ao sujeito suposto saber. Dizendo isto, Lacan conclui que não recomenda a análise aos canalhas, aos *non-dupes*<sup>5</sup>, aos que não supõem um saber ao Outro. Desta experiência não resultaria nada além de torná-los mais burros. Penso que o contrário é ainda mais problemático: uma análise pode fazer os burros se tornarem canalhas?

Depois de Lacan (1963), já não ignoramos que a moral kantiana e sua aspiração universalizante, o imperativo categórico, depende de um objeto

patológico: a voz na consciência. Recentemente, Jacques-Alain Miller (2003) fez uma descoberta esclarecedora sobre as quatro palavras em latim que encerram o comentário kantiano ao final do primeiro capítulo da *Crítica da Razão Prática*, acerca do imperativo categórico. São as seguintes: *sic volo, sic jubeo*<sup>6</sup>. Em sua pesquisa, Miller esclarece que encontrou essas palavras nas *Sátiras de Juvenal* – escritor satírico romano -, no capítulo VI, quando ele aborda as razões pelas quais um homem deve, ou não, se casar. Caso a caso, ele demonstra que não se deve casar com mulher alguma. As palavras, *hoc volo, hoc jubeo*, aparecem no momento em que ele advoga uma ética de celibato, que ele justifica baseando-se nos prejuízos que uma mulher causa a um homem. A tirania do capricho feminino é a fonte em que se inspira a voz do dever na consciência. Isso prova que a moral universalizante masculina - quando todos estão submetidos à castração – alimenta a sujeição ao supereu, e incita, por conseguinte, o gozo à transgressão. A voz, é o objeto patológico, o resto da Coisa (*das Ding*) que ressurge parcialmente sobre as espécies do gozo não-todo, o objeto *a*. Por isso, o discurso analítico promove o objeto *a*, voz, no lugar do agente, extraíndo o ser falante da sujeição ao supereu.

Quando Lacan lança uma resposta nova ao enigma da feminilidade e postula um outro gozo, o gozo do ser falante, não temos aí uma redefinição do campo do patológico? O sujeito determinado pelo simbólico, em que um significante o representa para outro significante, é sujeitado à voz. O ser falante,  $S(\mathbb{A})$  que não encontra no outro um significante que lhe corresponda, é o agente da voz. Ele é só, ímpar, sem Outro. Ele ex-siste ao inconsciente e à cadeia dos significantes. A voz do significante é causa de gozo, ele vivifica o corpo. Logo, além “onde isso fala, isso goza de língua”. O gozo d’apalavra não se dirige ao outro e não se oferece a nenhum diálogo. Contudo, quanto a essa nova patologia, necessitamos, todavia, distinguir os gozos que ela apalavra: o blábláblá e a poesia. O blábláblá reforça a tendência contemporânea ao relativismo, ao subjetivismo, ao psicologismo. Eu explico. O declínio da imago paterna se faz acompanhar do avanço das reivindicações a um igualitarismo democrático. O valor de verdade da palavra se esvazia. Quando todo mundo tem razão, toda razão se reduz à opinião. A experiência analítica arrisca-se, também ela, a reduzir-se a uma experiência literária, estética e puramente narrativa. O lugar do analista corre o risco de ser rebaixado ao de um avalista benevolente que se limita a sancionar: “assim é se lhe parece”. Gesto que

revela menos da ironia socrática, que se fazia guardião da coerência do Outro, do que da debilidade generalizada, própria à doença da mentalidade que afasta a contabilidade do gozo útil na cultura pós-moderna. O valor oracular do significante, reduzido á banalidade do blábláblá, esvazia-se, aprofundando-se o desencanto na civilização. Como nos servir do  $S(\mathbb{A})$ , de sua afinidade com a lógica do não-todo, com a experiência da inexistência do Outro, sem despencar no abismo das prática democráticas e intersubjetivas, nas reivindicações igualitárias ou no gozo do individualismo autista?

A pergunta então é: como a lógica do não-todo afeta os princípios do poder da cura analítica? Quais sejam: a ética e também a tática, a estratégia e a política do analista? A inversão de perspectiva<sup>7</sup> quanto aos efeitos do significante sobre o gozo (de mortificador a vivificante) soluciona o ponto que Freud não descobriu como ultrapassador: a identificação ao falo que limita a palavra e a relação entre os significantes. Em “Análise terminável e interminável”, Freud (1937) verifica que o falo e a castração funcionam como um rochedo intransponível. Ele precisa que esse é o obstáculo ao acesso à feminilidade. Resolver o enigma da feminilidade, responder à questão do “que quer uma mulher”, foi a via que Freud nos legou para avançar quanto ao que seja o final da análise. A lógica do não-todo, é um avanço na formalização do fim do processo analítico. Ela nos permite contrapor à identificação fálica, o gozo autista sem Outro. Numa análise, ela equivale ao descobrimento da universalidade da castração. Não há exceção. É o desastre do Outro. É a vacilação do falo e das posições sexuais masculina e femininas que lhe são correlativas: a ameaça de castração e o *Penisneid*. Como terminaria então uma análise? Na produção de um sujeito desidentificado, que verificou que todas as verdades são relativas e, finalmente, concluiu que não há nada neste mundo que não se reduza à pura ficção? Num sujeito que atravessou os véus de sua fantasia e agora sabe o que quer e com quê se satisfaz?

O matema  $(\mathbb{A})| \text{—} S$  é a tese de Miller (2002, p. 11) que escreve o que subsiste ao desastre do Outro, do encontro com  $\mathbb{A}$ , com a inexistência do sexual, com o Outro que não existe: “Eu inscrevo com esse significante a tese, a posição, a afirmação de que aquilo que se coloca fora do que acaba de desabar, aquilo que se coloca como resultado do que se anula e se apaga” (Miller, 2002, p. 11). O significante que se coloca fora desse Outro que acaba

de desabar é o significante da ex-sistência, um significante absoluto, que não é relativo à cadeia de onde se destacou. Este significante designa a posição do real e é correlativo do “Outro que não existe”. O esforço de Lacan em fundar uma ex-sistência, considerando o ensino recente de Miller, se renova no *Seminário XX*. O saber na cadeia significante é tão somente suposto. O sujeito aí é suposto saber. Nenhum analista verifica sua adequação à realidade externa. Ele nos recorda que Lacan recomenda, no início do seu ensino, que a análise deve fixar-se ao sujeito como suposto daquilo que ele diz. Ele precisa: “esta suposição não é uma ex-sistência”, seu símbolo é \$ (Ibid, p.13). Ainda, segundo Miller, Lacan pensou de várias maneiras ao longo do seu ensino, se é possível – partindo da suposição de saber – alcançar uma realização do sujeito, uma ex-sistência, algo do real.

Isso me leva a concluir que as diferentes formulações sobre o final de análise em Lacan foram diferentes maneiras de conceber esse saldo real da experiência analítica. A assunção da castração e a destituição subjetiva, a lógica da fantasia e a invenção do objeto *a* foram, em seu tempo, modos de pensar a passagem da suposição à existência. No seu último ensino, o real sem lei e fora do sentido são uma nova maneira de pensar o final da análise e a ex-sistência. O percurso de uma análise, a destituição do sentido, produz como efeito do significante um real que se sustenta de si mesmo. Fora do Outro, o *ser falante*, como significante, é sem lei, ele é real. De tal modo, a interpretação do analista não é a palavra que revela apenas a verdade. O essencial é que a contingência de seu ato seja um *savoir faire* (*techné*) que participa da criação (*poiesis*), ou da produção da verdade que só pode ser meio-dita.

As condições éticas tanto dademanda, quanto do exercício da psicanálise no mundo globalizado, nos obrigam a fazer a aposta na potência de tomar o ser falante como ex-sistência, como real. É necessário restaurar a potência da palavra, quando se aprofunda a inconsistência do Outro com seus comitês de ética (Laurent & Miller, 1996-97) e o esvaziamento de toda palavra oracular (Miller, 2002-03), ameaçam afogar a experiência da palavra na reciprocidade do diálogo e na simetria da relação intersubjetiva. O laço analítico necessita restabelecer o valor da assimetria simbólica. Ele enfrenta o declínio da organização edípica e o avanço do discurso da ciência e de seus aparatos de gestão de saúde mental e do mal-estar (Miller & Milner, 2004), que parecem

Pela ex-sistência de um significante novo!

Tania Coelho dos Santos

prometer um estado generalizado de des-responsabilidade do ser falante. Observamos hoje uma banalização massiva da palavra. Isto nos exige uma fidelidade renovada aos princípios de seu poder. Como Lacan bem formulou: “que a isso renuncie, principalmente, aquele que não consegue incluir em seu horizonte a subjetividade de sua época” (Lacan 1953, p. 321). Sustentamos uma prática da palavra, que sabemos ser cada vez mais conflitante com os valores da cultura. Com que sonham os analistas lacanianos? Sonhamos poder despertar nossos contemporâneos do sonho do blábláblá.

Tradução do original em espanhol: Maria Luiza Caldas.

### Notes

1. Segundo Solano (2003): interpretar, na sua versão poética, é a arte ou a produção do artesão.
2. Segundo Solano (2003), a interpretação em sua vertente poética é a causa da passagem da não- existência à existência.
3. Carta a Fliess, número 137, de 12/06/1900, número 137. “Você supõe, escreve a Fliess, que algum dia uma placa de mármore será colocada na casa, inscrita com essas palavras...” (Freud, 1887-1904, p. 418).
4. Como demonstramos antes, o real reduzido à universalidade da lei, se confunde com o lugar de exceção do pai morto.
5. Os que não creem nos semblantes.
6. Assim desejo, assim ordeno.
7. O termo “inversão de perspectiva” foi introduzido por JAM como a essência do sexto paradigma lacaniano do gozo (Miller, 1999, p. 24-29)

### Referências bibliográficas

FREUD, S. (1887-1904) Carta do dia 12/06/1900, in A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess. Rio de Janeiro: Imago Ed., p. 418-419.

FREUD, S. (1900) “A Interpretação dos Sonhos”, in ESB. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1972.

FREUD, S. (1937) “Análise terminável e interminável”, in ESB. Rio de Janeiro: Imago, 1977, Vol. XXIII.

LACAN, J. (1953) "Fonction et champ e la parole et du langage", in *Écrits*, Paris: Seuil, 1966, p. 237-322.

LACAN, J. (1958) "La direction de la cure analytique et les principes de sont pouvoir", in *Ecrits*. Paris: Seuil, 1966 p. 585-645.

LACAN, J. (1963) "Kant avec Sade", in: *Écrits*. Paris: Éditions du Seuil, 1966, p. 765-792, p. 765-790.

LACAN, J. (1972/73) *Le Seminaire*, livre XX: *Encore*, Paris: Seuil.

LACAN, J. (1973/74) *Le Seminaire*, livre XXI: *Les non-dupes errent*, inédite.

LACAN, J. (1974) "Télévision", in *Autres Ecrits*. Paris: Seuil, 2002, p. 509-545.

LACAN, J. (1974-75). *O Seminário*, livro 22: RSI. Inédito.

MILLER, J.-A. (1999) "Les six paradigmes de la jouissance", in *La Cause Freudienne*, n. 43, Paris: Diffusion Navarrin Seuil, 1999, p. 24-29.

MILLER, J.-A. (2001). "L'ex-sistence", in *La Cause Freudienne*, n. 50. Paris: Diffusion Navarrin Seuil, fev, 2002, p. 7-25. Publicado em português: MILLER, J.-A. (2001). *A ex-sistência*, in *Opção Lacaniana*, n. 33. SP: Eólia, junho/2002, p. 8-21.

MILLER, J.-A. (2002) "Le dernier enseignement de Lacan", in *La Cause freudienne*, *Revue de Psychanalyse*, no. 51, Paris: Diffusions Navarin Seuil, 2002, p. 7-34. Publicado no Brasil: Miller, J.-A. *O último ensino de Lacan*, in *Opção Lacaniana*, n. 35. SP: Edições Eólia, janeiro, 2004, p. 6-24.

MILLER, J.-A. (2003) "Une incroyable exaltacion", in *Lakant*, Paris: Collection Huysman, Dif. Navarin Seuil, p. 27-42.

MILLER, J.-A.; LAURENT, É. (1996-97) *L' Autre qui n'existe pas et ses comités d'éthique*. Inédite.

MILLER, J.-A (2002-03) *Un effort de poèsie*. Cours du Département de Psychanalyse Paris VIII, seção I e II. Inédite.

MILLER, J.-A.; MILNER, J.-C. (2004) *Évaluation, Entretiens sur une machine d'imposture*, Paris: Agalma Ed.

SOLANO, E. (2003) "La poiesis analytique", in *Papers do Comitê de Ação da Escol@ Un@*, reçu via la liste de diffusion électronique réservée aux membres de l'Association Mondiale de Psychanalyse, numero 4, mars, 2003, p. 8-10.

Recebido em 24/09/2010; aceito em 02/10/2010.  
Received in 09/24/2010; accepted in 10/02/2010.

Pela ex-sistência de um significante novo!

Tania Coelho dos Santos

## Pour l' ex-sistence d'un signifiant nouveau! For the ex-sistence of a new signifier!

Tania Coelho dos Santos

Post-doctorat au Département de Psychanalyse à Paris VIII  
Professeure Associée niveau II au Troisième Cycle en Théorie Psychanalytique  
Chercheuse au CNPQ niveau 1 C  
Présidente de l'Association Sephora pour la recherche sur le moderne et  
contemporain  
Psychanalyste de l'École Brésilienne de Psychanalyse et de l'Association Mondiale  
de Psychanalyse  
[taniacs@openlink.com.br](mailto:taniacs@openlink.com.br)

### Resumé

Notre époque rêve de maximiser la jouissance utile. Ce qui chemine à la surface du goût est la mensuration généralisée. Mesurer, régler, distribuer, homogénéiser chaque jouissance. Garantir le plaisir assuré et dissoudre chaque malaise. Nous soutenons une pratique de parole qui s'impose de plus en plus par le conflit avec les valeurs de la culture. De quoi rêvent, alors, les analystes lacaniens? Nous rêvons de réveiller nos contemporains du rêve du bla-bla.

Mots clé: jouissance, malaise, évaluation, parole, psychanalyse.

### Abstract

Our times dream of maximizing the useful *jouissance*. What moves at surface of such a taste is the pleasure in general measuring. Measuring, regulating, distributing, homogenizing each enjoyment. Assuring the certain pleasure and dissolving any unwellness. We sustain a practice of speech that is imposing itself more and more by its conflict with cultural values. What do Lacan oriented analysts dream of anyway? We dream of waking our contemporaries up from the blabla.

Key words: enjoyment, unwellness, evaluation, word, psychoanalysis.

De quoi rêvent les analystes?

Notre époque rêve de maximiser la jouissance utile. Ce qui chemine à la surface du goût est la mensuration généralisée. Mesurer, régler, distribuer, homogénéiser chaque jouissance. Garantir le plaisir assuré et dissoudre chaque malaise. Le désenchantement du monde croît, pendant que s'évident les pouvoirs de la parole poétique. Durant le XIX<sup>e</sup> siècle, le rêve freudien annonçait un futur tout autre. Le désir inconscient, l'autre scène et la censure sont les noms d'un réel jusque là inconnu de la science. Autrement, parmi tant d'autres découvertes scientifiques, le lien entre la psychanalyse et le désir de son créateur n'est pas dénouable. Nous pouvons le cueillir *in statu nascendi*, parmi les images du "rêve de la piqûre en Irma". Freud raconte qu'Irma lui montre sa gorge infectée par la *dyphtérie*.

"Nous étions directement conscients aussi de l'origine de l'infection... mon ami Otto lui avait appliqué une piqûre d'un mélange propyl, propyles... acide propionique... triméthylamine (je voyais devant moi la formule de ce mélange en gros caractères)"  
(Freud, 1900, p. 115)

Le signifiant *triméthylamine* est la réponse réelle sur la cause de la névrose. Il fait allusion au pouvoir de la sexualité. Selon Lacan, ce rêve interprète le désir de Freud<sup>1</sup> en créant la psychanalyse, c'est à dire le savoir sur la cause sexuelle de la névrose. Ce rêve réalise, fait le passage de la supposition à l'existence<sup>2</sup> (Solano, 2003). Il effectue dans le réel ce que Freud a promis à soi-même, dans la maison où il a fait ce rêve<sup>3</sup>: "dans cette maison, le 24 juillet 1895, le secret des rêves a été révélé à Sigmund Freud" (Freud, 1887-1904, p. 418-419). La naissance de la psychanalyse est un moment de triomphe de la poésie sur le scientisme.

Pendant le premier temps de son retour à Freud, Jacques Lacan adhère au rêve freudien. Il formalise la pratique psychanalytique, en révélant que les principes de son pouvoir, autant que sa finalité, dépendent de ce qu'on concède la première place au signifiant, au Nom du Père. Seulement, quelques temps plus tard son enseignement est venu souligner ce que la réalité psychique, l'inconscient et le Complexe d'Oedipe doivent au rapport

du "rêve freudien" (Lacan, 1974-75) à la religion. Cette nouvelle interprétation du désir freudien laisse entrevoir un désir proprement lacanien. Ce désir, le réveil de Lacan, viendra s'affirmer comme la thèse par excellence de son enseignement: "il n'y a pas de relation sexuelle." L'existence de Lacan – par rapport au transfert à Freud.

Sont contemporaines de cette coupure, la rupture avec l'IPA, et l'introduction d'un concept nouveau, celui d'objet *a*. Ce changement de position par rapport à l'inventeur de la psychanalyse nous a légué une clinique de la traversée du phantasme et une conception de la fin de l'analyse comme le détachement de l'objet *a*. Jacques Alain-Miller vient d'élaborer, néanmoins, une nouvelle thèse sur le "dernier enseignement de Lacan". L'essentiel, dans cette période c'est la réponse lacanienne à la question: "que veut une femme?" (Lacan, 1972-73). Elle est l'occasion d'une notable inversion de perspective (Miller, 2002) dans ses élucubrations sur la clinique. Après avoir formalisé le Complexe d'Oedipe freudien par la métaphore, et d'avoir construit les relations entre l'objet du phantasme et le signifiant, dans un saut surprenant, Lacan nous enseigne que la femme ne se réduit à l'objet *a* de la fantasie sexuelle. L'enigme freudien de la féminité - habitant anonyme d'un "continent noir" – attend une formalisation inédite (Lacan, 1974-75, p. 75). La féminité, dans sa version lacanienne, est une expérience de la sexualité qui obéit à une logique du pas-tout et que se loge, de cette façon, "au delà de l'Oedipe". Son mathème est  $S(\mathbb{A})$ .

Depuis lors, il y a deux façons de faire suppléance à la disproportion entre les paroles et les choses, la dite inexistence de la relation sexuelle. Du côté masculin, le partenaire de l'homme est le phantasme -  $\$ \diamond a$  -, c'est à son inconscient qu'il fait l'amour. Du côté féminin, l'Autre qui répondrait comme partenaire n'existe pas. La femme phantasme de ce qui fait obstacle à la rencontre. Son partenaire est "sans limites", est Dieu. Du côté masculin, la castration est la condition de l'identification de chacun à l'exception, le Nom du père, selon une logique pour-tous. Du côté féminin, il n'y a pas de exception à la castration, le réel est sans loi. La femme est pas-toute. Dire que la femme n'existe pas c'est affirmer que elle ne se constitue pas par l'identification au modèle. Les femmes se comptent une à une, et si jamais elles arrivent à faire un ensemble, il est inconsistant et ouvert.

Comment la réponse lacanienne à l'enigme de la féminité vient renouveler les questions kantienues classiques? Que pouvons nous savoir, faire et

espérer d'après une analyse, si elle est présidée par la logique du pas-tout? Qu'est-ce que ces réponses nous enseignent de nouveau sur les pouvoirs du signifiant? Prolonger la réflexion lacanienne sur l'éthique est essentiel à la poursuite du débat sur les principes du pouvoir de la pratique psychanalytique au delà des standards. Cette pratique, qui se limite à la fonction et au champ de la parole et du langage, c'est l'analyste qui la dirige. Je rappelle les paroles de Lacan,

“voilà pourquoi l'analyste est moins libre dans sa stratégie qu'en sa tactique. Alons plus loin. L'analyste est moins libre encore en ce qui domine sa stratégie et sa tactique, à savoir: sa politique, où il ferait mieux de se repérer sur son manque-à-être que sur son être” (Lacan, 1958, p 589).

Dans le champ de l'éthique Lacan a renouvelé les réponses aux questions kantienne essentielles (Lacan, 1974, partie VI). Que puis-je savoir? Que dois-je faire? Qu'est qu'il m'est permis d'espérer? Il nous rappelle que le savoir est supposé être le sujet de l'inconscient. Donc, c'est une question de logique, je ne peux rien savoir qui ne soit pas structuré comme langage. Sa réponse, pourtant, ne répète pas la réponse kantienne. Ne suppose pas à l'homme la liberté du célibataire. Le réel, dans le discours dans lequel s'articule l'inconscient, ne peut pas se réduire à universalité<sup>4</sup>, car le réel quand on le considère seulement dans ce versant (Lacan, 1974, p. 541), efface l'objet cause de ce discours qui est toujours singulier. Il s'ensuit, “qu'un analyste ne peut faire que ce qu'il fait: extraire de sa pratique une éthique du Bien dire.” En considérant que le sujet qui parle n'est pas libre dans ses relations à l'objet de son désir, il s'agit de ne pas le laisser s'en défaire. Et comme toute éthique est relative au discours qui la soutient, il est obligatoire de conclure que “savoir quoi faire” est propre au discours de l'analyste. Ainsi, ce qu'on peut espérer d'une analyse est d'une certaine façon tautologique. N'attends quelque chose d'une analyse que celui qui est déjà engagé dans le transfert, dans une relation au sujet supposé savoir. Cela dit, Lacan conclue, qu'il ne recommande pas l'analyse aux canailles, aux *non-dupes* (Lacan, 1973-74), à ceux qui ne supposent pas du savoir à l'Autre. De cette expérience, n'en résulterait rien plus que de les rendre plus bêtes. Le contraire serait il encore plus problématique: une analyse peut-elle rendre canailles les imbéciles?

Après Lacan (1963), nous n'ignorons plus que la morale kantienne et son aspiration universalisante, l'impératif catégorique, dépende d'un objet

pathologique: la voix dans la conscience. Récemment, Miller (2003) a fait une découverte éclairante au sujet de cet impératif. Il a remarqué les quatre paroles du latin que finissent le commentaire kantien - au bout du premier chapitre de la *Critique de La Raison Pratique* - *sic volo, sic jubeo*<sup>5</sup>. Dans sa recherche, Miller explique qu'il a trouvé ces paroles dans les *Satires de Juvenal* (chapitre VI) – écrivain satirique roman – quand il aborde les raisons pour lesquelles un homme doit ou pas se marier. Cas à cas, il démontre qu'on ne doit se marier à aucune femme. Les paroles, *hoc volo, hoc jubeo*, apparaissent au moment où il défend une éthique de célibataire, qu'il justifie en se basant sur les préjugés qu'une femme peut porter à un homme. La tyrannie du caprice féminin est la source dans laquelle s'inspire la voix du devoir dans la conscience. Ceci prouve que la morale universalisante masculine – quand ils sont tous soumis à la castration – nourrit l'assujettissement au surmoi, au même temps qu'incite la jouissance dans la transgression. La voix est l'objet pathologique, reste de la Chose (*das Ding*) qui ressurgit partialisée sous les espèces de la jouissance pas-toute, l'objet *a*. Pour cette raison le discours analytique, emmène la voix comme objet *a* à la place de l'agent, en extrayant le parlêtre de l'assujettissement au surmoi.

Quand Lacan lance une réponse nouvelle à l'enigme de la féminité, il postule cette autre jouissance, la jouissance du parlêtre. N'avons nous pas ici une redéfinition du champ du pathologique? Le sujet déterminé par le symbolique, qu'un signifiant représente pour un autre signifiant est *assujetti* à la voix. Le parlêtre,  $S(\mathbb{A})$  que ne trouve dans l'Autre un signifiant qui lui correspond, est *l'agent de la voix*. Il est seul, impair, sans Autre, nouveau. Il ex-siste à l'inconscient et à la chaîne des signifiants. La voix du signifiant nouveau est la cause de la jouissance, elle vivifie le corps. Donc, là où ça parle ça jouit de la langue. La jouissance de l'apparole ne se dirige pas à l'Autre et n'engage aucun dialogue. Pourtant, quant à cette nouvelle pathologie, nous devons encore distinguer les jouissances qu'elle apparole: le bla-bla et la poésie. Le bla-bla renforce la tendance contemporaine au relativisme, au subjectivisme, au psychologisme. J'explique. Le déclin de l' *imago* paternel se fait accompagner de l'avancée des revendications d'égalitarisme démocratique. La valeur de la vérité s'évanouit; quand tout le monde a raison, toute raison se réduit à une opinion. L'expérience analytique risque de se réduire, elle aussi, à une expérience littéraire, esthétique et purement narrative. La place de l'analyste risque d'être ravalée à celle de ce qui donne son aval bienveillant et qui se limite à sanctionner: "si vous voulez...". Geste qui relève moins de l'ironie

socratique - qui se faisait gardienne de la cohérence de l'Autre - que de la débilité généralisée, propre à la maladie de la mentalité. Pathologie qui châtie la comptabilité de la jouissance utile dans la culture post-moderne. La valeur oraculaire du signifiant réduite à la banalité du bla-bla, s'évide, approfondissant le désenchantement dans la civilisation. Comment nous servir du  $S(\mathbb{A})$ , de son affinité à la logique du pas-tout et à l'expérience de l'inexistence de l'Autre sans tomber dans l'abîme des pratiques démocratiques et intersubjectives dont témoignent les revendications égalitaires et la jouissance de l'individualisme autiste?

La question est donc: comment la logique du pas-tout affecte-t-elle les principes du pouvoir de la cure analytique? Sont ils: l'éthique, la tactique, la stratégie et la politique de l'analyste. L'inversion de perspective quant aux effets du signifiant<sup>6</sup> sur la jouissance (de mortifiant à vivifiant) résout le point que Freud n'a pas su dépasser: l'identification au phallus qui limite la parole aux rapports entre les signifiants. Dans "Analyse avec fin et sans fin" (1937), il vérifie que le phallus et la castration sont un roc intransposable. Il précise que ceci est l'obstacle à la féminité. Résoudre l'énigme de la féminité, répondre à la question de ce "que veut une femme?", a été la voie que Freud nous a léguée pour avancer au sujet à la fin de l'analyse. La logique du pas-tout, permet une avancée dans la formalisation de la fin du processus analytique. Elle nous permet d'opposer à l'identification phallique, la jouissance autiste sans Autre. Dans une analyse elle correspond à la découverte de l'universalité de la castration. Il n'y a pas d'exception. C'est le désastre de l'Autre. C'est la vacillation du phallus et des positions sexuelles masculines et féminines que lui sont corrélées: la menace de castration et le *penisneid*. Comment terminerait une analyse? Dans la production d'un sujet désidentifié qui a vérifié que toutes les vérités sont relatives et, finalement, a conclu qu'il n'y a rien dans ce monde qui ne se réduise purement à la fiction. Dans un sujet qui a traversé les voiles de son fantasme et qui sait ce qu'il veut et de quoi il se satisfait?

Le mathème de  $(\mathbb{A})| \text{---} S$ , c'est la thèse de Miller (2002, p. 11), écrit ce que subsiste de le désastre de l'Autre, de la rencontre avec  $\mathbb{A}$ , avec l'inexistence sexuelle, avec l'Autre qui n'existe pas: "J'inscris avec ce signifiant la thèse, la position, l'affirmation de ce qui se pose hors de ce qui vient de s'effondrer, ce qui se pose comme résultat de ce qui s'annule et de ce qui s'efface" (Miller, 2002, 11). Le signifiant qui se pose en dehors de cet Autre qui vient de s'effondrer, c'est le signifiant de l'ex-sistence, c'est un signifiant absolu, non relatif à la chaîne de laquelle il vient de se détacher.

Ce signifiant désigne la position du réel et est corrélié à "l'Autre qui n'existe pas". L'effort de Lacan de fonder une ex-sistence, si on considère l'enseignement récent de Jacques-Alain Miller, se renouvelle dans le *Seminaire XX*. Le savoir dans la chaîne signifiante n'est que supposé. Le sujet là est supposé savoir. Aucun analyste ne se préoccupe de vérifier son adéquation à la réalité collective. Il nous rappelle, que Lacan recommande, au début de son enseignement, que l'analyse doit s'en tenir au sujet comme supposé responsable de ce qu'il dit. Et précise: "cette supposition n'est pas une ex-sistence", son symbole est "\$" (Ibid, p.13). Encore, selon Miller, Lacan a pensé de plusieurs façons, au long de son enseignement, comment pourrait-on - en partant de la supposition de savoir - attendre une réalisation du sujet, une ex-sistence, quelque chose de réel.

Ceci m'enmène à conclure que les différentes formulations sur la fin de l'analyse chez Lacan ont été des conceptions variées de ce solde réel de l'expérience analytique. L'assomption de la castration et la destitution subjective, la traversée du phantasme et l'invention de l'objet *a*, ont été à leur temps des manières de penser le passage de la supposition à l'existence. Dans son dernier enseignement, le réel sans loi et hors du sens est une nouvelle manière de penser la fin de l'analyse et l'ex-sistence. Dans le parcours d'une analyse, la destitution du sens produit un réel, comme effet du signifiant, qui se soutient tout seul. Hors de l'Autre, le parlêtre, en tant que signifiant, est sans loi, il est réel. Ainsi, l'interprétation de l'analyste n'est pas la parole qui à peine révèle la vérité. L'essentiel est que la contingence de son acte est un *savoir faire* qui participe de la création c'est à dire, la production de la vérité qu'on ne peut que mi-dire.

Les conditions éthiques de la demande et de l'exercice de la psychanalyse dans le monde globalisé nous imposent de parier sur la puissance du parlêtre en tant que ex-sistence, en tant que réel. Il faut restaurer la puissance poétique de la parole, une foi que l'approfondissement de l'inexistence de l'Autre avec ses comités d'éthique (Laurent & Miller, 1996-97, classe numéro 1) et l'évident de toute parole oraculaire (Miller, 2002-03) menacent de plonger toute l'expérience de la parole dans la reciprocité du dialogue et dans la symétrie de la relation intersubjective. Le lien analytique restaure l'assymétrie symbolique. Il affronte le déclin de l'organisation oedipienne, l'avancée du discours de la science et de ses appareils de gestion de la santé mentale et du malvivre (Miller & Milner, 2004), qui semblent promettre un état généralisé de déresponsabilisation du parlêtre. Nous assistons aujourd'hui à une banalisation massive de la

parole. Ceci nous exige une fidélité renouvelée aux principes de son pouvoir. Comme Lacan a très bien formulé: "Qu'y renonce donc plutôt celui qui ne peut rejoindre à son horizon la subjectivité de son époque" (Lacan, 1953, p. 321) Nous soutenons une pratique de parole qui s'impose de plus en plus par le conflit avec les valeurs de la culture. De quoi rêvent, alors, les analystes lacaniens? Nous rêvons de réveiller nos contemporains du rêve du bla-bla.

## Notes

1. Selon Solano (2003): Interpréter, dans son versant poétique est l'art où la production de l'artisan.
2. Selon Solano (2003), l'interprétation dans son versant poétique est le passage de la inexistence à l'existence.
3. Lettre de Freud à Fliess, numéro 137, de 12/06/1900: "Você supõe, escreve ele a Fliess, que algum dia uma plaqueta de mármore será colocada na casa, inscrita com essas palavras..." (Freud, 1887-1904, p. 418).
4. Comme nous avons démontré ci dessus, le réel réduit à l'universalité de la loi, se confond avec le lieu d'exception du père mort.
5. Je veux, j'ordonne.
6. Ce terme, inversion de perspective, introduit par Miller, sert à préciser le sixième paradigme de la jouissance (Miller, 1999, p. 24-29)

## Références

FREUD, S. (1887-1904) Carta do dia 12/06/1900, in A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess. Rio de Janeiro: Imago Ed., p. 418-419.

FREUD, S. (1900) "A Interpretação dos Sonhos", in ESB. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1972.

FREUD, S. (1937) "Análise terminável e interminável", in ESB. Rio de Janeiro: Imago, 1977, Vol. XXIII.

LACAN, J. (1953) "Fonction et champ e la parole et du langage", in Écrits, Paris: Seuil, 1966, p. 237-322.

LACAN, J. (1958) "La direction de la cure analytique et les principes de son pouvoir", in Écrits. Paris: Seuil, 1966 p. 585-645.

LACAN, J. (1963) "Kant avec Sade", in: *Écrits*. Paris: Éditions du Seuil, 1966, p. 765-792, p. 765-790.

LACAN, J. (1972/73) *Le Seminaire*, livre XX: *Encore*, Paris: Seuil.

LACAN, J. (1973/74) *Le Seminaire*, livre XXI: *Les non-dupes errent*, inédite.

LACAN, J. (1974) "Télévision", in *Autres Ecrits*. Paris: Seuil, 2002, p. 509-545.

LACAN, J. (1974-75). *O Seminário*, livro 22: *RSI*. Inédito.

MILLER, J.-A. (1999) "Les six paradigmes de la jouissance", in *La Cause Freudienne*, n. 43, Paris: Diffusion Navarrin Seuil, 1999, p. 24-29.

MILLER, J.-A. (2001). "L'ex-sistence", in *La Cause Freudienne*, n. 50. Paris: Diffusion Navarrin Seuil, fev, 2002, p. 7-25. Publicado em português: MILLER, J.-A. (2001). "A ex-sistência, in *Opção Lacaniana*, n. 33. SP: Eólia, junho/2002, p. 8-21.

MILLER, J.-A. (2002) "Le dernier enseignement de Lacan", in *La Cause freudienne*, *Revue de Psychanalyse*, no. 51, Paris: Diffusions Navarin Seuil, 2002, p. 7-34. Publicado no Brasil: Miller, J.-A. *O último ensino de Lacan*, in *Opção Lacaniana*, n. 35. SP: Edições Eólia, janeiro, 2004, p. 6-24.

MILLER, J.-A. (2003) "Une incroyable exaltacion", in *Lakant*, Paris: Collection Huysman, Dif. Navarin Seuil, p. 27-42.

MILLER, J.-A.; LAURENT, É. (1996-97) *L' Autre qui n'existe pas et ses comités d'éthique*. Inédite.

MILLER, J.-A (2002-03) *Un effort de poèsie*. Cours du Département de Psychanalyse Paris VIII, seção I e II. Inédite.

MILLER, J.-A.; MILNER, J.-C. (2004) *Évaluation, Entretiens sur une machine d'imposture*, Paris: Agalma Ed.

SOLANO, E. (2003) "La poiesis analytique", in *Papers do Comitê de Ação da Escol@ Un@*, reçu via la liste de diffusion électronique réservée aux membres de l'Association Mondiale de Psychanalyse, numero 4, mars, 2003, p. 8-10.

Reçu 24/09/2010; accepté le 02/10/2010.  
Recebido em 24/09/2010; aceito em 02/10/2010.  
Received in 09/24/2010; accepted in 10/02/2010.

## De Irma a Emma: a solução do sonho na dissolução do sentido<sup>1</sup>

### From Irma to Emma: the solution of the dream in the dissolution of sense

**Antonio Teixeira**

Médico psiquiatra

Psicanalista

Mestre em Filosofia contemporânea / UFMG

Doutor em Psicanálise / Paris VIII

Professor associado FAFICH-UFMG

Membro da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de Psicanálise

Autor de "A Soberania do Inútil" (São Paulo: Anna Blume, 2007)

amrteixeira@uol.com.br

#### Resumo

O autor se propõe a demonstrar, na transição do sonho da injeção de Irma ao caso Emma, do "Entwurf...", o reposicionamento subjetivo de Freud, coextensivo a seu afastamento de Fliess, que lhe permitiu abordar a questão do sexual fora do discurso provedor de sentido.

*Palavras-chave:* sonho da injeção de Irma, projeto para uma psicologia científica, etiologia sexual das neuroses, psicanálise lacaniana.

#### Abstract

The author intends to demonstrate, in the transition from the dream of Irma's injection's to the Emma's case of the "Entwurf...", the subjective repositioning of Freud, linked to his separation of Fliess, which allowed him to treat the question of the sexual condition outside of a sense providing speech

*Key words:* dream of Irma's injection, project for a scientific psychology, sexual etiology of neuroses, Lacanian psychoanalysis

Pareceu-me conveniente poder trabalhar, nas "Lições Introdutórias de Psicanálise", o caso Emma, do "Projeto para uma Psicologia Científica", duas semanas após Ram Mandil ter apresentado a discussão sobre o sonho da injeção de Irma, em razão do fato, esclarecido pelo médico de Freud, o historiador Max Schur, da Sra. Emma Eckstein, referida no mencionado "Projeto...", não ser

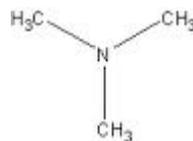
senão a própria Irma da "Interpretação dos sonhos" (Schur, 1982, p. 107 e ss). Se me proponho a articular, então, o comentário do caso Irma à discussão do caso Emma, é com o objetivo de esclarecer o índice, visível nessa mudança de nome, de uma modificação de perspectiva essencial à constituição da psicanálise decorrente, por sua vez, de um reposicionamento subjetivo do próprio Freud. Eu ousaria mesmo dizer que a história clínica de Irma-Emma, a despeito de sua brevidade descritiva, mereceria ser tomada como um caso à parte, comparável, talvez, às cinco grandes psicanálises, se considerarmos a transformação que sua evolução veio a produzir sobre a própria construção da teoria psicanalítica.

Sabemos, entre outras coisas, que o tratamento de Irma se deu na fase de maior intensidade da amizade que Freud manteve com seu colega, o otorrinolaringologista W. Fliess, o qual, nesse período, estava construindo uma teoria completamente delirante que associava as atividades genitais ao funcionamento das mucosas nasais. Estamos também cientes de que, nessa época, Freud, procurando saber se alguma patologia sinusal poderia explicar os sintomas abdominais recorrentes de Emma, solicitou o parecer de seu amigo Fliess, que logo prontificou-se a examiná-la, decidindo por uma intervenção cirúrgica. Sabemos, ainda, do efeito completamente desastroso dessa intervenção cirúrgica, do qual resultaria uma crise presente na origem do afastamento progressivo de Freud, com consequências determinantes na construção de sua doutrina. Vale, então, demonstrar em que sentido se pode demarcar, a partir do caso Emma, a percepção freudiana da questão sexual nos termos que, ao distanciá-lo definitivamente da companhia de Fliess, irão se tornar específicos da teoria psicanalítica.

Podemos encontrar, no dicionário de E. Roudinesco, a informação de que Emma Ekstein, parente do futuro psicanalista Paul Federn, era uma paciente conhecida da família de Freud, a quem ele atribuía uma especial importância (Roudinesco & Plon, 1997, p. 523). Segundo consta, seu caso teria se complicado com uma infecção tão grave, após a intervenção cirúrgica, que Freud logo veio solicitar sua reavaliação por outro otorrinolaringologista, o qual constatou que o caro Fliess havia esquecido nada menos do que cinquenta centímetros de gaze nas cavidades nasais de sua paciente. Emma teve que ser operada várias vezes, vindo a sofrer graves hemorragias que a deixaram em estado crítico.

Em vista dessa história, é compreensível supor que o sonho da injeção de Irma seja interpretado como uma resposta ao desejo de Freud de se desculpar, de transferir, de certa maneira, a culpa do que aconteceu a Fliess, como o próprio sonhador no-lo indica. Mas é preciso considerar algo mais do que uma simples motivação pré-consciente para se pensar o desejo onírico que se apresenta

essencialmente discordante em relação a ela: o que se encontra verdadeiramente em questão concerne à culpa do próprio Freud, relativa à sua transferência dirigida a Fliess. Essa culpa diz respeito à angústia, que tal transferência vem colmatar, de se haver com a questão do sexual segundo uma perspectiva que a psicanálise, então nascente, nesse momento inaugura, mas para a qual o seu próprio criador não estava preparado. Essa perspectiva inaugural da psicanálise, tal como ela se indica no sonho da injeção, aparece no laço que associa o espetáculo assustador da carne informe, que surge no fundo da garganta de Irma quando Freud a examina, à fórmula que posteriormente emerge, em sua visibilidade literal, da trimetilamina:



Três questões, então, de imediato se colocam, a propósito do sonho da injeção de Irma:

1. Por que motivo dizemos que, pela psicanálise, abre-se uma perspectiva inaugural sobre o sexual, da qual esse sonho seria o primeiro grande índice?
2. Em que sentido a associação — visão do fundo da garganta de Irma-Emma/surgimento da fórmula matemática da trimetilamina — sinaliza essa nova perspectiva?
3. Por que a assunção epistemológica, por parte de Freud, dessa perspectiva resultou no seu afastamento progressivo e inexorável em relação à Fliess?

Digamos, no que diz respeito ao primeiro ponto, que muito embora a psicanálise possa situar a questão da sexualidade na etiologia do sofrimento psíquico, segundo a convicção que Freud partilhava com Fliess, o gesto inaugural de Freud não consiste na construção de uma teoria que viesse dar sentido ao sexual, como é o caso da teoria de Fliess. Seja qual for a importância atribuída pela psicanálise à determinação sexual do pensamento e do inconsciente, é um erro conceber a perspectiva psicanalítica ao modo de um saber sobre o sentido da sexualidade, cuja temática teria permanecido supostamente confinada às conversas de alcova da era vitoriana.

Foucault não se cansava de argumentar, no volume I de *A História da Sexualidade*, que a cultura ocidental já há muito havia constituído um saber sobre o sexo bem antes da psicanálise, ainda que fosse com a finalidade de

discipliná-lo no interior do modelo familiarista progressivamente constituído pela sociedade burguesa ao longo dos séculos XVIII e XIX (Foucault, 1997, p. 22 et seq.). Mas, seja como for, o fato é que nunca faltou uma colocação do sexo em discurso a partir desse período, aliás, marcado por uma verdadeira extorsão da verdade sexual, por mais que essa exposição visasse, em última instância, a prática de sua restrição pela via do controle disciplinar dos corpos e de seus enlaçamentos. Porém, o essencial, prossegue Foucault, é que a multiplicação dos discursos sobre o sexo, anterior à psicanálise, tenha se dado predominantemente no campo dos exercícios de controle do poder: se, desde então, se procura seguir o sentido do sexual até suas ramificações mais capilares, é na medida em que disso depende o domínio dos corpos nas disciplinas de trabalho e nas práticas educativas que moldam o indivíduo nos lugares determinados pela ordem social.

Somente há sentido, portanto, em falar de um gesto inaugural do saber psicanalítico, em relação ao sexo, se tivermos em mente algo de radicalmente distinto de mais uma forma de saber ou de apreensão cognitiva do sexual. Afim de melhor indicar o que vem a ser essa perspectiva que a psicanálise inaugura, cabe enfatizar que o que está em questão, para a psicanálise, é menos o desejo sexual como objeto de seu domínio discursivo, do que a consideração do próprio saber como uma atividade eminentemente sexualizada, eminentemente atravessada pela questão do desejo. Retomando uma fórmula cara a Lacan, diríamos que o desejo não se deixa articular como objeto de um enunciado por já estar desde sempre articulado no nível da enunciação. Por isso, interessa à psicanálise a consideração clínica do saber investido pela dimensão do sexual, cujo impedimento ou liberação vem produzir efeitos clinicamente verificáveis de inibição ou de avivamento da curiosidade intelectual, como o estudo de Freud sobre Leonardo da Vinci amplamente indica. Assim, no lugar em que o dispositivo disciplinar veio gerar um saber sobre a sexualidade infantil, refletido nos regulamentos elaborados para a vigilância dos contatos e das proximidades corporais, a psicanálise vem dar visibilidade às próprias teorias sexuais infantis, às ficções teóricas que as crianças constroem em resposta aos problemas que elas mesmas se colocam face à experiência enigmática do sexo. A psicanálise interpela a verdade do sexual no nível do seu enigma: no lugar de gerar um discurso que determina o seu significado, ela situa o sexual no próprio impasse semântico do qual germinam essas tentativas sempre ficcionais de lhe conferir sentido.

Mas, se isso assim ocorre, se, para a psicanálise, a própria atividade do saber se encontra constituída pela questão sexual, é na medida em que essa questão não

se deixa resolver pelo discurso significativo. No lugar de estabelecer-se como um saber sobre o sentido do sexual, a psicanálise coloca em evidência a questão do sexual, em sua dimensão de enigma, como uma função de suspensão do sentido. Desse ponto de vista, o caso Irma-Emma nos parece particularmente relevante para pensar a constituição do saber psicanalítico: sua evolução nos permite acompanhar, com especial nitidez, o abandono determinante da perspectiva referida ao sentido do sexual. É ela que permite a Freud, finalmente, chegar a uma “literalização” manifestamente “assemântica” do sexual, representada pela fórmula da trimetilamina, no lugar em que a teoria de Fliess estabelecia o conhecimento do seu sentido numa verdadeira copulação discursiva.

Para melhor esclarecer esse ponto, vale ainda lembrar que o que autoriza Lacan a qualificar o discurso do conhecimento como uma metáfora do sexual, concerne justamente ao fato de que o exercício do conhecimento se constitui pela convicção de que a relação sexual não somente existe como é a fonte donde jorra inesgotavelmente o sentido. Por se valer das relações de simetria e complementaridade próprias ao registro do imaginário, toda teoria do conhecimento é essencialmente especular, essencialmente calcada no eixo reflexivo da similitude. Por isso, o conhecimento se apoia na noção de uma conaturalidade entre sujeito e objeto, que Lacan ironiza com o trocadilho “co-naître”, em suas observações críticas sobre o relatório de D. Lagache (Lacan, 1966, p. 666). O mundo, para o conhecimento, é simétrico ao sujeito, assim como o pensamento é a imagem em espelho do objeto pensado (Lacan, 1954-55, p. 172). É o que se verifica, aliás, no verbete filosófico do dicionário de Lalande, onde a “teoria do conhecimento” é concebida como estudo dos problemas levantados pela relação do sujeito e do objeto. Sua definição postula claramente uma subordinação do intelecto cognoscente à natureza do objeto a ser conhecido, como se houvesse uma espécie de relação projetiva entre o objeto e sua representação mental (Lalande, 1988, p. 171-172). Se há algo, portanto, de falaz e mítico no conhecimento, é porque, em torno da crença nessa relação complementar entre sujeito e objeto, gravita, suspeita Lacan, uma tentativa de encontrar no mundo a complementaridade ilusória da relação sexual<sup>2</sup>.

Dali decorrem os constantes acasalamentos discursivos entre os princípios masculino e feminino (Miller, 1987, p. 40-41) que se repetem, reciprocamente, seja nas relações entre a forma e a matéria, proposta por Aristóteles em sua *História dos Animais*, seja na articulação entre os princípios Yin e Yang, na filosofia oriental chinesa, ou ainda na relação complementar entre *anima* e *animus*, que tanto anima a psicologia especulativa de Jung. Não longe disso,

desenvolve-se, por sua vez, a teoria da sexualidade de Fliess, cuja tese da lateralidade atribui o lado esquerdo ao feminino e o lado direito ao masculino. Sua “especularidade” prossegue na delirante obra sobre *O nariz e os órgãos genitais femininos*, em que é proposto conceber uma estrutura do corpo humano na qual os cornetos nasais repetem a estrutura da vagina, com suas localizações genitais que se incham durante a menstruação. Dela resulta sua ensandecida prática de intervir cirurgicamente no nariz para suprimir distúrbios supostamente sexuais, cujos efeitos perniciosos Emma e o próprio Freud conheceriam em seus corpos. E, se isso não bastasse, sua teoria termina por estender o fenômeno da menstruação aos próprios homens, para chegar, finalmente, à concepção grandiosa de um universo inteiramente regulado pelos períodos menstruais.

Por felicidade, Freud não se confunde com Fliess, não somente porque Freud nunca foi um paranóico, como também pela razão maior de que a perspectiva que a psicanálise inaugura sobre o sexo não é da ordem do conhecimento. Seja qual for a importância — decerto decisiva — da escuta de Fliess, é preciso ter em mente que Freud dele recebia não a teoria, mas sim, como assinala Serge André, a sua própria mensagem invertida (André, 1987, p. 32). O importante a se frisar é que o discurso da psicanálise não se estrutura como um conhecimento, na medida em que a ausência de inscrição simbólica da relação sexual vem a ser justamente o dado traumático que o dispositivo analítico recolhe no nível da experiência clínica.

É, aliás, em razão dessa ausência de inscrição simbólica da relação sexual que todo conhecimento depende, para se expandir, de sua sustentação na dimensão do imaginário que comentamos há pouco. Por se apoiar na dimensão especular do imaginário, o mundo se coloca, para o conhecimento, como simétrico ao sujeito num campo em que o pensamento aparece como imagem refletida do objeto pensado, assim como seus princípios se colocam em termos de encaixes complementares. Por ser imaginário, o conhecimento é essencialmente tagarela: sua estrutura reproduz, indefinidamente, a duplicação especular do mesmo em sua discursividade pletórica; tudo e qualquer coisa pode ser colocado em relação de similitude já que não existe princípio de regulação que contenha o imaginário. Diríamos mesmo, *n'en déplaie aux junguiens*, que a vastíssima erudição de Jung pode, de certo modo, ser pensada como sintoma de sua debilidade mental no sentido que Lacan define a debilidade mental como um pensamento à *côté de la plaque* (Lacan, 1972-73), ou seja, como um pensamento sem mira, cuja aparente abundância denota menos a sua riqueza do que sua incapacidade estrutural de definir seu alvo discursivo.

Não deixa de ser relevante lembrar, a esse respeito, que a psicanálise parecia ter tudo para se constituir como mais uma teoria do sentido (André, 1987, p. 43). Isso se atesta no rumo tomado pelos discípulos de Freud que dele divergiram — Adler, Jung, Groddeck, Reich, Ferenczi e, finalmente, o próprio Abraham: todos cairiam, um após o outro, na viscosa teia do sentido de que somente Freud sairia. A psicanálise tinha tudo para ser mais uma hermenêutica, posto que lida com fatos discursivos, além de depender de operações interpretativas nas quais a trama da narrativa é frequentemente soberana em relação ao fato narrado. Suas proposições são de difícil verificação empírica e não se pode negligenciar o efeito semântico de seus enunciados. Foi preciso, no entanto, que a complicação decorrente da intervenção desastrosa de Fliess sobre Emma Eckstein — cuja gravidade foi tamanha que Freud, ao acompanhá-la, por pouco não desfalecia —, foi preciso que essa complicação apontasse, no real, para Freud, o limite às expansões imaginárias das explicações de sentido às quais seu contexto o submetia. Tal limite, como real do sexo, fora do sentido, é precisamente o que se manifesta no sonho da injeção de Irma.

Para não perdermos a mira, indiquemos desde já que Freud, no sonho da injeção, ao buscar no interior da cavidade nasal de Irma a causa do seu padecimento, em conformidade com a teoria explicativa de Fliess, ali encontra algo de inominável, esse algo medonho que Lacan nos convoca a perceber como efeito do real, na imagem disforme da carne aonde se mesclam todas as significações e que por isso mesmo não determina significação nenhuma (Lacan, 1954-55, p. 208-209). É justamente em resposta a esse momento que aparece com toda intensidade, na segunda parte do sonho, a fórmula escrita da trimetilamina, eu digo a fórmula, e não a imagem dessa substância, que pode muito bem ser explicada como um produto do metabolismo sexual. O importante é que ela ali aparece na “literalização” de uma fórmula química.

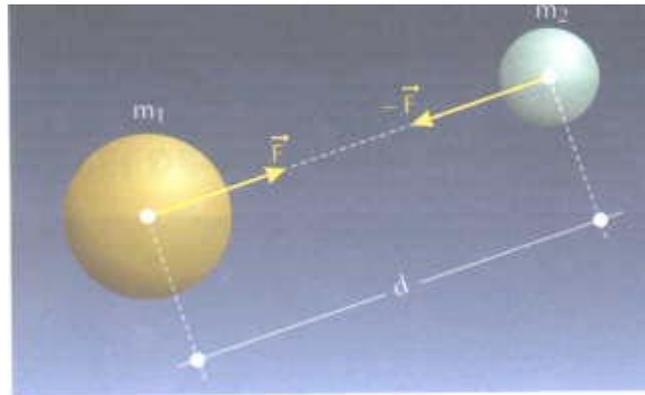
Pois esse é o ponto: ali, onde o real do sexual se manifesta no sonho de Freud, ele não mais dispõe, para disso tratar, de um discurso significativo, como era o caso da teoria paranóica de Fliess. Seu único recurso é agora a “literalização” matemática que se apresenta na fórmula química da trimetilamina, como agenciamento do significante fora de toda intenção significativa. Trata-se de uma fórmula, observa Lacan, que não fornece nenhuma explicação (Ibidem, p. 202), cuja ausência de sentido é a única resposta à pergunta pelo sentido do sexual. Pois não somente é próprio à “literalização” matemática, como também é disso que depende sua eficácia: que ela não se preste à produção do sentido. Vale notar que Freud, transformado a partir desse momento, passa progressivamente a recusar toda concessão, que ele ainda tolerava, à perspectiva do

conhecimento, para, finalmente, assumir o que acreditava ser sua vocação de cientista. A prova disso é que em julho de 1895, poucos meses após ter realizado o sonho da injeção de Irma, ele se verá tomado por uma inspiração febril que o levaria a escrever de um só jato seu “Projeto para uma psicologia científica”. É em relação a esse dado, referido por Freud à assunção definitiva da perspectiva da ciência contra o conhecimento, que me parece pertinente tratar do caso Emma a partir da idéia de um aparelho libidinal.

Como se percebe, a concepção científica de um aparelho libidinal, vinculada, por Freud, a uma verdadeira mecânica do psiquismo, vem agora traduzir uma exigência epistemológica que se contrapõe, de maneira radical, a toda tentativa de explicação da questão sexual pela via da doação de sentido. Pois, se a ciência se distingue do conhecimento, é na medida em que o emprego da “literalização” matemática, da qual ela se vale, resulta, justamente, do esforço de se purificar ao máximo a dimensão do simbólico da profusão imaginária do sentido. No lugar habitado pelas relações especulares de similitude no discurso do conhecimento, a ciência agora instaura relações puramente diferenciais entre letras cujo valor depende, unicamente, da posição que elas ocupam no interior de uma equação.

Assim, ao passo que, para o conhecimento qualitativo da física aristotélica, a força de atração era concebida, mediante seu sentido descritivo, como uma propriedade natural que tem um corpo de se dirigir ao elemento que lhe é próprio — ou seja, indo do mesmo ao mesmo, como é o caso do fogo, propellido por sua natureza a dirigir-se para cima, por oposição ao objeto pesado propellido para baixo, quando entramos no caso da física newtoniana —, a força, reduzida à letra  $f$ , agora se define pela relação puramente diferencial que ela mantém com a massa e a aceleração, na equação  $f = m.a$ , ou senão com a massa de dois objetos e o quadrado de sua distância, conforme a equação da lei de gravitação universal:

$$F = G. \frac{m_1.m_2}{d^2}$$



Há, como se vê, uma passagem da relação especular ao mesmo, vinculada ao conhecimento, para a relação puramente diferencial da equação matemática, própria ao manejo científico do simbólico depurado do imaginário. O discurso da ciência se vale da letra matemática como colocação em ato daquilo que Jacques-Alain Miller nomeia de *significante sem intenção*, na medida em que o elemento que se “literaliza” na fórmula científica por si só não quer dizer nada a ninguém; ele somente vale como peça da engrenagem mecânica que a fórmula matemática exhibe.

Se a explicação científica se estrutura assim, como uma sintaxe do real, ela nos priva de sua semântica (Bachelard, 1934, p. 10-13). Ela não nos dá jamais o porquê, o sentido ou a razão de ser do que suas leis formulam; ela somente nos fornece o como. Por se estruturar como um saber depurado da referência ao sentido, a própria idéia de uma determinação do porquê ou de uma causalidade final dos fenômenos encontra-se abolida do horizonte da ciência. Por isso Newton acrescenta, em apêndice na segunda edição dos seus *Principia*, a afirmação de que não lhe cabe estipular a causa final ou a razão de ser relativas ao fato de que o fenômeno da gravitação segue as leis que ele havia formulado: “eu não finjo hipóteses”, escreve ele, esquivando-se definitivamente desse assunto.

Podemos, então, finalmente, reconhecer no “Projeto...”, escrito em julho de 1895, uma tentativa — ficcional, decerto — de se valer de uma concepção mecânica e “literalizada” da dimensão sexual. No lugar do nariz reproduzindo a vagina, teremos agora somente os neurônios  $\varphi$ ,  $\psi$  e  $\omega$ , definidos como funções puramente matemáticas de permeabilidade à  $Q\eta$  ou de recepção ao período igualmente matemático de excitação. A fórmula da trimetilamina seria, nesse sentido, a solução “literalizante” do que o “Projeto...” tenta desenvolver: inserir o sem sentido do sexual numa formalização refratária ao sentido imaginário do conhecimento. A demanda, por parte de Freud, de uma resposta a Fliess, observa S. André, agora merece outra interpretação: peço, por favor, que me diga que estou errado, a fim de que eu saiba que tenho razão.

De Irma a Emma: a solução do sonho na dissolução do sentido

Irma retorna agora à cena como o caso Emma, do qual Freud se serve para explicar a gênese da compulsão histérica. Ali se discute o mecanismo em jogo na psicopatologia de um quadro de evitamento histérico relativo à impossibilidade, relatada por essa paciente, de entrar desacompanhada numa loja, em razão da ideia, que se lhe impõe contra sua vontade, de se expor ao riso dos vendedores. A Freud interessa menos, nesse momento, o valor semântico dessa ideia compulsiva do que o nível mecânico de excitação que faz com que determinadas representações “hiperintensas” (*überstarken Vorstellungen*) apareçam de uma maneira que não se justificaria no curso normal dos fatos. Como bom leitor de Espinosa, Freud bem sabe que o *quantum* de afeto, ligado a tais representações, não poderia ser suprimido pela simples intelecção de seu sentido; sua supressão depende da produção de outro afeto de efeito contrário. O fator econômico-quantitativo de longe importa mais do que a compreensão do sentido, sobretudo em se tratando de pensar a natureza das idéias compulsivas, cujo caráter patológico se manifesta justamente em sua refratariedade aos esforços de elaboração intelectual do paciente.

A compreensão do sentido passa a ser concebida como fonte do erro relativo à falsa premissa (*proton pseudos*) que a consciência de Emma recolhe, ao supor que o motivo de seu temor compulsivo estaria ligado à lembrança de uma cena, vivida aos doze anos de idade: ao entrar numa loja de roupas, Emma dali saiu correndo assustada ao ver dois vendedores rindo, pensando que eles se riam de seu vestido. Fica patente a falsidade dessa compreensão: ela é facilmente refutada pela ausência de angústia quando ela se encontra acompanhada, mesmo que seja por uma criança, ou pelo simples fato de que, se fosse esse o caso, bastaria que ela se trajasse adequadamente para que seu temor do ridículo não se manifestasse. É somente mais adiante que ela se recorda de uma cena anterior, ocorrida aos oito anos de idade, que esclarece a natureza de seu sintoma: ao entrar numa confeitaria, um dos vendedores a abordou sexualmente, tocando-lhe os genitais sob o vestido, num estabelecimento ao qual, mais tarde, ela retornou, para depois se reprovar. Não sem acrescentar que o vendedor se ria ao fazer isso.

Se o sintoma de Emma inicialmente se apresenta como falsa conclusão colhida de uma falsa premissa, seu tratamento consiste em recompor as verdadeiras conexões que o determinam. Mas o que dá inteligibilidade ao mecanismo da ideia compulsiva encontra-se para além de um suposto sentido atribuído à representação patológica. Essa compulsão se explica pela conexão com outra representação, “hiperinvestida libidinalmente”, que a ela se liga não por uma relação de sentido, mas pela concomitância de uma experiência marcada por

intensa carga de excitação que somente *a posteriori* recebe sua significação sexual.

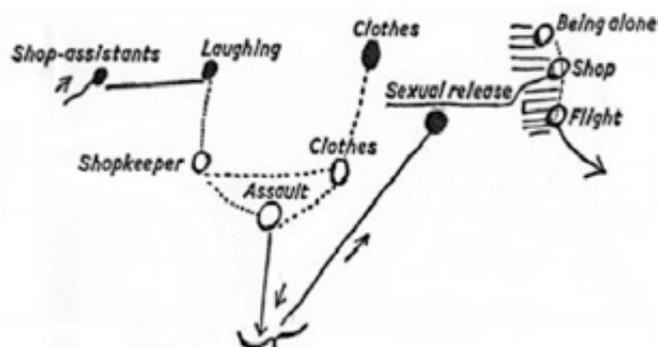
Nada mais distante de Freud, vale dizer, do que uma clínica de orientação fenomenológica. Nenhuma análise fenomenológica da essência, nenhuma redução eidética das representações nos leva ao fator traumático que se localiza em sua causa — no caso, o atentado sexual. Para retomarmos uma ilustração cara a Husserl, por mais que se reduza a definição de triângulo às suas propriedades essenciais, no sentido que se tirarmos uma só delas o triângulo deixa de ser pensável, não há nada dessa operação que nos conduza, por exemplo, à ideia de um triângulo amoroso surgida em associação na fala de um de meus pacientes que sonhara com um problema de geometria. É preciso se haver com conexões causais definidas não pela significação transcendental do conceito, mas pela intensidade da carga afetiva ligada às representações, em razão das circunstâncias acidentais em que elas se deram. São ligações, causas que dependem antes da carga de energia libidinal da qual essas ideias foram acidentalmente investidas, em razão de experiências ocorridas na história de um determinado sujeito. Dali se explica a inutilidade, apontada mais tarde por Freud, de se explicitar a causa das neuroses fora da situação transferencial, como se bastasse remover a ignorância da qual padece o sujeito neurótico para que ele possa se recuperar: “Tais medidas [...] têm tanta influência sobre os sintomas da doença nervosa, como a distribuição de cardápios numa época de escassez de víveres tem sobre a fome” (Freud, 1910, t. VIII, p. 123-124). É somente ao transportar o paciente, por meio da via ficcional da transferência, à situação emocional em que se produziu o recalque, que o psicanalista logra alterar as condições afetivas do seu sofrimento.

A consideração do afeto ligado ao significante, para além do tratamento puramente hermenêutico das representações psíquicas, longe de obscurecer o fenômeno clínico, nos dá a inteligibilidade de suas conexões. O que interessa a Freud não é o sentido da loja em si, nem tampouco do riso dos vendedores, tomado isoladamente, mas a rede de conexões que faz com que Emma seja afetada por essas representações. Assim, do mesmo modo que se pode dizer, na esteira de Deleuze, que o cavalo domesticado tem mais parentesco — ou seja, mais afetos em comum — com o boi do que com o cavalo selvagem (Deleuze, 1981, p. 167), vale acrescentar que a confeitaria, na constelação afetiva de Emma, tem mais parentesco com um lugar de assédio sexual do que com qualquer outro estabelecimento de vendas.

A cada vez, portanto, que emerge um estímulo relacionado a essa experiência, Emma se vê afetada por uma incompreensível reação de evitamento. Se ela se

vê impedida de tratar dessa experiência pela via do discurso significativo, é na medida em que a intensidade de sua carga libidinal transborda o curso normal do pensamento, conduzindo a vias de descarga relacionadas ao processo primário, não inibido. Não se pode, portanto, alcançar a representação dessa experiência recalçada mediante a dedução do seu sentido, uma vez que a excitação transferida, pelo recalque, dessa representação para a ideia compulsiva, segue a via do processo primário, indiferente ao procedimento conceitual do processo secundário. Tudo que sabemos, indica Freud, no momento de redação do “Entwurf...”, é que tal recalçamento afeta exclusivamente os complexos de representações pertencentes ao domínio sexual, que, embora permaneçam intensamente investidas, ficam excluídas do processo de elaboração cogitativa (*vom Denkvorgang ausgeschlossen*) (Freud, 1895, p. 430-431). O essencial não é que tais complexos não cheguem à consciência — eles podem, inclusive, nela emergir —, mas que permaneçam excluídos de sua elaboração mental. A resistência contra sua elaboração cogitativa nos dá a própria medida do nível de compulsão da ideia patológica, a qual se transfere, no caso de Emma, para a inocente imagem do vestido. Por que, então, pergunta-se Freud, a constelação das ideias sexuais encontra-se submetida a esse processo que separa uma representação do seu processo cogitativo, ou seja, que separa o pensamento da via do sentido?

Trata-se, como se pode bem ver, de uma questão no mínimo paradoxal: como dar sentido a uma dimensão essencialmente alheia ao discurso significativo? Os leitores do “Entwurf...” bem sabem que Freud, ao fazer-se essa pergunta, elencou algumas hipóteses relativas ao significado traumático que a passagem pela puberdade provocaria retroativamente sobre as representações, na ocasião em que se deram anódinas, da experiência sexual infantil, mas o dado biológico não esgota a questão. Mais importante do que o que Freud ali diz, parece-nos ser o que ele nos dá a ver na parte inferior de seu notável esquema sobre o evitamento compulsivo:



Conforme observa S. André, o esquema freudiano mostra que da experiência do atentado, para a qual converge todo o encadeamento das representações, parte uma flecha para um campo em branco, sem nenhuma inscrição significativa, de cuja lacuna, por sua vez, segue outra flecha orientada em direção à descarga sexual (André, 1987, p. 79). Está em questão, portanto, nesse complexo excluído do processo cogitativo (*vom Denkvorgang ausgeschlossen*) há pouco mencionado, algo que se separa da articulação significativa da qual o sujeito emerge enquanto efeito simbólico. Esse algo presente no umbigo do esquema freudiano é o próprio ser do sujeito que o simbólico não alcança, investido na posição do objeto *a*, alheio ao significativo, do qual Emma procura em vão escapar...

Proporíamos, então, para finalizar, que o complexo traumático de que fala Freud, separado do processo cogitativo, diz respeito à experiência de passividade que introduz o sujeito na questão do sexual, à qual ele retorna sem saber o que o leva a isso. O sujeito se constitui originalmente — para retomar a fórmula de S. André — como objeto de gozo para o Outro (André, 1987. p. 86 et seq.), sem encontrar, no campo dessa alteridade, o significado de tal condição. O efeito traumático da significação *a posteriori* dessa experiência, que Freud localiza na puberdade, explica-se assim pelo fato de que tal recordação remete a uma condição na qual se perde a cidadania de sujeito, no campo regulado pelo significativo, para se tornar puro objeto instrumento de gozo, conforme se ilustra na conjunção do riso com o vestido. O elemento traumático é a significação de passividade, inerente à posição de objeto de gozo, que somente apareceu quando Emma se viu atraída pelo vendedor que se ria.

A necessidade, portanto, dessa significação traumática nasce da contingência do encontro com a cena do riso que, por si só, não estava destinada a produzir esse sentido. Mas é somente por meio do dado material desse elemento contingente que a significação traumática se efetua. A função desse encontro contingente, que engendra retroativamente o efeito de significação, é a de tornar presente o elemento insignificante, referido ao objeto de gozo, donde jorra a riqueza exuberante do sentido.

## Notas

1. Este texto é a versão modificada de uma exposição por mim apresentada na Seção Minas da Escola Brasileira de Psicanálise, no dia 23 de março de 2010, em atenção ao convite de Graciela Bessa e Lilany Pacheco, que me propuseram intervir nas Lições Introdutórias de Psicanálise sobre o caso Emma, discutido por Freud na segunda parte do “Projeto para uma Psicologia científica”.

De Irma a Emma: a solução do sonho na dissolução do sentido

2. Cf. Lacan, 1971-72, lição inédita do dia 02/12/1971; Lacan, 1975-76, p. 64; Miller, 1987b, p. 40-41.

#### Referências bibliográficas

- ANDRÉ, S. (1987) O que quer uma mulher? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BACHELARD, G. (1934) *Le nouvel esprit scientifique*. Paris: P.U.F., 1995.
- DELEUZE, G. (1981) *Spinoza – philosophie pratique*. Paris: Minuit.
- FOUCAULT, M. (1997) “História da Sexualidade”, in *A vontade de saber*, Rio de Janeiro: Graal, v. 1.
- FREUD, S. (1895) “Entwurf einer Psychologie”, in *Aus den Anfängen der Psychoanalyse*, London: Imago, 1950.
- FREUD, S. (1910) “Über Wilde Psychoanalyse”, in *Gesammelte Werke*, Frankfurt am Main: Fischer Verlag, t. VIII, 1999.
- LACAN, J. (1954-55) O seminário, livro II: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- LACAN, J. (1966) *Écrits*. Paris: Seuil.
- LACAN, J. (1971-72) *Le savoir du psychanalyste*. Seminário inédito.
- LACAN, J. (1972-73) *Ou pire*. Seminário inédito.
- LACAN, J. (1975-76) *Le séminaire, livre XXIII: le sinthome*. Paris: Seuil, 2005.
- LALANDE, A. (1988) *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*. Paris: P.U.F.
- MILLER, J.-A. (1987a) *Percursos de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- MILLER, J.-A. (1987b) “Elementos de epistemologia”, in *Percursos de Lacan*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- ROUDINESCO, E. & PLON, M. (1997) *Dictionnaire de psychanalyse*. Paris: Fayard.
- SCHUR, M. (1982) *La mort dans la vie de Freud*. Paris: Gallimard.

Recebido em: 03/09/2009; aceito em: 19/11/2009.  
Received in: 09/03/2009; accepted in 11/19/2009.

# Literatura e Psicanálise: os escritos íntimos e a extimidade<sup>1</sup>

## Literature and Psychoanalysis: intimate writing and *extimité*

Márcia Rosa

Psicóloga

Psicanalista filiada a Escola Brasileira de Psicanálise (EBP) e a Associação Mundial de Psicanálise (AMP)

Doutora em Literatura Comparada / UFMG

Pós-Doutorado em Teoria Psicanalítica / UFRJ

Professora da Pós-Graduação do Departamento de Psicologia da UFMG

[marcia.rosa@globocom.com](mailto:marcia.rosa@globocom.com)

### Resumo

Frente à presença marcante do discurso autobiográfico, autoficcional ou testemunhal no horizonte contemporâneo indago quais singularidades a psicanálise introduz ao frequentar, com seus relatos clínicos, essa cultura dos arquivos de si. Para discuti-lo, retomo o debate Lejeune-Doubrovsky sobre o enlaçamento e desenlaçamento entre a experiência do analista relatando casos clínicos ou do analisante testemunhando e a experiência da escrita. Ao ultrapassar a simples dimensão de transcrição ou de relato do vivido já produzido na análise, a escritura permite avançar em pontos deixados obscuros? A presença da escrita na fala analítica introduziria algo novo no tecido narrativo? Com a noção de extimidade, uma “exterioridade íntima”, Lacan evidencia a presença de um ponto de real — *das Ding*, a Coisa — excluído no centro da organização significante. De que modo os escritos íntimos e os relatos clínicos esbarram e transmitem isso? Afinal, a psicanálise operaria a transmutação do autobiográfico ou autoficcional em discurso científico?

*Palavras-chave:* literatura, psicanálise, escritos íntimos, extimidade.

### Abstract

Facing the strong presence of autobiographical, autofictional or testimonial discourse on the contemporary horizon one inquires if with its clinical reports psychoanalysis introduces singularities when it attends this culture of oneself files. To discuss it, one focuses on the debate Doubrovsky-Lejeune about the enlacement and unlacement between the analyst's experience of reporting clinical cases or the analysand's relating or witnessing his experience and the experience of writing. Going beyond the mere transcription or reporting of what was lived and produced in analysis, the writing experience allow one to advance in points analysis left unclear? The presence of writing in the analytical speech would introduce anything new in the narrative

discourse? With the notion of *extimité*, an "intimate exteriority", Lacan indicates the presence of a point of real – *das Ding*, the Thing - excluded in the center of the significant organization. How intimate writings and clinical reports face and transmit this? After all, psychoanalysis would operate the transmutation of autobiographical or autofictional in scientific discourse?

*Key words:* literature, psychoanalysis, intimate writing, extimacy (*extimité*).

Como escrever e falar de intimidade? Não apenas da nossa intimidade — caso no qual a fala ou o escrito tem o caráter de ‘testemunho’, de ‘relato autobiográfico’ ou ‘autoficcional’ — mas também enquanto clínicos. Como falar e/ou escrever a partir da intimidade de nossos analisantes, situação na qual a fala ou escrita toma a designação de ‘relato’ ou ‘construção de caso clínico’? Nesta comunicação, faço um breve recorte em um *work in progress* (se me é permitido dar a uma pesquisa um certo ar de nobreza!), no qual privilegiarei um debate presente no campo da literatura contemporânea entre os escritos ditos ‘autobiográficos’ e aqueles ditos ‘autoficcionais’, para indicar, à guisa de conclusão, como a psicanálise nos deixa pistas interessantes a seguir a partir daí.

O debate Philippe Lejeune e Serge Doubrovsky: da autobiografia à autoficção

O tema da intimidade não deixa de suscitar muita polêmica e várias designações no campo da literatura: “escritos íntimos”, “estética da existência”, “literatura de interioridade”, “escritos autobiográficos” e, mais contemporaneamente, “autoficção”. Trata-se, em princípio, de um gênero depreciado. Roland Barthes já nos advertia em meados dos anos 70:

“[...] o “diário” (autobiográfico) está, entretanto, hoje em dia, desacreditado. Cruzamentos: no século XVI, quando se começava a escrevê-lo sem repugnância, chamavam-no um *diaire*: *diarrhée* e *glairé* (diarréia e ranho). Produção de meus fragmentos. Contemplação de meus fragmentos (correção, polimento, etc.). Contemplação de meus dejetos (narcisismo)” (Barthes, 1977, p. 103).

Algum tempo depois, em abril de 1988, a prestigiosa revista francesa de literatura, *Magazine Littéraire* (n. 252-253), dedicou o seu dossiê ao que denominou genericamente “escritos íntimos”. Sob esse título tratou Montaigne e seu autorretrato, retomou Rousseau e a questão da falta, Gide e a conquista da liberdade através dos escritos de tonalidade autobiográfica, bem como as formulações do clássico pesquisador e especialista francês sobre o tema, Philippe

Lejeune. Ainda nessa mesma edição, a *Magazine* examinou a prática da 'escrita de si' — termo que extraio de Michel Foucault (2006), nos domínios anglosaxão, alemão, europeu, tanto oriental quanto ocidental, bem como no domínio japonês. O termo cunhado aí, "escritos íntimos", nos dá a possibilidade de englobar experiências de escrita tão diversas como as memórias, as confissões (Santo Agostinho, Rousseau), os ensaios (Montaigne), as autobiografias, as cartas ou a correspondência (de Freud e Fliess), os diários íntimos (como o do próprio André Gide, que, dos 20 aos 80 anos — de 1889 a 1949 — cultivou esse gênero de escrita).

Não muito tempo depois, um novo dossiê da dita *Magazine Littéraire* (n. 409, mai/2002) retomou os escritos íntimos como tema maior. Dessa vez, sob novos termos: *As escrituras do eu (moi)*: da autobiografia à autoficção. No horizonte dessa renomeação, o debate contemporâneo entre dois expoentes: Philippe Lejeune (1938- ) e Serge Doubrovsky (1928- ). O primeiro tem dedicado sua vida a essa temática e chegou a fundar, em 1992, a *Associação para a Autobiografia* — APPA — reunindo arquivos autobiográficos inéditos de sujeitos quaisquer, não apenas os já clássicos ou renomados. Que uma crônica da nossa época possa ser registrada ou, posteriormente, reconstituída através desse material textual está entre os interesses de um empreendimento como esse, é claro! Serge Doubrovsky, por sua vez, também francês, descendente de um pai russo e de uma mãe francesa, escritor, doutor em Letras e professor que divide seu tempo entre as suas aulas na Universidade de Nova Iorque e Paris, em resposta ao pacto autobiográfico proposto por Lejeune em 1971, classifica o seu livro *Fils* (1977), publicado em 1977, sob a designação 'autoficção', com o que provoca, ou melhor, reabre o debate sobre os escritos íntimos. Através desse termo, Azevedo nos esclarece que a literatura contemporânea encontra uma estratégia:

"[...] capaz de eludir a própria incidência do autobiográfico na ficção e torna híbridas as fronteiras entre o real e o ficcional, colocando no centro das discussões novamente a possibilidade do retorno do autor, não mais como instância capaz de controlar o dito, mas como referência fundamental para performar a própria imagem de si autoral que surge nos textos" (Azevedo, 2008).

Dado o amplo reconhecimento e mesmo a notoriedade encontrada pelo termo autoficção, Doubrovsky, ele próprio, recolocou-o em interrogação em 1988, em um artigo interessantíssimo intitulado "Autobiografia/verdade/psicanálise", no qual se coloca como crítico literário do livro *Fils* — termo francês que remete tanto aos termos fio, linha, encadeamento, direção (*fil*), como aos termos filho, descendente (*fils*) — que ele próprio escrevera em 1977.

Para acompanhar a polêmica contemporânea, é interessante mencionar que, ao se diferenciar da historiografia e da ficcionalidade, a autobiografia ganhara um estatuto próprio. Problemático, tal estatuto constituía a questão central proposta por Phillippe Lejeune: “como se articulam [...] o uso referencial da linguagem, para o qual as categorias da verdade (oposta à da mentira) e da realidade (oposta à da ficção) continuam sendo pertinentes, e a prática da escritura literária, para a qual elas se esfumam?” (Lejeune, 1983, p. 427). Uma dezena de anos após o início de suas investigações, o estudioso chegou a declarar que a escrita autobiográfica é “um empreendimento impossível”; o que, conclui ele, “não a impede de existir” (Lejeune, 1983, p. 431).

Ao definir o discurso autobiográfico como aquele em que há uma equivalência entre o autor, o narrador e o personagem, Lejeune nos remete a Benveniste para o trato da questão ‘quem é eu?’. Para esse linguista, “o fundamento da subjetividade está no exercício da língua.” Ao tomar os pronomes pessoais eu, tu, ele como pontos de apoio para a revelação da subjetividade na linguagem, Benveniste evidencia que o ‘eu’ refere-se a algo exclusivamente linguístico, isto é, ao ato discursivo individual no qual é pronunciado; logo, ele não pode ser identificado senão dentro de uma instância de discurso que tenha referência atual. Assim,

“[...] não há conceito “eu” englobando todos os eu que se enunciam a todo instante na boca de todos os locutores, no sentido em que há um conceito “árvore” ao qual se reduzem todos os empregos individuais de árvore. O “eu” não denomina nenhuma entidade lexical. [...] A realidade à qual ele remete é a realidade de discurso” (Benveniste, 1991, p. 288).

Se é “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (Benveniste, 1991, p. 286), o discurso autobiográfico fica em apuros quanto às referências para a verdade e a realidade daquilo que relata. Se tanto o “eu” (*Je*) quanto o “ego” (*moi*) não têm outra existência senão de linguagem (existência precária já que sujeita aos deslizes do exercício da língua), tratar-se-ia de encontrar algo que, ainda assim, garantisse a autenticidade de um discurso enquanto autobiográfico. Depois de ter driblado a inevitável questão da distinção dos gêneros calcada na categoria da verdade (fato e/ou ficção), Lejeune se propôs a tratar a espinhosa questão da identidade em jogo nas autobiografias através do que denominou ‘pacto autobiográfico’ (Lejeune, 1981, p. 421).<sup>2</sup> Ao constatar — e, isso, no seu clássico texto de 1971 — que todas as identificações levam, fatalmente, à cunhagem da primeira pessoa em um nome próprio, é em relação a ele que o especialista situará os problemas da autobiografia. Nesse sentido, toda a existência do que denominamos autor resumir-se-ia ao nome

impresso sobre a capa do livro, sobre a página de abertura, acima ou abaixo do título do volume. Encontrar-se-á aí:

“[...] a única marca, no texto, de um indubitável *hors-texte*, reenviando a uma pessoa real, que demanda, tão logo se lhe atribui, em última instância, a responsabilidade da enunciação de todo o texto escrito. Em muitos casos, a presença do autor no texto se reduz apenas a esse nome, mas o lugar designado a ele é capital: ele está ligado, por uma convenção social, ao engajamento da responsabilidade de uma pessoa real. [...] uma pessoa cuja existência é atestada pelo estado civil e verificável. [...] sua existência está fora de dúvida [...] [fato que] não faz senão sublinhar a crença geral dada a este tipo de contrato social” (Lejeune, 1971, p. 23).

Assim, o nome próprio, “signo de realidade”, fará com que o autor seja “um nome de pessoa, idêntico, assumindo uma seqüência de diferentes textos publicados. Ele extrai sua realidade das outras obras que figuram freqüentemente na abertura do livro: ‘Do mesmo autor’” (Lejeune, 1971, p. 23-24). Portanto, Lejeune constrói um critério aparentemente simples a partir do qual a autobiografia e outros gêneros da literatura íntima, tais como ‘diário’, ‘autorretrato’, ‘ensaio’<sup>3</sup>, são definidos pela *identidade de nome próprio entre o autor, narrador e personagem*.

Por conseguinte, fica indicado que o gênero autobiográfico é contratual. Sendo assim, a história da autobiografia seria, antes de tudo, aquela de seu modo de leitura. Lejeune acaba por concluir que,

“[...] se a autobiografia se define por alguma coisa de exterior ao texto, não é em um aquém, por uma inverificável verossimilhança com uma pessoa real, mas em um além, pelo tipo de leitura que engendra, pela crença que secreta, e que se dá a ler no texto crítico” (Lejeune, 1971, p. 44).

Desse modo, se o real o sujeito o leva na sola do sapato, como sugeriu Lacan em um certo momento de seu ensino, esse estudioso dos escritos íntimos acabou por localizar no nome-próprio esse ponto de real no qual, em última instância, torna-se possível definir o que seja um escrito autobiográfico.<sup>4</sup> Portanto, para Lejeune:

“[...] em oposição a todas as formas de ficção, a biografia e a autobiografia são textos *referenciais*: exatamente como o discurso científico ou histórico, eles se propõem a fornecer informações a respeito de uma “realidade” externa ao texto e a se submeter, portanto, a uma prova de *verificação*. [...] Todos esses textos

referenciais comportam então o que chamarei de *pacto referencial*, implícito ou explícito, no qual se incluem uma definição do campo do real visado [...]” (Lejeune, 2008, p. 36).

Em resposta a Lejeune, e de modo bastante ardiloso, o escritor Serge Doubrovsky apresentou o seu livro *Fils* (1977). Decidido a seguir a aventura da linguagem, o livro, um relato evidentemente autobiográfico, ele o classifica como autoficcional. Em uma sinopse na contracapa do próprio livro, lemos que:

“Mal sai de sua casa, eis S. D. despejado em plena Grand Central Parkway, a autoestrada que leva à Nova Iorque: no fio das lembranças que atormentam seu despertar, as estradas que cruzam a sua vida, se diz um exilado americano, doloroso e enigmático. Esses fios, onde tentar desatá-los, se não em seu analista, no curso de uma longa sessão, no qual eles se obstinam em se enrolar em torno do personagem do filho. Particularmente, no sonho do monstro marinho, nascido do texto de Racine no espírito do crítico adormecido. A interpretação do sonho se reverterá na explicação do texto raciniano, cuja nova leitura permitirá reler, por sua vez, a vida do narrador, que a gente terá acompanhado nesse intervalo de tempo, depois da visita ao “psi”, através da balbúrdia solitária de Nova York, dos silêncios calafetados da universidade, até a sala de aula onde se realiza seu gozo: algo se desata. — Autobiografia? Não. Ficção, de eventos e fatos estritamente reais. Se se quer, a ficção de si mesmo, autoficção, por ter confiado a linguagem de uma aventura à aventura de uma linguagem em liberdade” (Doubrovsky, 1977, s.p).<sup>5</sup>

Apresentado em cinco capítulos cujos títulos em francês e em inglês não desconsideram a sonoridade da língua,<sup>6</sup> desde aí o autoficcionalista nos remete ao que Lacan denominou *lalangue*, a *lalíngua*, uma escrita na qual a sonoridade das palavras faladas, assonâncias, dissonâncias, ressonâncias, apresenta-se de modo determinante nas palavras escritas.

Embora seja evidente a *identidade de nome próprio entre o autor, narrador e personagem*, o que por si classificá-lo-ia como um escrito autobiográfico, um escrito íntimo, isso não impede Doubrovsky de escrever um prefácio no qual observa:

“Autobiografia? Não, este é um privilégio reservado aos importantes deste mundo, no entardecer de suas vidas, e em um belo estilo. Ficção, de acontecimentos e de fatos estritamente reais; se se quer, *autoficção*, por ter confiado a linguagem de uma aventura à aventura da linguagem, deixando fora a sabedoria e a sintaxe do romance,

tradicional ou novo. Encontros, filhos/fios de palavras, aliteraões, assonâncias, dissonâncias, escritura de antes ou depois da literatura, concreta, como se diz musicalidade. Ou ainda, autofricção, pacientemente onanista, que espera fazer agora partilhar seu prazer". (Dobrovsky, 1977, p. 10).

Nos termos de Azevedo, o hibridismo introduzido por Dobrovsky entre o autorreferencial e o ficcional deixa à mostra um "entre-lugar", um indecidível, através do qual se evidencia o estatuto contraditório do sujeito enquanto um lugar vazio, cuja veracidade referencial é impossível de garantir e, simultaneamente, como aquele de um intruso que se assume como interlocutor de si, colocando-se na posição de autor. O apagamento do eu biográfico deslocará o interesse de uma possível relação entre o texto e a vida do autor, localizando-o na relação do texto como forma de criação de um "mito", de um "mito do escritor" (Azevedo, 2008), por exemplo. Se, como afirma Lacan, "o mito é o que dá uma formulação discursiva a algo que não pode ser transmitido na definição da verdade, porque a definição da verdade só pode apoiar-se sobre si mesma, e é na medida em que a fala progride que ela a constitui" (Lacan, 1953, p. 13), os escritos íntimos ou autobiográficos constroem e sustentam um mito dito pessoal de que ninguém melhor do que o próprio sujeito para dizer a verdade sobre ele mesmo, postulando com isso uma consciência reflexiva não apenas capaz de se confessar, e com sinceridade absoluta, mas também uma verdade que se diria toda. E é nesse campo que, ao invés de declinar, assistimos a uma proliferação infinita dos escritos de si, dos escritos íntimos, a um culto dos arquivos de si (Roudinesco, 2006), na forma de testemunhos, de relatos autobiográficos, de blogs etc., na nossa contemporaneidade. Assistimos a uma tentativa decidida de se "dar forma e impressão individuais ao vazio gramatical do *shifter* 'eu' (*je*), de modo que entre todos os '*je*' possíveis, o pronome não possa mais, no limite, denotar senão um nome próprio. Eu-Montaigne, Eu-Rousseau" (Dobrovsky, 1988: 61), Eu-João, Eu-Maria etc. ...

### Enlaçamentos e desenlaçamentos entre escrita e psicanálise

Apresentando-se não apenas como um sujeito que tem a experiência da psicanálise enquanto analisante, mas também como alguém que é um praticante da escritura autobiográfica, Dobrovsky se propôs, em um texto produzido em 1988, a um testemunho sobre a relação entre duas de suas experiências: a da análise pessoal e a da escrita. Partindo, obviamente, da constatação de que a verdade do sujeito, em grande parte, é o outro quem a detém, pois, "se minha verdade é o discurso do Outro, como sustentar eu-mesmo um discurso sobre a

verdade?" (Doubrovsky, 1988, p. 63), o autoficcionista indaga sobre a relação possível entre os pontos de opacidade deixados ou produzidos pela experiência analisante e o ato da escrita. Ele busca, na justificativa apresentada por Michel Leiris, no seu escrito autobiográfico, a base para a sua discussão. Leiris nos adverte sobre o ato de escrita do seu livro *A idade viril* (1946), dizendo tratar-se de um ato em relação a ele próprio, "pois, ao redigi-lo, pretendia elucidar, graças a essa formulação mesma, certas coisas ainda obscuras para as quais a psicanálise, sem torná-las inteiramente claras, havia despertado a minha atenção quando a experimentei como paciente" (Leiris, 2003, p. 19). Com seu comentário, Leiris assinala que a escrita não é redutível aos esforços/efeitos de escuta, colocando-se em guarda contra uma escritura que fosse puramente transcritiva, referencial, inocente (Doubrovsky, 1988, p. 65).

A partir daí, Doubrovsky formula questões bastante instigantes sobre a escrita em psicanálise: o que, no ato da escrita, retoma, elucida, por sua própria formulação, "certas coisas ainda obscuras", para as quais a experiência da psicanálise despertou a atenção do sujeito? E ele continua: frequentemente, os textos de analisados, atualmente bastante em moda, têm vocação documentária: eles relatam, reproduzem, muitas vezes não sem felicidade, o gesto que é, para todo analisante, sua análise; eles ganham corpo nas "verdades" já elaboradas alhures nas "sessões". Do diário de bordo ao relato estilizado, a escrita tem aí uma função de veículo; ela não faz progredir o escritor ou leitor mais além, na intimidade de um ser, senão até o ponto no qual a análise se deteve. Essa é uma função possível e, aliás, perfeitamente honrável da escritura: a "transcrição", feita pelo analisante, seria o avesso da "explicação" dos relatos de caso, feitos pelo analista. Em *A idade viril*, a proposta de Leiris é outra: ela se articula, certamente, à experiência da análise, mas para prossegui-la, talvez ultrapassá-la; ela se situa não no enquadramento, mas em um além de uma experiência da palavra, que se torna experiência autônoma de escrita. Nesse sentido, tratar-se-á de elaborar *não uma escrita do inconsciente, mas uma escrita para o inconsciente*.

Agora, tornando-se crítico literário, ou seja, leitor do seu próprio livro autoficcional, *Fils*, Doubrovsky (1988, p. 68) mostra como, no seu caso, o relato, não de um percurso de análise, mas de uma sessão de sua análise pessoal, funcionou no interior de um conjunto textual do qual a sessão constituiu o nó ou o ponto central. À diferença dos relatos de caso tradicionais, o texto "psicanalítico" não constituiu aí senão uma parte do texto total, à diferença do projeto leirisiano, a escrita não foi colocada em trabalho no espaço pós-analítico, mas no espaço mesmo da análise. Ela tentou abrir esse espaço no texto mesmo, produzindo um aquém e um além da experiência no tecido narrativo.

Se a autobiografia clássica acreditava em uma partogênese escritural, na qual o sujeito nasceria de um apenas, a constatação da impossibilidade disso, desde o século XVII, e mesmo antes, e a presença da sessão analítica, que o século XX instaura, darão lugar, na era pós-freudiana, conclui o escritor de *Fils*, a dois tipos de relatos: aqueles do ponto de vista do conhecimento do sujeito pelo outro (feitos pelo analista), o relato de caso, que constitui aqui uma forma particular de biografia, ou o empreendimento do ponto de vista do próprio sujeito, que resgata uma espécie de gênero antigo que são exatamente os escritos autobiográficos. No entanto, com a psicanálise, uma novidade radical introduziu-se aí: a alteração da solidão radical romântica do “apenas eu” de Rousseau. Ex-analisante, Doubrovsky (1988, p. 73) afirma saber muito bem que o mesmo não nasce do mesmo e que seu autorretrato é, de fato, um heterorretrato, que ele lhe retorna do lugar do Outro.

Enfim, para esse que cunhou o termo “autoficção” (Doubrovsky, 1988, p. 78-79), o sentido de uma vida não é a ser descoberto, mas inventado, construído. Tal seria a “construção analítica”:  *fingere*, “dar forma”, ficção que o sujeito incorpora. Sua verdade seria testada como o enxerto em cirurgia: aceitação ou rejeição. O implante fictício que a experiência analítica propõe ao sujeito como sua biografia verídica é verdadeiro quando ele “funciona”, i.é., se ele permite ao organismo viver (melhor). Se ele for inexato ou incompleto, até mesmo nocivo, ele é rejeitado. E o nosso escritor termina indagando: a autoficção pós-analítica é mais verdadeira enquanto escrita autobiográfica do que o autorretrato clássico com suas ilusões ficcionais? Seria ela mais verdadeira no sentido de uma adequação a um “real” qualquer, exterior ao relato e sua pedra de toque. Quanto a isso, a sua conclusão é que o relato pós-analítico não seria mais verdadeiro, senão mais enriquecido, tal como se diz de uma substância química, como o urânio, por exemplo, que ele foi enriquecido. Jamais formulada ou mesmo formulável, a verdade restaria “entre-dita”. Se o seu estatuto é mítico, por essência ela permanecerá enquanto tal, contradição velada e resolução impossível. Nesse sentido, todo sujeito é mítico e todo relato também, mesmo aqueles sob forma teórica.

Para concluir

Embora formule questões instigantes com relação à escrita em psicanálise, Doubrovsky conclui seu ensaio sem assinalar que não se trata de adequar o relato psicanalítico, seja ele biográfico ou autobiográfico, seja ele feito pelo sujeito como testemunho ou pelo analista como relato de caso, a um real, ou melhor, a uma realidade qualquer que existisse e permanecesse exterior ao relato. Nesse ponto, a experiência da psicanálise se diferencia da experiência da

literatura tal como apresentada pelo autoficcionista. Lacan (1959-1960, p. 91) nos permite avançar aqui, ao retomar com Freud a noção de *das Ding*, como um ponto de opacidade excluído no centro do aparelho psíquico em torno e a partir do qual se constituem os movimentos do desejo. Em relação ao *topos* psíquico, essa Coisa estaria em posição de exclusão interna, uma “exterioridade íntima, uma extimidade” (Lacan, 1959-1960, p. 173), e, em volta dela, organiza-se o mundo subjetivo do inconsciente em relações significantes.

Em vista disso, podemos indagar: não será que, ao operar com a noção de semblante — a partir da qual se torna possível dizer que o oposto do verdadeiro não seria a falsidade ou a insinceridade, mas o real — e com a noção de extimidade, a problemática gerada pelos ‘escritos íntimos’ sofreria uma torção que permitiria visualizar o escrito não apenas na sua face de íntimo, mas também como êntimo? Não será que, com as noções de extimidade e de semblante, a psicanálise produziria um giro nos assim denominados ‘escritos íntimos’, de tal modo que se tornaria possível subverter ou mesmo ultrapassar essa partição entre um discurso referencial, biográfico, e um outro, ficcional? Nos termos de Lacan, “o sujeito em sua casa, a rememorialização da biografia [ou a construção da autobiografia, acrescentaríamos], tudo isso só marcha até um certo limite, que se chama o real” (Lacan, 1964, p. 51-52).<sup>7</sup> Autoficcional seria, portanto, o modo como cada sujeito localiza, nomeia e opera com esses pontos de real ou mesmo de opacidade. Segredo? Verdade não-toda? Nome-Próprio? Não seriam esses apenas alguns, entre tantos outros, modos de nomear ou escrever a extimidade?

#### Notas:

1. Texto apresentado no *I Colóquio Internacional: A Bibliofilia contra a bibliometria: o incomensurável da pesquisa em Psicanálise*. Outubro de 2010. Depto. de Psicologia/UFMG.
2. Para Lejeune (1981, p. 421), o termo ‘pacto’ não deixa de ser sedutor, uma vez que evoca “esses ‘pactos com o diabo’ nos quais o sujeito umedece a sua pena no próprio sangue para vender sua alma...” Já o termo ‘contrato’ seria mais prosaico, implicaria algo como um tabelião.
3. Posteriormente, Lejeune diferencia dos escritos autobiográficos essas outras escritas, tais como ‘diário’, ‘autorretrato’, ‘ensaio’.
4. Aqui cabe evocar o fato de que Lacan formula uma teoria do Nome-Próprio como algo que é da ordem do real, teoria que encontra, nas formulações do lógico inglês Saul Kripke sobre o nome-próprio como designador rígido, uma fundamentação teórica bastante consistente em termos lógicos.

5. DOUBROVSKY, Serge. *Fils*. Paris: Gallimard, 1977. Apresentação do livro na sua contracapa.
6. Os cinco capítulos serão denominados: *Strates, Streets, Rêves, Chair, Chaire* e *Monstre*, ou seja, Estratos, Ruas, Sonhos, Carne, Cadeira Disciplinar e Monstro.
7. E Lacan (1964, p. 51-52) continua: “Um pensamento adequado enquanto pensamento [...] evita sempre — ainda que para se reencontrar em tudo — a mesma coisa. O real é aqui o que retorna sempre ao mesmo lugar — a esse lugar onde o sujeito, na medida em que ele cogita, [...] não o encontra”.

#### Referências bibliográficas

AZEVEDO, Luciene Almeida. “Autoficção e literatura contemporânea”, in \_\_\_\_\_. [WWW.abralic.org/revista/2008/12/23/download](http://WWW.abralic.org/revista/2008/12/23/download). Acesso em: ago. 2010.

BARTHES, Roland. (1977) Roland Barthes por Roland Barthes. São Paulo: Cultrix, 1977.

BENVENISTE, Emile. (1991) Problemas de lingüística geral. Campinas: Pontes, 1991.

DOUBROVSKY, Serge. (1977) *Fils*. Paris: Gallimard, 1977.

DOUBROVSKY, Serge. (1988) “Autobiographie/verité/psychanalyse”, in *Autobiographiques: de Corneille à Sartre*. Paris: PUF, 1988, p. 61-79.

FOUCAULT, Michel. (2006) “A escrita de si”, in *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2.ed , 2006, p. 144-162.

LACAN, Jacques.(1953) O mito individual do neurótico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LACAN, Jacques. (1959-60) O Seminário. Livro 7: a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988a.

LACAN, Jacques. (1964) O Seminário. Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988b.

LEJEUNE, Philippe. (1971) *L'autobiographie en France*. Paris: Colin, 1971.

LEJEUNE, Philippe. (1981) “Le pacte autobiographique (bis)”, in *Poétique*, Paris, n.56, p. 416-434, nov. 1983.

LEJEUNE, Philippe. (2008) O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEIRIS, Michel. (1946) A idade viril. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

Dossier: Ecrits intimes: de Montaigne à Peter Handke. Paris: Magazine Littéraire, n. 252-253, 1988. p. 18-125.

Dossier: Les écritures du moi. Paris: Magazine Littéraire, n. 409, 2002. p. 20-66.

ROUDINESCO, Elizabeth. (2006) "O culto de si e as novas formas de sofrimento psíquico", in A análise e o arquivo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 51-76.

Recebido em 12/03/2009. Aceito em 30/04/2009.

Received in 03/12/2009. Accepted in 04/30/2009.

## A escrita do sintoma no tratamento analítico<sup>1</sup>

### Writing the symptom in an analytic treatment

Marie-Hélène Blancard

Psicóloga

DESS em Psicologia Clínica e patológica / Paris 7 / França

Professora da Antena Clínica de Brest-Quimper / França

Psicanalista membro da École de la Cause Freudienne

A.M.E.

Membro da Associação Mundial de Psicanálise

marie-helene.blancard@orange.fr

#### Resumo

Portador de uma mensagem e, portanto, de uma significação, o sintoma satisfaz ao mesmo tempo um gozo obscuro, refratário ao sentido. Se nós o amamos mais do que a nós mesmos é porque ele é nossa marca singular dos primeiros traços linguageiros que marcam o corpo: a abordagem lacaniana do *sinthoma* dá conta desta positividade irreduzível. Porém, para desembaraçar o sintoma, a análise lança mão de palavras, de significantes, ou seja, de semblantes. Estes semblantes sobre os quais o sujeito neurótico se apoia são referências estáveis: o Nome-do-Pai, o falo e o objeto *a* formam um ternário que é também um tripé teórico.

*Palavras-chave:* psicanálise, sintoma, *sinthoma*, semblante, caso clínico.

#### Abstract

Bearer of a message, hence of a significance, the symptom satisfies at the same time an obscure enjoyment, hard to comprehend. If we value it more than we do ourselves it is because it's our mark, our singularity, the mark of the first linguistic traces that have struck our body: Lacan's approach of the *sinthome* gives account of this relentless positivity. However, in order to understand the symptom, the analyst must use words, signifiers, semblance. These semblances over which the neurotic subject supports himself are stable landmarks: the Name-of-the-Father, the phallus and the *objet petit a*, form a trio that is also a theoretic tripod.

*Key words:* psychoanalysis, clinic case, symptom, *sinthome*, semblance.

Portador de uma mensagem e, portanto, de uma significação, o sintoma satisfaz ao mesmo tempo um gozo obscuro, refratário ao sentido. Se nós o amamos mais do que a nós mesmos é porque ele é nossa marca singular dos primeiros traços linguísticos que marcam o corpo: a abordagem lacaniana do *sinthoma* dá conta desta positividade irreduzível. Porém, para desembaraçar o sintoma, a análise lança mão de palavras, de significantes, ou seja, de semblantes. Estes semblantes sobre os quais o sujeito neurótico se apoia são referências estáveis: o Nome-do-Pai, o falo e o objeto a formam um ternário que é também um tripé teórico.

Assim, recorre-se forçosamente ao sentido, ao semblante, para ler a opacidade do gozo, observa Jacques-Alain Miller. O binário “Semblante e *sinthoma*” reflete esse hiato entre sentido e gozo: como fazer valer finalmente “a borda de semblante que situa o núcleo de gozo”? É a questão clínica e teórica do VII Congresso da AMP.

Todo o esforço de Lacan, em seu último ensino, consiste em dar uma definição do sintoma que inclua ao mesmo tempo o efeito significante e o gozo, ou seja, incluindo no sintoma o automatismo da repetição. É em seu *Seminário RSI* que ele poderá finalmente dar ao sintoma esta definição – “a maneira como cada um goza do inconsciente, enquanto o inconsciente o determina”. A partir de 1975, portanto, ele define o sintoma como um modo de gozo do significante. É a razão pela qual ele substituirá a problemática da interpretação pela problemática da decifração, fazendo do sintoma uma função que inscreve ao mesmo tempo I e (a). “É o que, mais do que tudo, está apto a escrever o nome próprio como particular do sujeito”, sublinha Miller em “O *sinthoma*, um misto de sintoma e de fantasma” (1998). O conceito de *sinthoma* é uma maneira de ultrapassar o dualismo significação-gozo em jogo na oposição entre sintoma e fantasma, uma maneira de conjugar a verdade do sintoma e a satisfação do fantasma.

O sintoma, no tratamento analítico, se faz processo de escrita, visa a escrever algo do gozo do sujeito, algo como seu nome próprio. É a aposta lacaniana, que o sulco da escrita – traço, signo ou letra – não cessa de escrever o gozo do sujeito. Limitado a dizer, o inconsciente cifra o gozo e

demanda ser decifrado. Lá onde a escrita havia falhado para esse sujeito é o trabalho *da* letra e *sobre* a letra que vai poder operar sobre o gozo.

A particularidade deste caso é que se trata de um sujeito que escreve e publica livros, o que coloca o problema da sublimação. Sabe-se que muitos escritores, como Sartre, por exemplo, se mantiveram à distância da psicanálise porque estavam persuadidos de que o tratamento os privaria do recurso à escrita. É a ideia de que a escrita está do lado do gozo enquanto a palavra toca no mais íntimo do desejo, tanto que ela se dirige ao Outro do saber e se expõe ao corte como na interpretação. A transferência inclui o desejo do analista, inclui o ato analítico. No tratamento analítico, o sujeito é sujeito no gozo e demanda, para além do sentido e da significação, que o corte do ato opere sobre o gozo o qual se encontra encoberto.

Lacan, no *Seminário XI* (1964, p. 244-45) define a mola fundamental da operação analítica como a mantenedora da distância entre o I e o a. Ele insiste assinalando que há uma diferença essencial entre o objeto definido como narcísico, o *i(a)*, e a função do (*a*). É nesta perspectiva que se pode interrogar sobre o que nós chamamos, seguindo Freud, de “sublimação”. Com efeito, este tratamento concerne um sujeito cuja vida é dedicada a uma atividade literária, socialmente bem-sucedida. Porém, a análise vai permitir que ele se desfaça do casulo narcísico, túnica de Nessus colada na pele, construída a partir de uma atividade sublimatória. Entende-se como, para além de *i(a)*, se tornou possível aos poucos colocar em jogo e isolar o *a* – o qual, no processo, fez aparecer a diferença sutil entre o *nada* derradeiro no qual o sujeito se refugiava e o vazio do sujeito do inconsciente. O efeito de desvelamento se produz quando um objeto (o olhar) dá lugar ao desprendimento de um outro mais fundamental (a voz), o que permite ao sujeito firmar com o Outro da linguagem um novo pacto de gozo. Ele pode então inventar um sintoma que faz dele um vivente, lá onde a escrita mantinha sua antiga aliança com a morte.

Ele escrevia livros por assim dizer “desde sempre”, rabiscando compulsivamente um moleskine preto onde ele registrava pequenos acontecimentos, muitas vezes mesmo ínfimos detalhes da vida corrente que retinham sua atenção: “isso” o olhava e a escrita lhe servia para absorver o excesso de gozo escópico. Desde a infância, apesar e por causa de seu sofrimento, ele aprendeu a se servir da escrita, tanto para assustar, quanto para seduzir. Ele provou o poder das palavras, encontrou um estilo, e conheceu o sucesso. Entretanto, sempre via o traço daquilo que lhe tornava

inapto à verdadeira vida: no fundo, seu êxito era índice de uma falha, do fracasso nele do vivente.

Este fracasso nele do vivente se manifestou em sua vida segundo modalidades diversas: a morosidade e a tristeza que ele vivencia como uma "covardia", impossibilidade de aceder à paternidade, adoecimento do corpo em acidentes repetitivos, sobretudo a perda do sentimento da vida que é liquidada após a morte de seu pai - pela depressão e pelas ideias suicidas que o acompanham - para finalmente levá-lo à análise.

É um sujeito que escreve, mas, apesar disso, sua paixão pela escrita não lhe faz sujeito. O que o distingue é sua maneira de apagar-se, de desaparecer, de ausentar-se. Ele se retira, se afasta do mundo para escrever. Para ele, a escrita não é dirigida ao Outro: "Eu me deixo atravessar por estas palavras das quais eu me faço na ocasião de escreva", indica ele. Somente no meio do percurso de sua análise, ele consentirá em fazer esta confissão: "Eu me sinto frequentemente arrastado por esta perda que é a minha, e que eu posso nomear como 'gozo de nada ser'".

Escrever livros não lhe permitiu se manter desejante, mesmo se isso o manteve em vida. Ele precisava da palavra dirigida ao Outro da transferência para sair do autismo do gozo e encontrar acesso ao desejo, indo além desta sublimação que sustentava seu narcisismo e o incitava a se mortificar. Da sublimação, conseguir fazer sintoma: esta passagem de um a outro não autoriza um uso radicalmente novo do objeto (a)?

### O apagamento do sujeito

Bastien tem dezoito meses. Seus pais lhe ofereceram um jogo de cubos para empilhar e ele os manipula com satisfação. Seu irmão, de três anos e meio de idade, se apropria subitamente dos cubos para atirá-los ao ar. O pai está presente, mas não intervém. Seu riso é para seu primogênito, muito mais um encorajamento para que ele continue o lançamento. Passado este primeiro momento de surpresa, Bastien decide se reunir à alegria geral e saltita no cômodo, aplaudindo as façanhas do irmão do qual, ele é, no entanto, vítima.

Esta cena infantil não é proveniente das lembranças precoces de Bastien. Ele a extraiu de um dos cadernos que seu pai lhe deixou; pois este, durante o período feliz de seu casamento, possuía uma espécie de crônica da vida

familiar, da qual seus filhos e sua esposa eram os protagonistas. Esta cena, tal como ela foi descrita pelo pai, indica de maneira surpreendente a posição de cada um: demissão do pai e onipotência do irmão, não sem a cumplicidade de Bastien, que adota uma posição masoquista. Após ter relatado e comentado esta cena e sessão, ele dirá: “Certo de sua superioridade física, meu irmão persistiu em suas façanhas até o fim... Eu, meu jogo de construção, são as palavras”.

Possuído pela pulsão, carregado de uma violência surgida do afrontamento ao irmão e ao pai, Bastien escreve, com efeito, desde a adolescência. Ele preenche cadernos, compõe artigos, escreve livros. Fez disso seu ofício. Depois dos dezesseis anos, ele aprendeu a domar a escrita e mesmo a tirar benefício dela, mas sempre na dor. Se ele encontrou o traço de singularidade que lhe permite existir e interessar os outros, ele vê aí o traço do que lhe deixava inapto a uma verdadeira vida – em particular inapto à paternidade. Seu êxito é para ele o índice de uma falha.

A escrita se impôs para ele quando ele era ainda aluno do secundário, e estava sempre presa à nostalgia de sua infância na África. Entra em conflito com seus professores, que ele provoca, e com seus pais, que ele exaspera. Obtém maus resultados, não trabalha mais e é finalmente expulso de várias escolas por razões de disciplina. Nesta época, ele vive sozinho em Paris com seu irmão, reencontrando seus pais apenas nas férias de verão. Longe do autoritarismo de seu pai, ele imagina que tudo é permitido, o que o perturba profundamente. É a idade das primeiras experiências sexuais, mas ele deve, para se autorizar, transgredir o interdito que seu pai colocava sobre o sexo e passar além da educação puritana que recebeu. Para se orientar na vida, ele não pode se apoiar em um pai rígido e frágil que lhe inspira, ao mesmo tempo, ódio, desprezo e piedade, mas também ternura. É neste momento de crise e de confusão de sentimentos que ele é capturado pela escrita. Permanentemente, em sua escrivaninha ou naquela da geladeira, ele escreve com frenesi, até esquecer tudo o que se passa ao redor: o tempo, os aborrecimentos, a vida.

### Fracasso e devastação

Marcado por uma educação rigorosa na qual o prazer não tinha muito lugar, seu pai deixou a residência familiar para se casar quando ainda era jovem. Dois meninos nascem em três anos. Alguns meses após o nascimento de

Bastien, sua mãe engravida novamente, mas fica doente e a gravidez é posta em perigo. A criança, então com dez meses de idade, é posta em um berçário por algumas semanas. A este abandono do Outro, ele responde com insônia e anorexia, o que se repetirá várias vezes no curso de sua vida. A partir de então, a família viverá seu drama: a mãe coloca no mundo um menino que não viverá senão algumas semanas. Ela terá ainda mais duas crianças que morrem recém-nascidas antes que nasça uma filha, esta irmãzinha que encantou Bastien. Ele lhe dedicava todos os seus cuidados.

Enquanto isso, seu pai é acometido por uma tuberculose que o manterá afastado de casa durante dois anos. Ele jamais se reabilitará completamente. Seu filho lamenta não tê-lo conhecido ativo e bem de saúde, mas sempre cansado, irritável, sonolento e dependente de medicamentos dos quais ele não mais separar-se-á até o fim de sua vida. Esse traço do pai inaugura, aliás, sua aversão por medicamento e reforça sua escolha pela análise.

Ao lado de sua mãe, sempre de luto, chorando por seus filhos mortos e seu marido ausente, Bastien vai procurar suavizar seu sofrimento compartilhando suas preocupações, distraíndo-a, forçando-a a se interessar por ele, custe o que custar. É preciso que ela retorne à vida, que dirija seu olhar para ele. É preciso encontrar o que poderia apaziguá-la, satisfazê-la. Do sanatório onde é cuidado, seu pai mantém contato com seus filhos lhes escrevendo contos que tratam dele próprio. Bastien se ocupa muitas vezes, entre quatro e cinco anos, de cortar e costurar juntas as folhas de papel para fabricar pequenos cadernos que intrigam sua mãe, à qual ele faz esta promessa: “Quando eu crescer, mamãe, eu te escreverei livros!”

### O traço da escrita

Traço adotado de seu pai, a escrita é, primeiramente, aquilo em que seu pai fracassou, e que ele pode retomar por sua conta para sucedê-lo e lograr êxito lá onde seu pai falhou. Ele pode, produzindo livros, rivalizar-se com ele, ultrapassá-lo e se distanciar dele. Ele escreve, então, sob um nome de empréstimo – primeiro uma matrícula, em seguida, um pseudônimo - livros essencialmente autobiográficos.

Para além da significação edipiana – onde o livro vem no lugar de uma criança feita para mãe – a análise leva-o a produzir uma outra, ligada ao

abandono do desejo do Outro. Ao saber da análise do filho, sua mãe lhe relata o momento em que ela teve que confiá-lo a uma instituição. Ela queria preservá-lo de sua aflição de ficar novamente grávida e doente. Ela estava deprimida demais para se ocupar dele; um dia na varanda de seu apartamento, enquanto ela o tinha nos braços, ela imaginou-se saltando no vazio com ele nos braços e ficou com medo. Lá onde o desejo do Outro se havia eclipsado, lá onde a voz da mãe subitamente estava morta, o traço da escrita é sua resposta ao furo encontrado no Outro, uma solução para operar sobre o real do gozo, e assegurar à sua maneira alguma coisa de uma transmissão. Que a vida continue, ao preço de uma certa mortificação.

A vida amorosa e sexual lhe é muito valiosa. Amar e ser amado, desejar e ser desejado são para ele essenciais. Ele amou apaixonadamente duas mulheres; a segunda é a eleita de seu coração há vinte cinco anos “sem que este amor tenha ganho uma ruga”, diz ele. Apesar de seu estilo de vida anticonformista, ele é totalmente fiel e considera agora a possibilidade de dar seu sobrenome à sua companheira. As duas mulheres importantes em sua vida têm traços absolutamente idênticos: no momento do encontro, elas são casadas com outro, são mães de dois filhos, o segundo com apenas alguns meses de idade. Bastien entra na vida delas, assume o lugar de amante (jamais o de marido) e vive intensamente a relação com o filho que dá seus primeiros passos chamando-o de papai. Ser realmente pai não foi possível para ele; ele não pôde ser senão o filho, o irmão, o amante.

Com dezessete anos, ele engravida uma jovem moça “por acidente”, mas se recusa a desposá-la “para consertar”, como queria seu pai. Recuando diante da solução de aborto, ele considera por um momento criar sozinho esta criança... É o impasse. A única saída que se apresenta é, então, o acidente: ele pega emprestado a moto de seu irmão, que ele não sabia conduzir, e bate na calçada a toda velocidade. Quando sai do coma depois de alguns dias, ele fica sabendo que não terá mais o filho: a gravidez terminou acidentalmente. Ao sair do hospital, ele é incapaz de retomar seriamente seus estudos, sofre de violentas enxaquecas e atravessa um episódio de anorexia. Ele empreende então uma psicoterapia em um centro de consultas para estudantes, tratamento que encerrará em dois anos, uma vez aliviado de suas enxaquecas.

O impasse do luto

Seu pai já agoniza quando sua mãe decide lhe comunicar. O velho homem, debilitado pela doença, desejou vê-lo após doze anos de separação. Mas é tarde demais: seu pai está em processo de reanimação e não pode mais falar. Bastien, submerso pela culpa de uma ruptura da qual ele é o único responsável, fica em sua cabeceira, assiste a seu fim, acompanha o corpo onde ele deve ser enterrado. Ele chora com todos de sua família.

Logo depois, ele é assaltado pela necessidade de escrever – de escrever (sobre) seu pai, de dizer o amor e o ódio que os unia um ao outro, mas, sobretudo, os arrependimentos que lhe restavam. Durante este trabalho, ele se depara com dificuldades particulares, imprevisíveis, insuspeitáveis. Ele modela as palavras, retorna sem cessar em certas passagens que lhe resistem, modifica a forma sem satisfazer-se. Ele finalmente decide acrescentar no livro o conto que seu pai lhe havia escrito quando criança, com a menção do sobrenome do autor. Assim, ele que sempre publicou sob um pseudônimo – do qual havia feito seu nome – começa a desvelar seu sobrenome de família através do de seu pai, a fim de restaurá-lo no lugar de autor, que ele sublinha assim: “Não se diz, para designar o pai pela metáfora, *o autor de meus dias?*”.

A função assumida até então pela escrita encontra neste ponto seu limite, o da impotência em concluir ou em pelo menos permitir o trabalho de luto. A escrita fixa o sujeito em um gozo do qual ele não pode se separar: o luto se mostra impossível. Além disso, a publicação do livro não produziu o sucesso esperado, somente um sucesso íntimo. Fica então a angústia, depois o buraco negro da depressão. Sonâmbulo desde sua infância, ele perde o sono, reencontrando a cada noite a sombra real da morte, o fantasma ameaçador do pai que ronda e vem acertar as contas. É para escapar desse inferno que ele procura a análise. Até então, ele tinha a escrita para ampará-lo; a escrita para tornar a vida suportável, a escrita para sustentar seu gozo, a escrita como compulsão à repetição, reencontrando a cada vez esta suspensão particular – fora do tempo, fora da castração – onde ele desafiava a morte. O que podia advir dele, se daqui em diante a escrita lhe provocava horror?

A cifragem do gozo

A transferência já estava lá, a espera. A abundância de sonhos testemunha em pouco tempo o despertar do sujeito, o que lhe permite recuperar o

sono. A escrita do sonho o apazigua. Ele registra seus sonhos em um de seus famosos cadernos para fazer disso, durante um tempo, o essencial das sessões. Constrangido a dizer, o inconsciente cifra o gozo e demanda ser decifrado. Lá onde a escrita havia falhado, é sob transferência que o trabalho da letra sobre a letra vai poder operar diretamente sobre o gozo. Uma série literal e litoral se libera, como um imperativo de gozo, que seria “se calar” (não “divagar”): se calar, se esconder, se enterrar...<sup>2</sup>

Pois a letra, para além do sentido e da significação, concerne à relação que Bastien mantém com a escrita. O corpo sofre de um excesso de gozo que exige um tratamento, uma transformação: é aqui que a letra opera, na junção entre o corpo e o significante. No momento em que ele vem à sessão com sinais de um herpes no rosto, Bastien se lembra de ter sofrido uma crise semelhante por volta dos dez anos de idade, quando estava de férias na casa de sua avó. Ele se coçava e a infecção havia atingido o nariz. Sua avó chamou o doutor cujas palavras lhe inquietaram: se ele continuasse a se coçar, a infecção atingiria o cérebro e podia morrer. Ele se lembra de sua angústia e da febre que agitava seu corpo durante a noite, acentuando mais ainda as comichões insuportáveis. Ele saiu com dificuldade de sua cama e foi encontrado no sótão, datilografando freneticamente em uma velha máquina escrevendo um monte de cartas, para enganar a angústia e suportar a febre que queimava seu corpo.

Após ter produzido um livro discretamente articulado ao trabalho analítico, Bastien interroga o lugar e a função da escrita em sua vida. A fala precedeu a escrita como trabalho de borda do real pulsional. O ato analítico visa a separar o sujeito de sua posição mortífera – *continuar a ser uma criança para ser o falo morto da mãe* – e a produzir o novo. Ele é um sujeito dividido que pode consentir à fala ou à perda, sem, todavia, desconhecer o peso do real. Não se trata mais para ele de tapar os furos do Outro a qualquer preço – ao preço de sua vida.

A castração ou a morte: aquele que realmente sacrificou sua vida para o Outro todo-poderoso e não castrado foi seu irmão primogênito que se suicidou no momento em que sua esposa se separava dele. Este evento dramático forçou a perda e o levou a fazer o luto do ideal do herói que encarnava este irmão que mais cedo veio suplantar a impotência do pai. Ao fazer isso, ele se separou de seu duplo, atualizando assim um fantasma de gemelaridade que lhe assegurava uma espécie de completude imaginária que se apoiava no objeto olhar: a lei muitas vezes insensata do irmão vinha

no lugar do silêncio paternal e o olhar geralmente implacável do primogênito vinha apaziguar a presença-ausência da mãe depressiva, indiferente a seus filhos, quando não era hostil.

### A marca do sujeito

Construindo no tratamento sua neurose infantil e chegando mais perto de sua relação com o gozo, Bastien descobriu a amplitude da devastação materna. Tratava-se para ele de enfrentar a pulsão de morte encontrada tão cedo na mãe, no ilimitado do gozo feminino próprio a esta mãe mortífera e suicida – uma mãe machucada a tal ponto que viveu como uma mãe potencialmente assassina.

Isso abriu a questão do gozo materno, de sua opacidade, de suas afinidades com a morte e da maneira como seus filhos – bem mais que sua filha, paradoxalmente – foram capturados por esta hiância. O primogênito, pouco dotado para as palavras e inteiramente dedicado às façanhas esportivas, acabou se precipitando. Bastien construiu sua vida sob o poder das palavras, sob a magia do significante e a função da letra que operam sobre o gozo. Isso não evitou o adoecimento de seu corpo, que quebrasse seus ossos, que sofresse acidentes e mesmo de ausências, que caísse muitas vezes em coma. Ao menor incidente em sua vida, ele pode se imaginar, se ver morto – corpo morto estendido no chão. Sem dúvida pode-se ver o índice de um real que impele o sujeito a se apagar para descompletar um Outro sem desejo, não castrado e, portanto, ameaçador: ele quer furar este Outro, ele queria ainda que o Outro não castrado se fizesse de Outro do desejo e dirigisse seu olhar sobre ele. Mas ele encontra apenas a hiância mortífera do gozo infinitamente silencioso deste Outro. De onde o traço da escrita aparece, nesta perspectiva não edipiana, como uma resposta à devastação materna.

Um sonho surpreendente veio recolocar em cena o acidente apagado de sua memória, esta queda mortal tão traumática que se repetiu apesar do trabalho de escrita e durante uma interrupção da análise: o choque terrível, uma grande vertigem, o barulho da moto pulverizada, seu corpo que se desloca tocando a calçada... Mas, não. A calma retorna enquanto ele se sente deslizar lentamente sobre o chão, seu corpo descrevendo como em câmera lenta uma imensa curva. Ele ouve, no sonho, ressoar estas palavras: "O livro continua". O grande livro da vida.

A morte ameaçadora, de fato, é aos poucos colocada à distância. Ele consegue domar a hiância mortífera que, à noite, se abria sob ele para absorvê-lo inteiramente. Ele não desperta mais tremendo e aterrorizado, tendo em mente a solução do suicídio. Precipitar-se voluntariamente nesse abismo lhe parece agora absurdo. A morte com olhos vazios que o fascinava não faz mais seu Outro todo-poderoso, ele não se faz mais de objeto de seu gozo. Ela encontrou seu justo lugar: a morte está no horizonte da vida e ninguém pode lhe escapar. O único sacrifício ao qual é preciso consentir é o da castração, e ele percebe como a lógica de sua existência está articulada em torno desta escolha do ser o livro ou ser a libra de carne.

Graças à operação da transferência, a decifração do inconsciente permitiu ao sujeito decifrar uma parte do gozo mortífero. De seu laço íntimo e aterrorizante com a morte, ele pode dizer hoje: “Por que não fazer dessa particularidade um traço, uma marca sem a qual eu não seria quem eu sou?”.

#### O núcleo do sintoma

Este tratamento mostra como um objeto a pode ocultar outro. Posto em primeiro plano como mais-de-gozar pela escrita que valia como sublimação, o olhar revela aqui o valor fundamental que se vincula à voz, em um sonho surpreendente: “Eu sou um olho, um olho separado da visão, do qual eu queria a todo preço conhecer o segredo. Mas eu fico desapontado com o que descubro: ela contém em si tão pouca coisa, simplesmente a úvula no fundo da garganta”. Da leitura deste sonho surge para ele uma evidência: uma letra caiu, é a subtração da letra N que faz a diferença entre “óculos” e “úvula”<sup>3</sup>. O corte da sessão intervém sobre esta letra que equivoca com “ódio”. Ele sai, como dirá mais tarde, “literalmente aturdido”. Pode-se aqui evocar a indicação de Lacan: “Ele odeia e ele é... um ódio, um ódio sólido, ele se dirige ao ser”.

Ele considera então que sua obra pode continuar em suspenso, inacabada. Ele situa a lógica de sua constatação em relação à função atribuída à escrita: ela era necessária para viver, na medida em que ele precisava suportar um excesso de sofrimento que assim podia ser reabsorvido. Mas, se a escrita se nutria da dor, como alimentá-la daqui em diante? Ele

vislumbra a inconsistência do que ele chama de sua obra, ao mesmo tempo em que sua vida é destituída do modo de gozo que lhe é próprio – apagar-se, fazer-se desaparecer como sujeito.

Este instante de ver introduz o tempo para compreender e produz um ganho de saber: “eu não escrevo para me expressar, mas para me calar”. Ele dá ao seu tratamento uma finalidade precisa, a de acabar com “O medo do medo”, do que Lacan nomeia como angústia – aquela que surge da “suspeita que nos vem algumas vezes de nos reduzirmos ao nosso corpo”. Este momento, que antecipa o término da análise, vai permitir aproximar o nó do sintoma em torno deste objeto a que era até então sacrificado ao Outro – a voz.

Um sonho testemunha o surgimento da causa do desejo “Um berço é deixado em frente à porta do jornal onde eu trabalho. Eu devo cuidar da criança que lá se encontra: um pequeno ser que desaparecia sob uma avalanche de bonecas inanimadas, crianças mortas. Ouvindo atentamente, eu chego a perceber um minúsculo fio de voz –sou eu gritando em silêncio”. Para além do enunciado, a voz é o indicador do sujeito da enunciação. A escrita deixa de ser para ele a “a única solução para seguir sob o peso dos mortos”. A dimensão do ato alcança neste “ouvir atentamente”, que faz eco ao dizer de Lacan –“que se diga fica esquecido atrás do que se diz no que se ouve” (1972, p. 449).

Na sequência desse sonho, ele confiará à analista seu projeto – escrever. É a primeira vez que ele pode considerá-lo sem vergonha, a primeira vez também que ele pode falar disso a sua companheira. Ele confessa, assim, o gozo de contrabando que detinha sua escrita. Há mais de vinte anos que ela é sua parceira, mas ele escrevia somente sem que ela percebesse, às escondidas, se isolando, “como um ladrão”.

Uma leitura do ato

Desde que ele não se condena mais ao trabalho forçado que era a escrita, desde que a queixa não está mais lá para alimentar o sintoma, ele interroga o final da análise à luz da escolha do ser no qual ele se reconhece: “A escrita é o que me permitiu ser, sem jamais ter que existir”.

Mesmo não escrevendo mais, ele manteve a escrita no horizonte a todo custos, como possível recuperação do gozo perdido. Como renunciar a partir

do momento em que ele está absolutamente convencido de que é seu destino, seu próprio ser: “Não se cura pela escrita... Mas quando me perguntam se eu escrevo, isso é ridículo! Pergunta-se a alguém vivo se ele respira...?”.

Recentemente, enquanto ele se encontra entretido por um manuscrito do qual ele não consegue se separar, é invadido por uma angústia repentina e informa ao analista que no caso de lhe acontecer alguma coisa ao sair da sessão, tomou o cuidado incluir na primeira página deste manuscrito que o acompanha em todo lugar: “Manuscrito inacabado, para enviar a meu editor...”, com o nome e o endereço deste. No final que ele antecipa, é o objeto livro que o representa, sob o pseudônimo que ele escolheu como assinatura e que é um nome de gozo – “Motus”, poderia ser o equivalente dele mesmo.

Este momento particular, onde ressurgiu maciçamente a angústia de morte onipresente no início do tratamento, é um apelo ao ato separador: o analista é convocado a ele como *editor* do texto inconsciente a decifrar.

Na sessão seguinte, e, surpreendente contraste, ele exprime sua satisfação com relação ao trabalho do ano anterior: ele trabalhou muito, escreveu prefácios, múltiplas reedições. Seu trabalho de escritor se transformou em trabalho de edição. Ele escolhe textos já antigos que modifica introduzindo uma nova pontuação, espaço e intervalos – fazendo-se assim editor de sua obra.

Mas ele tem a relatar, sobretudo, o que foi para ele um evento na véspera. Durante uma discussão com a mulher que ele ama, ele pôde dar a voz e exprimir sua agressividade sem que esta se voltasse contra ele e lhe deixasse, como de costume, com vontade de morrer. “Eu percebo agora a que ponto se calar leva à morte”, conclui ele. O analista interrompe a sessão, fazendo ressoar levemente seu nome de autor. Do som<sup>4</sup>, para além do sentido, de alguma forma. Surpreso, ele se põe a rir.

O objeto voz e o sujeito da enunciação

É a última sessão antes do longo intervalo das férias de verão, ele chega com um sonho que anuncia de imediato como um “sonho de passe”: um balde repleto de materiais imundos, viscosos e escuros, sai um recém-nascido que possui em seu rosto um gorro de carne, uma espécie de

máscara que ele arranca e deixa um beijo em sua boca. Beijo separador, posto que ele se descola dessa Coisa imunda que era a criança morta.

Como não evocar aqui, nesta imagem onde surge o real pulsional do sintoma, uma boca que se beijava ela própria e, portanto, que amordaçava a si própria? Este beijo na criança morta, esta aliança com a morte *via* o amor, representa a mordida que obstruía a boca, hiância que se revela no momento do ato: “lá onde isso era... o eu deve advir”. Ele precisará que, no sonho, ele comenta o ato ao mesmo tempo em que o cumpre.

Desde sua tenra infância, seu destino estava selado dessa maneira: é do sopro da criança morta que ele tirava sua inspiração de escritor. Estar nesse lugar, assegurar a transmissão interrompida era a consolação que ele oferecia a sua mãe de luto: “Quando eu crescer, eu escreverei livros para você”.

A escrita não o fazia sujeito, ele era somente “o escriba”. O preço a pagar era o mutismo, o apagamento do sujeito esmagado sob o imperativo do gozo: “a escrita, ou a vida”. O ato efetuado no sonho marca a saída da repetição e a satisfação que ele experimenta anuncia o final. Ele arranca a máscara mortífera que estava colada em sua pele – “criança melancólica” ou ainda “cavalheiro de triste semblante” - produzindo aqui um duplo efeito, às vezes efeito de sentido e efeito de furo. O que se desvela com a boca aberta é a hiância da castração. E o que surge é um discurso sem palavras, que acentua a voz pura, o sujeito da enunciação.

O equivoco significante que marca o sonho é indicativo do sentido goze do qual o sujeito se separa. De fato, “balde” indica ao mesmo tempo o resíduo imundo, o “selo” do destino que havia feito seu, mas também o adjetivo “tolo”, que se emprega geralmente para se qualificar, ou, antes, se desqualificar. O “salto” cumprido é o do ato separador, que marca o consentimento do sujeito à causa do desejo<sup>5</sup>.

Lá onde estava o sofrimento do sintoma, agora há uma satisfação própria ao novo uso que o sujeito pode inventar para ele mesmo a partir de (a).

No final, não há mais nada a esperar da verdade em termos de saber, porque é efetivamente o gozo que demonstra ser sábio: a/S2. Desvela-se o desprezo que sustentava a transferência e advém então a certeza que comporta em si o objeto (a), que uma vez esvaziado de seu gozo mortífero, se torna “a montaria do sujeito”.

A escolha da qual se trata não é mais, daqui em diante, “a escrita ou a vida”: a escolha do sujeito realizado é a vida, *não sem a escrita*. Tendo encontrado um novo uso para seu sintoma, aquele que era “o escriba” se tornou editor de seu próprio texto, e autor de sua obra.

A voz silenciosa e o apelo à morte

Entretanto, o analisante estima que lhe resta ainda gozo a mais, um excesso que ele mesmo refere à pulsão de morte, à sua obsessão pela morte. Aquilo que vai então se revelar toma uma forma inesperada, surpreendente para o analisante como para o analista.

É a questão do livro que está em curso e da escrita em seu laço com a morte e que traz para o primeiro plano a questão crucial que lhe resta tratar para terminar sua análise.

A escrita é um gozo que em parte ligada com a morte, ela lhe permite tratar a questão sem para tanto poder se separar dela nem subjetivá-la. É um impasse. Um sonho de transferência lhe permite colocar a questão sob a forma do amor. No sonho, ele beija os pés de uma mulher (a analista?), suscetível de corresponder e de se deixar seduzir. Esta balança é um momento de gozo inefável, totalmente particular: se ela não cede, o encanto é rompido e é o horror; e se ela cede, o pacto da análise que o ligava ao Outro se encontra ele próprio rompido, e é o horror.

Uma ou duas sessões mais tarde, ele me revela estar á alguns dias em um estado bizarro que ele não conhecia há muito tempo: a pulsão de destruição o atormentava, como na adolescência quando ele tinha a tentação de se cortar ou de se mutilar com um estilete, por exemplo.

A analista sublinha o laço com esse sonho onde se conjugavam o gozo e a morte. A cena do sonho entra em ressonância com o laço materno, o gozo incestuoso, a cena da varanda onde ela quase caiu no vazio com ele nos braços... Confissão e segredo de gozo que os liga um ao outro, como inseparáveis... Desde então, ele cai e se machuca frequentemente.

Ele associa ao suspense em que se encontra devido a seu último manuscrito, que demora a se tornar um livro por conta de cenas escabrosas e do escândalo que seu editor teme provocar. A possibilidade de que ele não seja publicado o aterroriza, e a de que ele seja publicado igualmente. A transgressão e a provocação das cenas fantasmáticas, no limite do

suportável, não são mais atuais. Era assim que ele se defendia do apelo da pulsão de morte outrora, pelo fantasma: ele não se reconhece mais nisso, e pensa ter encontrado a medida do preço a pagar por isso, ele o indica em outro lugar no livro – mas está suficientemente claro? Ele é acossado pela dúvida. Momento de subjetivação, quando ele percebe a que ponto o gozo e a “depressão” se ligaram.

Como romper, senão pelo ato separador? A analista responde imediatamente aumentando o preço da sessão. Trata-se aqui de opor-se à pulsão de morte e o ilimitado do gozo Outro.

É preciso, com efeito, a interpretação em ato para vir completar os ditos do supereu, de maneira a deslocá-los. Através da voz silenciosa do supereu, a Esfinge tem um dizer de satisfação, um dizer que é “Satisfaça-me, se puder!”. É preciso, portanto, adivinhar, decifrar de onde se origina este dito “Satisfaça-me!”, que ordena ao sujeito que este chegue a um gozo ilimitado: somente o ato analítico pode dar acesso a este Outro gozo no qual o dizer existe nos ditos. No final, a analista deve saber responder ao apelo deste gozo que Lacan chama de uma “satisfação” para além de toda representação. Quer dizer que o final da análise supõe saber obstaculizar esta voz feiticeira da Esfinge, canto das sereias e apelo à voz pura; “Venha, tente se aproximar do Outro gozo...”.

A isso, como o indica Lacan (1972) em “O aturdito”, não há senão uma resposta, que é: “admirar ao seu próprio dizer em ato”. Assim, o final de uma análise testemunha de modo particular como cada um soube “fazer calar” a voz inarticulada – esse ponto de gozo “inassumível”, no coração da enunciação – de outra maneira que não pela via do fantasma. Então, a possibilidade de “se fazer ouvir” abre ao sujeito um espaço novo, um lugar vazio que é o da enunciação. Assunção, poder-se-ia dizer, do objeto voz como lugar vazio do sujeito: a voz coloca em jogo o desejo do sujeito como Outro dele próprio, sendo a particularidade desse objeto-voz o que permite um efeito-sujeito. Neste lugar onde o gozo vociferava, mesmo em silêncio, pode advir um sujeito novo, que ex-siste no significante e no simbólico.

O nome do gozo e o fracasso da referência

O texto de J.-A. Miller, “Ce qui fait insigne” (1986-87), já fazia valer a articulação do sintoma como verdade e do fantasma como gozo em uma

concepção localizada com Joyce no centro do último Lacan, o *sinthoma*, que tem a ver com a invenção do sujeito.

Quando Lacan define o sintoma como um modo de gozo do inconsciente, ele define precisamente o sintoma como um modo de gozo de S1: essa conjunção e mesmo a superposição de S1 e (a) lhe permite definir um gozo do significante. Ele está, neste momento, à procura de um termo em que o significante é complementado pelo gozo: traço, signo, letra, litoral que insiste na borda, etc. O sintoma é então designado pelo símbolo Sigma e se torna “aquilo que é apto mais do que tudo para escrever o nome próprio como particular do sujeito”.

A semblantização da experiência incita a tentar nomear o inominável do gozo do sujeito. Pode-se assim colocar o semblante do lado da nomeação, ou seja, a partir do nome e do ato de nomeação que ele implica. Assim, o significante-mestre, no lugar de semblante no discurso do inconsciente, se afirma como uma marca que vai se repetindo para conduzir ao sentido. Do lado oposto, no final de percurso e no discurso analítico, a produção, a invenção de um nome que não venha do Outro faz corte com o sentido e permite aproximar S( $\Delta$ ) a uma letra, um significante assemântico, um Um-todo-só que faz aparecer o vazio da referência: “Um nome produzido como ex-sistência pode ser tomado como borda de semblante”. Isso permite entrever um uso do semblante dissociado do sentido, um uso que se apoia na separação de S1 e de S2, esta borda de semblante aparecia então como “um ponto de enganchamento do gozo que não depende do Outro”.

Desse encontro inicial e sempre traumático com o gozo, lá onde não estava o desejo do Outro, o sujeito porta um traço indelével – o sintoma. Posto em trabalho de transferência e, portanto, do deciframento do inconsciente, o analisante não terá pausa em alimentá-lo cada vez mais de sentido. Entretanto, o real do gozo em jogo no sintoma se desloca e se repete, tanto que é desconhecido como o sentido goze. Se o encontro com o analista comporta alguma chance de desativar esse sentido goze, é pelo ato que, sozinho, permite extirpar do real a marca de origem para transformá-la em alguma coisa que possa ser nomeada, para além do sentido e mesmo abolindo todos os sentidos.

No tratamento, com efeito, ao lado da linguagem e graças ao amor de transferência, a manifestação da pulsão faz surgir um outro sujeito que não o do significante, um sujeito acéfalo que tem sua gramática própria e que é

resposta do real. É um sujeito que não pode se constituir senão a partir do que não existe: o Outro, com efeito, não dispõe do significante que responderia à sua existência.

É preciso considerar que o impossível de dizer possa, no final e, de uma certa maneira, se escrever? O desejo de Lacan convida a colocar em escrita o sujeito tal como ele é produzido pela experiência, esse sujeito acéfalo que é o da pulsão e não mais o do inconsciente. Essa é a aposta de que alguma coisa do trauma possa se inscrever na estrutura da linguagem, que o sulco da escrita possa dar conta do vivente, do corpo, do gozo – por um traço, um signo, uma letra. Uma chance, diz Lacan, de que isso cesse de não se escrever. É da ordem do às vezes, acrescenta ele. É o que não impede de considerar que a pulsão não pode viver sem o sintoma. Isso não significa, portanto, a resolução do sintoma, que, nessa perspectiva, é da ordem do necessário - *ele não cessa de se escrever*.

Na medida em que a nomeação faz aparecer um vazio de descrição, o significante-mestre como S1 abre “um furo no sentido e o espeta”. Éric Laurent (1998) sublinha como o nome próprio, considerado como designador rígido, ao mesmo tempo fracassa como referência e abre um furo no sentido, equivale a uma espécie de operação topológica: “A cadeia do nome próprio regressa no mesmo furo que se abriu. Esta operação esclarece o paradoxo que formulou J.-A. Miller: tapar com um furo”. É isso que concerne precisamente o término da análise: “A operação do furo no sentido se encontra também no final, no ponto de ancoragem que permite tapar o furo da fuga do sentido pela mesma operação do nome próprio”.

Se o sintoma no final se torna nome, é precisamente porque ele recolhe os interesses do gozo do sujeito. Este novo sujeito não é mais falta-a-ser, mas *falasser*, ele se associa ao gozo e prescinde do Outro para se nomear, afirmando assim a indestrutibilidade do desejo. Entretanto, sublinha Éric Laurent,

“[...] a experiência analítica revela sucessivamente vários nomes: primeiro o nome do sintoma, depois o nome do fantasma, depois o nome que se atinge no passe ou *nomede sinthoma*; depois a pesquisa da consequência do nome continua. Ela não cessa. A estrutura lógica de cada um desses nomes é distinta. A lógica do sintoma não é a do fantasma, que não é a do *sinthoma*” (Laurent, 1998, p. 30).

Assim a criança melancólica da neurose infantil se tornou o 'cavaleiro com rosto triste' depois 'o Escriba'. Antes de descobrir no fantasma onde o gozo do corpo está em jogo, sua posição feminina é como 'A Princesa e a ervilha': um nada o faz sofrer. Recentemente, revelando instabilidade em seu humor apesar da nova aparelhagem de seu sintoma em torno do objeto voz, ele se toma repentinamente como "um Stradivarius", o objeto por excelência, cuja raridade e a fragilidade são célebres... Mas nenhum nome pode fixar seu gozo, e haverá sempre o impossível de nomear e, portanto, de negativizar.

O término da análise revela como a pulsão organiza sintomaticamente a vida do sujeito no modo do mais-de-gozar. Como já notava Freud, a pulsão é um mito para designar a junção do vivente com a linguagem; é o que faz do sintoma o traço do fracasso fundamental do *fallasser*. O que pode então a análise? "A análise não liberta o sujeito do sintoma; ela o liberta do sentido do sintoma, para permiti-lo funcionar de outra maneira". Como o indica Dominique Laurent,

"[...]o sintoma ao qual se trata de se identificar designa mais precisamente uma nova aparelhagem do gozo, que substitui àquela que organizava até então a necessidade pulsional. O Outro consistente do fantasma, imaginado como depositário do gozo, se torna no final inconsistente – a ponto de produzir o desejo do Outro como tal" (Laurent, 2002, p. 70).

Assim, o último ensino de Lacan concebe o final da análise como saber-fazer com o sintoma reduzido ao seu real, gozo impossível de negativizar. Para além dos limites edipianos, para além do regime do Nome-do-Pai, a solução proposta por Lacan é um consentimento do Outro que não existe, um vazio lá onde o mal-estar da civilização nos impõe, mais do que nunca, a obscenidade do real do gozo.

Tradução: Flavia Lana Garcia de Oliveira.

Revisão: Tania Coelho dos Santos e Lígia Gorini.

## Notas

1. Texto apresentado na conferência clínica sobre o tema "Semblantes e sinthoma", em Nice, no dia 30 de janeiro de 2010.
2. N.T.: A tradução suprime a semelhança fonêmica entre as palavras na versão francesa: *se taire, se terror, s'enterrer...*

3. N.T.: No francês, respectivamente, *lunette* e *luette*.
4. N.T.: A autora parece fazer referência à homografia e à homofonia na língua francesa entre *son* (seu) e *son* (som).
5. N.T.: A autora aqui se refere à homofonia na língua francesa dos termos *seau*, *sceau*, *sote saut*.

#### Referências bibliográficas:

- LACAN, J.(1964) *Le Séminaire. Livre XI: les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*. Paris: Seuil, 1973.
- LACAN, J. (1972) "L'Étourdit", in *Autres Écrits*. Paris: Seuil, 2001, p. 449-495.
- LACAN, J. (1972-73). *Le Séminaire. Livre XX: encore*. Paris: Seuil, 1975.
- LACAN, J. (1974-75). *O Seminário, livro 22: RSI*. Inédito.
- LAURENT E. (1998) "Symptôme et nom propre", in *La Cause freudienne*, Paris: Difusión Navarrin Seuil, n. 39, mai/1998, p.19-33.
- LAURENT E. (2001) "Le nom de jouissance el la répétition", in *La Cause freudienne*, Paris: Difusión Navarrin Seuil, n. 49, nov/2001, p. 21-31.
- LAURENT D. (2002) "Nommer le symptôme", in *La Cause freudienne*, Paris: Difusión NavarrinSeuil, n. 50, fev/2002, p. 67-73.
- MILLER, J.-A. (1986-87) "Ce qui fait insigne". Paris: L'Ecole de la Cause Freudienne, 1987. Publicado em espanhol: MILLER, J.-A. (1986-87) *Los signos del goce*. Buenos Aires: Paidós, 1998.
- MILLER J.-A. (1998) "Le sinthome: un mixte de symptôme et fantasme", in *La Cause freudienne*, Paris: Difusión Navarrin Seuil, n. 39, mai/1998, p. 7-17.
- MILLER J.-A. (1999a) "Les six paradigmes de la jouissance", in *La Cause freudienne*, Paris: Difusión Navarrin Seuil, n. 43, out/1999, p. 7-29.
- MILLER J.-A. (1999b) "Biologie lacanienne et événement de corps", in *La Cause freudienne*, Paris: Difusión Navarrin Seuil, n. 44, fev/1999, p. 7-59.

Recebido em 21/02/2009. Aceito em 24/04/2009.  
Received in 02/21/2009. Accepted in 94/24/2009.

## L'écriture du symptôme dans la cure analytique

### Writing the symptom in an analytic treatment

Marie-Hélène Blancard

Psychologue

DESS en Psychologie Clinique et pathologique /Paris 7 / France

Professeur à l'Antenne Clinique de Brest-Quimper / France

Psychanalyste membre de l'École de la Cause Freudienne

A.M.E.

Membre de l'Association Mondiale de Psychanalyse

marie-helene.blancard@orange.fr

#### Resumé

Porteur d'un message donc d'une signification, le symptôme satisfait en même temps une jouissance obscure, réfractaire au sens. Si l'on y tient plus qu'à soi-même, c'est qu'il est notre marque singulière, celle des premières traces langagières qui ont frappé le corps: l'abord lacanien du *sinthome* rend compte de cette positivité irréductible. Or, pour débrouiller le symptôme, l'analyse fait flèche de mots, de signifiants, c'est-à-dire de semblants. Ces semblants sur lesquels le sujet névrosé prend appui sont des repères stables: le Nom-du-Père, le phallus et l'objet *a* forment un ternaire qui est aussi un trépied théorique.

Mots-clé: psychanalyse, cas clinique, symptôme, *sinthome*, semblant.

#### Abstract

Bearer of a message, hence of a significance, the symptom satisfies at the same time an obscure enjoyment, hard to comprehend. If we value it more than we do ourselves it is because it's our mark, our singularity, the mark of the first linguistic traces that have struck our body: Lacan's approach of the *sinthome* gives account of this relentless positivity. However, in order to understand the symptom, the analyst must use words, signifiers, semblance. These semblances over which the neurotic subject supports himself are stable landmarks: the Name-of-the-Father, the phallus and the *objet petit a*, form a trio that is also a theoretic tripod.

Key words: psychoanalysis, clinic case, symptom, *sinthome*, semblance.

Porteur d'un message donc d'une signification, le symptôme satisfait en même temps une jouissance obscure, réfractaire au sens. Si l'on y tient plus qu'à soi-même, c'est qu'il est notre marque singulière, celle des premières traces langagières qui ont frappé le corps: l'abord lacanien du *sinthome* rend compte de cette positivité irréductible. Or, pour débrouiller le symptôme, l'analyse fait flèche de mots, de signifiants, c'est-à-dire de semblants. Ces semblants sur lesquels le sujet névrosé prend appui sont des repères stables: le Nom-du-Père, le phallus et l'objet *a* forment un ternaire qui est aussi un trépied théorique.

Ainsi recourt-on forcément au sens, au semblant, pour lire l'opacité de la jouissance, note Jacques-Alain Miller. Le binaire "Semblants et *sinthome*" renvoie à ce hiatus entre sens et jouissance: comment faire valoir finalement "le bord de semblant qui situe le noyau de jouissance"? C'est l'enjeu clinique et théorique du VIIème Congrès de l'AMP.

Tout l'effort de Lacan, dans son dernier enseignement, consiste à donner une définition du symptôme incluant à la fois l'effet signifiant et la jouissance, c'est-à-dire incluant dans le symptôme l'automatisme de répétition. C'est dans son *Séminaire RSI* qu'il pourra finalement donner au symptôme cette définition – "la façon dont chacun jouit de l'inconscient en tant que l'inconscient le détermine". A partir de 1975, il définit donc le symptôme comme un mode de jouissance du signifiant. C'est la raison pour laquelle il substituera à la problématique de l'interprétation une problématique du déchiffrement, faisant du symptôme une fonction qui inscrit à la fois *I* et (*a*). "C'est ce qui est plus que tout apte à écrire le nom propre comme particulier du sujet", souligne J.-A. Miller dans "Le *sinthome*, un mixte de symptôme et de fantasme" (1998). Le concept de *sinthome* est une manière de dépasser le dualisme signification-jouissance à l'œuvre dans l'opposition entre symptôme et fantasme, une manière de conjointre la vérité du symptôme et la satisfaction du fantasme.

Le symptôme, dans la cure analytique, se fait procès d'écriture, et vise à écrire quelque chose de la jouissance du sujet, quelque chose comme son nom propre. C'est le pari lacanien, que le ravinement de l'écriture - trace, signe ou lettre - cesse de ne pas écrire la jouissance du sujet. Contrainte à dire, l'inconscient chiffre la jouissance, et demande à être déchiffré. Là où pour ce sujet l'écriture avait échoué, c'est le travail de la lettre et sur la lettre qui va pouvoir opérer sur la jouissance.

La particularité de ce cas, c'est qu'il s'agit d'un sujet qui écrit et publie des livres, ce qui pose donc le problème de la sublimation. On sait que bien des écrivains, comme Sartre par exemple, se sont tenus à distance de la psychanalyse parce qu'ils étaient persuadés que la cure les priverait du recours à l'écriture. C'est

l'idée que l'écriture est du côté de la jouissance, tandis que la parole touche au plus intime du désir, en tant qu'elle s'adresse à l'Autre du savoir et s'expose à la coupure comme à l'interprétation. Le transfert inclut le désir de l'analyste, inclut l'acte analytique. Dans une cure analytique, le sujet est sujet à la jouissance et il demande, au-delà du sens et de la signification, que la coupure de l'acte opère sur la jouissance dont il se trouve encombré.

Lacan, dans le *Séminaire XI* (1964, p. 244-245), définit le ressort fondamental de l'opération analytique comme le maintien de la distance entre le I et le a. Il insiste en signalant qu'il y a une différence essentielle entre l'objet défini comme narcissique, le  $i(a)$ , et la fonction du (a). C'est dans cette perspective qu'on peut interroger ce que nous appelons, à la suite de Freud, "sublimation". En effet, cette cure concerne un sujet dont la vie est employée à une activité littéraire, socialement réussie. Or l'analyse va lui permettre de se défaire de la chasuble narcissique, tunique de Nessus qui lui collait à la peau, construite à partir d'une activité sublimatoire. On y saisit comment, au-delà de l' $i(a)$ , il lui est peu à peu rendu possible de mettre en jeu et d'isoler le a - ce qui, dans ce procès, fait apparaître la différence subtile entre le rien derrière lequel le sujet se réfugiait et le vide du sujet de l'inconscient. L'effet de désillement se produit lorsqu'un objet (le regard) laisse place au dégagement d'un autre plus fondamental (la voix), ce qui permet au sujet de nouer avec l'Autre du langage un nouveau pacte de jouissance. Il peut alors inventer un symptôme qui fait de lui un vivant, là où l'écriture maintenait son ancienne alliance avec la mort.

Il écrivait des livres pour ainsi dire "depuis toujours", griffonnant compulsivement des petits carnets de moleskine noire où il consignait de menus événements, parfois même d'infimes détails de la vie courante qui retenaient son attention: "ça" le regardait, et l'écriture lui servait alors à absorber l'excès de jouissance scopique. Depuis l'enfance, malgré et à cause de sa souffrance, il avait appris à se servir de l'écriture, autant pour effrayer que pour séduire. Il avait éprouvé le pouvoir des mots, trouvé un style, et connu des succès. Pourtant il y voyait toujours la trace de ce qui le rendait inapte à la vraie vie: au fond, sa réussite était l'indice d'un ratage, un échec en lui du vivant.

Cet échec en lui du vivant s'est manifesté dans sa vie selon des modalités diverses: morosité et tristesse qu'il vit comme une "lâcheté", impossibilité d'accéder à la paternité, mise à mal du corps dans des accidents à répétition, mais surtout perte du sentiment de la vie qui s'est soldée, après la mort de son père, par la dépression et les idées suicidaires qui l'accompagnent - pour finalement le précipiter dans l'analyse.

C'est un sujet qui écrit, mais que sa passion de l'écriture ne fait pas pour autant sujet. Ce qui le distingue est sa manière de s'effacer, de disparaître, de s'absenter. Il se met en retrait, se retranche du monde pour écrire. Pour lui l'écrit n'est pas adressé à l'Autre: "Je me laisse traverser par ces mots dont je me fais à l'occasion le scribe", indique-t-il. Ce n'est qu'à mi-parcours de son analyse qu'il consentira cet aveu: "Je me sens souvent glisser sur cette pente qui est la mienne, et que je peux nommer 'jouissance de n'être rien'".

Ecrire des livres ne lui a pas permis de se maintenir désirant, même si cela l'a maintenu en vie. Il lui a fallu la parole adressée à l'Autre du transfert pour sortir de l'autisme de sa jouissance et trouver l'accès au désir, passant outre cette sublimation qui sustentait son narcissisme et le poussait à se mortifier. De la sublimation, parvenir à faire symptôme: ce passage de l'un à l'autre n'autorise-t-il pas un usage radicalement nouveau de l'objet (a)?

### L'effacement du sujet

Bastien a dix-huit mois. Ses parents lui ont offert un jeu de cubes à empiler, et il les manipule avec jubilation. Son frère, âgé de trois ans et demi, s'approprie soudain les cubes pour les jeter en l'air. Le père est présent mais n'intervient pas. Son rire est même, pour son aîné, un encouragement à poursuivre sur sa lancée. Passé le premier moment de surprise, Bastien décide de se joindre à l'allégresse générale et se met à gambader dans la pièce, applaudissant aux exploits du frère dont il est pourtant victime.

Cette scène infantile n'est pas issue des souvenirs précoces de Bastien. Il l'a extraite d'un des cahiers que son père lui a légués; car celui-ci, pendant la période heureuse de son mariage, tenait une sorte de chronique de la vie familiale, dont ses fils et son épouse étaient les protagonistes. Cette scène, telle qu'elle a été décrite par le père, indique de façon saisissante la position de chacun: démission du père et omnipotence du frère, pas sans la complicité de Bastien qui adopte une position masochiste. Après avoir relaté et commenté cette scène en séance, il dira: "Fort de sa supériorité physique, mon frère a poursuivi ses exploits jusqu'au bout... Moi, mon jeu de construction, ce sont les mots."

Poussé par la pulsion, débordé par une violence surgie de l'affrontement au frère et au père, Bastien écrit en effet depuis l'adolescence. Il remplit des carnets, compose des articles, écrit des livres. Il en a fait son métier. Depuis l'âge de seize ans, il a appris à apprivoiser l'écriture et même à en tirer bénéfice, mais toujours dans la douleur. S'il y a trouvé ce trait de singularité qui lui permet d'exister et d'intéresser les autres, il y voit la trace de ce qui le rendrait inapte à

la vraie vie - en particulier inapte à la paternité. Sa réussite est pour lui l'indice d'un ratage.

L'écriture s'est imposée à lui alors qu'il était encore lycéen, et toujours en proie à la nostalgie de son enfance africaine. Il entre en conflit avec ses professeurs, qu'il provoque, et avec ses parents, qu'il exaspère. Il obtient de mauvais résultats, ne travaille plus et se fait finalement renvoyer de plusieurs lycées pour raisons de discipline. A cette époque, il vit seul à Paris avec son frère, ne retrouvant ses parents qu'aux vacances d'été. Loin de l'autoritarisme de son père, il s'imagine que tout est permis, et cela le trouble profondément. C'est l'âge des premières expériences sexuelles mais il doit, pour s'y autoriser, transgresser l'interdit que son père faisait porter sur le sexe et passer outre l'éducation puritaine qu'il a reçue. Pour s'orienter dans la vie, il ne peut s'appuyer sur un père rigide et fragile qui lui inspire à la fois haine, mépris et pitié mais aussi tendresse. C'est dans ce moment de crise et de confusion des sentiments qu'il est saisi par l'écriture. Debout à son bureau ou sur un coin du réfrigérateur, il écrit avec frénésie, jusqu'à oublier tout ce qui se trouve alentour: le temps, les ennuis, la vie.

### Ratage et ravage

Marqué par une éducation rigoureuse où le plaisir n'avait guère de place, son père avait quitté la maison familiale pour se marier, alors qu'il était encore puceau. Deux garçons naissent en trois ans. Quelques mois après la naissance de Bastien, sa mère est à nouveau enceinte, mais tombe malade et la grossesse est mise en péril. L'enfant, alors âgé de dix mois, est mis en pouponnière pour quelques semaines. A ce laisser tomber de l'Autre, il répond par l'insomnie et l'anorexie, ce qu'il répètera plusieurs fois au cours de sa vie. A partir de là, la famille vivra dans le drame: sa mère met au monde un petit garçon qui ne vivra que quelques semaines ; elle aura deux enfants mort-nés avant que naisse une fille, cette petite soeur qui a fait le ravissement de Bastien: il lui consacrait tous ses soins. Entre-temps, son père est atteint d'une tuberculose qui le tiendra éloigné du foyer pendant deux ans. Il ne se rétablira jamais complètement. Son fils regrette de ne l'avoir pas connu actif et bien-portant, mais toujours fatigué, irritable, somnolent et dépendant de médicaments dont il ne se séparera plus jusqu'à la fin de sa vie. Ce trait du père fonde d'ailleurs son aversion pour le médicament, et renforce son choix de l'analyse.

Resté auprès d'une mère en deuil, qui pleure ses enfants morts et son mari absent, Bastien va s'employer à adoucir son chagrin en partageant ses soucis, en la distrayant, en la forçant à s'intéresser à lui, coûte que coûte. Il faut qu'elle

revienne à la vie, qu'elle tourne son regard vers lui; il lui faut trouver ce qui pourrait l'apaiser, la combler. Du sanatorium où il est soigné, son père garde le contact avec ses fils en leur écrivant des contes qu'il illustre lui-même. Bastien s'occupe souvent, entre quatre et cinq ans, à couper et à coudre ensemble des feuilles de papier pour fabriquer des petits carnets qui intriguent sa mère, à qui il fait alors cette promesse : "Quand je serai grand, maman, je t'écrirai des livres!"

### Le trait de l'écriture

Trait prélevé sur le père, l'écriture est d'abord ce que son père a raté, et qu'il peut reprendre à son compte pour s'inscrire à sa suite et réussir là où son père a échoué. Il peut, en produisant des livres, rivaliser avec lui, le dépasser et s'en démarquer. Il écrit alors sous un nom d'emprunt - d'abord un matricule, ensuite un pseudonyme - des livres essentiellement autobiographiques.

Au-delà de la signification oedipienne - où le livre viendrait à la place d'un enfant fait à la mère - l'analyse l'amène à en produire une autre, liée au laissé tomber du désir de l'Autre. Le sachant en analyse, sa mère lui fait un aveu qui concerne ce moment où elle a dû le confier à une institution. Elle voulait le préserver de la détresse qui était la sienne à se retrouver à nouveau enceinte et malade. Elle était trop déprimée pour s'occuper de lui; un jour, sur le balcon de son appartement, alors qu'elle le tenait dans ses bras, elle s'était même vue sauter dans le vide avec lui, et elle avait pris peur. Là où le désir de l'Autre s'était éclipsé, là où la voix de la mère soudain s'était tue, le trait de l'écriture est sa réponse à ce trou rencontré dans l'Autre, une solution pour opérer sur le réel de la jouissance, et assurer à sa manière quelque chose d'une transmission. Que la vie continue, au prix d'une certaine mortification.

La vie amoureuse et sexuelle occupe pour lui une place de choix. Aimer et être aimé, désirer et être désiré sont pour lui essentiels. Il a passionnément aimé deux femmes; la seconde est l'élue de son cœur depuis vingt-cinq ans "sans que cet amour ait pris une ride", dit-il. Malgré leur style de vie anticonformiste, il est d'une fidélité totale et envisage maintenant de donner son nom à sa compagne. Les deux femmes importantes de sa vie ont des traits absolument identiques: au moment de la rencontre, elles sont mariées à un autre, elles sont mères de deux enfants, le second âgé seulement de quelques mois. Bastien entre dans leur vie, prend la place de l'amant (jamais celle du mari) et vit intensément la relation à l'enfant qui fait ses premiers pas en l'appelant papa. Être réellement père ne lui a pas été possible; il ne pouvait être que le fils, le frère, l'amant.

A l'âge de dix-sept ans, il avait mis enceinte une jeune fille "par accident", mais il avait refusé de l'épouser "pour réparer", comme le voulait son père. Reculant

devant la solution de l'avortement, il envisage un moment d'élever seul cet enfant... C'est l'impasse. La seule issue qui se présente est alors l'accident: il emprunte la moto de son frère, qu'il ne sait pas maîtriser, et percute un trottoir en pleine vitesse. Lorsqu'il sort du coma au bout de quelques jours, il apprend qu'il n'y aura pas d'enfant: la grossesse s'est terminée par une fausse couche. Au sortir de l'hôpital, il est incapable de reprendre sérieusement ses études, souffre de violentes migraines et traverse un épisode d'anorexie. Il entreprend alors une psychothérapie dans un centre de consultation pour étudiants, traitement auquel il mettra fin au bout de deux ans, une fois soulagé de ses migraines.

### L'impasse du deuil

Son père est à l'agonie lorsque sa mère le fait prévenir. Le vieil homme, affaibli par la maladie, a souhaité le revoir après douze années de séparation. Mais il est trop tard: son père se trouve en service de réanimation et ne peut plus parler. Bastien, submergé par la culpabilité d'une rupture dont il porte seul la responsabilité, reste à son chevet, assiste à sa fin, accompagne le corps là où il doit être mis en terre. Il le pleure avec tous ceux de sa famille.

Aussitôt après, il est assailli par la nécessité d'écrire - d'écrire (sur) son père, de dire l'amour et la haine qui les liaient l'un à l'autre, mais surtout les regrets qui lui restent. Pendant ce travail, il se heurte à des difficultés particulières, imprévisibles, insoupçonnées. Il pétrit les mots, revient sans cesse sur certains passages qui lui résistent, remanie la forme sans en être satisfait. Il décide finalement d'ajouter au livre le conte que son père avait écrit pour lui enfant, avec la mention du nom de l'auteur. Ainsi, lui qui a toujours publié sous un pseudonyme - dont il s'était fait un nom - entreprend de dévoiler son patronyme par le biais de celui du père, afin de le restaurer à cette place d'auteur qu'il souligne ainsi: "Ne dit-on pas, pour désigner le père par métaphore, *l'auteur de mes jours ?*"

La fonction dévolue jusqu'alors à l'écriture rencontre en ce point sa limite, impuissante qu'elle est à achever ou seulement à permettre le travail de deuil. Elle fixe le sujet à une jouissance dont il ne peut plus se séparer : le deuil s'avère impossible. Qui plus est, la parution du livre ne produit pas le succès espéré, tout juste un succès d'estime. C'est alors l'angoisse, puis le trou noir de la dépression. Somnambule depuis son enfance, il perd le sommeil, rencontrant chaque nuit l'ombre réelle de la mort, le fantôme menaçant du père qui rôde et vient lui demander des comptes. C'est pour échapper à cet enfer qu'il s'engage dans l'analyse. Jusqu'alors il y avait eu l'écriture pour y parer; l'écriture pour rendre la vie supportable, l'écriture pour sustenter sa jouissance, l'écriture

comme compulsion de répétition, retrouvant à chaque fois ce suspens particulier - hors du temps, hors castration - où il défiait la mort. Que pouvait-il advenir de lui, si désormais l'écriture lui faisait horreur?

### Le chiffrage de la jouissance

Le transfert était déjà là, en attente. Le foisonnement des rêves témoigne bientôt du réveil du sujet, ce qui lui permet de retrouver le sommeil. L'écriture du rêve l'apaise. Il consigne ses rêves dans un de ses fameux carnets pour en faire, un temps, l'essentiel des séances. Contrainte à dire, l'inconscient chiffre la jouissance, et demande à être déchiffré. Là où l'écriture avait échoué, c'est sous transfert que le travail de la lettre et sur la lettre va pouvoir opérer directement sur la jouissance. Une série littérale et littorale se dégage, à partir d'un impératif de jouissance, qui serait "se taire" (pour ne pas "déparler"): se taire, se terrer, s'enterrer...

Car la lettre, au-delà du sens et de la signification, est concernée dans le rapport que Bastien entretient avec l'écriture. Le corps souffre d'un excès de jouissance qui exige un traitement, une transformation: c'est ici que la lettre opère, au joint du corps et du signifiant. Alors qu'il vient à sa séance avec les traces d'un herpès sur le visage, Bastien se souvient d'avoir souffert d'une crise semblable vers l'âge de dix ans, alors qu'il se trouvait en vacances chez sa grand'mère. Il s'était gratté, et l'infection avait gagné le nez. Sa grand'mère avait appelé le docteur qui avait tenu des propos inquiétants: s'il continuait de se gratter, l'infection gagnerait le cerveau, et il pouvait en mourir. Il se rappelle son angoisse, et la fièvre qui agitait son corps pendant la nuit, accentuant encore les démangeaisons insupportables. Il s'était alors extrait de son lit et on l'avait retrouvé au grenier, tapant frénétiquement sur une vieille machine à écrire des ribambelles de lettres, pour tromper l'angoisse et supporter la fièvre qui embrasait son corps.

Après avoir produit un livre directement articulé au travail analytique, Bastien interroge la place et la fonction de l'écriture dans sa vie. La parole a pris le pas sur l'écriture, comme travail de bordage du réel pulsionnel. L'acte analytique vise à séparer le sujet de sa position mortifère - *rester enfant pour être le phallus mort de la mère* - et à produire du nouveau. Il est un sujet divisé qui peut consentir au manque et à la perte, sans toutefois méconnaître le poids du réel. Il ne s'agit plus pour lui de boucher les trous de l'Autre à tout prix - au prix de sa vie.

La castration, ou la mort: celui qui a réellement sacrifié sa vie à l'Autre tout-puissant et incastrable, c'est son frère aîné qui s'est suicidé au moment où son épouse se séparait de lui. Cet événement dramatique l'a contraint à la perte, et

l'a amené à faire le deuil de l'idéal du héros qu'incarnait ce frère venu très tôt suppléer à l'impuissance du père. Ce faisant, il s'est séparé de son double, mettant ainsi à jour un fantasme de gemellité qui lui assurait une sorte de complétude imaginaire prenant appui sur l'objet regard: la loi parfois insensée du frère venant à la place du silence paternel, et le regard souvent implacable de l'aîné venant pallier à la présence-absence de la mère dépressive, devenue indifférente à ses enfants quand elle ne leur était pas hostile.

### La marque du sujet

En construisant dans la cure sa névrose infantile et en serrant de plus près son rapport à la jouissance, Bastien a découvert l'ampleur du ravage maternel. Il s'agissait pour lui d'affronter la pulsion de mort rencontrée si tôt dans la mère, dans l'illimité de la jouissance féminine propre à cette mère mortifère et suicidaire - une mère à tel point meurtrie qu'elle a été vécue comme une mère potentiellement meurtrière.

Cela a ouvert sur la question de la jouissance maternelle, de son opacité, de ses affinités avec la mort, et de la manière dont ses fils - bien plus que sa fille, paradoxalement - ont été happés par cette béance. L'aîné, peu doué pour les mots et tout entier voué aux exploits sportifs, a fini par s'y précipiter. Bastien, lui, a bâti sa vie sur le pouvoir des mots, sur la magie du signifiant et la fonction de la lettre qui opèrent sur la jouissance. Cela ne lui a pas évité de mettre à mal son corps, de se rompre les os, d'avoir des accidents et même des absences, de tomber plusieurs fois dans le coma. Au moindre incident dans sa vie, il peut s'imaginer, se voir mort - corps mort étendu sur le sol. Sans doute peut-on y voir l'indice d'un réel qui pousse le sujet à s'effacer pour décompléter un Autre sans désir, incastrable donc menaçant: il veut trouer cet Autre-là, il voudrait encore que l'Autre incastrable se fasse Autre du désir et tourne son regard vers lui. Mais il ne rencontre que la béance mortifère de la jouissance infiniment silencieuse de cet Autre. D'où le trait de l'écriture qui apparaît, dans cette perspective non-oedipienne, comme une réponse au ravage maternel.

Un rêve saisissant est venu remettre en scène l'accident effacé de sa mémoire, cette chute mortelle d'autant plus traumatique qu'elle s'est répétée malgré le travail de l'écriture, et pendant une interruption de l'analyse: le choc terrible, un grand vertige, le bruit de la moto pulvérisée, son corps qui va se disloquer en touchant le trottoir... Mais non. Le calme revient tandis qu'il se sent glisser lentement sur le sol, son corps décrivant comme au ralenti une immense courbe. Il entend alors, en rêve, résonner ces mots: "Le livre continue". Le grand livre de la vie.

La mort menaçante, en effet, s'est peu à peu éloignée. La béance mortifère qui, la nuit, s'ouvrait sous lui pour l'absorber tout entier, il est parvenu à l'apprivoiser. Il ne se réveille plus tremblant et terrifié, avec en tête la solution du suicide: se précipiter volontairement dans ce gouffre lui semble maintenant une absurdité. La mort aux yeux vides qui le fascinait, il n'en fait plus son Autre tout-puissant, il ne se fait plus objet de sa jouissance. Elle a trouvé sa juste place: la mort est à l'horizon de la vie, et personne ne peut y échapper. Le seul sacrifice qu'il lui faut consentir est celui de la castration, et il aperçoit comment la logique de son existence s'est articulée autour de ce choix de l'être: le livre, oul a livre de chair.

Grâce à l'opération du transfert, le déchiffrement de l'inconscient a permis au sujet de chiffrer une partie de la jouissance mortifère. De son lien intime et terrifiant à la mort, il peut dire aujourd'hui: "Pourquoi ne pas faire de cette particularité un trait, une marque sans laquelle je ne serais pas ce que je suis?"

### Le noyau du symptôme

Cette cure montre comment un objet (a) peut en cacher un autre. Mis au premier plan comme plus-de-jouir par l'écriture qui valait comme sublimation, le regard dévoile ici la valeur fondamentale qui s'attache à la voix, dans un rêve saisissant: "Je suis un œil, un œil séparé de la vision, dont je voudrais à tout prix connaître le secret. Mais je suis déçu par ce que je découvre: cela tient à si peu de chose, simplement la lurette au fond de la gorge". De la lecture de ce rêve surgit pour lui une évidence: une lettre a chuté, c'est la soustraction de la lettre N qui fait la différence entre "lunette" et "lurette". La coupure de la séance intervient sur cette lettre qui équivoque avec "haine". Il en sort, comme il le dira lui-même plus tard, "littéralement abasourdi". On peut ici évoquer l'indication de Lacan: "Il hait et il est... Une haine, une haine solide, ça s'adresse à l'être".

Il envisage alors que son œuvre puisse rester en plan, inachevée. Il situe la logique de ce constat par rapport à la fonction dévolue à l'écriture: elle lui était nécessaire pour vivre, dans la mesure où il avait à supporter un excès de souffrance qui pouvait s'y résorber. Mais, si l'écriture se nourrissait de la douleur, comment l'alimenter désormais? Il entrevoit l'inconsistance de ce qu'il appelle son œuvre, en même temps que sa vie décomplétée du mode de jouissance qui est le sien - s'effacer, se faire disparaître comme sujet.

Cet instant de voir introduit au temps pour comprendre, et produit un gain de savoir: "Je n'écris pas pour m'exprimer, mais pour me taire". Il donne à sa cure une finalité précise, en finir avec "la peur de la peur", dont Lacan fait un nom de l'angoisse - celle qui surgit du "soupçon qui nous vient parfois de nous réduire à

notre corps". Ce moment, qui anticipe le terme de l'analyse, va permettre de resserrer le nœud du symptôme autour cet objet (a) qui était jusqu'alors sacrifié à l'Autre - la voix.

Un rêve témoigne du surgissement de la cause du désir: "Un couffin est déposé devant la porte du journal où je travaille. Je dois prendre soin du nourrisson qui s'y trouve: un petit être qui disparaît sous une avalanche de poupées inanimées, des enfants morts. En prêtant l'oreille, je parviens à percevoir un minuscule filet de voix - c'est bien moi qui crie en silence". Au-delà de l'énoncé, la voix est l'index du sujet de l'énonciation. L'écriture cesse d'être pour lui "la seule solution pour survivre sous le poids des morts". La dimension de l'acte se saisit dans ce "prêter l'oreille" qui fait écho au dire de Lacan - "qu'on dise reste oublié dans ce qui se dit derrière ce qui s'entend"(1972, p. 449).

A la suite de ce rêve, il confiera à l'analyste son projet - écrire. C'est bien la première fois qu'il peut l'envisager sans honte, la première fois aussi qu'il peut en parler à sa compagne. Il fait ainsi l'aveu de la jouissance de contrebande que recélait l'écriture: depuis plus de vingt ans qu'elle est sa partenaire, il n'a jamais écrit qu'à son insu, en cachette, en se terrant, "comme un voleur".

### Une lecture de l'acte

Depuis qu'il n'est plus condamné à ce travail de forçat qu'était l'écriture, depuis que la plainte n'est plus là pour alimenter le symptôme, il interroge la fin de l'analyse à la lumière de ce choix de l'être dans lequel il se reconnaît: "L'écriture est ce qui m'a permis d'être, sans jamais avoir à exister".

Même n'écrivant plus, il a maintenu l'écriture à l'horizon, coûte que coûte, comme possible récupération de la jouissance perdue. Comment y renoncer dès lors qu'il est absolument convaincu que c'est sa destinée, son être même: "On ne guérit pas par l'écriture... Mais quand on me demande si j'écris, c'est ridicule! Demande-t-on à quelqu'un de vivant s'il respire...?"

Récemment, alors qu'il se trouve encombré d'un manuscrit dont il ne parvient pas à se séparer, il est envahi par une soudaine angoisse et indique à l'analyste, au cas où il lui arriverait quelque chose en sortant de séance, qu'il a pris soin d'inscrire sur la page de garde de ce manuscrit qui l'accompagne partout: "Manuscrit inachevé, à faire parvenir à mon éditeur...", avec le nom et l'adresse de celui-ci. Dans cette fin qu'il anticipe, c'est l'objet livre qui le représente, sous le pseudonyme qu'il a choisi pour signature et qui est un nom de jouissance - "Motu" pourrait en être l'équivalent.

Ce moment particulier, où resurgit massivement l'angoisse de mort omniprésente au début de la cure, est un appel à l'acte séparateur: l'analyste y est convoqué comme *éditeur* du texte inconscient à déchiffrer.

A la séance suivante, contraste saisissant, il exprime sa satisfaction par rapport au travail de l'année écoulée: il a beaucoup travaillé, écrit des préfaces, de multiples rééditions. Son travail d'écrivain s'est transformé en travail d'édition. Il choisit des textes déjà anciens qu'il remanie en y introduisant une nouvelle ponctuation, du vide, des coupures - se faisant ainsi l'éditeur de son œuvre.

Mais il tient surtout à dire ce qui fait pour lui événement: la veille, dans un échange soutenu avec la femme qu'il aime, il a pu donner de la voix et exprimer son agressivité sans que cela se retourne contre lui, et lui donne comme d'habitude l'envie de mourir. "Je réalise maintenant à quel point se taire porte la mort", conclut-il. L'analyste arrête la séance, tout en faisant légèrement résonner son nom d'auteur. Du son au-delà du sens, en quelque sorte. Surpris, il se met à rire.

### L'objet voix et le sujet de l'énonciation

C'est l'ultime séance avant la longue coupure des vacances d'été, et il arrive porteur d'un rêve qu'il annonce d'emblée comme un "rêve de passe": D'un seau rempli de matières immondes, gluantes et noirâtres, il sort un nouveau-né qui porte sur son visage une cagoule de chair, une sorte de masque qu'il lui arrache tout en déposant un baiser sur sa bouche. Baiser séparateur, puisqu'il se décolle de cette Chose immonde qu'était l'enfant mort.

Comment ne pas évoquer ici, dans cette image où surgit le réel pulsionnel du symptôme, une bouche qui se baiserait elle-même et donc, qui se bâillonnerait elle-même? Ce baiser à l'enfant mort, cette alliance avec la mort via l'amour, représente le bâillon qui obturait la bouche, béance qui se révèle au moment de l'acte: "là où c'était..., le je doit advenir". Il précisera que, dans le rêve, il commente l'acte en même temps qu'il l'accomplit.

Depuis sa plus tendre enfance, son destin s'était scellé de cette manière: c'est du souffle de l'enfant mort qu'il tirait son inspiration d'écrivain. Se tenir à cette place, assurer la transmission interrompue, était la consolation qu'il avait offerte à sa mère en deuil: "Quand je serai grand, j'écrirai des livres pour toi".

L'écriture ne le faisait pas sujet, il était seulement "le scribe". Le prix à payer était le mutisme, l'effacement du sujet écrasé sous l'impératif de jouissance: "l'écriture, ou la vie". L'acte accompli dans le rêve marque la sortie de la répétition, et la satisfaction qu'il en éprouve annonce la fin. Il arrache le masque

mortifère qui lui collait à la peau - "enfant chagrin" ou encore "chevalier à la triste figure" - produisant ici un double effet, à la fois effet de sens et effet de trou. Ce qui se dévoile avec la bouche ouverte est la béance de la castration. Et ce qui surgit est un discours sans paroles, qui met l'accent sur la voix pure, le sujet de l'énonciation.

L'équivoque signifiante qui marque le rêve est l'index du sens *joui* dont le sujet se sépare. En effet, "seau" indique à la fois le déchet immonde, le "sceau" du destin qu'il avait fait sien, mais aussi l'adjectif "sot" qu'il emploie souvent pour se qualifier - ou plutôt se disqualifier. Le "saut" accompli est celui de l'acte séparateur, qui marque le consentement du sujet à la cause du désir.

Là où était la souffrance du symptôme, il y a maintenant la satisfaction propre au nouvel usage que le sujet a pu inventer pour lui-même à partir de (a).

A la fin, il n'y a plus rien à attendre de la vérité en termes de savoir, car c'est effectivement la jouissance qui se démontre être savante:  $a/S2$ . Se dévoile la méprise qui soutenait le transfert et advient alors la certitude que porte en soi l'objet (a) qui, une fois vidé de sa jouissance mortifère, devient "la monture du sujet".

Le choix dont il s'agit n'est donc plus désormais "l'écriture ou la vie": le choix du sujet réalisé est celui de la vie, pas sans l'écriture. D'avoir trouvé un nouvel usage de son symptôme, celui qui était "le scribe" est devenu l'éditeur de son propre texte, et l'auteur de son oeuvre.

### La voix silencieuse et l'appel de la mort

Pourtant l'analysant estime qu'il lui reste encore de la jouissance en trop, un excès qu'il réfère lui-même à la pulsion de mort, à son obsession de la mort. Ce qui va alors se révéler prend une forme inattendue, surprenante pour l'analysant comme pour l'analyste.

C'est la question du livre en cours et de l'écriture dans son lien à la mort qui fait revenir au premier plan la question cruciale qui lui reste à traiter pour terminer son analyse.

L'écriture est une jouissance qui a partie liée avec la mort, elle lui permet de traiter la question sans pour autant pouvoir s'en séparer ni la subjectiver. C'est une impasse.

Un rêve de transfert lui permet de poser la question sous la forme de l'amour. Dans ce rêve, il baise les pieds d'une femme (l'analyste?), susceptible de chavirer et de se laisser séduire. Cette bascule est un moment de jouissance

ineffable, tout-à-fait particulier: si elle ne cède pas, le charme est rompu, et c'est l'horreur; et si elle cède, le pacte de l'analyse qui le liait à l'Autre se trouve lui-même rompu, et c'est l'horreur.

Une ou deux séances plus tard, il confie être depuis quelques jours dans un état bizarre qu'il n'a pas connu depuis longtemps: la pulsion de destruction le tenaille, comme à l'adolescence où il avait la tentation de se taillader ou de se mutiler avec un cutter, par exemple.

L'analyste souligne le lien avec ce rêve où se conjoignent la jouissance et la mort: appel de la voix aphone, silencieuse, qui est celle de l'illimité de la pulsion de mort. La scène du rêve entre en résonance avec le lien à la mère, la jouissance incestueuse, la scène du balcon où elle a failli basculer dans le vide avec lui dans ses bras... Aveu et secret de jouissance qui les lie l'un à l'autre, comme inséparables... Depuis lors, il tombe et se blesse souvent.

Il associe sur le suspens où le laisse son dernier manuscrit, qui peine à devenir un livre à cause de scènes scabreuses, et du scandale que redoute son éditeur. Qu'il ne sorte pas le terrifie, et qu'il soit publié également. La transgression et la provocation des scènes fantasmées, à la limite du supportable, ne sont plus d'actualité. C'était ainsi qu'il se défendait de l'appel de la pulsion de mort jadis, par le fantasme: il ne s'y reconnaît plus, et pense avoir pris la mesure du prix à payer pour cela, il l'indique d'ailleurs dans le livre – mais est-ce suffisamment clair? il est saisi par le doute. Moment de subjectivation, où il aperçoit à quel point la jouissance et la "dépression" ont partie liée.

Comment faire coupure, sinon par l'acte séparateur? L'analyste répond sur-le-champ en augmentant le prix de la séance. Il s'agit ici de contrer la pulsion de mort et l'illimité de la jouissance Autre.

Il faut en effet l'interprétation en acte pour venir compléter les dits du surmoi, de manière à les déplacer. A travers la voix silencieuse du surmoi, la Sphyngue a un dire de satisfaction, un dire qui est "satisfais-moi si tu le peux". Il faut donc deviner, déchiffrer d'où s'origine ce dire du "satisfais-moi", qui enjoint au sujet de rejoindre une jouissance illimitée : seul l'acte analytique peut donner accès à cette Autre jouissance dont le dire existe aux dits. A la fin, l'analyste doit savoir répondre à l'appel de cette jouissance que Lacan appelle une "satisfaction" au-delà de toute représentation. C'est dire que la fin de l'analyse suppose de savoir faire obstacle à cette voix ensorcelante de la Sphyngue, chant des sirènes et appel de la voix pure: "Viens, essaie de t'approcher de l'Autre jouissance...".

A cela il n'y a, comme l'indique Lacan dans "L'étourdit", qu'une réponse, qui est: "advenir à son dire propre en acte". Ainsi, la fin d'une analyse témoigne de la façon particulière dont chacun a su "faire taire" la voix inarticulée - ce point de

jouissance "inassumable" au cœur de l'énonciation - d'une autre manière que par la voie du fantasme. Alors la possibilité du "se faire entendre" ouvre au sujet un espace nouveau, une place vide qui est celle de l'énonciation. Assomption, pourrait-on dire, de l'objet voix comme place vide du sujet: la voix met en jeu le désir du sujet en tant qu'Autre à lui-même, la particularité de cet objet-voix étant qu'il permet un effet-sujet. A cette place où la jouissance vociférait, même en silence, peut advenir un sujet nouveau, qui ek-siste au signifiant, et au symbolique.

### *Le nom de jouissance et le ratage de la référence*

Le texte de J.-A. Miller, "Ce qui fait insigne"(1986-87), faisait déjà valoir l'articulation du symptôme comme vérité et du fantasme comme jouissance dans un concept placé avec Joyce au centre du tout dernier Lacan, le sinthome, qui a à voir avec l'invention du sujet.

Quand Lacan définit le symptôme comme un mode de jouissance de l'inconscient, il définit précisément le symptôme comme un mode de jouissance de S1: cette conjonction, voire superposition de S1 et (a) lui permet de définir une jouissance du signifiant. Il est alors à la recherche d'un terme où le signifiant est complété par la jouissance : trace, signe, lettre, littoral qui insiste sur le bord, etc. Le symptôme est alors désigné par le symbole Sigma, et devient "ce qui est plus que tout apte à écrire le nom propre comme particulier du sujet".

La semblantisation de l'expérience pousse à tenter de nommer l'innommable de la jouissance du sujet. On peut ainsi mettre le semblant du côté de la nomination, c'est-à-dire à partir du nom et de l'acte de nomination que cela implique. Ainsi le signifiant maître, en place de semblant dans le discours de l'inconscient, s'affirme comme une marque qui va se répétant pour conduire au sens. A l'opposé, en fin de parcours et dans le discours analytique, la production, l'invention d'un nom qui ne vient pas de l'Autre, fait coupure d'avec le sens et permet d'approcher S( $\mathbb{A}$ ) par une lettre, un signifiant asémantique, un Un-tout-seul qui fait apparaître le vide de la référence: "Un nom produit comme existant peut être pris comme bord de semblant". Cela permet d'entrevoir un usage du semblant dissocié du sens, un usage qui s'appuie sur la séparation de S1 et de S2, ce bord de semblant apparaissant alors comme "un point d'accrochage à la jouissance qui ne dépend pas de l'Autre".

De sa rencontre initiale et toujours traumatique avec la jouissance, là où n'était pas le désir de l'Autre, le sujet porte une trace indélébile - le symptôme. Mis au travail du transfert donc du déchiffrement de l'inconscient, l'analysant n'aura de cesse de le nourrir de toujours plus de sens. Cependant le réel de la jouissance

en jeu dans le symptôme se déplace et se répète, tant qu'est méconnu le sens joui. Si la rencontre avec l'analyste comporte quelque chance de désactiver ce sens joui, c'est par l'acte qui, seul, permet d'arracher au réel la marque d'origine pour la transformer en quelque chose qui puisse être nommé, au-delà du sens et même abolissant tous les sens.

Dans la cure en effet, à côté de la structure de langage et grâce à l'amour de transfert, la manifestation de la pulsion fait surgir un autre sujet que celui du signifiant, un sujet acéphale qui a sa grammaire propre et qui est réponse du réel. C'est un sujet qui ne peut se constituer qu'à partir de ce qui n'existe pas: l'Autre, en effet, ne dispose pas du signifiant qui répondrait de son existence.

Faut-il envisager que l'impossible-à-dire puisse, à la fin et d'une certaine manière, s'écrire? Le désir de Lacan invite à mettre en écriture le sujet tel qu'il est produit par l'expérience, ce sujet acéphale qui est celui de la pulsion et non plus celui de l'inconscient. C'est le pari que quelque chose du trauma puisse s'inscrire dans la structure de langage, que le ravinement de l'écriture puisse rendre compte du vivant, du corps, de la jouissance - par une trace, un signe, une lettre. Une chance, dit Lacan, que *ça cesse de ne pass'écrire*. C'est de l'ordre du *quelquefois*, ajoute-t-il. Ce qui ne l'empêche pas de considérer qu'on ne peut vivre la pulsion sans symptôme. Cela ne signifie donc pas la résolution du symptôme qui, dans cette perspective, est de l'ordre du nécessaire - *ça ne cesse pas de s'écrire*.

Dans la mesure où la nomination fait apparaître un vide de description, le signifiant-maître comme S1 ouvre "un trou dans le sens et le broche". Eric Laurent souligne comment le nom propre, pris comme désignateur rigide, à la fois rate la référence et ouvre un trou dans le sens, ce qui équivaut à une sorte d'opération topologique: "La chaîne du nom propre rentre dans le trou même qui s'est ouvert. Cette opération s'éclaire du paradoxe qu'a formulé J.-A. Miller: combler avec un trou". Ce qui concerne précisément le terme de l'analyse: "L'opération de trou dans le sens se retrouve aussi bien à la fin, au point d'arrimage qui permet de combler le trou de la fuite du sens par l'opération du nom propre même".

Si le symptôme à la fin devient nom, c'est précisément parce qu'il recueille les intérêts de la jouissance du sujet. Ce nouveau sujet n'est plus manque-à-être mais *parlêtre*, il se complète de sa jouissance et peut se passer de l'Autre pour se nommer, affirmant ainsi l'indestructibilité du désir. Cependant, souligne Eric Laurent,

"[...] l'expérience analytique révèle successivement plusieurs noms: d'abord le nom de symptôme, puis le nom de fantasme, puis le nom

qui s'atteint dans la passe ou *nom de sinthome*; puis la recherche de la conséquence du nom se poursuit. Elle ne cesse. La structure logique de chacun de ces noms est distincte. La logique du symptôme n'est pas celle du fantasme, qui n'est pas celle du sinthome" (Laurent, 1998, p. 30).

Ainsi l'enfant-chagrin de la névrose infantile était-il devenu 'le Chevalier à la triste figure' puis 'le Scribe'. Avant de découvrir, dans le fantasme où la jouissance du corps est en jeu, sa position féminine en tant que 'la Princesse au petit pois': un rien le fait souffrir. Récemment, relevant l'instabilité de son humeur malgré le nouvel appareillage de son symptôme autour de l'objet voix, il s'épinglait soudain comme "un Stradivarius", l'objet par excellence dont la rareté et la fragilité sont célèbres... Mais aucun nom ne peut fixer la jouissance, et il y aura toujours de l'impossible à nommer, donc à négativer.

Au terme de l'analyse se révèle comment la pulsion organise symptomatiquement la vie du sujet sur le mode du plus-de-jouir. Comme le notait déjà Freud, la pulsion est un mythe pour désigner l'ajointement du vivant au langage; ce qui fait du symptôme la trace du ratage foncier du parlêtre. Que peut alors l'analyse? "L'analyse ne délivre pas le sujet du symptôme; elle le délivre du sens du symptôme, pour lui permettre de fonctionner autrement". Comme l'indique Dominique Laurent,

"[...] le symptôme auquel il s'agit de s'identifier désigne plus précisément un nouvel appareillage de la jouissance, qui se substitue à celui qu'organisait jusque-là la nécessité pulsionnelle. L'Autre consistant du fantasme, imaginé comme dépositaire de la jouissance, devient à la fin inconsistant - au point de produire le désir de l'Autre comme tel" (Laurent, 2002, p. 70).

Ainsi le dernier enseignement de Lacan conçoit la fin de l'analyse comme *savoir-y-faire* avec le sinthome réduit à son réel, jouissance impossible à négativer. Au-delà des limites oedipiennes, au-delà du régime du Nom-du-père, la solution proposée par Lacan est un consentement à l'Autre qui n'existe pas, un vide là où le malaise de la civilisation nous impose, plus que jamais, l'obscénité du réel de la jouissance.

#### Note

1. Conférence clinique à Nice, le 30 janvier 2010, sur le thème "Semblants et sinthome".

## Références:

LACAN, J. (1964) *Le Séminaire. Livre XI: les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*. Paris: Seuil, 1973.

LACAN, J. (1972) "L'Étourdit", in *Autres Écrits*. Paris: Seuil, 2001, p. 449-495.

LACAN, J. (1972-73). *Le Séminaire. Livre XX: encore*. Paris: Seuil, 1975.

LACAN, J. (1974-75). *O Seminário, livro 22: RSI*. Inédito.

LAURENT E. (1998) "Symptôme et nom propre", in *La Cause freudienne*, Paris: Difusión Navarrin Seuil, n. 39, mai/1998, p.19-33.

LAURENT E. (2001) "Le nom de jouissance et la répétition", in *La Cause freudienne*, Paris: Difusión Navarrin Seuil, n. 49, nov/2001, p. 21-31.

LAURENT D. (2002) "Nommer le symptôme", in *La Cause freudienne*, Paris: Difusión Navarrin Seuil, n. 50, fev/2002, p. 67-73.

MILLER, J.-A. (1986-87) *Ce qui fait insigne*. Paris: L'Ecole de la Cause Freudienne, 1987.

MILLER J.-A. (1998) "Le sinthome: un mixte de symptôme et fantasme", in *La Cause freudienne*, Paris: Difusión Navarrin Seuil, n. 39, mai/1998, p. 7-17.

MILLER J.-A. (1999a) "Les six paradigmes de la jouissance", in *La Cause freudienne*, Paris: Difusión Navarrin Seuil, n. 43, out/1999, p. 7-29.

MILLER J.-A. (1999b) "Biologie lacanienne et événement de corps", in *La Cause freudienne*, Paris: Difusión Navarrin Seuil, n. 44, fev/1999, p. 7-59.

Reçu le 21/02/2009. Accepté le 24/04/2009.

Recebido em 21/02/2009. Aceito em 24/04/2009.

Received in 02/21/2009. Accepted in 04/24/2009.

## Discurso do psicanalista: formalização do desejo do analista<sup>1</sup>

### The psychoanalyst's speech: formalization of the analyst's desire

Rosa Guedes Lopes

Psicanalista

Professora da Faculdade de Psicologia da Universidade Estácio de Sá

Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental

Membro da Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo

[rosa.guedes.lopes@globo.com](mailto:rosa.guedes.lopes@globo.com)

#### Resumo

Partindo de dois axiomas lacanianos – a psicanálise é “essencialmente o que reintroduz na consideração científica o Nome-do-Pai” e “é o desejo do analista que, em última instância, opera na psicanálise” -, o texto interroga se a noção de desejo do analista é coerente com a criação do discurso do analista. Lacan formalizou o mito edípico freudiano com o conceito de Nome-do-Pai. Com isso, revelou a face mortificante da dimensão simbólica que submete todos os sujeitos à lei paterna interdutora do incesto. Nos anos 1960, com o conceito de objeto *a*, Lacan redefiniu os conceitos de Nome-do-Pai e de Outro. Se o Outro é o campo onde o vivo é chamado à subjetividade, então, o Nome-do-Pai implica o ato de nomeação da causa (*a*) sexual do desejo. O discurso do analista formaliza e atualiza a noção de desejo do analista porque permite extrair o gozo em jogo na operação de nomeação.

*Palavras-chave:* psicanálise, desejo do analista, Nome-do-Pai, discurso do analista, discurso do mestre.

#### Abstract

Departing from two of Lacan's main axioms – psychoanalysis is essentially what re-introduces the Name-of-the-Father in scientific consideration and is the “desire of the analyst, that ultimately operates in psychoanalysis” -, the text questions if the comprehension of desire of the analyst is cohesive with the creation of the analyst's discourse. Lacan formalized the Freudian Oedipus myth with the concept of the Name-the-Father. With that revealed the mortifying face of the symbolic dimension that submits all subject to the paternal law of incest interdiction. In the 1960s, with the concept of object *a*, Lacan redefined the concepts of Name-the-Father and Other. If the Other is the field

in which the living is called to subjectivity, so the Name-of-the-Father implies the act of naming the cause (*a*) of the desire as sexual. The analyst's speech formalizes and updates the concept of desire of the analyst because it allows us to extract the enjoyment at stake in the naming operation

*Key words:* psychoanalyst, desire of the analyst, Name-of-the-Father, analyst's speech, master's speech.

## Introdução

Este texto parte de dois axiomas lacanianos datados dos anos 1960:

1. 1965: a psicanálise é “essencialmente o que reintroduz na consideração científica o Nome-do-Pai” (Lacan, 1998, p. 889).
2. 1964: “é o desejo do analista que, em última instância, opera na psicanálise” (Id., p. 868).

Segundo a periodização da obra de Jacques Lacan feita por Jacques-Alain Miller (2002), os anos 1960 estão inseridos no segundo ensino de Lacan. Portanto, as afirmações lacanianas que servem de ponto de partida para este texto devem ser compreendidas a partir dos avanços conceituais que Lacan introduz entre o *Seminário 11* e o *Seminário 17*.

O conceito de Nome-do-Pai foi criado com a pretensão de formalizar o mito edípico - lugar da realidade psíquica em Freud - porque Lacan considerava que o campo mítico não era suficiente para explicar a estrutura subjetiva por parâmetros científicos. Ao conceituar o Nome-do-Pai, Lacan deu um passo a mais que Freud. Passou da representação e dos mitos ao conceito e ao matema. Em seguida, identificou o conceito à estrutura e essa ao sujeito. Com este gesto, elevou o mito à dignidade de estrutura (Lacan, 1969-70) e retirou da psicanálise o excesso de imaginário que poderia tornar precário o seu campo de conhecimento. Foi nesse contexto que Lacan afirmou que a tarefa da psicanálise é a de reintroduzir o Nome-do-Pai na consideração científica.

A reinserção do Nome-do-Pai na consideração científica, no âmbito do segundo ensino de Lacan, deve levar em consideração a revisão conceitual que é promovida em relação à linguagem e que dá lugar ao conceito de objeto *a*. Lacan forjou esse conceito para tratar de alguma coisa que se apresenta como obstáculo à análise: uma parte do ser do sujeito que comparece como *fading* (desvanecimento) e surge na transferência como

objeto destacado do campo do Outro, ou seja, fora de qualquer dialética. O conceito de objeto *a* demonstra que, neste ponto, a pulsão não se apresenta como demanda, mas como traço unário. No *Seminário 17*, Lacan cria o matema do discurso do analista e coloca o objeto *a* como seu agente justamente com o objetivo de promover na análise a histerização do discurso do paciente ali onde seu discurso estanca. Operando a partir das coordenadas do objeto *a*, a *ação do analista* deverá, então, instaurar a divisão subjetiva e permitir que o que aparentemente comparece fora do discurso encontre suas coordenadas de gozo. Trata-se de introduzir no dispositivo analítico uma *operação artificial* que leva o sujeito a produzir significantes-mestre.

Já a expressão “desejo do analista”, Lacan a utilizou pela primeira vez em 1958, no texto “A direção do tratamento e os princípios do seu poder”, no qual discutiu a questão do ser do analista e da sua operatividade no que concerne à direção do tratamento analítico. Sendo o psicanalista um sujeito como qualquer outro e, portanto, não estando a salvo da mortificação que o significante impõe à vida quando a reduz ao número (Lacan, 1998, p. 620), como ele poderia ajudar o paciente? Lacan realiza um debate com a ciência moderna, seguindo os passos de Freud em “A questão de uma *Weltanschauung*” (1933 [1932]), e articula o campo da psicanálise ao da ética. A psicanálise deve responder aos efeitos do advento da ciência moderna sobre o sujeito que a própria ciência engendra, o sujeito da falta-a-ser, aquele que já sabe que o projeto humanista de felicidade é um projeto fracassado. Porém, o analista deve responder com o desejo do analista e não com qualquer outra coisa que compartilhe o sonho de felicidade ou de simetria porque “o progresso humanista [...] não satisfaz às aporias da felicidade” (Lacan, 1998, p. 620-621).

Este texto pretende tomar o uso do desejo do analista pelo psicanalista, tal como Lacan o formulou nos anos 1950, e a operação do analista a partir do objeto *a*, enquanto agente do discurso do analista, como operações homólogas que precisam ser compreendidas a partir do axioma que define a psicanálise como responsável por reinserir o Nome-do-Pai na consideração científica. Desta articulação é possível extrair a tese de que o discurso do analista formaliza e atualiza, nos anos 1960, a noção de desejo do analista.

Reintroduzir o Nome-do-Pai na consideração científica<sup>2</sup>

A metáfora paterna foi a formalização mais precisa do Nome-do-Pai no primeiro ensino de Lacan. Ela mostra como se dá a produção de um sentido novo por meio da substituição de um significante (Desejo da Mãe) por outro (Nome-do-Pai) ao qual se acrescenta um valor fálico (Lacan, 1957-58; 1998, p. 563):

$$\frac{\text{Nome-do-Pai}}{\text{Desejo da Mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo da Mãe}}{\text{significado para o sujeito}} \Rightarrow \text{Nome-do-Pai (A/}\Phi\text{)}$$

A intervenção do pai na relação mãe-filho contribui para o recalque e promove a renúncia à satisfação pulsional e a identificação. Além disso, provoca uma transformação no âmbito da pulsão. O falo fornece a medida da passagem do valor de uso da criança pela mãe por outro tipo de valor, simbólico. O Nome-do-Pai sustenta a ordem simbólica e o falo é o significante que, por retroação, reúne todos os significantes sob a égide do desejo. O desejo recobre a ausência de saber sobre o sexo interpretando-a com o mito edípico.

A consequência teórica mais importante decorrente da metáfora paterna foi a introdução do desejo no campo do Outro, ponto de partida para o segundo ensino de Lacan. Escrever o falo ( $\Phi$ ) em A é afirmar que ali há uma hiância e que a operação do recalque funciona também a serviço do princípio do prazer. Como resíduo dessa operação lógica, o desejo prova que o sujeito é marcado pelo significante-mestre no mesmo lugar em que é habitado pelo desejo do Outro. O sintoma expressa a face de objeto que impede que o sujeito possa ser reduzido à cadeia significante S1-S2. Incluir a significação fálica (ou a sexualidade e o desejo) no campo do Outro torna impossível passar pelo código (A) sem que o desejo se apresente enquanto objeto vazio de imagem, resto do encontro do sujeito com a linguagem (Miller, 1998).

No tempo em que o campo do Outro (A) foi definido por Lacan como tesouro dos significantes, o Nome-do-Pai devia ser entendido como o significante da tradição que localizava o sujeito em relação às diferenças sexual e geracional, interditava a relação primária entre o sujeito e o objeto, e garantia a consistência da inserção do sujeito na cultura e na partilha dos sexos, identificando-o a uma significação fálica. O Nome-do-Pai era o nome do sujeito suposto saber a razão e a ordem dos corpos e das coisas. A introdução do desejo em A promoveu uma mudança no conceito

de Nome-do-Pai. Ele passou a ser compreendido em duas vertentes: uma, referente à formalização do mito edípico pela metáfora paterna (exclusão do gozo incestuoso e indicação da série constitutiva do desejo) e outra, relativa à nomeação, isto é, a uma articulação particular (e não mais universal) do sujeito com o Outro primordial pelo complexo de castração. A segunda vertente liga o significante do Nome-do-Pai ao objeto perdido. Trata-se da sua função de escritura. O nome próprio inscreve, nomeia a perda de realidade que funda a ordem simbólica. Esta perda não é sem relação com a libido, portanto, o sujeito que é produzido pela metáfora paterna retém algo da relação primordial do significante com o objeto. Não se trata de um significante sem qualidades, mas de uma escritura de gozo.

No primeiro tempo de seu ensino, Lacan formalizou o Édipo freudiano pelo Nome-do-Pai. Superposto ao simbólico, o Nome-do-Pai excluía o gozo com o objeto. Essa exclusão era necessária à consistência da própria simbolização que localizaria o sujeito no laço social. Neste sentido, *na operação analítica, a reinserção do Nome-do-Pai requeria a reintrodução da dimensão alteritária da constituição subjetiva que havia sido recalçada e que retorna por meio do supereu herdeiro do complexo de Édipo.* Entretanto, tornou-se necessário pensar que se o significante guarda um rastro da sua ligação primordial com o objeto isto se deve ao fato de que o sujeito do significante se encontra encarnado em um corpo.

A psicanálise coincide com a ciência ao reduzir o sujeito a um significante primordial. No entanto, se separa dela ao demonstrar que este significante não é sem qualidades. Há gozo na equação entre o sujeito e o significante unário. O significante guarda relações com o gozo e é isso que a relação do desejo com a perversão exemplifica muito claramente. Na sua relação com o objeto, o perverso substitui o objeto (pênis) que falta à mãe por outro objeto em relação ao qual realiza um lucro por lhe dar a condição de fetiche. Assim, eleva o objeto de uso à dignidade de objeto de troca. O pai não é um ser supremo. É um homem. E homens e mulheres não podem ser reduzidos a significantes puros porque é preciso considerar as consequências psíquicas do complexo de castração, ou seja, como cada um recupera o gozo pulsional perdido na assunção do seu lugar na partilha dos sexos. O conceito de Nome-do-Pai precisará, portanto, incluir algo relativo ao gozo. Lacan responde a esta necessidade com o conceito de objeto *a* e com a ênfase no fantasma ( $\$ \backslash a$ ) (Miller, 1999).

A estrutura do objeto *a* considera a recuperação, pelo circuito pulsional, do gozo ao qual o sujeito (macho ou fêmea) renunciou para constituir-se como

tal. A libido expulsa do aparelho psíquico é irreduzível à metáfora paterna. Ela implica a estrutura fantasmática (a perda de uma parte do ser e a recuperação desta perda sob as espécies de a) e não só a trama edípica.

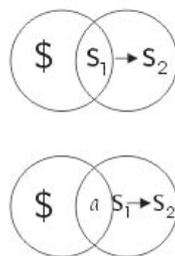
Entre o plano da existência do sujeito e o do sentido da vida, entre o campo do ser e o campo do Outro, é preciso pensar o inconsciente como lugar da inserção entre a linguagem e o corpo. A definição do inconsciente como discurso do Outro, campo da linguagem, tinha como consequência a interpretação pelo método da decifração. Mas há algo que comparece maciçamente na transferência e que não permite a decifração. O conceito de Nome-do-Pai, o objeto a e a fórmula do fantasma provam que a constituição da subjetividade sempre mantém algo do imaginário infantil. Isto impede que o sujeito possa ser reduzido a uma equação isenta de qualidades e que o campo do desejo seja pensado como anônimo.

Com a criação do conceito de Nome-do-Pai, Lacan recompôs a estrutura subversiva da psicanálise freudiana em relação à cultura. Mostrou que o simbólico é anterior a qualquer experiência e que o pai era o eixo de toda constituição subjetiva como mortificada, mas desejosa por um gozo impossível de ser alcançado. A partir do *Seminário 10*, Lacan altera o estatuto do pai. Ele dá testemunho de um gozo acessível em pequenos fragmentos. Portanto, sua intervenção na relação mãe-filho não produz um sujeito desconectado do gozo. Lacan substitui o sujeito do significante por um corpo vivo e coloca a primazia de sua constituição sobre o complexo de castração e não mais sobre o Édipo. A operação da *Aufhebung* não abole a ligação (∧) do sujeito (\$, correlato do par S1-S2) com a sua face de gozo (a). A função paterna de nomeação não produz apenas um sujeito normalizado pelos caminhos da lei, mas “o fato de que, na manifestação do seu desejo, o pai sabe a que [objeto] a esse desejo se refere”. O pai não é uma *causa sui* tal como os mitos freudianos fazem crer, mas “o sujeito que foi longe o bastante na realização de seu desejo para reintegrá-lo no que há de irreduzível na função de a” (Lacan, 1962-63, p. 365-366). No lugar de excluir o gozo, o pai o localiza como acessível em um objeto causa do desejo (a). Instaura o gozo como parcial, fragmentado, marcado pela impossibilidade de ser desfrutado de modo pleno.

Este passo, que considerou a libido como objeto que repara a perda de vida em jogo na posição sexuada, dependeu de uma redefinição do conceito de Outro. A introdução do desejo no Outro questionou a relação da pulsão com a sexualidade e tornou necessário considerar o Outro como um campo em

que o vivo do sujeito é chamado à subjetividade. Além disso, questiona a relação da pulsão com a sexualidade. Como a sexualidade se apresenta no psiquismo se nenhuma pulsão é capaz de representar a função da reprodução? Se o sujeito deve aprender o que fazer como homem ou mulher no campo do Outro, como ele aprende? O problema da identificação é que não há significante do sexo feminino, então, só o gozo da pulsão parcial pode orientar o sujeito. Lacan desmonta o conceito freudiano de pulsão e mostra que, por oposição ao campo narcísico do amor, a pulsão implica uma satisfação obtida no contorno que denuncia a hiância e impede a reciprocidade. As reversões pelas quais a pulsão se articula à sua fonte e ao objeto revelam o artifício gramatical da pulsão e isolam a zona erógena em relação ao metabolismo da função à qual ela pertence. A pulsão se reduz à sua atividade e é dirigida pela forma verbal reflexiva *fazer-se* (fazer-se sugar, defecar, ver...).

O gozo pulsional é parcial e implica, de saída, tanto a presença de uma falta quanto o sujeito, em posição de objeto, fazendo-se contornar, suturando a falta do Outro com a sua própria. A função do objeto a demarca o vazio no qual a pulsão se satisfaz (Lacan, 1964). O inconsciente estruturado pela linguagem tem também uma vertente pulsional, que é homogênea a uma zona erógena. Esta correlação introduz a lei do significante no domínio da causa e torna o sujeito equivalente à causa do seu desejo ( $a$ ) como algo que não se encaixa nessa lei ( $\$ \diamond a$ ). Então, o inconsciente é também repetição do fracasso da articulação significativa. A articulação entre  $S_1$ - $S_2$  e  $\$ \diamond a$  identifica a nova topologia do inconsciente, que dá conta da constituição do sujeito como sexuado. Essa topologia é composta pelas operações de alienação e de separação<sup>3</sup>, que Lacan conceituou no *Seminário 11*.



Na operação de alienação Lacan unifica os conceitos de identificação e recalque: o sujeito adquire uma identificação à custa da perda de uma parte da realidade que não se dobra ao sentido, o objeto  $a$ . Essa parte, que

implica o apagamento do sujeito, faz com que ele compareça como objeto que suplementaria a castração localizada no Outro e pague pelo logro narcísico no qual o vivo sexuado é induzido à completude. O efeito da operação de separação é uma fixação no Outro por meio do fantasma. Estas operações mostram que há gozo no Outro. Coordenadas ao “abre e fecha” das zonas erógenas, superam a metáfora paterna e a metonímia do objeto como objeto do desejo. Abrem o caminho para a abordagem da linguagem como produtora de mais-de-gozar e para o gozo discursivo.

Esta reformulação conceitual do inconsciente fornece-lhe um estatuto ético em relação ao desejo. A ética do corte constitui o circuito pulsional no qual o desejo se realiza de um modo sempre inédito, mas sem se satisfazer. Esta visada do inconsciente dependeu da nova definição que Lacan outorga ao conceito de Outro: “campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer” (1964, p. 194). No lugar do gozo impossível, excluído do circuito, advém o gozo normal ou parcial inerente ao próprio circuito (Miller, 1999). O simbólico não mais se reduz à transmissão de uma identificação válida para todos. Ele também cria, faz existir algo que não existia antes. Como efeito, a transferência não é pensada somente pela suposição de saber, pela decifração de algo que já estava lá, mas também implica a presença do novo (Coelho dos Santos, 2005). O valor do inconsciente estrutural é relativizado à luz da perspectiva do inconsciente como pulsação temporal (Miller, 2002; Coelho dos Santos, 2002). Na descontinuidade, o inconsciente introduz o Um da fenda, do traço, da ruptura da relação direta sujeito-objeto, e não o Um da unidade egóica (Lacan, 1964).

O caminho de Lacan para chegar à noção de discurso implicou localizar, no *Seminário 16*, o objeto *a* como função lógica, consistência que responde à inconsistência ( $\mathbb{A}$ ) do Outro (Miller, 2005-06). Para além de sua parcialidade, o objeto *a* é o nome da perda correspondente à inscrição do traço unário. É o que é reincluído no sistema simbólico como mais-de-gozar, como suplência à inconsistência do próprio sistema. Todo significante-mestre (S1) coordena-se a uma fatia de gozo (*a*) relativa à recuperação, sob a forma de mais-de-gozar, do pedaço de ser perdido. Todo Um é sempre  $1+a$ . O unário opera com o zero. Isto quer dizer que o princípio de ordenação da cadeia significante é o próprio corte. O real é ordenado pelo corte simbólico. O Um contável implica a pura diferença porque ele se funda nela. À radicalização da autonomia do significante corresponde necessariamente à produção de um mais-de-gozar, a transformação em ganho do que se produziu como perda no interior do sistema simbólico. Isso

desloca o gozo para o campo do inconsciente e situa a castração como estrutural e não mais como resultado da operação paterna.

O significante passa a regular o gozo por meio de um aparelho, o discurso. Essa regulação define o discurso como uma interpretação do real, uma submissão do real à lei do significante unário (e não unificador) e traz a ideia de que a relação entre o significante e o gozo é primitiva e originária porque todo discurso é movido por uma causa. Essa é a razão pela qual Lacan faz a passagem do significante aos discursos. Ao axioma “um significante é o que representa o sujeito para outro significante”, Lacan acrescenta a definição do significante como aparelho de gozo. A linguagem é veículo, causa de gozo. Portanto, a repetição não visa ao encontro com o objeto perdido, mas ao desperdício porque ela é gozo com a falta desse objeto. No discurso a repetição é definida como repetição de gozo e o mais-de-gozar é o lucro, o bônus que se obtém quando se goza com a falta. O discurso é “uma forma de vincular o sujeito e suas pulsões, sempre parciais, com o Outro” (Coelho dos Santos, 2001, p. 231). É, portanto, laço social.

No *Seminário 17*, Lacan elaborou quatro discursos que se caracterizam por uma sucessão e uma combinatória de letras que sempre inclui uma impossibilidade interna. Ao incidirem sobre o corpo, os significantes engendram um saber sobre a verdade que o causa: a ausência de relação prévia entre os significantes. É deste modo que a hiância estrutural ressurgue como mais-de-gozar. O ponto de partida é o discurso do mestre. Todos os outros discursos (histórica, universitário e psicanalista) são formados a partir desse, girando os elementos na proporção de  $\frac{1}{4}$  de volta.

$\underline{S1} \rightarrow \underline{S2}$	$\underline{\$} \rightarrow \underline{S1}$	$\underline{a} \rightarrow \underline{\$}$	$\underline{S2} \rightarrow \underline{a}$
\$ a	a S2	S2 S1	S1 \$
Mestre	Histórica	Psicanalista	Universitário

No discurso do mestre moderno, um significante-mestre (S1) se localiza em exterioridade ao campo do Outro, campo do saber (S2) inconsistente. Para que se encadeie como enunciado, S1 deve intervir sobre a bateria de significantes (S2) que, justamente por ser prévia e se organizar como saber, não constitui uma bateria dispersa. Ao intervir sobre S2, S1 passa a representar o sujeito como mortificado (\$) (Lacan, 1969-70). O nome próprio comanda o processo identificatório enquanto agente do discurso e se torna, então, o significante em nome do qual o sujeito fala (Coelho dos Santos, 2004). Quando S1 intervém sobre S2, ele produz um sujeito

dividido (\$) e um resto (a). O discurso do mestre grafa simultaneamente o que se perde com a mortificação do sujeito pela incidência do significante-mestre sobre a bateria de significantes e o que se consegue recuperar como mais-de-gozar.

$$\underline{S1} \rightarrow \underline{S2}$$

$$\$(\diamond) a$$

A distinção entre a castração estrutural e seu comparecimento fantasmático tem efeitos sobre a interpretação da operação do pai: ele não é o que efetua a castração, mas aquele que dá provas da castração à qual ele próprio está submetido. Enquanto metáfora, o pai só opera secundariamente porque a castração não é uma fantasia (Lacan, 1969-70). A função de nomeação ligada ao Nome-do-Pai localiza a eficácia da nomeação na palavra do pai. Identificada ao ideal, a operação paterna se desloca na direção de localizar o corpo como sexuado e o gozo ligado ao modo como a pulsão se articula à linguagem. Para que um homem transmita a seu filho um saber sobre o corpo como sexuado, e não apenas a identificação a um ideal, ele precisa ter alguma relação com o que causa o seu desejo. O Nome-do-Pai restitui ao sujeito a tragédia própria à existência humana: o fato de que todo sujeito tem um corpo destinado à morte e um sexo que inscreve no corpo esse destino. O que o Nome-do-Pai introduz pela vertente da nomeação é que não há saber e tampouco sujeito fora do dizer de alguém. A nomeação não é um semblante porque inclui o gozo relativo ao recorte simbólico feito por *um* sujeito, inclui a castração. Portanto, é enquanto *reintrodução da causa como sexual que compreendo o sentido da reintrodução do Nome-do-Pai como tarefa da psicanálise no segundo ensino de Lacan* (Lopes, 2009).

O objeto a e o discurso do psicanalista

Com o discurso do psicanalista, Lacan formaliza a operação analítica que visa reintroduzir a causa sexual na consideração do analisante. Localizar o objeto a no lugar de agente do discurso tem como efeito conectar as palavras do sujeito ao seu gozo singular relativo a um objeto que não é qualquer um. A operação analítica coordena os significantes-mestres ao objeto a, ao objeto mais-de-gozar correspondente e não ao objeto parcial. A identificação resulta da castração presente no sujeito. Falta-lhe o significante que responda sobre a causa do seu gozo. Enquanto mais-de-gozar, o objeto a desvela que a identificação se fundamenta na satisfação

pulsional. É o objeto mais-de-gozar que fixa o sentido da fantasia, do qual o sujeito precisa se separar.

O objeto *a* como agente do discurso do analista é “esse objeto que não é nem empírico nem ontológico”, mas lógico. Sua operatividade “faz valer a função do objeto como desarmado da significação que o analisando, no entanto, confere [ao analista] em sua fantasia” (Cottet, 1985, p. 79-80). É isto o que separa o objeto pulsional dos outros objetos, imaginários, e também o que opera um efeito especial sobre a fantasia. Esse efeito é conhecido como destituição subjetiva, desidealização da falta-a-ser ou queda das identificações.

A dominância do objeto *a* intervém sobre o mais-de-gozar. Isso ocorre porque o objeto *a* desloca a ênfase na cadeia  $S_1$ - $S_2$  como articulação necessária para mostrar o que ela efetivamente tem de impossível. É isso o que está escrito na parte inferior do discurso do analista:  $S_2 // S_1$ .

Qual é o objetivo de provocar o esvaziamento dos significantes-mestres? Certamente, não é a produção em série de sujeitos “desidentificados”, que acreditam não ter nenhuma dívida simbólica. A queda das identificações objetiva ancorar o sujeito na sua dependência original em relação ao significante, naquilo que a simbolização primordial do sujeito sexuado deve à morte. A operação analítica visa conduzir o sujeito à produção dos significantes primordiais que condicionam sua sujeição. Lacan conceituou este trajeto de queda das identificações como travessia da fantasia.

Segundo Cottet (1985, p. 76-78), a redução teórica do analista ao objeto *a* instaura uma profunda dessimetria entre o analisante e o analista. “O analista não opera com sua divisão, [...] com seu inconsciente”. Deste modo, Lacan varre definitivamente qualquer brecha que vincule a condução do tratamento analítico à contratransferência e à intersubjetividade. Se o analista não é sujeito, ele é objeto, objeto causa do desejo.

O discurso do analista tem sua especificidade localizada pela interrogação da utilidade do saber formal introduzido pela ciência, do saber cuja produção e articulação são reduzidas às necessidades de escritura. O saber científico serve para rechaçar o saber mítico, rechaço do qual a psicanálise participa. Entretanto, ele também serve para produzir o esquecimento de que, enquanto sujeitos, somos todos determinados ( $\$/a$ ) - “cada um de nós é determinado primeiro como objeto *a*” (Lacan, 1969-70, p. 152), ou seja, como objeto de gozo e não como significante puro.

No *Seminário 17*, Lacan resume o motor da investigação psicanalítica. Trata-se de “saber como aparece, em suplência à interdição do gozo fálico, algo cuja origem definimos a partir de uma coisa totalmente diversa do gozo fálico, que é situada e[...] mapeada, pela função do mais-de-gozar” (Lacan, 1969-70, p. 70).

Toda relação significativa produz uma perda de gozo fálico, uma perda no nível do ser do sujeito, porque a relação entre S1 e S2 é um artifício decorrente de que o significativo não foi feito para a relação sexual (Lacan, 1969-70). Em sua origem, o significativo não significa nada (Lacan, 1955-56). Como falta-a-ser, o sujeito é, então, um objeto perdido. A função de acumulação dessa perda, própria ao mais-de-gozar, está ligada à origem, à entrada em ação do significativo. O acúmulo de mais-de-gozar tem origem na separação entre o sujeito e seu valor libidinal ( $\$ // a$ ).

O conceito de objeto  $a$  permite uma articulação íntima entre o significativo e o gozo porque inclui o gozo no funcionamento significativo. Com a noção de discurso, Lacan introduz a ideia de que a relação entre a pulsão e o objeto, ou entre o significativo e o gozo, é originária. Assim, traduz de um modo novo o problema deixado por Freud relativo ao final da análise: o fim “concerne sempre à relação do sujeito com o gozo e à modificação que pode ser feita nisso” pelo tratamento analítico (Lacan, 1969-70, p. 99). De que modo a operação analítica pode modificar a relação do sujeito com o gozo?

Segundo Cottet (1985), quando o analista funciona no lugar do Outro (A), tal como Freud, ou seja, como representante do pai, ele se torna uma invenção do analisando, um sujeito suposto saber. Exercer essa função é fazer com que a estrutura do desejo funcione sempre como desejo do Outro. Por essa via, a transferência se torna interminável porque, dividido, o sujeito engendra mais efeito de saber (S2) dirigido ao Outro. Consequentemente, o analista não é real, mas sempre uma suposição. Operar um tratamento analítico no âmbito do discurso do mestre (S1→S2), resulta na localização do gozo como impossível ao sujeito porque apenas o pai poderia alcançá-lo. Do lugar de exceção, o pai profere a lei que faz a castração incidir sobre todos os sujeitos. Isso os torna desejanter em relação ao lugar da exceção ( $\$ \diamond a$ ).

No *Seminário 17*, Lacan mostrou que a crença no pai como exceção tem como efeito a impossibilidade de que o sujeito consiga castrá-lo.

Assassinato não é castração porque, morto, o pai se torna mais forte do que vivo. Do assassinato decorre o amor pelo pai e é deste amor que procede uma certa ordem, a ordem fálica, cujo efeito é a impossibilidade de se alcançar o gozo todo. Mas daí também provém o desejo de alcançar este gozo. Para Lacan (1969-70), toda essa mitologia é apenas um saber com pretensão de ser apreendido como verdade e só serve a uma finalidade: esconder a castração do pai.

Freud não partiu da linguagem nem tampouco da castração aí situada. Por isso, precisou lançar mão do mito. Referia-se ao pai como privador do objeto primordial relativo à satisfação da pulsão. Por este caminho, jamais se toca a relação estrutural que o significante mantém com o gozo. Só quando se concebe essa relação como primária, anterior à operação paterna, é que se pode aceder ao gozo autoerótico.

No discurso da histórica, Lacan grafou o limite das análises freudianas: a reivindicação fálica. O que Freud (1937) nomeou como rochedo da castração - ponto de impasse ao qual chegou na condução das suas análises - corresponde à reivindicação como efeito do sujeito marcado pela interdição (\$). Ao instaurar a falta de gozo, a proibição produz tanto o gozo impossível quanto o desejo de exceção -  $\$ \diamond a$ . Isso tem consequências e esse é o aspecto teórico novo que Lacan traz: à impossibilidade de se obter um gozo absoluto a partir do gozo fálico corresponde um acréscimo de gozo como suplência. Trata-se da função do objeto a como mais-de-gozar.

Formalizar o discurso do analista representa, portanto, um avanço de Lacan em relação ao lugar ocupado por Freud no tratamento e também um giro teórico importante. Agir a partir do lugar do objeto a não faz do analista uma suposição, cuja capitonagem se presentifica nos significantes proferidos pelo analisante (Cottet, 1985). Ao contrário, a faz objeção à significação oriunda da cadeia significante, faz objeção ao imaginário. Deslocar o acento da operação analítica do encadeamento significante para privilegiar o mais-de-gozar intrínseco ao próprio funcionamento da cadeia implicará, doravante, ter como ponto de partida o que Lacan (1972-73) conceituou mais precisamente no *Seminário 20* como substância gozante. Esse é o nível onde se situa o significante.

O discurso do analista mostra que a autoridade do significante-mestre se origina na satisfação obtida na própria articulação significante. Mostra que não há discurso desinteressado e que a verdade em jogo se fundamenta no

gozo – “toda verdade é um enredo, uma fantasia, uma explicação que visa, essencialmente, um cálculo, uma extração de gozo, uma satisfação a retirar dali”. O que o discurso do analista ilumina é que “há sempre uma satisfação no discurso” (Coelho dos Santos, 2005, p. 146). Se tanto o objeto *a* quanto o  $S_1$  podem ocupar o lugar de agente de um discurso, isso quer dizer que  $S_1$  comporta gozo. Então, é possível afirmar que, como agente, *a* interpreta a mestria de  $S_1$ . Denuncia que, de algum modo, a histórica tem razão: a identificação tem uma relação íntima com o gozo. Portanto, o mestre é castrado.

Para ocupar o lugar de objeto *a*, o analista precisa se extrair logicamente, em sua própria análise, como *a*. Esta passagem requer que ele também se despoje de todo o saber que esteja situado no lugar da verdade (Cottet, 1989). Encarnar a posição de dominância no discurso do analista, a posição de objeto *a*, requer que o psicanalista se separe da sua própria posição de objeto.

#### O objeto *a*, a angústia e o desejo do analista

O que é, afinal, essa posição discursiva cuja função de domínio é ocupada pelo objeto *a*? Tomarei como orientação a afirmação de Lacan de que a topologia da situação analítica implica um “ponto de disjunção e de conjunção, de união e de fronteira [ou seja, ‘de borda’], que só pode ser ocupado pelo desejo do analista” (Lacan, 1964, p. 153, grifo meu). Esta definição situa no mesmo ponto o desejo do analista e as operações de alienação e de separação, constitutivas da subjetividade. Ela será usada como guia para pensar o que Lacan quer dizer, no *Seminário 17*, quando localiza a dominância da operação analítica no analista situado como objeto *a*.

Segundo Coelho dos Santos (1994, p. 45), “a angústia é a legítima representante da pulsão de morte na vida psíquica”. Lacan (1954-55) retomou a teoria freudiana das pulsões e mostrou a ligação essencial entre a pulsão de morte e a estrutura significativa através do funcionamento da máquina simbólica. Em seguida, conceituou o objeto *a* e o introduziu no funcionamento da linguagem. Identificou a estrutura do *isso* à do inconsciente e a estrutura do inconsciente à do sujeito – “ao nível do inconsciente, há algo homólogo em todos os pontos ao que se passa ao nível do sujeito” (Lacan, 1964, p. 29).

Pulsão, linguagem, isso, inconsciente e sujeito possuem a mesma estrutura de fenda que promoveu o surgimento da ciência e do sujeito modernos. O suporte da homologia que proponho é a função de corte executada pela introdução, no mundo, da função do significante sem qualidades, função que separa o significante de todas as cadeias de sentido originadas da tradição. É esta a razão que permite a Lacan afirmar que o sujeito da ciência é aquele sobre o qual a psicanálise opera (Lopes, 2008).

O significante é introduzido como traço unário ou identificação primordial e se caracteriza por possuir uma ligação causal com o objeto perdido freudiano, que Lacan conceituou como perda de gozo relativo ao funcionamento da linguagem. É também o lugar do recalque original que funda o inconsciente, o *Urverdrängung*. A relação primitiva e topológica da constituição subjetiva com a função do corte permitiu que Lacan definisse a experiência subjetiva que o inconsciente proporciona como “o *um* da fenda, do traço, da ruptura” (1964, p. 30) entre o sujeito e o Outro. A cisão entre o sujeito e o Outro, lugar de incidência do corte, é também o lugar da angústia. É o que justifica a afirmação de que o desejo, a lei e a própria angústia convirjam em direção ao mesmo objeto. A estrutura que faz com que a angústia, a lei e o desejo *não sejam sem* o objeto implica certo tipo de ligação condicional entre os termos, que conecta de um modo inédito uma coisa à outra.

O objeto *a* é o objeto da angústia. Lacan (1962-63) o define como resto auto-erótico destacado do corpo, peça indiferenciada, que não se sabe se pertence ao corpo do sujeito ou ao do Outro. Para que ela se coordene ao desejo como lei, é preciso a função paterna. O desejo do pai cria a lei do que se deve desejar porque “na origem, o desejo, como desejo do pai, e a lei são uma e a mesma coisa” (Lacan, 1962-63, p. 120). A metáfora paterna coordena parcialmente os restos de corpo ao “*x*” pelo qual o desejo do Outro, ou seja, a castração situada no nível da linguagem, se apresenta ao sujeito como completamente enigmática. Entretanto, o fato de o objeto *a* referir-se às perdas sofridas pela criança antes de sofrer a ameaça de castração proferida pelo pai é o que justifica que a parte do gozo que não se submeteu ao circuito das trocas simbólicas sempre se faça presente como estranha ao eu. O que está em jogo são objetos que não se coordenam pela hegemonia da função fálica. Esta função é responsável pela regência de todo o processo substitutivo decorrente da entrada em jogo da diferença sexual e também pela constituição de todos os sujeitos enquanto

submetidos à lei do pai. Desejar é enveredar pelo caminho da lei fundada pelo pai (Lacan, 1962-63, p. 93). Os objetos *a* estão aquém da diferença sexual, “são objetos anteriores à constituição do objeto comum, comunicável, socializado” e correspondem às cinco formas de perda, que são os momentos de aparecimento do sinal da angústia. Os objetos oral, anal, fálico, olhar e voz não são “egoificáveis”. Isso quer dizer que eles nunca se tornam familiares ao eu. Eles

“são o resto do corte significativo, resto da divisão do sujeito no campo do Outro, e é como resto execrado, odiado do Outro que são sempre reencontrados. Por isso, esse resto do Outro *a* que o sujeito se identifica não é passível de ser proposto ao reconhecimento do eu” (Coelho dos Santos, 1994, p. 48).

É porque não podem ser reconhecidos no nível dos processos egóicos que a descarga referida ao gozo desses objetos não pode ser feita pelo aparelho psíquico. Ela sempre confinaria com a dor. Como consequência, esse gozo rechaçado irá se encavar no sintoma. Portanto, faz-se importante considerar a presença da angústia no dispositivo analítico como “o modo essencial de comunicação do sujeito com o Outro, [como] o que lhes é comum” (Coelho dos Santos, 1994, p. 49). Ela é um sinal importante: o de que esse objeto irrecalcável surgiu no campo psíquico. Esta é a razão pela qual Lacan afirmou que a angústia *não é sem objeto* (1962-63, p. 87). Esta afirmação implica poder acolher a possibilidade de que o eu emerja reduzido a um desses objetos afetados pelo desejo. Nessa emergência, o eu estaria completamente despojado dos atributos ideais que constituem sua referência ao falo.

Segundo Coelho dos Santos (1994), com a teorização do objeto *a*, Lacan questiona a redução feita por Freud em relação à angústia em “Análise terminável e interminável” porque ela não permite escapar à lógica fálica. Para Freud (1937, p. 285), a angústia se restringe, em ambos os sexos, a uma atitude coordenada ao complexo de castração. Nos homens, ela se refere à “luta contra sua atitude passiva ou feminina para com o outro homem” e, nas mulheres, à inveja do pênis, que se traduz por “um esforço positivo por possuir um órgão genital masculino”.

O conceito de objeto *a* permite que Lacan questione estas teses. Simultaneamente, *convoca o desejo do analista a ouvir o sujeito quando ele aparece identificado ao objeto*. Para isso, é imprescindível a *consideração*

da angústia como evidência clínica do comparecimento no dispositivo analítico dos objetos que o ego não consegue reconhecer. Esses objetos não se endereçam ao ego. Eles se referem à *relação do sujeito ao desejo do Outro*, que é sempre enigmático para o sujeito. Portanto, o único modo de fazê-los entrar no tratamento analítico é *tomá-los como endereçados ao desejo do analista* (Coelho dos Santos, 1994), ao “desejo do Outro, na medida em que esse é o desejo correspondente ao analista como aquele que intervém como termo na experiência” analítica (Lacan, 1962-63, p. 68). O que é e como se constitui esse endereçamento do objeto ao desejo do Outro?

Freud (1915) definiu a pulsão através de quatro termos: *Drang*, a pressão (exigência de trabalho, pura e simples tendência à descarga); *Ziel*, a finalidade (obtenção de satisfação que requer a eliminação do estado de estimulação na fonte da pulsão); *Objekt*, o objeto em jogo, e *Quelle*, a fonte, a origem das pulsões (localizada nos processos somáticos que ocorrem em um órgão ou em uma parte do corpo). Lacan (1964) trouxe importantes contribuições para esse campo. Primeiramente, chamou a atenção para a observação freudiana de que a pulsão se satisfaz mesmo que o alvo (*Ziel*) esteja inibido. Neste caso, a sublimação questiona que a satisfação ocorra unicamente pela via do recalque e torna paradoxal o campo da satisfação porque coloca em jogo algo novo: no lugar do objeto ser tomado como perdido surge o objeto teorizado como impossível, mesmo que o aparelho psíquico não o reconheça como tal. O objeto é impossível porque nenhum objeto da necessidade pode satisfazer as exigências pulsionais. Por isso, a pulsão aprende que sua satisfação não está na apreensão do objeto, mas em seu contorno.

Se o objeto é impossível, qual é, então, o lugar do objeto na economia pulsional? Para responder a essa pergunta, Lacan usou dois termos da língua inglesa. Afirmou que o objeto é *turn*, o contorno, a borda da zona erógena por onde a pulsão circula, dá a volta, e que é *trick*, a “volta de uma escamoteação”, a volta ou o ato de contorno que faz desaparecer o objeto – “a pulsão de morte não se cumpre no nível do S1, senão que exige chegar até esse apagamento completo que se traduz por *a*” (Miller, 1986-87, p. 101).

A essência da montagem da pulsão que Lacan (1964) apresenta a partir da montagem freudiana mostra que o *traçado da pulsão é o próprio ato que dá forma a uma hiância*. O objeto, portanto, é esse cavo que o circuito

pulsional faz aparecer. É porque o afeto não sofre a vicissitude do recalque que a angústia é a única tradução subjetiva possível ao objeto *a* (Lacan, 1962-63). A pulsão é a montagem pela qual a sexualidade participa da vida psíquica. E a transferência é, aquilo que, na experiência analítica, manifesta a atualização da realidade sexual do inconsciente. A realidade sexual do inconsciente é a de que não há no psiquismo “nada pelo que o sujeito se pudesse situar como ser de macho ou como ser de fêmea” (Lacan, 1964, p. 194). A finalidade biológica da sexualidade é a reprodução, mas em relação a isso as pulsões são parciais. A essência da sexualidade é a de que, diante dela, todos os sujeitos estão em pé de igualdade. A integração da sexualidade à dialética do desejo depende do jogo do significante. Depende do que, no corpo, é aparelho e tem a ver com o que, da sexualidade, passa às redes do significante que, por isso mesmo, só se realiza de forma parcial.

A pulsão pode ser satisfeita sem que precise atingir seu alvo, se o alvo for definido como o emparelhamento que realizaria a finalidade biológica da reprodução. Então, ela é pulsão parcial e o alvo é sempre o contorno, o circuito, porque o objeto “é apenas a presença de um cavo, de um vazio, ocupável [...] por não importa qual objeto” que só é possível de ser subjetivado como perdido (Lacan, 1964, p. 170). É este contorno que permite que a contabilidade do gozo com a falta surja como mais-de-gozar.

Para Lacan (1964), o aspecto mais importante relativo a cada pulsão é o fato de que toda pulsão se estrutura em um vaivém. Ele comenta que, quando Freud declinou as vozes gramaticais que constituem o circuito pulsional, ele mostrou, pelos dois polos verbais (ver - ser visto, etc.), que o percurso das pulsões jamais pode ser separado de “sua reversão fundamental, do [seu] caráter circular”. Outro aspecto que também deve ser ressaltado é a importância de se fazer a diferença entre o circuito circular de uma pulsão e o que daí surge como novidade: o sujeito que não havia ali antes do circuito ter sido feito. “Esse sujeito, que é propriamente o outro, aparece no que a pulsão pôde fechar seu curso singular. É somente com sua aparição no nível do outro [ou seja, do objeto] que pode ser realizado o que é da função da pulsão” (Lacan, 1964, p. 168-169). Onde esse circuito se engata? Ele é promotor de uma continuidade entre as diferentes pulsões?

Lacan introduz o objeto *a* como *hiância* que só pode ser contornada, uma vez que não há objeto da necessidade que possa responder à exigência de

satisfação por parte da pulsão. Por esta mesma razão, uma pulsão parcial não pode engendrar outra. Não se trata de um progresso em espiral ou de um circuito em desenvolvimento. A passagem da pulsão oral à anal não se dá por maturação. Um circuito pulsional é sempre percorrido em descontinuidade com outro. Ele requer a “intervenção, o reviramento da demanda do Outro” (Lacan, 1964, p. 171). É no endereçamento ao Outro de uma questão sobre o seu desejo – *Che vuoi? O que queres?* - que o sujeito tem acesso à possibilidade de fazer da falta do objeto um modo de fruição peculiar. O sujeito goza com o vazio suplementando-o com um objeto que é o próprio sujeito, enquanto objeto parcial, na função de mais-de-gozar. A passagem do circuito da pulsão pelo Outro como campo do desejo faz surgir o Outro como campo do gozo e o sujeito fixado na posição de objeto do gozo do Outro.

É este endereçamento que permite que, do ponto de vista lacaniano, a questão da angústia seja tomada na relação transferencial. Nas palavras de Coelho dos Santos (1994, p. 50), a angústia deve ser tomada “no eixo das relações do sujeito da demanda analítica (o analisando e seu pedido) ao desejo do Outro, ou ao desejo do analista que é seu ato interpretativo”. Isso só é possível porque Lacan (1962-63) enfatiza a primeira definição freudiana da angústia: a angústia enquanto afeto. Nesse nível, ela é um representante afetivo da pulsão. Como representante, ela é corte, então, tem uma afinidade de estrutura com o sujeito. O afeto nunca sofre a vicissitude do recalque, “ele se desprende, fica à deriva. Podemos encontrá-lo deslocado, enlouquecido, invertido, metabolizado, mas ele não é recalcado” (1962-63, p. 23). O recalque incide apenas sobre os significantes que se conectam ao afeto, mas nunca sobre o afeto propriamente. Portanto, o afeto da angústia será “o efeito do corte significativo ou do corte interpretativo do analista e se refere à queda de um objeto, que é um resto da articulação do sujeito ao significante” (Coelho dos Santos, 1994, p. 50). Este é o sentido de operar a partir da localização do objeto a como agente do discurso do analista.

A angústia é um fenômeno de borda porque se situa entre o gozo (fixado pela identificação fantasmática do sujeito ao traço unário) e o desejo (oriundo da operação de castração). Entre a identificação e a castração, a angústia é o ponto de origem do sujeito como não sabido, como traço apagado, “o que significa inconsciente, *Unbewusste*” (Lacan, 1962-63, p. 75-76). A angústia não é sem objeto. Sua substância surge como “aquilo

que não engana" (Id. , p. 88). Mas a presença disso que não engana causa a dúvida que visa combater a certeza da presença do objeto. Afinal, o sujeito só entra em relação com o *a* quando a identificação que o constituiu como *\$* vacila e se mostra relacionada ao vazio que a linguagem cava ao se introduzir em um corpo ( $1+a$ ), relacionada, portanto, ao recalque original.

Os objetos que o ego não consegue reconhecer são endereçados ao desejo do Outro, que também é a sua castração, e que no dispositivo Lacan nomeou como desejo do analista. Esse endereçamento visa tamponar a castração localizada no Outro. No entanto, essa operação é sinal de perigo para o sujeito porque realiza o enredo fantasmático que o fixa na posição de objeto, não do desejo, mas do gozo desse Outro. Por isso, Lacan sempre advertiu que a análise se diferencia do atendimento da demanda.

Por que se trata do gozo do Outro e não do desejo? Porque o sujeito nunca interpreta a castração do Outro como sendo a presença de um impossível estrutural, mas como falta. E se algo falta ao Outro isso é sinal de que ele goza com algum objeto. "Nesse lugar de falta, o sujeito é chamado a dar o troco através de um signo, o de sua própria castração". Se a emergência do desejo do Outro ou de sua castração, é também "o momento da interpretação da castração" como falta, então, é aí que comparecem as peças destacadas do corpo, os objetos parciais. "Aquilo diante de que o neurótico recua não é a castração, é fazer de sua castração o que falta ao Outro. É fazer de sua castração algo positivo, ou seja, a garantia da função do Outro" quando o Outro comparece como faltoso. (Lacan, 1962-63, p. 56).

É importante observar que, embora os objetos parciais sejam anteriores à entrada em jogo da função paterna, sua extração como mais-de-gozar depende do recalque. Os objetos *a* como mais-de-gozar requerem a castração, ou seja, a subtração de gozo que se faz presente na vertente discursiva S1-S2 e que é reinterpretada à luz da diferença sexual.

No *Seminário 17*, Lacan define o mais-de-gozar como o modo pelo qual o sujeito recebe sua própria mensagem de uma forma invertida. Ou seja, recebe o seu próprio gozo sob a forma do gozo do Outro. É disso que se trata quando acontece de a fantasia juntar a imagem do pai com o que de início é uma outra criança. O gozo do pai com o espancamento é apenas a metade da verdade. A outra, se encontra do lado do próprio sujeito que, na posição de objeto do gozo do pai, se torna o suporte de sua própria

fantasia. Ele vem em suplência ao  $\Delta$  como um bônus, um acréscimo. O sujeito suplementa a falha do Outro introduzindo ali a sua própria, recuperada em um objeto parcial tomado como objeto mais-de-gozar. O mais-de-gozar é uma operação executada sobre a interdição do gozo fálico, sobre o gozo do Outro marcado pela castração. Portanto, quando a angústia surge no dispositivo analítico, isso quer dizer que a castração se fez presente e que o sujeito foi chamado a aí comparecer como objeto para tamponá-la. *É por isso que a angústia deve ser tomada como endereçada ao desejo do analista. Somente pela intervenção do desejo do analista, a castração poderá ser interpretada como tal, fazendo aparecer aí o sujeito e um objeto. A intervenção do analista, tendo o objeto a como agente de seu discurso, permitirá o surgimento do mais-de-gozar ali onde o gozo comparece ligado a um objeto parcial. É por esta razão que Lacan afirma, no Seminário 10, que a função da análise se dá no espaço ou no campo do objeto parcial em jogo na fantasia. É através do recorte dos objetos parciais que a intervenção do analista pode fazer o objeto a operar no dispositivo a partir de sua função lógica, a de contornar o vazio onde o sujeito transforma em objeto a parte do ser, da qual abriu mão para se constituir como tal, para tamponar a castração do Outro.*

Nome-do-Pai, objeto a, discurso do analista e desejo do analista

Lacan introduziu a categoria de desejo do analista justamente fazendo referência ao ser do analista e à sua operatividade no dispositivo analítico. Ele cunhou este termo para responder, do ponto de vista da ação empreendida pelo analista na condução de uma análise, ao mau uso da teoria e da técnica psicanalíticas pelos pós-freudianos. A teoria e a prática da psicanálise, tal como legada por Freud, se opõe frontalmente aos desvios tomados pela escolha da sugestão como técnica analítica. Desta escolha decorreram a manipulação da transferência, o abuso do poder que tal prática propicia e o forçamento educativo, isto é, a disseminação da crença na possibilidade da existência de um domínio subjetivo sobre o inconsciente (Cottet, 2005). Esses pontos situam o cerne das críticas feitas por Lacan em 1958. Creio, então, ser legítima a afirmação de que o termo desejo do analista tenha sido um dos pontos de partida para o diálogo de Lacan com a comunidade analítica pós-freudiana no que se refere à formação dos analistas e à transmissão da causa freudiana.

Lacan alinhou-se contra as teorias que pregavam a contratransferência, a intersubjetividade e o uso intelectual, no sentido imaginário, da palavra no

ato interpretativo. Coelho dos Santos (2004a) observa que a noção de desejo do analista era uma alternativa à saída contratransferencial como solução para os problemas<sup>4</sup> que “empurravam” os analistas a escolhas teóricas que passassem ao largo da transferência. Os analistas favoráveis à contratransferência<sup>5</sup> observavam com frequência que os casos difíceis requeriam a presença do corpo do analista. Isto tornava urgente questionar se a intersubjetividade poderia comparecer como o modo mais indicado de se fazer esta inserção.

Freud (1937) fazia objeção a tais procedimentos. Lacan, por sua vez, considerava que o efeito da inserção do corpo do analista no dispositivo analítico, sob a forma do ego do analista, dava lugar ao apagamento da dimensão alteritária necessária e própria à relação analítica. Sua ênfase na tese da primazia do registro simbólico, distinto dos planos imaginário e real, responde a esse momento e a esses problemas. Além disso, retifica o campo próprio ao tratamento analítico.

Para Lacan, era fundamental colocar em jogo o ser do analista. Mas, ele considerava impróprio à manutenção do campo psicanalítico fazer confluir a ação do analista com a contratransferência, uma vez que, desde Freud, analisante e analista sempre foram situados de modo assimétrico. Instalar essa relação sob a égide da simetria era fazer dela um uso imaginário, uso que Lacan sempre repudiou e em relação ao qual Freud ficava atento, fazendo disso teoria e matéria para advertências.

Em “A direção do tratamento...”, Lacan critica a psicanálise americana por desconhecer o que, em relação à prática freudiana, poderia verdadeiramente ser chamado de tratamento psicanalítico. Se a condução não se mostra capaz de sustentar uma práxis autêntica, esta se reduz a uma direção de consciência, portanto, a um mero exercício de poder.

O termo desejo do analista surge neste texto para falar da questão do ser do analista, que se coloca na análise desde muito cedo. Lacan observa que quanto mais o analista estiver interessado em seu próprio ser, menos seguro ele estará no que se refere à sua ação. Ele lembra que a orientação que devemos à Freud é a de que “é preciso tomar o desejo ao pé da letra” (Lacan, 1998, p. 626). Isto significa reconhecer “a relação do desejo com essa marca da linguagem que especifica o inconsciente freudiano e descentra nossa concepção do sujeito” (Id., p. 627). Essa marca, identificatória, implica a presença do falo, “a identificação última com o

significante do desejo” (Id., p. 633), que faz com que o desejo do homem seja irremediavelmente o desejo do Outro.

O campo de ação da interpretação está subordinado à função do significante, à determinação simbólica característica do sujeito em questão. Estar convencido disso é fator indicador do quanto um analista se deixa atravessar pelo discurso da psicanálise. O inconsciente é estruturado como uma linguagem. Por isso, a doutrina do significante – tradução lacaniana da determinação psíquica descoberta por Freud – é o verdadeiro suporte da interpretação analítica. A direção do tratamento parte da retificação do sujeito em relação à realidade, dirige-se ao desenvolvimento da transferência e, só depois, dá lugar à interpretação. Para Lacan, a inversão dessa sequência levou os analistas a perderem o horizonte da psicanálise (1998, p. 603-604).

Do ponto de vista fenomenológico, a transferência aponta situações que parecem concernir às relações do eu com o mundo. No entanto, desde Freud se conhece a “aparência enganadora” do eu. Originalmente incluído no id, ele é também mundo externo (Freud, 1930 [1929]). Pensar a transferência de modo parcial engendra três tipos de desvios: o geneticismo, a relação de objeto e a noção de introjeção subjetiva, que leva à fantasia de devoração fálica. Nela, além de entrar como suprimento, o analista se situa em uma relação dual com o paciente. O total desconhecimento da natureza da incorporação simbólica leva os analistas “ao recurso ao ser como um dado real” (Lacan, 1998, p. 618).

Foi Ferenczi quem trouxe a questão do ser do analista. Concebeu a transferência como absorção pela economia do sujeito de tudo o que o analista “presentificava no duo como *hic et nunc* de uma problemática encarnada” (Lacan, 1998, p. 619). Os ingleses pensaram o fim do tratamento pela identificação do sujeito com o analista, porém sem chegarem a qualquer conclusão unívoca sobre se o objeto da identificação seria o eu ou o supereu. Melanie Klein mostrou a homologia entre sujeito e objeto e a patologia da propensão à qual o sujeito é impelido em um mundo onde suas necessidades são reduzidas a valores de troca. Mas, apesar disso, ela não foi além da identificação do sujeito aos objetos fantasmas. Não pôde ver que a patologia da propensão só encontra seu valor pela mortificação que o significante impõe à vida quando a reduz ao número (Id., p. 620). Sendo um sujeito como qualquer outro e, portanto, não estando a salvo desta patologia, como o analista poderia ajudar o paciente?

Imagina-se que ele “deva ser um homem feliz”, pois é a felicidade o que lhe pedem. Como poderá dá-la se ele não a tiver?

Penso que o cerne do debate de Lacan em 1958 foi retomado em 1965, em “A ciência e a verdade”, que é também a retomada, de um modo novo, do diálogo com a ciência moderna iniciado por Freud em “A questão de uma *Weltanschauung*”. É um debate que articula a psicanálise ao campo da ética. Implica saber como a psicanálise deve responder aos efeitos do advento da ciência moderna sobre o sujeito que ela mesma engendra, o sujeito da falta-a-ser, que já sabe que o projeto humanista de felicidade é um projeto fracassado.

Em 1958, Lacan afirma que o analista deve responder à falta-a-ser do sujeito com o desejo do analista e não com qualquer outra coisa que compartilhe o sonho de felicidade ou de simetria porque “o progresso humanista [...] não satisfaz as aporias da felicidade” (Lacan, 1998, p. 620-621). Freud chamou a atenção para o fato de que “a intenção de que o homem seja ‘feliz’ não se acha incluída nos planos da ‘Criação’” (Freud, 1930 [1929], p. 95). Por isso, Lacan conclui que, se é na *relação com o ser* que o analista assume seu nível operatório, “cabe formular uma ética que integre as conquistas freudianas sobre o desejo: para colocar em seu vértice a questão do desejo do analista” (Lacan, 1998, p. 621).

Freud introduziu o conceito de desejo fundado no desconhecimento do sujeito em relação a si próprio. Definido como incestuoso, o desejo sofre a vicissitude do recalque. Por isso, se realiza sem se satisfazer. Deste modo, o conceito de desejo remete, de saída, à dessimetria, à clivagem presente na constituição subjetiva e à desarmonia existente entre sujeito e desejo. É por isso que o dispositivo analítico não só induz ao surgimento dessa distância como também opera com ela, alargando-a. Ao separar o enunciado e a enunciação, o analista dá nova forma à demanda, introduz o mal entendido que permite questionar o desejo e a relação do sujeito com o desejo, relação diante da qual naturalmente recua porque é fundamentalmente inconsciente. O imaginário tem seu valor na constituição do desejo, mas é no campo do simbólico que o conceito ganha sua definição como desejo do Outro. O desejo nasce alienado a uma fórmula - *Che vuoi?* – que constitui o sujeito como desejante, falta-a-ser, falta endereçada ao Outro.

*O termo desejo do analista reintroduz a dessimetria existente entre o desejo do neurótico e o desejo daquele que se propõe a dirigir um*

*tratamento analítico*. O próprio conceito de desejo já chama a atenção para a estrutura sobre a qual se assenta o tratamento analítico – a estrutura da falta-a-ser, da qual o neurótico nada quer saber. Portanto, com a categoria de desejo do analista, Lacan colocou em questão a análise dos analistas. Se o desejo fundamental é o desejo de dormir, o desejo do analista precisa constituir uma exceção em relação a esse ponto. Precisa ser um desejo de despertar da alienação constitutiva do desejo como desejo do Outro.

Penso que a introdução do termo desejo do analista, em 1958, proporcionou a Lacan a possibilidade de reinserir a estrutura cortante da psicanálise no seio da comunidade analítica. Uma espécie de ‘refundação’ da psicanálise pela lembrança da estrutura mínima do inconsciente, a estrutura do desejo. A proposta de Lacan de que se formule “uma ética que integre as conquistas freudianas sobre o desejo: para colocar em seu vértice a questão do *desejo do analista*” (Lacan, 1998, p. 621, grifo meu) guarda uma homologia com a reinclusão do Édipo por Freud nos anos trinta (1933 [1932]) e tem a mesma estrutura do axioma lacaniano de 1965, “a psicanálise é essencialmente o que reintroduz na consideração científica o Nome-do-Pai” (1998, p. 889). Proponho que se trata de um mesmo debate sobre a natureza da estrutura do sujeito moderno, sujeito clivado, bem como do papel da psicanálise no mundo. Esse debate se desdobra em três tempos superpostos, que organizo do seguinte modo:

1. Freud: a reinclusão do Édipo no campo do saber da ciência como prova de que não se pode abrir mão totalmente das ilusões porque elas são estruturais;
2. 1958 - a reinserção, feita por Lacan, da dimensão simbólica da análise e da natureza edípica do desejo relativa à falta-a-ser, à falha central onde o sujeito se experimenta como desejo. A novidade é o termo desejo do analista, nunca usado por Freud, como o operador dessa reinserção através da interpretação analítica comandada pela lógica do falo. Tomado como desejo do Outro, o desejo do analista é o que permite o surgimento do discurso do inconsciente.
3. 1965 - a reintrodução do Nome-do-Pai na consideração científica por meio do conceito de objeto *a*, também inexistente em Freud. Com este conceito, Lacan reintroduziu no dispositivo analítico a presença do analista tão requisitada pelos pós-freudianos. Enquanto objeto *a*, causa do desejo, o analista é uma presença que não pode ser reabsorvida de modo algum. Ele encarna a parte do gozo do analisante que não foi simbolizada. A partir desta operação o sujeito

pode se separar de suas identificações e extrair o modo de gozo só apreensível pelo circuito pulsional e por suas coordenadas de linguagem.

Defendo a tese de que, ao formalizar o matema do discurso do analista, Lacan reuniu esses três momentos. Na parte superior do discurso ( $a \rightarrow \$$ ) encontramos invertidas, as letras que também compõem o matema da fantasia ( $\$ \backslash a$ ). O fato de estarem invertidas, separadas pela flecha, e de a se situar como agente, tem como consequência a histerização artificial do discurso (Lacan, 1969-70, p. 31). Acossado pela causa, o sujeito barrado produz os significantes-mestres que orientam a formalização da fantasia cujo enredo é sempre edípico. Se o objeto  $a$  é causa do desejo, então  $a$  é relativo ao ponto onde a metáfora paterna falha em sua operação de significação fálica do desejo do Outro. Ele traduz a impotência da identificação ao pai e é o que vem em suplência a essa falha. Isso tem como efeito a introdução da distinção entre os níveis da demanda e do desejo, o que abre as portas ao inconsciente como pulsão, ou seja, ao gozo.

Um outro modo de dizer isso é pelo apontamento da parte inferior do discurso do analista, onde o significante-mestre ( $S1$ ) encontra-se completamente separado do saber ( $S2$ ) engendrado pela articulação entre eles. *O efeito da reintrodução do Nome-do-Pai como causa sexual é o esvaziamento do gozo contido nos significantes-mestres, o que é o mesmo que dizer que se trata da redução da fantasia ao funcionamento pulsional, da verificação pelo sujeito do funcionamento pulsional na falha central onde ele se experimenta como desejo.* A dimensão do desejo do analista é tão subversiva quanto a própria introdução da psicanálise no mundo por Freud. Implica o analista como homem de desejo. Entretanto seu desejo deve estar articulado ao insuportável para que ele não recue diante do ponto de insuportável de cada um.

No diálogo da psicanálise com a ciência está em questão a relação fundamental do analista com a dimensão política. O inconsciente é a política da psicanálise e também aquilo com que um analista tem sempre que lidar. Se, após uma análise, um analista nada souber sobre a dialética que o enreda e o compromete com as vidas que o procuram, como poderá se envolver numa prática que o faz pagar com seu próprio ser? O conselho que Lacan nos deixou quanto a isso é o de "que renuncie a isso, portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época" (1998, p. 321).

Minha tese é a de que o discurso do analista reúne e resume, sob a forma de um matema, os três tempos, referidos acima, do diálogo da psicanálise com a ciência, iniciado por Freud e consolidado por Lacan no decurso de seu ensino. Além disso, acrescento que o âmbito do próprio *Seminário 17*, serve como porta de entrada para um quarto tempo desta conversação, à qual Lacan responderá com o seu último ensino. Localizo o ponto de partida para esse novo tempo do debate na formalização do discurso do mestre contemporâneo e do discurso do capitalista, que não trabalharei aqui.

No que se refere à operatividade da psicanálise definida como reintrodução do Nome-do-Pai na consideração científica, mostrei que a teoria dos discursos foi o ponto de chegada do segundo ensino de Lacan. Além disso, esta teoria também condensa, como um quiasma, o debate constante e necessário entre a psicanálise e a ciência. Correlacionei o discurso do analista à noção de desejo do analista e defendo as seguintes teses:

- O desejo do analista é o germe do objeto *a*, localizado no *Seminário 17* como agente do discurso do analista, e também o seu operador, se ele for pensado como uma posição subjetiva que sempre recusa o que lhe é oferecido pelo paciente no dispositivo analítico porque sabe que “não é isso”;
- O discurso do analista é a formulação amadurecida, conceitual e lógica do desejo do analista, é a redução do desejo do analista à sua lógica essencial.

## Notas

1. Este trabalho integra a pesquisa da tese de doutorado em teoria psicanalítica “O desejo do analista e o discurso da ciência”, desenvolvida no PPGTP/IP/UFRJ, orientada pela profa. Dra. Tania Coelho dos Santos, com o fomento da CAPES e defendida em 2007.
2. Este tema foi amplamente desenvolvido em outro trabalho (Lopes, 2009), que retomo parcialmente aqui.
3. O esquema utilizado encontra-se publicado em Laurent, 1997, p. 37.
4. Segundo Coelho dos Santos (2004a, p. 69), trata-se dos problemas enunciados pelo uso do termo *borderline*, estabelecido por Adolph Stern para nomear manifestações clínicas, tais como: narcisismo, hemorragia psíquica, hipersensibilidade extraordinária, rigidez psíquica e física, reação terapêutica negativa, sentimentos constitucionais de inferioridade, insegurança orgânica ou angústia,

masoquismo, uso excessivo de mecanismos projetivos, dificuldades no uso do teste de realidade, particularmente nos relacionamentos interpessoais. A autora também se refere ao uso do termo por dois outros autores: Phyllis Greenacre, o usa em relação à predisposição constitucional à angústia; Hélène Deutsche, o redefine como personalidades as *if*, apoiada no falso *self* de Winnicott, ambos, aproximando-o de uma patologia do caráter.

5. Sándor Ferenczi desenvolveu “procedimentos terapêuticos ativos” que deveriam ser utilizados quando e onde uma longa tentativa de análise não obtivesse êxito em penetrar as estruturas do ego. Ele “acreditava que o analista devia dar afeto a esses difíceis pacientes, com a finalidade de resolver os problemas patológicos pelo acesso a suas experiências pré-traumáticas. Para tanto, assumia e desempenhava certos papéis na relação de transferência designada para influir sobre o processo mental e emocional do paciente. Descreveu esse enfoque procurando demonstrar como o analista pode, conscientemente, criar uma atmosfera de facilidade na situação analítica. Sua tese consiste em que o contato direto com o paciente, por intermédio da interpretação, é insuficiente nos casos de grave distúrbio, e que, além disso, torna-se necessária uma aproximação mais direta do substrato infantil do paciente” (Alexander, Eisenstein, Grotjahn, 1981, p. 481, 33, 35-36).

Money-Kyrle entende que, no caso de alguns psicóticos, antes que a análise possa ser iniciada, o analista precisa “dar corpo” ao objeto ideal em relação ao qual estes pacientes podem formar uma relação, não sendo suficiente interpretar os esforços do paciente para forçar este papel ao analista (ELF, 2002, p. 88, n. 8).

Paula Heimann, por sua vez, sustenta a tese de que a resposta emocional do analista à situação analítica representa uma importante ferramenta de seu trabalho, desde que não seja intensa (*sic!*). Ela deve ser extensiva, diferenciadora e móvel (Ibid., p. 16).

Annie Reich inclui no termo contratransferência “todas as expressões do analista que caracterizam o uso da análise em termos de *acting out*” (Ibid., p. 22)

## Referências bibliográficas

- ALEXANDER, F.; EISENSTEIN, S.; GROTHJAHN, M. (1981). A história da psicanálise através de seus pioneiros. Rio de Janeiro: Imago Ed. Vol. 1 e 2.
- COELHO DOS SANTOS, T. (1994) "A angústia na teoria e na clínica psicanalítica", in Tempo psicanalítico, Rio de Janeiro: SPID, n. 27, p. 45-58, 1994.
- COELHO DOS SANTOS, T. (2001) Quem precisa de análise hoje? O discurso analítico: novos sintomas e novos laços sociais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- COELHO DOS SANTOS, T. (2002). Paradigmas do último ensino de Lacan. Rio de Janeiro: Sephora/UFRJ.
- COELHO DOS SANTOS, T. (org.) (2004). Uma nova questão preliminar. Anais do II Simpósio do Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. Sephora/UFRJ.
- COELHO DOS SANTOS, T. (2004a). "O que não tem remédio, remediado está!" in: Revista Latinoamericana de psicopatologia fundamental, vol. VII, n.1. São Paulo: Escuta, março, 2004, p.63-74.
- COELHO DOS SANTOS, T. (2005). Sinthoma: corpo e laço social. Rio de Janeiro: Ed. Sephora/UFRJ. Disponível também em <<http://www.nucleosephora.com/laboratorio/aulas/sinthomacorpoeconomicoelacosocial.pdf>>
- COTTET, S. (1985) Estudos clínicos. Salvador: Fator ed., 1988.
- COTTET, S.(1989) Freud e o desejo do psicanalista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- COTTET,, S. (2005). "Conferências no Rio de Janeiro", in COELHO DOS SANTOS, T. (org.). Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005. p. 11-58.
- ELF - ESCOLA LETRA FREUDIANA (2002). A contratransferência à luz do desejo do analista. ELF: RJ, Ano XXI, n. 29.
- FREUD, S. (1900) "A interpretação de sonhos", in Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1977, Vol. IV e V.

- FREUD, S. (1915) "As Pulsões e seus destinos", in Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1977, Vol. XIV.
- FREUD, S. (1930 [1929]) "O mal-estar na civilização", in Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1977, Vol XXI, p. 81-171.
- FREUD, S.(1933 [1932]). "Conferência XXXV: A questão de uma *Weltanschauung*", in Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1977,Vol. XXII, p. 193-220.
- FREUD, S. (1937)" Análise terminável e interminável", in Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1977, Vol. XXIII.
- KOYRÉ, A. (1953). Do mundo fechado ao universo infinito .Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- LACAN, J. (1954-55) O Seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1987.
- LACAN, J. (1957-58). O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- LACAN, J.(1962-63). O Seminário, livro 10: a angústia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- LACAN, J.(1964) O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988.
- LACAN, J. (1969-70). O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- LACAN, J. (1972-73). O Seminário, livro 20: mais, ainda.Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- LACAN, J. (1998) Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- LAURENT, É. (1997) "Alienação e separação I e II", in FELDSTEIN, R., FINK, B., JAANUS, M. Para ler o seminário 11 de Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. p. 31-51.
- LOPES, R.G .(2004) "Uma questão preliminar à análise dos analistas: o desejo do analista não é um desejo inconsciente", in COELHO DOS SANTOS(org.). Uma nova questão preliminar. Anais do II Simpósio do Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o Moderno e o contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. Sephora/UFRJ, 2004. p. 15-21.
- LOPES, R. G. (2005) "Desejo do analista e lógica da sexuação", in Latusa, n. 10. Rio de Janeiro: EBP-RJ, jun. 2005, p. 73-88.

LOPES, R. G. (2008). "Quem é o sujeito da psicanálise?", in Tempo psicanalítico, Rio de Janeiro: SPID, vol. 40, nº2, 2008, p. 249-272.

LOPES, R.G. (2009). "A psicanálise é o que reintroduz o Nome do pai na consideração científica. O que isso significa nos primeiro e segundo ensinamentos de Lacan?", in Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 17-35, ago. 2009. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/884>>

MILLER, J.-A. (1986-87) Los signos del goce. Buenos Aires: Paidós, 1998.

MILLER, J.-A. (1995) "A imagem rainha", in Opção Lacaniana, São Paulo: Edições Eólia, n. 14, nov.1995, p. 12-22.

MILLER, J.-A. (1997). Lacan elucidado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

MILLER, J.-A. (1998) Perspectivas do Seminário 5 de Lacan: as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

MILLER, J.-A. (1999) "Os seis paradigmas do gozo", in Opção Lacaniana, São Paulo: Edições Eólia, n. 26-27, 1999, p. 87-105.

MILLER, J.-A. (2002) "O último ensino de Lacan", In Opção Lacaniana, São Paulo: Edições Eólia, n. 35, p. 6-24, jan. 2004.

MILLER, J.-A. (2004). "A era do homem sem qualidades", in aSEPHallus: Revista digital do Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Ano 1, n. 1, nov. 2005 a abr. 2006. Disponível em: <[www.nucleosephora.com/asephallus](http://www.nucleosephora.com/asephallus)>.

MILLER, J.-A. (2005-06). "Uma leitura do Seminário, livro 16: de um Outro ao outro", in Opção Lacaniana, São Paulo: Eólia, n. 48, p. 9-42, mar. 2007.

Recebido em: 14/04/2009; aceito em: 22/07/2010.

Received in: 04/14/2009; accepted in 07/22/2010.

## Contratransferência e desejo do analista: a transmissão de um sintoma analítico<sup>1</sup>

### Counter-transference and the desire of the analyst: the transmission of an analytical symptom

Ana Carolina Borges Leão Martins

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará

Membro do Corpo Freudiano – Seção Fortaleza

[carolinablmartins@yahoo.com.br](mailto:carolinablmartins@yahoo.com.br)

#### Resumo

Esse texto pretende discutir as relações entre a contratransferência e o desejo do analista em três situações distintas: no diálogo teórico entre Freud e Ferenczi, nos fragmentos da análise didática de Margareth Little com Ella Sharp e em três relatos do passe, tornados públicos por Geneviève Morel. Nas conclusões finais, sob as contribuições de Lacan, demonstraremos de que maneira o conceito de contratransferência cede espaço à ideia de transmissão de um sintoma analítico.

*Palavras-chave:* contratransferência, desejo do analista, final de análise, passe, psicanálise.

#### Abstract

This text aims to discuss relations between counter-transference and the desire of the analyst involving three distinct situations: in the theoretical dialogue between Freud and Ferenczi, in the fragments of the training analysis by Margareth Little with Ella Sharp, and in three reports of pass unveiled by Geneviève Morel. In the final findings, referring to Lacan's contributions, we will demonstrate how the concept of counter-transference retreats to open space for the idea of transmission of an analytical symptom.

*Key words:* Counter-transference, desire of the analyst, end of analysis, pass, psychoanalysis.

“Lidar com a transferência é uma cruz.”

Trecho da carta de Freud ao pastor Oskar Pfister (05.06.1910)

Na década de 1950, o conceito de contratransferência conferia substância a uma função simbólica, dotava-a de carne, osso e demais atributos de qualificação, ora contribuindo para o avanço do tratamento, ora tornando-se o único responsável por seus entraves. Diante dos engodos relacionados ao ‘ser’, Lacan (1961) nos ensinou a prescindir da contratransferência, remetendo-nos às implicações do analista na transferência e deslocando o operador lógico do tratamento: do ser ao desejo. “Sou possuído por um desejo mais forte” (Lacan, 1961, p. 187), diz-nos ele, ao discutir os sentimentos do analista diante do analisando, e acrescenta, em seguida: “Ele está autorizado a dizê-lo enquanto analista, enquanto produziu-se, para ele, uma mutação na economia de seu desejo” (Lacan, 1961, p. 187).

Longe de sepultarmos as contribuições dos pós-freudianos, pretendemos demonstrar de que modo a contratransferência condiciona o desejo do analista, tanto em termos teóricos - visto que foram as discussões sobre o ser do analista que fizeram com que Lacan se ocupasse do desejo do analista -, quanto na prática clínica. Conforme nos aponta Coelho dos Santos: “trata-se de tomar a contratransferência como o único índice do inconsciente do lado do analista. Trata-se de torná-la um instrumento que prenuncia o desejo de analista, também, ele mesmo, sempre em vias de advir” (Coelho dos Santos, 2004, p. 71).

Ao longo desse trabalho, discutiremos de que maneira o ‘ser analista’ constitui-se como um sintoma, referindo-se a mais uma resposta, fixa e estável, à enigmática pergunta “quem eu sou?”. À semelhança da resposta histérica ou obsessiva, o ‘ser analista’ também sofre as incidências do circuito inconsciente, é passível de reduzir-se a elementos mínimos, cujas particularidades sinalizam o advento do desejo (do analista). Sob essa perspectiva, talvez nos seja possível reconsiderar o conceito de contratransferência, não para situá-lo, ao modo dos pós-freudianos, no domínio dos fatores que interferem no tratamento, mas para concebê-lo enquanto instrumento capaz de sinalizar a passagem contínua, do ser, ao desejo.

## Entre Freud e Ferenczi: a gênese do conceito

Em 1909, no retorno da viagem à América, Freud e Ferenczi consultaram uma médium berlinense, com o intuito de pesquisar sobre a 'transmissão (*Übertragung*) de pensamentos'. Nessa ocasião, Ferenczi se surpreende com o modo pelo qual seus pensamentos, inacessíveis a ele próprio, foram enunciados, de forma distorcida, nas previsões da médium Madame Seidler. Em carta a Freud de 14 de novembro de 1909, descreve o ocorrido como "(...) o despertar de impressões visuais por meus pensamentos (cs. ou ics.) em um psiquismo estranho ao meu" (Freud & Ferenczi, 1908-1911, p. 144), acrescentando, em seguida, uma necessidade de ampliar o conceito de transferência.

De volta à Budapeste, o experimento é repetido com uma vidente local, Madame Jelineck, e, desta feita, incluem-se perguntas sobre a recente amizade travada com Freud: "o que você pode me dizer do meu amigo de Viena?" (Freud & Ferenczi, 1908-1911, p. 163), pergunta Ferenczi. Mais uma vez, é sua própria mensagem que se faz ouvir, pela boca da vidente:

"Você deve ser fiel a ele. É verdade, agora que está vivendo um bloqueio (sic!) pela intromissão de um terceiro, mas você não deve parar de enviar-lhe as cartas e os relatos. Não só ele é útil a você; você também é útil a ele, por isso, nunca o deixe. Até que você seja reconhecido, sua confiança se firmará completamente." (Freud & Ferenczi, 1908-1911, p. 163)

As ocorrências telepáticas ultrapassam os domínios do ocultismo e alcançam a prática clínica: ao longo do ano de 1910, Ferenczi observou, repetidas vezes, que as associações dos pacientes estranhamente lhe remetiam a seus próprios pensamentos, tocavam em assuntos privados, concernentes ao analista, e, tal qual um corpo estranho, pareciam desconectados dos sintomas dos analisandos. Assim, certo paciente, após se ter deitado no divã, levantou-se, bruscamente, exclamando com visível excitação: "Estou sentindo cheiro de fósforos" (Freud & Ferenczi, 1908-1911, p. 265), disse ele, "Quantos vermezinhas o senhor tem no divã! Uma infinidade!" (idem). Em carta de 17 de agosto de 1910, Ferenczi confia à Freud os pensamentos que lhe ocupavam a mente no instante anterior às estranhas afirmações do seu analisando: naquele dia, tivera relações sexuais, e não lhe parecia justo utilizar o mesmo leito para os fins amorosos e de trabalho. "Pensei (...) na possibilidade de que alguém com uma fina sensibilidade olfativa pudesse sentir pelo cheiro que alguma coisa tinha

*Contra-transferência e desejo do analista: a transmissão de um sintoma analítico*

Ana Carolina Borges Leão Martins

acontecido ali” (idem, p. 265), concluiu, colocando-nos na pista da gênese de um conceito.

Embalado pelas contribuições de Ferenczi, em março de 1910, por ocasião do II Congresso de Psicanálise, Freud nos fala, pela primeira vez, sobre a contratransferência: “Tornamo-nos cientes da ‘contratransferência’, que, nele, surge como resultado da influência do paciente sobre os seus sentimentos inconscientes (...)” (1910, p. 150) e, muito embora as alusões ao conceito se tornem cada vez mais escassas ao longo de sua obra, as preocupações com a ‘transferência de pensamentos’ mantêm-se: dez anos depois, Freud discute o assunto pela primeira vez, no artigo intitulado ‘Psicanálise e telepatia’ (1921). Nesse trabalho, a definição freudiana da transferência de pensamentos em muito se aproxima às discussões sobre a contratransferência:

“Mostra-nos que um desejo extraordinariamente poderoso, abrigado por determinada pessoa e colocado numa relação especial com sua consciência, conseguiu, com o auxílio de uma segunda pessoa, encontrar expressão consciente sob forma ligeiramente disfarçada (...)” (Freud, 1921, p. 196).

Ao inserirmos a definição freudiana em um contexto clínico, temos que um desejo extraordinariamente intenso – esse desejo ‘mais forte’ de que nos fala Lacan (1961) - se expressa de maneira distorcida em razão das interferências de uma relação dual. No corpo a corpo com o analisando, o desejo do analista é deformado, sofre as incidências do ser (do analista), não mais se prestando à direção da cura. Esses impasses, por vezes, assumem contornos dramáticos, conforme demonstrou o episódio envolvendo Gizella Pálos, Elma Pálos e Ferenczi.

Ferenczi mantinha um relacionamento amoroso com Gizella a qual, por sua vez, era casada com Géza Pálos. Em julho de 1910, ele aceita receber em análise Elma, filha de Gizela, e o tratamento parece caminhar em bom termo, até que... O analista se apaixona pela analisanda. A situação se torna insustentável, o tratamento é interrompido e Elma é encaminhada à Viena para se analisar com Freud. No decorrer dessa segunda análise, empreendida a contragosto, Freud escreve uma carta à Frau Gizella, reprovando a conduta de Ferenczi: “Ele se volta da mãe para a filha e espera de mim que eu reconheça esta troca como uma troca auspiciosa.” (Freud & Ferenczi, 1908-1911, p. 375). Em meio às intervenções de Freud, Ferenczi oscila na decisão de romper com Gizella e casar-se com Elma, quadrilha transferencial que, por fim, enseja a redação dos “Artigos sobre a

técnica”, onde Freud formaliza, em termos teóricos, as dificuldades concernentes ao amor de transferência:

“É, portanto, tão desastroso para a análise que o anseio da paciente por amor seja satisfeito, quanto que seja suprimido. O caminho que o analista deve seguir não é nenhum destes (...). Ele tem de tomar cuidado para não se afastar do amor transferencial, repeli-lo ou torná-lo desagradável para a paciente; mas deve, de modo igualmente resoluto, recusar-lhe qualquer retribuição” (Freud, 1914, p. 182).

Sob essa perspectiva, e levando em consideração o aspecto de resistência do amor transferencial, as recomendações freudianas visam postular uma única regra, verdadeiro sustentáculo da função analítica: no ponto em que as paixões do ser promovem a filtragem tendenciosa da fala dos pacientes, o analista deverá manter uma “atenção uniformemente suspensa” (Freud, 1912, p. 125), concedendo igual valor a tudo o que for dito, sem seguir às suas próprias inclinações. Essa não é uma tarefa fácil, muito pelo contrário, requer o preenchimento de uma importante condição: a ‘purificação psicanalítica’ (idem), onde o inconsciente do analista será submetido à prova de seu método. Temos, ainda em 1912, o princípio do que depois constituirá a exigência da análise didática para a formação do psicanalista.

Podemos observar as ressonâncias das recomendações freudianas em seus destinatários, de tal modo a promover, na pena de Ferenczi, uma fina articulação entre o fim de análise e a formação do analista. Assim, em 1927, em exposição feita durante o X Congresso Internacional de Psicanálise, Ferenczi (1927) apontou para a necessidade de que a análise do analista seja inteiramente terminada, uma ‘superterapia’, capaz de prover habilidades especiais ao candidato em formação: “o analista, de quem depende o destino de tantos seres, deve conhecer e controlar as fraquezas mais escondidas de sua própria personalidade, o que é impossível sem uma análise inteiramente terminada”. (Ferenczi, 1927, p. 21).

Essa é uma concepção solidária aos obstáculos observados na clínica: a exigência de qualificação mostra-se uma saída viável para lidar com os pacientes ‘refratários’, os que não associam livremente, mentindo ou ocultando dados relevantes à direção da cura, apenas para conquistar a ‘disposição amistosa’ de seus analistas. Esses pacientes exigem de seus analistas uma posição quase ‘divinatória’, princípio da técnica ativa, em que o analista infere, a partir de silenciosos traços de caráter, os conflitos psíquicos ainda não deflagrados. Em 1937, quatro anos depois da morte de

Ferenczi, Freud (1937) responde ponto a ponto às ambições terapêuticas do seu discípulo, condenando o manejo da transferência para fins profiláticos. O famoso texto “Análise terminável e interminável” (1937) é o último grande diálogo entre os dois psicanalistas e o registro da posição freudiana sobre o problema do fim de análise.

Recuando um pouco mais no tempo, no início da década de 1930, as preocupações com o ser do analista continuam a atravessar a produção teórica ferencziana, mas, agora, os obstáculos do ‘ser’ põem em cheque a eficácia das técnicas ativas. Ferenczi (1933) se dá conta de que as tentativas de acostrar as resistências do caráter produzem efeitos inusitados, senão desagradáveis: diante da ‘autoridade’ das interpretações, os analisandos se mostram submissos, concordam com tudo o que é dito, ou, no extremo avesso, enfurecem, disparando ataques contra seus analistas. As técnicas ativas perigosamente aproximam a transferência da sugestão, fato que não lhe passa despercebido. Desse modo, em uma postura mais ‘amena’, no artigo “Confusão de língua entre o adulto e a criança” (1933), Ferenczi faz uma denúncia de uma ‘hipocrisia profissional’, condenando a insinceridade dos analistas em demonstrar erros e fraquezas.

As tentativas em conquistar um absoluto estado de franqueza fizeram com que Ferenczi, por vezes, ‘trocassem’ de posição com seus pacientes, deixando-se analisar por eles e permitindo-lhes um contato físico mais aprofundado, incluindo beijos recíprocos. Tão logo travou conhecimento da técnica da ‘análise mútua’, Freud escreveu uma longa carta admoestatória a Ferenczi, em 13 de dezembro de 1931. A carta fora publicada na íntegra por Ernest Jones e constituiu, como bem sinalizou o tradutor inglês das obras de Freud, “um interessante pós-escrito” (1914, p. 175) ao artigo técnico “Observações sobre o amor transferencial”. Vale a pena transcrevermos um trecho da crítica freudiana:

“Percebo que as divergências entre nós atingem seu ponto culminante a partir de um detalhe técnico que vale a pena ser examinado. Você não faz segredo do fato de que beija seus pacientes e permite que eles também o beijem. (...) Até o momento sustentamos, dentro da nossa técnica, a conclusão de que os pacientes não devem ter satisfações eróticas”. (Freud *apud* Jones, 1979, p. 718)

Do início ao fim do diálogo teórico entre Freud e Ferenczi, as discussões sobre a contratransferência se referem às possibilidades de neutralizar o enviesamento do ser do analista no curso do tratamento. No capítulo VII de

“Análise terminável e interminável”, Freud (1937) se mostra contrário aos esforços de normalização do ser do analista, defendendo a tese de que a análise didática é a única verdadeiramente interminável. Sem propor qualificações ideais, a exigência freudiana recai sobre uma “convicção firme da existência do inconsciente” (Id., p. 265), condição primeira à função analítica, e benefício comumente adquirido por qualquer um que se submete ao método. Em 1937, a normalidade é um ideal inatingível, a totalidade da pulsão não pode ser integrada ao aparelho psíquico e o tratamento de homens e de mulheres esbarra no incontornável rochedo da castração.

Nas linhas desse longo diálogo, podemos observar de que maneira o fim de análise deixa, em seu rastro, um sintoma irreduzível e avesso a qualquer tentativa de normalização: trata-se do próprio analista, em seu estilo.

#### Entre Margaret Little e Ella Sharp: a crítica do conceito

Na década de 1950, o movimento psicanalítico, tomado como um todo, compartilhava a crença de que problemas na transferência ao didata estranhamente retornavam nas análises terapêuticas empreendidas a posteriori, sob a forma de sentimentos não racionalizáveis. Os analistas ingleses e americanos divergiam, entretanto, sobre o uso da contratransferência: uns se esforçavam em reduzir ao máximo as interferências do ser do analista, outros aquiesciam à inevitabilidade dos pontos cegos das análises didáticas, utilizando-os em prol da técnica. É nesse contexto que Lacan (1953-54) inicia o seu seminário sobre *Os escritos técnicos de Freud*, propondo-se a discutir os impasses clínicos a que chegaram os pós-freudianos, mas, agora, tomando-os sob a referência da tópica do imaginário. No terceiro capítulo desse seminário, Lacan recupera os fragmentos de uma análise didática, cuja responsabilidade é creditada a Annie Reich, mas, conforme veremos, trata-se do tratamento de Margareth Little com Ella Sharp, com duração de sete anos, e interrompido em 1947.

Com algumas modificações, o ponto nodal do relato se refere a uma situação de luto impossível de ser simbolizada diante das interpretações propostas pelo analista:

“Um paciente precisa fazer uma comunicação na rádio sobre um tema que muito interessa ao analista. Apesar de todas as condições desfavoráveis - a mãe desse paciente havia morrido na semana anterior -, a empreitada fora um sucesso. No dia

seguinte à comunicação, o paciente chega à análise em estado de angústia e de confusão e, diante desse quadro, o analista interpreta: diz-lhe que o quadro depressivo se refere ao temor de que o analista o prive do sucesso, por razões de ciúmes e inveja. A interpretação é acatada, a depressão do paciente cede e a análise continua por mais um ano. Algum tempo depois de concluído o tratamento, esse paciente se lembra, de modo fortuito, do falecimento de sua mãe, redimensionando o episódio da comunicação no rádio: naquela época, estava triste porque a mãe não pôde testemunhar seus êxitos e, diante da interpretação do analista, fora obrigado a negar a morte de um ente querido, “de um modo quase maníaco” (Little *apud* Safouan, 1991, p. 117).

Safouan (1991) nos remete a um capítulo intitulado “Diálogo: Margaret Little/Robert Langs”, para confirmar que esse conhecido fragmento se refere, de fato, à análise de Margaret Little com Ella Sharpe. Em lugar da comunicação ao rádio, tratava-se da defesa da monografia de Little diante da Sociedade Psicanalítica de Londres, um pré-requisito ao ingresso de novos candidatos. Seu pai havia falecido uma semana antes da defesa, e Little precisou de muito tempo, dois anos, para elaborar a –óbvia – tristeza pela perda do pai. O longo período de luto é consequência de uma interpretação desastrosa, denunciando o efeito do atravessamento do ‘ser do analista’ sobre a direção da cura.

Seguindo o raciocínio dos teóricos da contratransferência, os pontos cegos das análises didáticas se estendem à prática clínica e à produção teórica dos candidatos em formação. Antes de enunciarmos a crítica lacaniana a essa tese, façamos um breve relato de outro caso de luto, dele extraíndo suas devidas consequências. Trata-se de Frieda, paciente de Little, cujo sintoma principal girava em torno de uma ‘compulsão por roubar’.

Little (1957) nos conta que os primeiros sete anos de análise foram dedicados a tornar a transferência ‘real’: muitas interpretações foram dadas, e todas elas passavam ao largo dos problemas da analisanda, como se entrassem por um ouvido e saíssem por outro. O quadro apresentou uma reviravolta quando uma amiga de Frieda, Ilse, faleceu, depois de uma operação na Alemanha. A paciente chegou à sessão com o rosto inchado, vestida de preto, em verdadeira agonia e completamente inconsolável. Cinco semanas se passaram, e a tristeza não arrefeceu, muito pelo contrário, houve pioras, Frieda parecia ‘fora de contato’: não dormia, não

comia, espalhava fotos de Ilse pela casa e julgava ver a imagem da morta em todos os ambientes de seu convívio. A analista disparou interpretações: 'você quer que eu traga Ilse magicamente de volta à vida', 'você quer punir a si e ao ambiente por sua infelicidade', e nada surtia feito. Diante dos riscos de suicídio e de morte por exaustão, Little, já tomada de angústia, tenta um último recurso: diz-lhe o quanto aquela dor e tristeza tocam não apenas os parentes e amigos, mas atingem particularmente a ela, sua analista: "I felt sorrow with her, and for her, in her loss" (Little, 1957, p. 247), acrescenta. O efeito fora instantâneo: o luto patológico cedeu lugar a um choro ordinariamente triste e, nas semanas seguintes, Frieda seguiu com a própria vida.

No ponto em que Ella Sharp se recusa a admitir as interferências do 'ser do analista' na direção da cura, Margaret Little opera analiticamente a partir de seu 'ser': propõe uma 'resposta total'- somatório de tudo o que o analista diz, faz, pensa ou sente - no confronto com as necessidades de seu paciente. Nas considerações teóricas, Little (1957) afirma que a 'resposta total' torna-se um artifício técnico imprescindível diante de casos graves, de psicoses e de neuroses de caráter, em que há falhas no processo de simbolização. Neles, a interpretação da transferência, responsável por instaurar o real no domínio da fantasia, não surte efeito. Com esses pacientes, Little mobiliza recursos mais primitivos, propõe a realização da presença do analista, tomada, aqui, enquanto único parâmetro de realidade. Para tanto, a contratransferência precisa ser explicitada, quase em termos confessionais, e qualquer semelhança com a exigência ferenciana de sinceridade e de franqueza não é mera coincidência.

A partir das contribuições de Lacan (1962-63), podemos isolar um ponto comum a todas essas preocupações relativas ao do ser do analista: trata-se do esforço, muitas vezes renovado, em operar o 'fechamento' da experiência com o inconsciente. Em Ferenczi, a análise didática inteiramente terminada garante a assunção de um 'analista-tipo', fixo e imutável, o qual conduzirá as análises de seus pacientes a um termo igualmente invariante, princípio da ideia do tratamento-padrão. Margaret Little também toca no osso dos problemas da formação, mobiliza a tipologia analítica, esse recurso ao 'ser', para avançar em torno do que é impossível de simbolizar. Um e outra, em suas respectivas contribuições, falharam em localizar a dupla função da falta, conforme nos ensina Lacan (1962-63), em seu *Seminário 10*.

A primeira função da falta é interna à lógica da linguagem, refere-se à ausência do significante último em que o ser possa agarrar-se. A pergunta 'quem eu sou?' não encontra articulação significativa, sua resposta é um lugar vazio, o lugar do falo (- phi), terreno propício à ancoragem dos sintomas neuróticos. Assim, nos primeiros anos de seus seminários, Lacan se esforçou em demonstrar a estrutura metafórica dos sintomas, esse efeito positivo de sentido, destinado a suplementar a falta no campo do Outro: "a neurose é uma questão que o ser coloca para o sujeito" (Lacan, 1957, p. 254), diz-nos ele. Dessa forma, o neurótico responde, com o recurso do seu sintoma, à castração do Outro, oferta 'falaciosa', conforme Lacan (1962-63), porque destinada a recobrir uma falta mais estrutural: a inexistência de um objeto que suture as bordas do corpo.

Sob essa perspectiva, a segunda função da falta é constitutiva do ser humano, insere-se nos domínios do corpo e do autoerotismo. Uma vez que temos acesso à linguagem, perdemos as relações de complementaridade entre o real e o imaginário: o nosso corpo sempre se mostra um tanto insuficiente para designar seus objetos de satisfação, ampla diferença entre homens e animais. No *Seminário 10*, Lacan (1962-63) se interessa pela gênese dessa falta estrutural, remontando-a aos resíduos da dialética do sujeito ao Outro. Desse modo, a incidência da linguagem opera um corte na substância, institui, de um lado, as bordas ou zona erógenas, e, de outro, compõe a forma do objeto, afinada com tais bordas da superfície corporal. À diferença do sintoma, passível de reduzir-se pelas vias da linguagem, a relação do sujeito ao objeto causa de desejo é irredutível: não há relação de complementaridade entre os sexos, fórmula radicalizada nos seminários de Lacan da década de 1970.

As concepções sobre a contratransferência confundem essa dupla função da falta, porque falham em localizar a importância do objeto causa de desejo. O 'analista-tipo', supostamente fruto de uma análise inteiramente terminada, não mais padeceria de sua divisão subjetiva, apresentando-se 'uno', 'inteiro', 'normal', como se fosse possível instituir uma relação harmônica entre o sujeito e o objeto. Nessa empreitada, o fracasso se mostra previamente anunciado: a contratransferência torna-se o instrumento que sinaliza a impossibilidade de uma tipologia do analista.

O 'ser analista', enquanto resposta sintomática à pergunta "quem eu sou?", sofre as incidências do circuito inconsciente, é possível de ser reduzido no percurso de análise, dando a ver a relação do sujeito ao objeto causa de desejo. Ao fim, o desejo do analista assim se apresenta enquanto uma

saída, singular, para essa falha de ordem ainda mais constitutiva: trata-se de um ponto de ancoragem às respostas, continuamente inventadas, para o impossível da relação sexual.

Na década de 1960, o dispositivo do passe é instituído com o intuito de verificar a passagem do ser ao desejo. Nesse ponto, Lacan (1969) abandona a 'tipologia do ser' para inaugurar uma 'topologia do sujeito', cujo móbil seria o próprio desejo do analista.

Três testemunhos do passe: a transmissão de um sintoma analítico

Qual seria o efeito do ensino de Lacan sobre as discussões referentes ao ser do analista? No último tópico, discutiremos o dispositivo do passe, a partir de três relatos, tornados públicos por Geneviève Morel (2008).

Partiremos da ideia, lançada por Lacan (1962-63), de que a estrutura metafórica do sintoma recobre uma segunda falta, constitutiva e irreduzível, relacionada à impossível relação entre os sexos. Morel (2008) avança essa ideia retomando as contribuições do último ensino de Lacan (1975-76), para afirmar que, ao final de análise, o nó sintomático de partida não desaparece, mas é reduzido ao ponto dessa falha estrutural. Desse modo, no confronto com a falta de relação entre os sexos, cada analisando é convidado a inventar sua saída, um *sinthome*, o qual assinala a função de suplência diante do irreduzível. Esse *sinthome* analítico, criado pelo analisando durante a cura, longe de se constituir como um fator que irá interferir nas análises empreendidas a posteriori, é o meio pelo qual o analista necessariamente opera. Mais ainda, "a invenção de um sintoma a partir de um sintoma anterior do sujeito (...) prolonga o do analista ou a ele responde, sem ser exatamente o mesmo, com uma invenção" (Morel, 2008, p. 174 no original – tradução do revisor). Pelas vias do sintoma, torna-se, portanto, necessário investigar aquilo que é "ordinariamente transmitido em silêncio", tarefa de difícil observação, já que a literatura psicanalítica não comporta tantos exemplos sobre o assunto. Por essa razão, a autora recorre ao dispositivo do passe.

Enquanto Analista da Escola (AE), Morel (2008) escutou uma série de momentos difíceis do tratamento, a autora observou que o analista responde com os meios de seu sintoma: no caso de M.X., tratava-se de querer fazer o papel de 'bom pai', aquele que encarna uma norma ideal para seus filhos. A 'carência' de M.X., resposta do analista à falta estrutural, produz efeitos sobre o sintoma de partida de seus analisandos. Esses

últimos, por seus turnos, puderam inventar outra resposta sintomática, inteiramente nova e singular, que guarda a marca daquela dada pelo analista, conforme veremos nos relatos a seguir.

Gil entra em análise com M.X., contando-lhe um segredo: dentre alguns filhos naturais, o analisando possui um ilegítimo, o qual não o assume, nem o reconhece em nenhum plano. Seu pai, enquanto vivo, conservava uma vida dupla: tinha uma esposa, mãe de Gil, e uma amante, enfermeira, com a qual possuía filhos igualmente não reconhecidos. Esse pai se dizia médico, sem jamais ter feito estudos na área, impostura que lhe possibilitava seduzir as mulheres com maior facilidade. Quando o pai morre de infarto, a criança, então com nove anos, é convidada a tomar seu lugar, ao lado da mãe.

O sintoma de partida se refere, portanto, aos efeitos da impostura paterna: Gil dizia-se filho de médico, aparentava conhecedor de vários domínios fora de sua competência, sustentava um saber de 'contrabando', que o impelia a se fazer 'passar por aquilo que não era'. Na ocasião do passe, Gil deduz o ponto de ancoragem da sua fantasia fundamental: uma criança à procura de um pai, para se fazer 'ver' e se fazer 'reconhecer' por ele. Esses dois objetivos foram amplamente conquistados na transferência com M.X.

A ocasião do passe se faz em meio a um momento político importante: M.X. ocupa um lugar estratégico em uma instituição em vias de expandir-se. Em suas intervenções, o analista assume a função de um pai protetor: 'deixe de palhaçadas!', 'você é um bom pai', diz ele a seu analisando. Essa posição de 'bom pai' se redobra sobre o sintoma de partida, cujo ápice se refere à admissão de Gil na "confraria dos analistas patenteados e não-impostores" (Morel, 2008, p. 182). Assim, o passe e o reconhecimento de Gil deixaram para trás o "enigma do filho secreto", fixando e consolidando a problemática inicial, sem grandes transformações.

O mesmo não se pode dizer de Jules, outro analisando de M.X.: nesse caso, há a invenção de um *sinthome*, fundado no que Jules nomeia como 'efeito de letra'.

Jules planeja engravidar sua mulher logo após ter um sonho no qual uma frase se destaca: "Sara penetrará". Sara é o nome de sua analista à época do sonho. Essa frase é seguida de uma fantasia: fazer-se penetrar por uma mulher. Durante onze anos, tal fantasia é encenada com diferentes massagistas, 'perversão transitória', em acordo com o analisando.

Após se desligar de Sara, Jules recorre a M.X. durante uma conferência sobre psicanálise em que o analista cita várias obras de autores judeus. A escolha lhe remete a uma carência da palavra paterna: o pai nada dizia ao filho, apenas costumava citar livros e leituras. As múltiplas interpretações de M.X. aparecem portanto, como suplência ao silêncio paterno: o analista assume, em transferência, o lugar do 'pai que fala'. Durante o passe, Jules é capaz de reproduzir minuciosamente dezenas de interpretações de M.X., frases inteiras, que possuem o valor de uma lei, tornam-se uma espécie de regra de conduta diante da falha simbólica de seu próprio pai.

Depois de três anos de análise, Jules se separa da mulher e se casa novamente, época em que as 'massagens' são deixadas de lado. "É lógico que, após a degradação, vem a idealização", comenta M.X. (Morel, 2008, p. 184). A partir desse ponto, o trabalho de reconstrução segue três direções distintas: na primeira, a fantasia de penetração é remetida ao desejo materno; na segunda, há uma fórmula: "P implica F", quer seja: "se pai então falha" (idem, p. 185 – tradução do revisor). Essa fórmula, condensada, promove um claro benefício terapêutico: redimensiona a fantasia de feminilização, a qual provocava horror no analisando. Por fim, na terceira direção, há a invenção de um *sinthome*, cujos suportes são a carência paterna e o sintoma do analista. O gosto pelos livros e pela leitura orienta Jules à função da letra na tradição judaica. Ele retoma o episódio bíblico do sacrifício de Isaac para fazer ressoar uma 'letra-circuncisão': "a cicatriz da renúncia a uma relação de sacrifício entre pai e filho" (idem, p. 186 – tradução do revisor). Para ele, a letra assume o lugar da castração simbólica, torna-se a via de transmissão da virilidade entre pai e filho.

Por último, Ève faz a sua análise a partir do *sinthome* criado por Jules. Essa moça diz saber 'o que é a castração', aquisição feita durante seu percurso analítico. Em uma sessão, Ève comenta o filme *O império dos sentidos*, e o analista interpreta, diz-lhe que a castração sofrida pelo personagem principal fora uma iniciativa da parceira. Em seguida, Jules lhe pede para soletrar um nome, Ève esquece uma letra. "A castração é isso", diz ele, remetendo-a a um fenômeno de linguagem. O sintoma de Ève, via pela qual ela entra em análise, está relacionado à significação fálica: a analisanda é torturada pelo olhar dos homens face sua própria beleza. No ponto em que essa moça se sente desorientada pelo olhar masculino, a análise 'orientada pela letra' demonstra benefícios terapêuticos, incidindo sobre o sintoma de partida.

Muito embora não saibamos de que maneira M.X. construiu seu próprio *sinthome*, os três exemplos demonstram os efeitos diferenciados de uma mesma marca sintomática, a ressoar na estrutura e no problema de cada analisando. Diante do embaraço de um obsessivo em relação à impostura paterna, M.X. 'banca' o pai imaginário, permitindo-lhe o acesso ao reconhecimento social em uma instituição psicanalítica. Nesse caso, o sintoma de partida fora fixado, sem grandes transformações. Mas, em face da carência paterna de Jules, M.X. ocupa o lugar do pai simbólico: o analista interpreta a castração em termos de 'letra' na mesma medida em que o analisando não logra acesso à metáfora paterna. A filiação é reinscrita, por Jules, na tradição judaica, *sinthome* absolutamente original, que lhe permite operar como analista.

Qual a diferença entre os efeitos de 'ser', postulados pelos teóricos da contratransferência, e a transmissão pelas vias do *sinthome*, tal qual discute Morel?

De Ferenczi a Freud, entre Margareth Little e Ella Sharp, as tentativas em neutralizar o ser do analista referem-se à insistência na multiplicação do idêntico: ao fim de análise, surgiria um termo invariável, o analista normal, garantidor dos procedimentos técnicos de uma psicanálise-padrão. A crítica de Lacan (1957) ao modelo de formação da IPA assim recai sobre uma transmissão por fac-símile, coroada pelo binômio identificação/idealização. Nessa perspectiva, a contratransferência, embora indesejável, tornava-se o sinal do estilo do analista, de sua responsabilidade na direção da cura.

Conforme demonstramos, Freud (1937) desconfia dessas formulações, remetendo-nos à ideia de que a única análise interminável é a do analista. Nas linhas das contribuições freudianas, ao fim do nosso trabalho, o conceito de contratransferência sofre deslocamentos, remete-nos àquilo que é possível de se transmitir em transferência.

Em transferência, o ser do analista dá a ver o desejo que ele próprio encerra. Trata-se, entretanto, de um novo efeito de 'ser', consequência do percurso de análise e artifício singularmente inventado para fazer face ao impossível da relação entre os sexos. Essa marca se prolonga ao longo das gerações, ensejando transferências de trabalho e atravessando as produções teóricas e acadêmicas.

## Notas

1. Esse texto é consequência da minha dissertação de mestrado em Psicologia, intitulada "O percurso do conceito de fim de análise de Freud a Lacan", sob orientação da Prof. Dra. Laéria Bezerra Fontenele, e com o financiamento da CAPES.

## Referências bibliográficas:

COELHO DOS SANTOS, T. (2004) "O que não tem remédio, remediado está", in Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. Volume VII, I, p. 63-74.

FERENCZI, Sandor. (1927) "O Problema do fim de análise", in Obras Completas Psicanálise IV. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 15-24.

FERENCZI, S. (1933) "Confusión de lengua entre los adultos y el niño", in Obras Completas, Psicoanálisis IV. S.A. Madrid: Ed. Espasa-Calpe, 1984.

FREUD, S. (1910) "As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica", in Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XI, p. 143-156 .

FREUD, S. (1912)" Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise", in Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XII, p. 123-133.

FREUD, S. (1915) "Observações sobre o amor transferencial", in Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XII, p. 175-190.

FREUD, S. (1921) "Psicanálise e telepatia", in Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XVIII, p. 187-204.

FREUD, S. (1937) "Análise terminável e interminável", in Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XXIII, p. 225-270.

FREUD, S.& FERENCZI, S. (1908-1911) Correspondência. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

JONES, E. (1979) Vida e Obra de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A.

LACAN, J. (1953-54) O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

- LACAN, J. (1957) "A Psicanálise e seu ensino", in Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 438-460.
- LACAN, J. (1960-61). O Seminário, livro 8: a transferência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.
- LACAN, J. (1962-63) O Seminário, livro 10a angústia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- LACAN, J. (1967)." Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola", in Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 248-264.
- LACAN, J. (1975-76) Le Séminaire, livre XXIII: le sinthome. Paris: Éditions Du Seuil, 2005.
- LITTLE, M. (1957) 'R' – The analyst's total response to his patient's needs. IJP, may-august 1957, Vol XXXVIII, parts 3/4.
- MOREL, G. (2008) La loi de la mère: essai sur le sinthome sexuel. Paris: Economica Anthropos.
- SAFOUAN, M. (1985) Jacques Lacan e a questão da formação dos analistas. Porto Alegre: Artes Médicas.
- SAFOUAN, M. (1991) A Transferência e o Desejo do Analista. Campinas: Papirus.

Recebido em 04/02/2010; aceito em 10/03/2010.  
Received in 02/04/2010; accepted in 03/10/2010.

## A psicanálise aplicada à terapêutica e a política da psicanálise hoje<sup>1</sup>

### Psychoanalysis applied to therapeutics and politics of psychoanalysis nowadays

Sérgio Laia

Psicanalista

Doutor em Letras e Mestre em Filosofia (UFMG)

Professor Titular IV da Universidade FUMEC (Fundação Mineira de Educação e Cultura)

Pesquisador com Projeto apoiado pelo ProPIC-FUMEC e pela FAPEMIG

Membro da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP)

Membro da Associação Mundial de Psicanálise (AMP)

Diretor Geral do Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais (IPSM-MG)

[laia.bhe@terra.com.br](mailto:laia.bhe@terra.com.br)

#### Resumo

Procura-se, neste texto, esclarecer, com base em referências históricas e de intervenção na cultura, o que se concebe como “psicanálise aplicada à terapêutica”, bem como demonstrar por que essa aplicação, no que concerne à orientação lacaniana, é norteadada pela “psicanálise pura”, ou seja, por um comprometimento com a produção de um analista ao final de uma análise e com o futuro da psicanálise.

*Palavras-chave:* psicanálise, cultura, terapêutica, objeto a, pulsão, final de análise.

#### Abstract

This text aims to clarify, based on historical references and cultural intervention references what is conceived as “psychoanalysis applied to therapeutics”, as well as demonstrate why this appliance, in its aspect of Lacan’s orientation is directed by “pure psychoanalysis”, which means through a commitment to the production of an analyst in the end of an analysis and to the future of psychoanalysis.

*Key words:* psychoanalysis, culture, therapeutics, object a, pulsion, end of analysis.

“A vida do psicanalista não é um mar de rosas”

(Lacan, 1955)

Em 1970, quando Deleuze ainda não era muito conhecido, Foucault publicou em um número da revista *Critique* um texto no qual apresentava dois livros desse filósofo (*Diferença e repetição* e *A lógica do sentido*) que considerava um dos mais importantes e com quem manteve uma intensa amizade intelectual. Declarou, então, serem dois livros que “não caberão em nossas cabeças” e almejava: “um dia, quem sabe, o século será deleuziano” (Foucault, 1970, p. 75-76).

Lanço mão dessa frase-utopia de Foucault como um tipo de contraponto à política da psicanálise hoje em dia porque, neste tempo em que estamos muito envolvidos em efetuar os mais variados desdobramentos da aplicação da psicanálise à terapêutica, nesta época na qual descobrimos que a extraterritorialidade não é mais o único lugar em que se localizam os psicanalistas na civilização, não me parece compatível com nossa política (ao menos no que concerne à psicanálise de orientação lacaniana) aspirar a que, um dia, o século seja psicanalítico. Em outros termos, por mais afiadas que sejam as críticas da psicanálise ao que nos é oferecido como pílulas da felicidade, por mais contundentes que sejam nossas denúncias de como as novas formas do discurso do mestre não cessam de aumentar o mal-estar contemporâneo, por mais que façamos uma desmontagem efetiva das novas formas de como a segregação se espalha muitas vezes sutilmente no nosso cotidiano, a orientação lacaniana não deve aspirar a uma generalização secular de suas proposições ou, para retomar uma expressão já utilizada inclusive por Freud, a psicanálise não deve se apresentar como uma forma de “visão de mundo”, uma *Weltanschauung* (Freud, 1926, p. 117-118; 1933, p. 193-220).

Há, portanto, um paradoxo que se apresenta na ação dos psicanalistas no mundo. Por um lado, se a psicanálise não propõe respostas aos impasses da civilização, sua própria sobrevivência está ameaçada; por outro lado, se estas respostas fossem adotadas mundialmente, se ninguém mais resistisse à subversão psicanalítica, a psicanálise não deixaria de estar seriamente em risco ou talvez inclusive já morta.

## Um exemplo

Com a Primeira Guerra Mundial, a psicanálise havia conquistado um sucesso além dos consultórios psicanalíticos, graças ao tratamento das chamadas “neurose de guerra” (Jones, 1955, p 197-205). Descobriu-se, ao contrário da impressão generalizada até então, que esses tipos de sofrimento gerados pelas guerras não eram uma trapaça com que se pretendia passar por cima das autoridades e evitar, por exemplo, o regresso aos campos de batalha. Havia verdade nesses “traumas da guerra”, e uma verdade particular, porque não eram todos os combatentes que os apresentavam, e não se poderia solucioná-los deixando se perder essa verdade que neles se corporificava.

Em razão deste sucesso, o Quinto Congresso Psicanalítico Internacional, que se realizou em Budapeste pouco antes do fim da Primeira Guerra Mundial, pôde contar não somente com a participação de muitos analistas, mas também com a presença de muitas autoridades do Estado e militares. Eram muitos, nessa ocasião, os trabalhos psicanalíticos apresentados sobre as neuroses de guerra (Jones, 1955, p. 197-205). Porém – e isso provavelmente já nos assinala como ao criador da psicanálise não interessava transformá-la em uma *Weltanschauung* – quando Freud toma a palavra nesse Congresso, ele não fala sobre o tratamento das neuroses de guerra (1918). No início de sua exposição, convida os analistas a renovarem a técnica sem abandonar o deciframento do inconsciente, a revelação do recalcado e o combate às resistências. Em seguida também os anima a irem além do já reconhecido tratamento psicanalítico das histerias e afrontar os domínios menos permeáveis das fobias e das neuroses obsessivas. Porém, será sobretudo ao final que Freud apresentará o mais novo e desafiante: os analistas não devem mais ficar no espaço privado de seus consultórios, recebendo somente os que podem pagar por seus serviços e, portanto, devem passar a visar também “a enorme quantidade de miséria neurótica existente no mundo e que talvez não precisasse existir (...) nas camadas sociais mais amplas” (Freud, 1918, p. 209-210). De outra maneira, o combate a ser empreendido pelos psicanalistas num pós-guerra – que logo se mostrou (Freud, ele mesmo, o previa) como um inquietante e sofrido entre-guerras – deveria ocorrer não somente no privado (fonte da sobrevivência dos analistas), mas também no campo da então nascente “Saúde Pública” (importante para o que eu chamaria de sobrevivência da psicanálise).

Em outro texto, já havia destacado o quanto esse futuro da psicanálise se transformou em nosso próprio presente, se considerarmos a grande quantidade de analistas que trabalham nos serviços públicos de saúde, educação, desenvolvimento social etc. (Laia, 2003), ainda que nosso presente cada vez mais se imponha também como o tempo em que a psicanálise é muito criticada e ameaçada por práticas terapêuticas cognitivo-comportamentais e biologizantes. Aqui, estou muito mais interessado em sublinhar os impasses que a extensão mesma da psicanálise exige que os analistas enfrentem e quais respostas são encontradas do ponto de vista da orientação lacaniana. Porém, se consideramos o momento em que Freud profere sua exposição no Congresso Internacional em Budapeste, é interessante observar como essa extensão para ele não se faria sem um aumento do número de analistas e sem a oferta de tratamento gratuito em instituições criadas por analistas, inclusive antes que a psicanálise fosse reconhecida em sua utilidade pública. Assim, com tal oferta, Freud me parecia querer forçar a entrada da terapêutica psicanalítica no espaço público como uma estratégia para antecipar seu reconhecimento pela sociedade.

A história nos demonstrou como a Policlínica de Berlim, inaugurada dois anos depois do Congresso de Budapeste, foi pioneira e muito atuante nessa nova política da psicanálise proposta por Freud em 1918. E, após essa Policlínica, instituições similares foram criadas em várias cidades do mundo, constituindo o que Danto (2005), uma investigadora norte-americana, já no título mesmo de um precioso livro relacionado a esses percursos públicos da psicanálise, chamou de *Freud's free clinics* ("As clínicas gratuitas de Freud"). Sabemos também que todo esse desdobramento da terapêutica psicanalítica se fez acompanhado de um grande investimento na formação dos analistas: essas clínicas muitas vezes se encontravam ao lado dos "Institutos de Formação". Assim, dois movimentos diferentes e, em certo sentido, antagônicos, nasceram dessas clínicas: por um lado, já apontada em 1918 pela proposta freudiana de um número maior de psicanalistas para ocupar-se da miséria neurótica no mundo, a preocupação com a formação dos analistas vai dar lugar a uma concepção *standard* da psicanálise e do psicanalista; por outro lado, em sua expansão para além dos consultórios privados, a terapêutica analítica se encaminhou para a educação, para a medicina geral, para o direito, ou seja, por campos onde não se podia sustentar um *standard*, um padrão de conduta analítica.

Porém, especialmente depois de 1938, com a propagação do Nazismo, as iniciativas psicanalíticas europeias comprometidas com o que Danto nos convida a chamar de “justiça social” são quase totalmente desbaratadas. O que permanece, por exemplo, em Londres ou, mais além, na América do Norte, vai estar muito mais implicado com o desenvolvimento do que se consolidou como uma formação analítica *standard* e muito mais associada ao que se passava nos consultórios privados do que a uma prática inovadora e preocupada com a “justiça social” (Danto, 2005, p. 167-196, 221-239). Assim, o que a Policlínica de Berlim inicialmente se propôs a praticar como muito articulados – formação dos analistas e expansão da psicanálise – logo se tornaram duas retas diferentes que, no melhor dos casos, foram consideradas paralelas. Por consequência, a psicanálise pós-freudiana, na formação *standard* proposta aos que se interessavam em se tornar psicanalistas, transformou-se em uma ortodoxia e, em sua expansão, acabou sendo um tipo de “boa conselheira”, capaz de dirigir uma série de *doxas* tranquilizadoras aos pais e mães aflitos com seus filhos ou também aos trabalhadores da assistência pública.

De qualquer modo, me detendo, sobretudo, na extensão da psicanálise, não deixa de ser interessante sublinhar que Anna Freud, ao traçar, em 1965, um amplo panorama da “visão psicanalítica da infância”, vai justamente destacar como os analistas tiveram sucesso na transformação do mundo porque: 1) ampliaram o diálogo entre pais e filhos sobre a sexualidade; 2) diminuíram consideravelmente a obstinação das crianças graças a um melhor conhecimento dos problemas da fase anal e a uma educação menos rígida dos esfíncteres; 3) praticamente acabaram com os graves distúrbios alimentares das crianças, uma vez que puderam fazer a amamentação e o desmame mais compatíveis com o que se passa nas pulsões orais; 4) extinguíram várias perturbações do sono porque o combate contra a masturbação infantil e o chupar do dedo tornou-se menos rígido (Freud, 1965, p. 14). Assim, a expansão da terapêutica e das ideias psicanalíticas no mundo trouxeram mais tranquilidade aos corpos e, sem dúvida, não me parece falso o que Anna Freud percebeu: a psicanálise teve uma grande responsabilidade na mudança dos modos de gozar do que é sexual. Porém, o que Anna Freud ainda não havia podido vislumbrar com melhor acuidade<sup>1</sup> é que as contribuições da psicanálise a uma experiência menos hipócrita da sexualidade em nossa vida não nos exime de outros tipos de sintomas, de outras formas de mal-estar.

“Como se comportar com a cultura?”

A orientação lacaniana tem indicado outro caminho. O êxito da psicanálise no mundo pode se mostrar como uma armadilha na qual a própria psicanálise corre o risco de ficar presa. Assim, a desinibição contemporânea já apontada por Anna Freud na segunda metade do século passado se processou graças a uma contribuição da psicanálise, mas essa liberalização da moralidade ainda tem a ver também com o que Jacques-Alain Miller extraiu de Lacan como “a ascensão do objeto *a* ao zênite social” (2004, p. 8). E o inquietante em tal ascensão é que “o discurso da civilização hipermoderna”, muito diferente do que se apresentaria ainda nos tempos de Freud, passa a ter “a estrutura do discurso do analista” (Id., p. 9), isto é, já não haveria mais grandes tensões entre as aspirações da civilização e os modos de gozar descobertos pela psicanálise. Nesse inquietante contexto de nossa época, não me parece excessivo afirmar que o século provavelmente se tornou psicanalítico e – isso é realmente um paradoxo – tal difusão da psicanálise no século não tornou um mar de rosas nem a vida dos analistas, nem o futuro de nossa prática... Mas ainda é importante notar que não se trata de uma transformação completa do século em um tempo psicanalítico porque, por mais que haja convergência – e não mais simplesmente avesso e anverso – entre os termos que compõem o discurso analítico e o discurso da civilização hipermoderna, uma diferença capital entre estes dois discursos é sublinhada por Miller: a civilização apresenta como dispersos os elementos que “apenas na psicanálise, na psicanálise pura” são postos de forma ordenada (Id., p. 10).

O que Lacan nomeou de “psicanálise pura” tem, então, uma importância capital para a política da psicanálise hoje em dia e, por isso, no final deste texto, vou comentar brevemente dois sonhos relatados por uma psicanalista que conseguiu dar prova de sua relação com o mais puro que a terapêutica psicanalítica pode alcançar. Entretanto, para realmente realçar o que se produz em uma psicanálise pura, me parece importante esclarecer um pouco mais como se deu essa “ascensão do objeto *a* no zênite da civilização”. Assim, sublinho que, no início da última década de 70, Lacan forjou um termo – *lathouses* (traduzido para o português como “latusas”) – graças a sua inserção na subjetividade da época e a uma espécie de implantação de Heidegger em Freud através das línguas francesa e grega, uma vez que em *lathouses* se aglutinam *la Chose* (“a Coisa”), *les choses* (“as coisas”) e ainda *alethéia* (“verdade”) (Freud, 1895; Heidegger, 1946, 1950). Com a invenção desse

termo, Lacan quis nomear “essas coisinhas e gadgets” que cada vez mais tomam o espaço e o tempo de nossas vidas, esses objetos sem os quais parece que não vamos conseguir mais viver porque são “feitos para causar... desejo” (Lacan, 1969-70, p. 174, 189). E insistindo em seus jogos com as palavras para extrair o que é real em nosso entretenimento com as *lathouses*, Lacan não deixa de nos assinalar que, se *lathouse* rima com *ventouse* (“ventosa”), é porque “há vento ali dentro” desses objetos, “muito vento”, e “vento da voz humana” (Id., p. 189).

Se a psicanálise de orientação lacaniana nos permite “uma melhor aproximação da *lathouse*” e “acalmar um pouquinho” nossas relações com esses objetos terrivelmente encantadores, é justamente porque lhes extrai a “voz humana” que neles foi encerrada e que é uma voz áfona. Trata-se então – como política da psicanálise hoje – de fazer ouvir essa voz sem som do canto dessas sereias contemporâneas chamadas *lathouses*, sereias que são tão silenciosas e terrivelmente encantadoras como aquelas que Kafka nos pôde fazer escutar em sua versão reduzida da Odisseia (Kafka, 1989, p. 51-52).

Portanto, após uma ocasião em que havia falado neste meio de comunicação de massa que é a rádio – e justamente neste meio pelo qual se fazem ouvir vozes – Lacan nos oferece uma instigadora resposta a uma questão de grande importância para a política da psicanálise hoje em dia. A questão “Como se comportar com a cultura?” é então formulada por ele e logo respondida da seguinte forma: diante de um público amplo como aquele de uma rádio, “por que justamente não elevar o nível proporcionalmente à pressuposta inaptidão – que é pura presunção – desse campo? Por que baixar o tom? A quem vocês têm que aglomerar?” (Lacan, 1969-70, p. 215). Quando se lê “Radiofonia” e “Televisão” (Lacan, 1970, 1973), é ainda notável como Lacan realmente não fazia “concessões” em seu estilo barroco frente ao “grande público”. Sua proposta me parece inserir-se na mesma via apontada por Oswald de Andrade, escritor modernista brasileiro: “a massa terá de comer a massa fina do biscoito que fabrico”.

Interessa-me sublinhar que, na resposta de Lacan, encontramos o verbo “aglomerar”, tradução do francês *attrouper*, isto é, formar uma tropa, uma massa homogênea e dirigível. Assim, quando os analistas se põem a falar para as massas ou quando, em nossos consultórios privados e nas instituições públicas, trabalhamos para a extensão da psicanálise, não se trata de nos

propor como novos significantes-mestre capazes de aglomerar as pessoas. A extensão da psicanálise de orientação lacaniana não deve ser feita com o lançamento de “palavras de ordem”, ainda que essas palavras sejam proferidas, assim como já ocorreu na história da psicanálise, como se fossem conselhos, orientações educativas, esclarecimentos para o público em geral... Ao contrário, inclusive nos meios de comunicação de massa, trata-se de mantermos o nível alto não no sentido de nos fazermos incompreensíveis, mas no sentido de ampliar o tom do que é voz áfona nas *lathouses* tão presentes em nossas vidas, sobretudo hoje em dia. E nessa ampliação, nessa extração de voz, trata-se de capturar o mais próprio de cada um, trata-se de dar lugar, como nos indicou Dominique Laurent, não ao que faz tropa, mas ao que se pode apresentar como exceções (Laurent, 1998).

O mestre – sublinha-nos Lacan, não sem nos fazer notar que o próprio inconsciente também é mestre – “joga com... o cristal da língua” (1969-70, p. 178). Neste jogo, nosso próprio ser é capturado porque, por exemplo, Lacan nos faz escutar, na palavra francesa *maître* (mestre), as ressonâncias de um *m'être* (“ser-me”) e de um *m'être à moi-même* (“ser-me para mim mesmo”). Entretanto, inclusive quando nos extrai essas ressonâncias do mestre a propósito da designação de nosso próprio ser, Lacan não deixa também de jogar com o cristal da língua, mas nesse jogo muitas vezes irônico é mais para um *desêtre* (“des-ser”) – para uma destituição do ser – que Lacan aponta. E é justamente neste percurso rumo ao des-ser que a psicanálise pura se mostra indispensável: sem passar por tal destituição e difundi-la além deles mesmos, os psicanalistas sempre correm o risco de produzir *standard* e orientações massificadas onde deveriam dar lugar muito mais a exceções.

O não reciclável

Há muito tempo, quando as *lathouses* ainda não existiam de fato, eram os santos que ascendiam ao zênite da civilização. Em seu jogo com o cristal da língua, em uma época em que este zênite começava a sofrer o que hoje podemos chamar de uma superpopulação de *lathouses*, Lacan ousou falar – e justamente na televisão – do santo, comparando-o, não sem ironia, aos analistas (Lacan, 1973, p. 518-520). Nesta comparação, interessava-lhe, justamente, a relação com o dejetivo, com o resíduo, isto é, com o “des-ser” (*desêtre*). Em um mundo cada vez mais envolvido com o que pode ser útil

inclusive em sua própria inutilidade (é o que encontramos em muitos *gadgets*, em várias *lathouses*), trata-se, então, para Lacan, de capturar o que faz as vezes de resíduo e, parece-me importante agregar, de resíduo que não pode ser reciclado.

Do testemunho relativamente recente de uma A. E. (Analista da Escola), nomeada pelo Cartel da Escola Brasileira de Psicanálise, destacarei dois sonhos, nos quais encontrei, se é que posso dizer assim, dois modos de fazer-se resíduo: no primeiro, um dejetivo ainda reciclável, em contraposição ao segundo.

No primeiro sonho, um cachorro faz um cocô que, graças ao jogo do mestre-inconsciente com o cristal da língua, é ao mesmo tempo – reciclagem bem sucedida!, própria ao trabalho dos sonhos – um patê. Desse primeiro sonho, destaque, então, essa *lathouse* "incontornável" que é o cocô-patê de um cachorro. A interpretação recebida do analista não é menos um jogo com o cristal da língua, mas diferente do que faz o inconsciente porque não tem a função de reciclar infinitamente o sentido e, seguida de um corte na sessão analítica, é ainda destacado da trama-ficção do sonho e deflagra o que evoquei como o des-ser: "você é este patê", disse o analista à analisante.

Com essa interpretação analítica, o que estava áfona na *lathouse* cocô-patê de um cachorro se amplifica, se faz escutar como voz humana nas mais diversas posições do ser a que essa analisante se sujeitou ao longo de sua vida: "fazer-se 'patê' (para ser tida), fazer-se 'pavê' (para ser vista), fazer-se 'pá cumê' (para ser comida), fazer-se 'pá tudo'" (Holck, 2007, p. 36). E ainda foi possível à analisante extrair, das ressonâncias da *lathouse* cocô-patê de um cachorro amplificadas pela interpretação analítica, o termo psicanalítico *pas tout* ("não-todo"), com o qual Lacan se refere às relações do gozo feminino com o falo. Mas essa analisante terá que fazer ainda um longo percurso, ao longo de sua vida e de sua própria análise, até alcançar realmente seu modo de ser *pas toute* e graças a uma experiência mais radical com um dejetivo reciclável.

Para cingir algo dessa experiência, abordarei um segundo sonho, feito depois do pedido de entrada no dispositivo do passe da Escola Brasileira de Psicanálise. Sem dúvida, esse sonho nos mostra um resíduo que não tem mais as virtudes recicláveis da *lathouse* cocô-patê de um cachorro e, ainda mais, assinala um *savoir y faire*, um saber lidar com essa substância nomeada por Lacan como "gozo". Nesse sonho, essa que agora é uma A.E. (Analista da

Escola) se encontra dentro de seu próprio corpo e se move entre suas entranhas, carnes, sangue, bÍlis e excremento. Esse corpo despedaçado é ainda servido em uma bandeja, a sonhadora se experimenta como se fosse e estivesse neste corpo e é desperta pelo que ela mesma aponta como “um gozo indescritível, uma pulsão sem sentido” (Holck, 2007, p. 38).

O que me faz tomar esse segundo sonho como uma experiência mais radical de “des-ser” não é simplesmente pelo dejetto se apresentar muito mais escatológico e inquietante que o cocô-patê de um cachorro. A experiência do des-ser se mostra aí mais efetiva porque agora não se trata mais apenas de ser um resto a ser servido para o Outro, mas também de se mover, de sair e entrar pelo que se corporifica como dejetto. E, uma vez que se pode entrar e sair, o próprio objeto-dejetto se mostra oco, tomado por um furo. À compacidade ainda presente no cocô-patê de um cachorro se contrapõe, agora, o furo muito mais próprio à causa do desejo. Portanto, se Lacan nos orienta a “introduzir um pouquinho de ar na função do mais-de-gozar” (1969-70, p. 207) que caracteriza as *lathouses*, o segundo sonho desta A.E. ensina-nos que esse ar não é mais simplesmente aquele das vozes do supereu silenciosamente misturadas no cocô-patê de um cachorro e que foram separadas graças à interpretação analítica, mas do ar que torna leve a causa analítica porque o objeto que a apresenta ao mundo é marcado por um furo que faz dele um dejetto não reciclável.

Se hoje as *lathouses* ascenderam ao zênite de nossa civilização, é porque elas nos convocam a uma experiência de gozo e a vida contemporânea é muito movida pela satisfação pulsional. Assim, o segundo sonho acima comentado é ainda muito oportuno para nos orientarmos na política da psicanálise hoje, porque nos apresenta outra maneira de lidar com a pulsão. E essa apresentação se faz não apenas porque esse sonho é, ele mesmo, relatado no final como uma experiência de gozo, mas porque, como nos disse Ana Lúcia Lutterbach Holck, ele “indica uma ruptura com o semblante e um encontro com o real da Coisa”, mas é um sonho e, como tal, “um artifício” (Holck, 2007, p. 38) ou, por que não dizer, mais um semblante do qual uma analista pôde entrar e sair, mostrando-nos, tal como propôs Lacan, ao final de uma análise, outro modo de “viver a pulsão” (Lacan, 1964, p. 246).

A “ascensão do objeto a” ao zênite social impõe que nossa civilização seja cada vez mais tomada por compulsões: as drogadições, o “consumismo”, o

“individualismo”, a bulimia, a anorexia, a obesidade são alguns dos sintomas que encontramos hoje em nossas clínicas e que giram ao redor de objetos cheios de promessas de satisfação. Portanto, se tais compulsões não deixam de ser modos de viver a pulsão, reciclando sem parar as satisfações sintomáticas, é importante que a política da psicanálise, inclusive na extensão de nossos campos de intervenção, seja norteadada pelo objeto oco e não reciclável que somente a psicanálise pura nos permite cingir: é ao redor de um tal vazio que, como nos mostra Ana Lúcia Lutterbach Holck, outro modo de viver a pulsão terá lugar.

Tradução: Isabel Collier do Rêgo Barros.

#### Nota

1. Digo que lhe faltou “melhor acuidade” porque Anna Freud chegou mesmo a notar que o que não responde propriamente ao avance da “educação analítica” do mundo é o *anxiety*, ou seja, esse nome inglês para o que Freud preferiu chamar de *angst*, isto é, a angústia; entretanto, Anna Freud não me parece extrair grandes consequências dessa sua observação.

#### Referências bibliográficas

- DANTO, Elizabeth A. (2005) *Freud's free clinics, Psychoanalysis & social justice*. New York: Columbia University Press, 2005.
- FOUCAULT, Michel. (1970) “The atrum philosophicum”, in FOUCAULT, M. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994. Vol. II.
- FREUD, Anna. (1965) *Infância normal e patológica. Determinantes do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, 2ª ed.
- FREUD, Sigmund. (1918) “Linhas de progresso na terapia analítica”, in Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. Vol. XVII, p. 199-211.

FREUD, Sigmund. (1926) "Inibições, sintomas e ansiedade", in Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. Vol. XX, p. 107-200.

FREUD, Sigmund. (1933) "A questão de uma *Weltanschauung*", in Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. Vol. XXII, p. 193-220.

FREUD, Sigmund. (1895) "Projeto para uma psicologia científica", in Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. Vol. I, p. 381-517.

HEIDEGGER, Martin. (1950) "La chose", in *Essais et conférences*, Paris: Gallimard, 1958, p. 194-218.

HEIDEGGER, Martin. (1946) 'Aléthéia (Heraclite, fragment 16)', in *Essais et conférences*, Paris: Gallimard, 1958, p. 311-341.

HOLCK, Ana Lucia Lutterbach. (2007) 'Relato', in *Opção Lacaniana*, São Paulo: Eólia, n. 50, dezembro 2007.

JONES, Ernest. (1955) *The life and work of Sigmund Freud*. New York: Basic Books, 1963, 13th printing. Vol. 2, p. 197-205.

KAFKA, Franz. (1989) 'O silêncio das sereias', in *Nas galerias*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

LACAN, J. (1964) *Le séminaire, livre XI: les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*. Paris: Seuil, 1963.

LACAN, J. (1969-70) *Le séminaire, livre XVII: l'envers de la psychanalyse*. Paris: Seuil, 1991.

LACAN, J. (1970) 'Radiophonie', in *Autres écrits*. Paris: Seuil, 2001, p. 403-447.

LACAN, J. (1973) 'Télévision', in *Autres écrits*, Paris: Seuil, p. 509-545.

LAIA, Sérgio. (2003) 'A prática analítica nas instituições', in HARARI, Angelina; CÁRDENAS, Hortensia e KRUGER, Flory (org.). *Os usos da psicanálise, Primeiro Encontro Americano do Campo Freudiano*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003, p. 69-82.

LAURENT, Dominique. (1998) 'La contingence des exceptions', in MILLER, J.-A. (org.). Conversation sur le significant-maître. Paris: Agalma/Seuil, 1998, p. 39-42.

MILLER, Jacques-Alain. (2004) 'Uma fantasia', in Opção Lacaniana, São Paulo: Ed. Eólia, n. 42, fev/2005, p. 7-18.

Recebido em: 03/01/2010; aceito em: 19/02/2010.

Received in: 01/03/2010; accepted in 02/19/2010.

## Ditadura da homogeneidade ou direito ao gozo autista do sintoma?

## Dictature of homogeneity or the right to an autistic enjoyment of the symptom?

*Tania Coelho dos Santos*

Pós-doutorado no Departamento de Psicanálise da Universidade de Paris VIII  
Professora Associada Nível III no Programa de Pós-graduação em Teoria  
Psicanalítica/UFRJ  
Pesquisadora do CNPQ nível 1 C  
Presidente da Associação Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o  
contemporâneo  
Psicanalista da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de  
Psicanálise  
[taniacs@openlink.com.br](mailto:taniacs@openlink.com.br)

### Resumo

Se, ao contrário, a travessia do fantasma – enquanto disjunção entre \$ e objeto *a* – permite alcançar um gozo do phallus enquanto fluxo vital que não pode ser negativizado, ainda podemos falar de verificação ou de demonstração do fim da análise? Seria o testemunho de uma mutação do gozo algo que pode ser verificado, algo que permite que se certifique que a análise já atingiu seu objetivo? Tentarei explicitar meu impasse, já que não desejo abandonar esta relação do passe lacaniano com a ciência.

*Palavras-chave:* travessia do fantasma, objeto *a*, fim de análise, mutação do gozo.

### Abstract

If the crossing of the phantasm – in the sense in which it is a separation between \$ and object *a* – moves towards an enjoyment of the phallus as vital flow that can't be annulled, so can we consider the possibility of a verification of the end? Is the testimony of a mutation in the enjoyment something that can be verified and that allows us to ensure that the treatment has finished successfully? Since I do not want to abandon this relation of the lacanian pass to science, I'll try to explain my impasse.

*Key words:* crossing of the phantasm, object *a*, end of analysis, mutation of enjoyment.

Nesse momento de refundação do passe, eu, que sempre defendi o dispositivo de verificação do final da análise, não quero abandonar sua relação com a ciência. Ressalto a seguinte nota de Jacques-Alain Miller, na aula número nove do curso “Coisas de fineza na psicanálise”:

“O passe foi concebido por Lacan como um exercício de palavra, como uma história da análise, como um relatório de seu resultado que convida a dar conta dos efeitos de sua verdade, aos quais se adicionava a distância tomada em relação ao gozo localizado de *a*, a ruptura do fantasma: como os efeitos de verdade ter-se-iam acumulado em saber, e como, correlativamente, o fantasma ter-se-ia encontrado fraturado. Portanto, aquele que fora chamado a testemunhar era um sujeito fraturado: o sujeito que aprendeu a distanciar-se do gozo torna-se portanto, capaz de, por assim dizer, uma verdade externa ao gozo. Eis porque Lacan podia dizer: neste nível isso pode ser científico. Porque o sujeito era capaz de uma palavra esvaziada de gozo, em todo caso, esvaziada do fantasma e, por isso mesmo, do gozo, logo, ele podia testemunhar sobre o saber extraído do seu fantasma. Então, o sujeito do passe seria supostamente, quando Lacan o inventou, o sujeito separado de seu gozo, que pode, - entre aspas - objetivá-lo e distanciar-se dele” (Miller, 2008-09, aula 9).

Se, ao contrário, a travessia do fantasma – enquanto disjunção entre  $\$$  e objeto *a* – permite alcançar um gozo do phallus enquanto fluxo vital que não pode ser negativizado, ainda podemos falar de verificação ou de demonstração do fim da análise? Seria o testemunho de uma mutação do gozo algo que pode ser verificado, algo que permite que se certifique que a análise já atingiu seu objetivo? Tentarei explicitar meu impasse, já que não desejo abandonar esta relação do passe lacaniano com a ciência.

Esforço-me para reavaliá-la à luz das novas concepções sobre o fim da análise – como enunciadas por Jacques-Alain Miller em seu curso intitulado *Coisas de fineza em psicanálise* – que, diferentemente da travessia do fantasma -, define-se pelo encontro de um ponto inalcançável ao sentido, insensível à interpretação do analista.

Minha questão surge de uma problematização legítima da função do dispositivo do passe na nossa cultura psicanalítica atual? Ou será que ela advém de uma mutação no campo do meu próprio gozo que me impõe um

recuo diante do valor real da fala e um deslizamento em direção à escrita. Esses dois pontos de vista podem ser convergentes?

O gosto hipermoderno pela avaliação generalizada parece propagar por novos meios, a ditadura da transparência do sujeito a si próprio e aos seus pares, na civilização. Somos tratados pelos poderes disciplinares como individualidades homogeneizadas (Miller, 2004). O direito ao segredo, à privacidade, à esfera íntima – na sociedade da informação – cede seu lugar ao imperativo de dizer e mostrar. A realidade psíquica é chamada a exibir-se no *reality show* dos meios de comunicação. A outra face do avaliacionismo é o crescimento do gosto pela exibição de si. Um questionário pode ser vivido como uma versão de uma entrevista concedida a um especialista. Os testemunhos dos passantes fazem oposição ou acentuam essa tendência cultural?

São difundidos na mídia padrões duvidosos de normalidade, engendrados por um discurso psiquiátrico menos semiológico e mais epidemiológico, que inventou o “homem médio”. Falsa ciência baseada em avaliações estatísticas. Sabemos muito bem que Freud ousou incluir a esfera mais íntima do sujeito no campo da *Weltanschauung* científica. A perspectiva científica lhe permitiu estender o campo do que se entendia por subjetividade para incluir nele o universo, até então desconhecido, das pulsões e do inconsciente. Lacan soube apropriar-se da antropologia estrutural, da linguística e da lógica matemática, deformando-as para elucidar o real em jogo nas estruturas do inconsciente.

O seguinte axioma - “o sujeito sobre o qual a psicanálise opera não pode ser senão o sujeito da ciência” (Lacan, 1965-66, p. 858) – estabelece o laço necessário entre o advento da ciência e a descoberta do inconsciente. É importante não creditar à ciência ou à universidade o gosto avaliacionista atual. A propagação desse gosto me parece ter suas raízes na versão mais contemporânea do capitalismo que promete “controles de qualidade mais rígidos sobre todas as modalidades de produção” em nome do respeito aos “direitos do consumidor”. É essa a transparência que se quer fomentar: a da “satisfação homogênea do consumidor”.

Vivemos sob a ditadura de falar de si, mostrar-se, confessar-se. Freud foi o primeiro a comandar que se “diga tudo...”, segundo o imperativo da regra fundamental da psicanálise. Mandamento impossível! Ele sabia colher o lapso, a hiância, a falha que se opunha ao cumprimento dessa injunção. Ele nos ensinou a reconhecer o sujeito lá onde se manifesta, sempre velado, o desejo inconsciente. Por essa razão, não existe uma teoria do final da

análise em Freud. A análise é interminável, tanto quanto o desejo é sempre velado. Para Freud, o saber é sempre suposto.

Para Lacan, diferentemente, toda análise é didática, pois a transmissão de um saber suposto e singular sobre o inconsciente conduz, sempre que a experiência é levada até o fim, à produção de um analista. O passe, primeiramente definido como atravessamento do fantasma, foi redefinido por J.-A. Miller como uma mutação no campo do gozo. Na travessia do fantasma, o sujeito do significante seria destituído para só se reconhecer no objeto *a*. Neste momento, o Outro com o qual o neurótico joga seu jogo fantasmático, o Outro que demanda sua castração revela-se inexistente. O Outro que não existe é o da verdade, do sentido. Quando se chega a este ponto – no qual o Outro da linguagem, da palavra, do desejo, da verdade, deixa de existir – não há mais nada a dizer. Se o gozo, ao contrário, não puder ser negativizado, o Outro passa a existir na condição de um corpo suposto gozar. Este S não barrado não pode ser dito. Só pode ser escrito. Poderia ele ser verificado através de um dispositivo fundado em um escrito?

Sigo os vestígios da tese de Miller em *Conciliabule d'Angers* quando ele afirma que: “O dispositivo do passe foi primeiro um instrumento para-universitário” (Miller, 1996, p. 60), pois tem uma afinidade de estrutura com o relatório de uma tese para uma banca. Trata-se, para Lacan, seu inventor, da demonstração e da verificação de um possível final de análise. Um analista precisaria fazer um esforço à mais – teórico e científico - de construção de seu próprio caso. Há duas razões para isso. Primeiramente, trata-se de reconduzir o analista que terminou sua análise a fazer um retorno, do saber suposto ao saber exposto. Em segundo lugar, trata-se de contribuir para a solução dos impasses cruciais da teoria e da clínica psicanalítica. Sempre aproximei o testemunho do passante das “Construções em análise” propostas por Freud (1937) como uma solução para o problema do final da análise. Diferentemente de Freud, eu acredito que Lacan deixou para o analisando a tarefa de construir a lógica do seu próprio caso.

Nesta inovação no campo da ciência consistiria o verdadeiro segredo da aposta lacaniana no final da análise. Se isso é o mais essencial na questão do passe, porque não avançar no sentido de formular novos dispositivos para capturar as mutações do gozo? Avanço um pouco mais minha proposição, interrogando qual é a mutação do gozo em jogo na travessia do fantasma. Primeiramente, quando, na experiência, produziu-se a travessia do fantasma – quer dizer, uma separação entre (\$) e (a) – existirá, ao

mesmo tempo, uma mutação no campo do gozo? A passagem do saber suposto ao saber exposto não seria uma versão dessa mutação? O fantasma, ao contrário, não podemos atravessá-lo completamente porque a conjunção entre (S1) e o objeto a no sinthoma não pode ser separada. O sinthoma é equivalente ao phallus – significante do gozo que não pode ser negativizado. Ele designa a substância gozante, aquilo que é ôntico, aquilo que é. O sinthoma é a testemunha do fato de que o inconsciente é real e não ficcional. É uma substância gozante, opaca ao sentido, sobre a qual a interpretação não tem nenhum efeito. Quando a análise chega ao final, o estatuto conceitual do gozo se modifica: passamos do gozo-do-excesso e do gozo-sofrimento, ao gozo-satisfação. Neste ponto, não se trata de decifrar um sentido cifrado no sinthoma nem de produzir um efeito terapêutico, mas de obter uma “mutação de gozo” com o sinthoma. Espero poder dar uma pequena contribuição à elucidação desse aspecto. Retomo o curso de orientação lacaniana por meio desta citação:

“O falasser é certamente o ser, que só é ser por falar – quando não se fala não se é um ser -, mas, o falasser é essencialmente o ser, que fala de seu gozo, gozo este que é a razão principal de seus ditos” (Miller, 1996, p.60).

O ser falante é, sem dúvida, um ser que não é um ser, senão porque fala. Quando escrevemos no lugar de falar, não somos mais um ser? Nisso reside meu impasse. No que se refere ao fim lógico de minha análise, o espessamento sinthomático de minha retórica me impulsiona a demonstrá-lo me apoiando na escrita e não na palavra. À medida que a lógica se impõe, tenho menos vontade de falar. Como interpretar essa mutação? Será que o véu do pudor envolveu o furo do gozo impossível de dizer? Silêncio! Isto me levou a produzir um *Witz*, uma forma neológica de referir-me ao meu ser da escrita. Lá onde o inconsciente falassério, o real morre de rir.

Eis porque eu penso que se pode testemunhar apoiando-se na escrita e não na fala. Se o dispositivo do passe se propõe a verificar o real incurável e irreduzível do sinthoma, é preciso uma abertura para a singularidade dos gozos autistas. Não se pode submeter todo mundo ao mesmo dispositivo como fazemos na universidade. Como professora na universidade e analisanda durante mais de trinta anos, fui confrontada – ao final de minha análise – com o surgimento de um gosto novo pela escrita, em lugar da hegemonia da fala. Como continuo sendo psicanalista e profundamente

científica, penso que minha histeria se rebela contra o gosto atual pela exibição de si.

Avanço minha interpretação sobre o que teria sido o encontro com o phallus simbólico na singularidade do meu percurso: uma mudança no nível do gozo com o excesso e do sofrimento. Suponho que osso de meu fantasma cifrado no imperativo autista de “não vender a alma para o diabo” transformou-se num outro imperativo diferentemente autista: “não fale, escreva!”

Com base no que me aconteceu ao final de minha análise, ousou propor que a AMP se abra para a pesquisa de um dispositivo de verificação do fim da análise baseado em relatos e construções feitas por escrito. No que me concerne, a queda da voz do falasser- objeto que sustentou a demanda de amor ao longo de minha análise - deu lugar ao surgimento de um gozo sinthomático com a escrita (Coelho dos Santos, 2010), insubordinado ao campo da fala. Onde havia mal-estar no mal-entendido entre os seres sexuados – surgiu uma nova satisfação com a escrita.

Eu justifico meu ponto de vista lembrando as palavras de Miller:

“O passe do ser falante, não é testemunhar a travessia do fantasma, é a elucidação da relação com o gozo, de como o sujeito mudou sua relação com aquilo que não muda, seu modo de gozar, e, como ele elaborou as variações da verdade, seu caminho de mentira. É o testemunho de uma fracasso, muito mais do que de um sucesso, talvez, da obtenção de uma satisfação, da qual é preciso dizer que ela é, não se demonstra (Miller, 1996 p.60).

Será que tornar-se um *escrevesser* não seria uma prova de que houve uma falha, e ao mesmo tempo, uma nova solução?

Aposto que a invenção de novos dispositivos está mais à altura de um processo de avaliação verdadeiramente científico, e mais adversário dos procedimentos homogeneizantes e pseudo científicos que dominam nossa cena cultural.

### Referências bibliográficas

COELHO DOS SANTOS, T. (2010) “Lá onde o inconsciente falassério, o real morre de rir”, in **Opção Lacaniana**, São Paulo: Ed. Eólia, n.58, out. 2010, p. 147-159.

FREUD, S. (1937) "Construções em análise", in Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1977, vol. XXIII, p. 291-304.

LACAN, J. (1965-66) « La science et la verité », in Écrits. Paris : Seuil, 1966, p. 855-877.

MILLER, J.-A. (1996) Le conciliabule d'Angers. Paris: Agalma/Seuil, 1997.

MILLER, J.-A. (2004) «L'ere de l'homme sans qualités», in La Cause freudienne, Paris: Diffusion Navarrin Seuil, 2004, n. 37, p. 73-97. Publicação em português: (2004). "A era do homem sem qualidades", in aSEPHallus, n. 1. Aulas de 14 e 21/01 e 04/02/2004, de Orientação Lacaniana III, 6, curso ministrado no quadro do Departamento de Psicanálise de Paris VIII e da Seção Clínica de Paris Saint Denis. Disponível para download em [http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero\\_01/traducao.htm](http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_01/traducao.htm)

MILLER, J.-A. (2008-09) Choses de Finesse dans la psychanalyse. Cours du Département de Psychanalyse Paris VIII, seção I e II. Inédite.

Recebido em 24/10/2009; aceito em 13/11/2009.  
Received in 10/24/2009; accepted in 11/13/2009.

## Dictature de l'homogénéité où droit à la jouissance autistique du sinthome?

## Dictature of homogeneity or the right to an autistic enjoyment of the symptom?

*Tania Coelho dos Santos*

Post-doctorat au Département de Psychanalyse à Paris VIII

Professeur Associée niveau III au Troisième Cycle en Théorie Psychanalytique

Chercheuse au CNPQ niveau 1 C

Présidente de l'Association Noyau Sephora pour la recherche sur le moderne et contemporain

Psychanalyste de l'École Brésilienne de Psychanalyse et de l'Association Mondiale de Psychanalyse

[taniacs@openlink.com.br](mailto:taniacs@openlink.com.br)

### Resumé

Si la traversée du phantasme - en tant que disjonction entre \$ et objet a - va dans la direction d'une jouissance du phallus en tant que flux vital impossible de négativer, est-ce qu'on peut encore parler de vérification de la fin? Est-ce témoigner d'une mutation de la jouissance quelque chose qui se laisse vérifier et permet d'assurer que l'analyse a été menée jusqu'au bout? Comme je ne veux pas abandonner ce rapport de la passe lacanienne à la science, j'essaye de déployer mon impasse.

*Mots clé:* traversée du phantasme, objet a, fin d'analyse, mutation de la jouissance.

### Abstract

If the crossing of the phantasm – in the sense in which it is a separation between \$ and object a – moves towards an enjoyment of the phallus as vital flow that can't be annulled, so can we consider the possibility of a verification of the end? Is the testimony of a mutation in the enjoyment something that can be verified and that allows us to ensure that the treatment has finished successfully? Since I do not want to abandon this relation of the lacanian pass to science, I'll try to explain my impasse.

*Key words:* crossing of the phantasm, object a, end of analysis, mutation of enjoyment.

En ce moment de refondation de la passe, moi, qui ai toujours défendu ce mécanisme de vérification de la fin de l'analyse, je m'interroge sur son rapport à la science. J'ai retenu cette remarque de Jacques-Alain Miller sur le désir de Lacan; je cite la leçon numero IX:

«La passe a été conçue par Lacan comme un exercice de parole, comme un récit de l'analyse, comme un compte-rendu de résultat, qui invite à faire le compte des effets de vérité, à quoi s'ajoutait la distance prise par rapport à la jouissance localisée de *petit a*, la rupture du fantasme : comment les effets de vérité s'étaient accumulés en savoir et comment corrélativement le fantasme s'était trouvé fracturé. Donc, celui qui était appelé à témoigner, c'était un sujet fracturé : le sujet en tant qu'ayant pris ses distances avec la jouissance, et donc capable, si je puis dire, d'une vérité hors-jouissance. Et c'est pourquoi Lacan pouvait dire : A ce niveau-là ça peut être scientifique. Parce que ce sujet est capable d'une parole nettoyée de la jouissance, en tout cas nettoyée du fantasme et, par là, de la jouissance, et donc il peut témoigner du savoir extrait de son fantasme. Alors, le sujet de la passe était supposé, quand Lacan l'a inventé, être le sujet séparé de sa jouissance, qui a pu – entre guillemets – l'objectiver, s'en distancier» (Miller, 2009, leçon 9).

Si la traversée du phantasme - en tant que disjonction entre \$ et objet a - va dans la direction d'une jouissance du phallus en tant que flux vital impossible de négativer, est-ce qu'on peut encore parler de vérification de la fin? Est-ce témoigner d'une mutation de la jouissance quelque chose qui se laisse vérifier et permet d'assurer que l'analyse a été menée jusqu'au bout? Comme je ne veux pas abandonner ce rapport de la passe lacanienne à la science, j'essaie de déployer mon impasse.

Je m'efforce à la réévaluer par rapport à la nouvelle perspective de la fin d'analyse – tel que Jacques Alain Miller l'a avancé dans «Choses de Finesse dans la psychanalyse» - qui, de façon différente de la traversée du phantasme – se définit par la rencontre d'un point opaque au sens, insensible à l'interprétation de l'analyste.

Sur la position que je cherche à déployer ici devant vous, je me pose la question suivante. S'agit-il d'un questionnement légitime sur la fonction du dispositif du passe dans notre culture psychanalytique actuelle? Ou d'une

mutation dans le champ de ma jouissance qui m' impose un recul devant la valeur réelle de la parole et un glissement vers l'écriture? Ces deux points de vue, j'essayerai de les faire converger.

Le goût hypermoderne pour l'évaluation généralisée semble propager par de nouveaux moyens, la dictature de la transparence du sujet envers soi-même et ses pairs dans la civilisation. Nous sommes traités par les pouvoirs disciplinaires comme des «individualités homogénéisées» (Miller, 2004). Le droit au secret, à la vie privée, à la sphère intime – dans la société d'information – cède sa place à l'impératif de tout dire et de tout montrer. La réalité psychique est appelée à se donner en spectacle dans le *reality show* des médias. L'autre face de l'évaluationnisme est la croissance du goût pour l'exhibition de soi. Un questionnaire peut être vécu comme une version d'un interview accordé à un expert. Les témoignages des passants font-ils opposition où écho à cette tendance culturelle?

Sont diffusés dans les médias des standards douteux de normalité engendrés par un discours psychiatrique scientifique - moins sémiologique et plus épidémiologique - qui a inventé «l' homme moyen». Pseudo science fondée sur des évaluations statistiques de comportements et de représentations de soi même parmi les individus dans la collectivité. Ce qui ne les intéresse pas sont justement les dimensions: du désir inconscient et du réel de la pulsion. Nous savons fort bien que Freud a osé inclure la sphère la plus intime du sujet dans le champ de la *Weltanschauung* scientifique. De cette façon il a pu étendre le champ de ce qui s'entendait par subjectivité pour y inclure l'univers - jusqu'à l'instant inconnu - des pulsions et de l'inconscient. Lacan a su s'approprier de l'anthropologie structurelle, de la linguistique et de la logique mathématique en les déformant pour élucider le réel en jeu dans les structures de l'inconscient.

Il a soutenu le rapport du sujet de l'inconscient – un sujet sans qualités – à la science. Je vous rappelle que: «Dire que le sujet sur quoi nous opérons en psychanalyse ne peut être que le sujet de la science, peut passer par un paradoxe» (Lacan, 1965-66, p. 858) - est un axiome lacanien qu'établit le lien entre l'avènement de la science et la découverte de l'inconscient. C'est bien pourquoi, à mon sens, on ne peut pas créditer à la science ou à l'université le goût pour l'évaluation qui est en vogue de nos jours. La propagation de ce goût me semble débiter dans la version la plus moderne du capitalisme qui promet «des contrôles de qualité plus rigides sur toutes les modalités de production» au nom du respect pour «les droits du

consommateur». Il s'agit bien d'une volonté de transparence, celle qui pourra assurer le droit à la «satisfaction homogène du consommateur»

Nous vivons sous la dictature de tout dire, tout montrer et tout avouer. Freud a été le premier à commander que l'on dise tout selon la règle cardinale de la psychanalyse. Il savait recueillir le lapsus, la béance, l'échec qui empêcha à ce que l'on puisse obéir à cette injonction. Il nous a appris à reconnaître le sujet là où il se manifeste, toujours voilé, comme un désir inconscient. C'est pour cette raison qu'il n'existe pas une de théorie de la fin de l'analyse dans Freud. L'analyse est interminable, dans la même mesure que le désir est toujours voilé. Pour le dire en lacanien, chez Freud, le savoir est pour toujours supposé.

Lacan, différemment, a avancé la proposition selon laquelle toute analyse est didactique, puisque la transmission d'un savoir supposé (et singulier) sur l'inconscient conduit - à chaque fois que l'expérience analytique est menée à bout - à la production d'un analyste. La passe, définie premièrement comme la traversée du phantasme, a été rédéfinie par J.-A. Miller comme une mutation dans le champ de la jouissance. Dans la traversée du phantasme le sujet du signifiant serait destitué pour seulement reconnaître son être dans l'objet a. En ce moment, l'Autre avec lequel le névrosé joue sa partie phantasmatique, l'Autre qui demande sa castration se révèle inexistant. L'Autre qui n'existe pas est celui de la vérité, du sens. Quant on arrive à ce point là - celui dans lequel l'Autre du langage, de la parole, du désir, de la vérité cesse d'exister - il n'y a plus rien à dire. Si, la jouissance, par contre, ne peut pas être négative donc, l'Autre existe en tant qu'un corps supposé jouir. Ce S non barré ne peut pas être dit. Il ne peut que s'écrire. Peut-on le vérifier par le biais d'un dispositif cadré sur un écrit?

Je suis les traces de la thèse de Miller dans le *Conciliabule d'Angers* quand il affirme que le dispositif de la passe a débuté comme un instrument universitaire ou para-universitaire (1996, p. 60). Il y avait une affinité au niveau de ça structure d'exposition entre soutenir une thèse devant un jury et la passe. Il s'agissait, par Lacan qui l'a proposée, de la démonstration et de la vérification de la fin d'une analyse. Un analyste devrait produire un effort en plus - à mon sens théorique et scientifique - pour construire son propre cas. Il y avait, pour cela, deux raisons. Il s'agissait de reconduire l'analyste qui a fini son analyse à faire un retour, du savoir supposé au savoir exposé. Et, il s'agissait d'une contribution à la solution des impasses cruciales de la théorie et de la clinique psychanalytique. J'ai toujours approché la fonction du témoignage du passant aux «Constructions en

analyse» proposées par Freud (1937), comme une solution au problème de la fin de l'analyse. A mon sens, Lacan, différemment de Freud, aurait laissé à l'analysant la tâche de construire la logique de son cas.

Le véritable secret - c'est mon point de vue - du pari lacanien sur la fin de l'analyse consisterait de cette innovation dans le champ de la science. Si cela reste l'essentiel de l'affaire de la passe, pourquoi ne pas avancer dans le sens de formuler des nouveaux dispositifs pour capturer les mutations de la jouissance?

J'avance un peu plus ma proposition, interrogeant la mutation de la jouissance en jeu dans la traversée du phantasme. Premièrement, quand, dans l'expérience, s'est produite la traversée du phantasme - c'est à dire, une séparation entre (\$) et (a) – il y a, d'emblée, une mutation dans le champ de la jouissance? Le passage du savoir supposé au savoir exposé ne serait-il pas une version de cette mutation? Cependant, le phantasme, nous ne pouvons le traverser complètement parce que la conjonction entre (S1) et l'objet a dans le sinthome ne peut être séparée. Le sinthome est équivalent au phallus – signifiant de la jouissance qui ne être négative. Il désigne la substance jouissante, ce qui est ontique, ce qui est.

Le sinthome est le témoin du fait que l'inconscient est réel, et non pas fictionnel. C'est une substance jouissante, lieu d'une jouissance opaque au sens, sur laquelle l'interprétation n'a plus aucune prise. Quand l'analyse touche à sa fin, le statut conceptuel de la jouissance se modifie: on passe de la jouissance de l'excès et de la jouissance-souffrance à la jouissance-satisfaction. À ce point, il ne s'agit plus de déchiffrer un sens chiffré dans le sinthome ni de produire un effet thérapeutique, mais d'obtenir une "mutation de jouissance" avec le sinthome. C'est à l'élucidation de cet aspect que j'espère donner une très petite contribution. Je reprends le cours d'orientation lacanienne par cette citation:

«Le parlêtre, c'est sans doute l'être, qui n'est être que de parler – quand on ne parle pas on n'est pas un être –, mais le parlêtre, c'est essentiellement l'être, qui parle de sa jouissance, disons même ça en complément d'objet direct, l'être, qui *parle sa jouissance*, dont la jouissance est la raison dernière de ses dits» (Miller, 1996, p. 60).

C'est là où réside mon (im) passe. En ce qui concerne la fin logique de mon analyse, j'ai éprouvé un épaissement progressif de ma rhétorique. Plus je deviens logique, moins j'ai envie de parler comme si le voile de la pudeur

saisissait d' une façon plus serrée le trou de la jouissance impossible à dire. Silence! Cela m'a poussé à produire un *Witz*, une façon néologique de faire référence à mon être d'écriture. Je suis le «falassério» celui qui parlessérieux, ça veut dire un parécrit, un scriptète.

Voici pourquoi j'aimerais témoigner en m'appuyant sur l'écriture et non pas sur la parole. Si le dispositif de la passe se propose encore à vérifier le réel incurable et irréductible du sinthome, il faut une ouverture vers la singularité des jouissances autistiques. On ne peut pas soumettre tout le monde au même dispositif. Professeur à l'université et analysante il y a plus de trente ans, j'ai été confrontée, à la fin de mon analyse, au surgissement de ce nouveau goût pour l'écriture à la place de l'hégémonie de la parole.

J' avance par cela une interprétation de ce qui serait la rencontre du phallus symbolique dans la singularité de mon parcours: il s' agit d'un changement au niveau de l'impératif de jouissance. Je suppose que l'os de mon phantasme chiffré dans l'impératif autistique de «ne pas vendre l'âme au diable», s'est transformé dans un autre impératif également autistique: «ne parle pas, écris»!

D'après ce qui m'est arrivé à la fin de mon analyse, j' ôse proposer que l'AMP s'ouvre à la recherche d'un dispositif de vérification de la fin de l'analyse basée sur les récits et les constructions faites par écrit. En ce qui me concerne, la chute de la voix du parlêtre – objet qui a soutenu ma demande inépuisable d'amour dans la position hysthérique tout au long de la cure analytique – a donné lieu au surgissement d'une nouvelle jouissance sinthomatique de l'écriture (Coelho dos Santos, 2010). Là où il avait du malaise dans ma position rebelle devant le mal-entendu propre au champ du langage – est advenue une nouvelle satisfaction autrement rebelle, au goût pour l'exhibition de soi dans la parole.

Je justifie mon point de vue en rapellant les paroles de Jacques-Alain Miller:

«La passe du parlêtre, ça n'est pas témoigner d'une traversée du fantasme, c'est l'élucidation du rapport à la jouissance, de comment le sujet a changé par rapport à ce qui ne change pas, son mode de jouir, et de comment se sont élaborés pour lui les variations de sa vérité, son chemin de mensonge. Et donc c'est le témoignage d'un ratage plutôt que d'une réussite, sinon dans l'obtention d'une satisfaction, dont il faut dire qu'elle est, car elle ne se démontre pas» (Miller, 1996, p. 60).

Est-ce que devenir un scriptète ne serait un preuve du ratage et au même temps d'une nouvelle solution?

Je parie que l'invention de nouveaux dispositifs est plus à la hauteur de l'inspiration scientifique de la passe et à l'opposition de la dictature scientifique, pseudo scientifique des procédures d'évaluation e d'homogénéisation qui dominent notre scène culturelle.

#### Références

COELHO DOS SANTOS, T. (2010) "Lá onde o inconsciente falassério, o real morre de rir", in Opção Lacaniana, São Paulo: Ed. Eólia, n.58, out. 2010, p. 147-159.

FREUD, S. (1937) « Construições em análise », in Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1977, vol. XXIII, p. 291-304.

LACAN, J. (1965-66) « La science et la verité », in Écrits. Paris : Seuil, 1966, p. 855-877.

MILLER, J.-A. (1996) Le conciliabule d'Angers. Paris: Agalma/Seuil, 1997.

MILLER, J.-A. (2004) « L'ere de l'homme sans qualités », in La Cause freudienne, Paris: Diffusion Navarrin Seuil, 2004, n. 37, p. 73-97. Publicação em português: (2004). "A era do homem sem qualidades", in aSEPHallus, n. 1. Aulas de 14 e 21/01 e 04/02/2004, de Orientação Lacaniana III, 6, curso ministrado no quadro do Departamento de Psicanálise de Paris VIII e da Seção Clínica de Paris Saint Denis. Disponível para download em [http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero\\_01/traducao.htm](http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_01/traducao.htm)

MILLER, J.-A. (2008-09) Choses de Finesse dans la psychanalyse. Cours du Département de Psychanalyse Paris VIII, seção I e II e IX. Inédite.

Reçu 24/10/2009; accepté le 13/11/2009.  
Recebido em 24/10/2009; aceito em 13/11/2009.  
Received in 10/24/2009; accepted in 11/13/2009.

## Precariedade do final da análise no século XXI e valor ético do testemunho analítico

### The precariousness of the end of analysis in the twentieth century and the ethical value of the analytic testimony

Clotilde Leguil

Psicanalista

Membro da École de la Cause freudienne

Psicóloga clínica e professora de filosofia

Doutora em Filosofia

Autora de: *Les Amoureuses, voyage au bout de la féminité*, Seuil, 2010

Préfaces des nouvelles traductions de Freud au éditions du Seuil, *Le Malaise dans la civilisation* (trad. B. Lortholary) et *Totem et Tabou* (trad. D. Tassel), Points Seuil,

2010

Contribution à *L'Anti-livre noir de la psychanalyse*, sous la direction de J.-A. Miller,

Seuil, 2006

*La Pensée éthique contemporaine* (avec J. Russ), *Que sais-je ?*, PUF, 2008.

[clotildeleguil@free.fr](mailto:clotildeleguil@free.fr)

#### Resumo

Na época do *storytelling* e da mercantilização do íntimo, do empuxo ao testemunho generalizado, que lugar conceder aos testemunhos dos analisantes na ocasião das últimas Jornadas da Escola da Causa Freudiana e aos testemunhos públicos de passe nas escolas de psicanálise lacanianas? O valor desses relatos de si não corre o risco de se perder, uma vez que o espírito do tempo de fato convida qualquer um a desvelar seus segredos, a falar publicamente de sua sexualidade e de seus amores, de suas angústias e de suas inibições? Os filhos de Freud e de Lacan devem responder a esta exibição do íntimo, ainda que em nome de uma boa causa?

*Palavras-chave:* psicanálise, final de análise, *sinthoma*, gozo, Analista da Escola.

#### Abstract

In days of *storytelling* and merchandising of privacy, of a general imperative to self manifestation, what role should be given to the testimonies of analysands during the last journeys of the École de la Cause Freudienne and to the public testimonies of the pass in

the Lacan oriented schools of psychoanalysis? Isn't he values of these stories of self at risk of being lost when the spirits of the times invites practically everyone to talk publicly of their sexuality and their relationships, of their anxieties and inhibitions? Must the children of Freud and Lacan respond to this exhibition of the privacy, even if for a good cause?

*Key words:* psychoanalysis, end of analysis, symptom, *jouissance*, analyst member of the École.

Na época do *storytelling* e da mercantilização do íntimo, do empuxo ao testemunho generalizado, que lugar conceder aos testemunhos dos analisantes na ocasião das últimas Jornadas da Escola da Causa Freudiana e aos testemunhos públicos de passe nas escolas de psicanálise lacanianas? O valor desses relatos de si não corre o risco de se perder, uma vez que o espírito do tempo de fato convida qualquer um a desvelar seus segredos, a falar publicamente de sua sexualidade e de seus amores, de suas angústias e de suas inibições? Os filhos de Freud e de Lacan devem responder a esta exibição do íntimo, ainda que em nome de uma boa causa?

Primeiramente, de que se falou nas últimas Jornadas de novembro? Falou-se de si ou de psicanálise? Nós falamos do que o "si" se torna no curso de uma análise e, assim, é de psicanálise pura, em ato, de que tratávamos. O que se destacou na cena não foi o eu inchado de orgulho e de falsidade, mas um sujeito provando, através de um relato inédito sobre uma relação com o que não se pode dizer em outro lugar na sociedade, a saber, a relação com um trauma inaugural que introduziu cada um de nós na lógica da pulsão de morte.

Portanto, os relatos de si nas Jornadas da École de la Cause, de novembro de 2009, sobre "Como nos tornamos analistas hoje no século XXI", nos incentivaram a um esforço de poesia e de demonstração no que se refere a um trabalho psicanalítico – cuja duração mais frequente ultrapassa uma década. Elas foram, assim, da ordem de uma sublimação e, como o mostrou Lacan, a sublimação comporta também uma dimensão social no sentido de que a obra exerce uma função sublimatória somente se ela é reconhecida. Saber falar de uma psicanálise, preservando inteiramente um pudor sem o qual nós atravessaríamos esta experiência prisioneiros de um grande mal-estar – para as mulheres –, foi uma criação. Se nós vivemos em uma época onde, como já diagnosticava Robert Musil, as experiências são separadas dos sujeitos que as vivenciam para se tornar experimentações sociais, os testemunhos das Jornadas respondem de forma subversiva na época do "tudo avaliável" dando a palavra a

analísantes, até então sem voz na comunidade analítica, para dizerem o que é uma experiência analítica inseparável do sujeito que a vivencia. Assim, sessões curtas, pontuações, interpretações equivocadas e perturbação da defesa formam analisantes capazes de dizer alguma coisa disso em seu nome.

Em seguida, o valor ético dos relatos de passe reside nos efeitos de orientação que eles produzem sobre as análises em curso. Os testemunhos de passe nos falam desta relação de um sujeito com o que fracassa e que continuará de alguma forma a fracassar, enquanto a mercantilização do íntimo nada quer saber da Coisa, nos falando falsamente do que logra êxito.

Estes testemunhos restauram, assim, uma dignidade ao relato de si numa época onde isto está entre as mãos da vulgaridade e da obscenidade. Estes relatos falam-nos com delicadeza e fineza das meditações, por vezes extravagantes, as quais o próprio sujeito se pergunta se pode compartilhar com seu público, pois talvez não sejam do gosto de todo mundo, considerando que recuperam um empreendimento que não se baseia em nenhum exemplo e cuja execução não terá jamais imitador. Os relatos do passe talvez sejam no século XX e no século XXI o que as *Meditações* foram no século XVII, as *Confissões* no século XVIII e a poesia no século XIX. Eles têm o mesmo valor poético e demonstrativo, lá onde toda poesia e toda demonstração foram arruinados pela coisificação dos seres a serviço do mercado.

Mas este valor ético se articula também à precariedade do fim da análise no século XXI. No momento em que não é mais questão de travessia do fantasma, nem de uma ultrapassagem que permita conceber o final da análise como um segundo nascimento, isto é, de retornar a seu passado dizendo “ufa, terminado!”, mas é questão de sinthoma, de gozo não negativável, de restos que jamais desaparecerão, de algo que se esvazia e se abrandava, mas pode também aproveitar uma nova contingência para recuperar todas as suas forças. Enfim, no momento em que o gozo ou a pulsão de morte, intrincados ao logos, são desativados sem, todavia serem eliminados, permanecendo prontos para saltar novamente sobre a presa no instante em que as forças que permitem resistir baixem a guarda, este final de análise instala inevitavelmente o sujeito em uma situação de precariedade ontológica. Pois este fim não é da ordem de uma certeza matemática, de uma intuição da verdade à maneira como Descartes teve a intuição jubilatória de um “Eu penso, eu existo!”, mas, sobretudo, da ordem de um “Eu penso logo eu gozo”, como enunciou Jacques-Alain Miller em seu

curso *Coisas de fineza*, e, por consequência, de uma restauração de uma experiência sem verdadeiro ponto de apoio. Experiência que, assim mesmo, se acabou, não havendo, contudo, nenhuma razão para se alegrar. É um fim, mas uma maldição àquele que acreditará um pouco demais, uma maldição àquele que não verá que aonde se gosta do relato, do que ele pôde fazer de sua vida, é lá também que mais se mente a si mesmo por se esquecer do Real, que nunca se deixa reduzir a uma verdade existencial. Lá onde você acreditava ser um bom sujeito que fala, nunca esqueça que você é apenas uma pobre substância gozante...

Esta precariedade do final da análise, da qual resulta logicamente a precariedade do estatuto do Analista da Escola, deveria incitar a prática desta fala inédita como sendo um momento excepcional, que poderia acontecer apenas uma vez nas Jornadas, uma outra vez no Congresso da AMP, para nunca mais se reproduzir. Em seguida, shhh! Silêncio...! Por um lado o analista é mais do que nunca obrigado a falar sobre o final de sua análise no século XXI, a fim de julgar se os fundamentos que ele escolheu são suficientemente firmes, mas, por outro lado, seu relato, que não será do gosto de todo mundo, também não deve ser divulgado para todo mundo. Se a miragem da verdade significa também a precariedade do final da análise, é preciso se deter e pensar nas condições de uma transmissão que não venha redobrar esta precariedade, mas permitir suportá-la atribuindo, talvez, um valor excepcional ao que fica: o de não poder ser nem comparado, nem repetido, mas evocado preciosamente, uma vez, duas, deixando para trás alguns ecos, como vários pequenos feixes de luz que indicam uma passagem secreta. Caberá aos que virão, por sua vez e se desejarem, tomá-los de empréstimo para prosseguir.

Tradução: Flávia Lana Garcia de Oliveira.

Revisão técnica: Marcelo Veras.

## Nota

1. Comunicação proferida no Congresso da AMP «*Semblants et Sinthome*», na plenária «*Aggiornamento de la passe*», sob a presidência de J.-A. Miller, 2ª feira, 26 de abril de 2010.

### Referências bibliográficas

MILLER, J.-A. (2002-03). Un effort de poesie. Cours du Département de Psychanalyse Paris VIII, seção I e II. Inedite.

MILLER, J.-A. (2008-09). Chose de finesse en psychanalyse. Cours du Département de Psychanalyse Paris VIII, seção I e II. Inedite.

Recebido em 20/04/2009; aceito em 03/06/2009.

Received in 04/20/2009; acceptd in 06/03/2009.

## Précarité de la fin de l'analyse au XXI<sup>ème</sup> siècle et valeur éthique du témoignage analytique<sup>1</sup>

### The precariousness of the end of analysis in the twentieth century and the ethical value of the analytic testimony

Clotilde Leguil

Psychanalyste, membre de l'Ecole de la Cause freudienne

Psychologue clinicienne et agrégée de philosophie

Docteur en Philosophie

Auteur de *Les Amoureuses, voyage au bout de la féminité*, Seuil, 2010

Préfaces des nouvelles traductions de Freud au éditions du Seuil, *Le Malaise dans la civilisation* (trad. B. Lortholary) et *Totem et Tabou* (trad. D. Tassel), Points Seuil, 2010

Contribution à *L'Anti-livre noir de la psychanalyse*, sous la direction de J.-A. Miller, Seuil, 2006

*La Pensée éthique contemporaine* (avec J. Russ), Que sais-je ?, PUF, 2008.

[clotildeleguil@free.fr](mailto:clotildeleguil@free.fr)

#### Resumé

A l'époque du *storytelling* et de la marchandisation de l'intime, du *pousse-au-témoignage* généralisé, quelle place accorder aux témoignages des analysants lors des dernières Journées de l'Ecole de la Cause freudienne et aux témoignages publics de passe dans les écoles de psychanalyse lacaniennes ? La valeur de ces récits de soi ne risque-t-elle pas de se perdre alors que l'esprit du temps invite en effet tout un chacun à dévoiler ses secrets, à parler publiquement de sa sexualité et de ses amours, de ses angoisses et des ses inhibitions ? Les enfants de Freud et de Lacan doivent-ils répondre à cette exhibition de l'intime même si c'est pour la bonne cause ?

**Mots-clés:** psychanalyse, fin de l'analyse, sinthome, jouissance, l'Analyste de l'École.

#### Abstract

In days of storytelling and merchandising of privacy, of a general imperative to self manifestation, what role should be given to the testimonies of analysands during the last journeys of the École de la Cause Freudienne and to the public testimonies of the pass in the Lacan oriented schools of psychoanalysis? Isn't he values of these stories of self at risk of being lost when the spirits of the times invites practically everyone to talk publicly of their sexuality and their relationships, of their anxieties and inhibitions? Must the children of Freud and Lacan respond to this exhibition of the privacy, even if for a good cause?

Key words: psychoanalysis, end of analysis, symptom, enjoyment, analyst member of the School.

A l'époque du *storytelling* et de la marchandisation de l'intime, du *pousse-au-témoignage* généralisé, quelle place accorder aux témoignages des analysants lors des dernières Journées de l'École de la Cause freudienne et aux témoignages publics de passe dans les écoles de psychanalyse lacaniennes? La valeur de ces récits de soi ne risque-t-elle pas de se perdre alors que l'esprit du temps invite en effet tout un chacun à dévoiler ses secrets, à parler publiquement de sa sexualité et de ses amours, de ses angoisses et des ses inhibitions? Les enfants de Freud et de Lacan doivent-ils répondre à cette exhibition de l'intime même si c'est pour la bonne cause?

Tout d'abord, de quoi a-t-on parlé aux dernières Journées de novembre? A-t-on parlé de soi ou de psychanalyse? Nous avons parlé de ce que le «soi» devient au cours d'une psychanalyse et donc c'est de psychanalyse pure, en acte, dont il était question. Ce qui est monté sur la scène, ce n'est pas le moi gonflé d'orgueil et de fausseté, mais un sujet s'éprouvant à travers un récit inédit sur le rapport à ce qui ne peut se dire nulle part ailleurs dans la société, à savoir ce rapport à un trauma inaugural qui nous a introduit chacun à la logique de la pulsion de mort. Les récits de soi des Journées de l'École de la Cause freudienne sur "Comment on devient analyste au XXI<sup>e</sup> siècle", de novembre 2009, nous ont donc poussé à un effort de poésie et de démonstration quant à un travail psychanalytique - dont la durée le plus souvent dépassait la décennie. Ils furent ainsi de l'ordre d'une sublimation, et comme l'a montré Lacan, la sublimation comporte aussi une dimension sociale au sens où l'œuvre n'exerce une fonction sublimatoire que si elle est reconnue. Savoir parler d'une psychanalyse, tout en préservant une pudeur sans laquelle nous aurions traversé cette expérience en proie à un grand malaise – pour les femmes - , ce fut une création. Si nous vivons à une époque où, comme le diagnostiquait déjà Robert Musil, les expériences se sont détachées des sujets qui les vivent, pour devenir expérimentations sociales, les témoignages des Journées répondaient de façon subversive à l'époque du tout évaluable en donnant la parole à des analysants jusque là sans voix dans la communauté analytique pour dire ce qu'était une expérience analytique qui n'est pas détachée du sujet qui la vit. Ainsi séances courtes, ponctuations, interprétations équivoques et dérangement de la défense, forment des analysants capables d'en dire quelque chose en leur nom.

Ensuite, la valeur éthique des récits de passe réside dans les effets d'orientation qu'ils produisent sur les analyses en cours. Les témoignages de passe nous

parlent de ce rapport d'un sujet à ce qui rate, et qui continuera en quelque sorte de rater, alors que la marchandisation de l'intime ne veut rien savoir de La Chose en nous parlant faussement de ce qui réussit. Ces témoignages redonnent ainsi une dignité au récit de soi à une époque où celui-ci est entre les mains de la vulgarité et de l'obscénité. Ces récits nous parlent avec délicatesse et finesse de méditations parfois extravagantes dont le sujet lui-même se demande s'il peut les partager avec son public tant elles ne seront peut-être pas au goût de tout le monde, ils relèvent d'une entreprise qui n'eut jamais d'exemple et dont l'exécution n'aura jamais d'imitateur. Les récits de passe sont peut-être au XX<sup>ème</sup> et au XXI<sup>ème</sup> siècle, ce que les *Méditations* ont été au XVII<sup>ème</sup> siècle, les *Confessions* au XVIII<sup>ème</sup>, et la poésie au XIX<sup>ème</sup>. Ils ont la même valeur poétique et démonstrative, là où toute poésie et toute démonstration ont été anéanties par la chosification des êtres au service du marché.

Mais cette valeur éthique s'articule aussi à la précarité de la fin de l'analyse au XXI<sup>ème</sup> siècle. Lorsqu'il n'est plus question de traversée du fantasme et de franchissement permettant de concevoir la fin de l'analyse comme une seconde naissance et de se retourner sur son passé en se disant «ouf, terminé!», mais qu'il est question de *sinthome*, de *jouissance non négativable*, de restes qui ne disparaîtront jamais, de quelque chose qui se dégonfle et s'essouffle, mais peut aussi bien profiter d'une nouvelle contingence pour retrouver toutes ses forces, bref lorsque la jouissance ou la pulsion de mort, intriquées au logos, sont désactivées sans être éliminées pour autant, prêtes à bondir sur leur proie dès que les forces permettant d'y résister baissent la garde, cette fin d'analyse-là installe inévitablement le sujet dans une situation de précarité ontologique. Car cette fin n'est pas de l'ordre d'une certitude mathématique, d'une intuition du vrai à la façon dont Descartes a eu l'intuition jubilatoire d'un «Je pense, J'existe!» mais plutôt de l'ordre d'un «Je pense donc je jouis», comme l'avait énoncé Jacques-Alain Miller dans son cours sur «Les choses de finesse» (2008-09), et par conséquent d'un ravatement de la fin de l'analyse à une expérience sans véritable point d'appui. Et du coup, même si c'est fini, il n'y a aucune raison de s'en réjouir. C'est une fin, mais malheur à celui qui y croira un peu trop, malheur à celui qui ne verra pas que là où il aime le récit qu'il a pu faire de sa vie, c'est là aussi qu'il se ment le plus à lui-même en oubliant que le Réel ne se laisse jamais réduire à une vérité existentielle. Là où tu te prenais pour un beau sujet qui parle, n'oublies jamais que tu n'es qu'une pauvre substance jouissante...

Cette précarité de la fin de l'analyse dont découle logiquement la précarité du statut de l'Analyste de l'École, devrait inviter à faire de la mise en œuvre de cette

parole inédite un moment exceptionnel qui pourrait n'avoir lieu qu'une fois aux Journées, une autre au Congrès de l'AMP pour ne plus jamais se reproduire. Ensuite, chut! silêncio... D'un côté l'analyste est plus que jamais contraint de parler de la fin de son analyse au XXI<sup>ème</sup> siècle, afin de juger si les fondements qu'il a choisis sont assez fermes, mais d'un autre côté, son récit qui ne sera pas au goût de tout le monde ne doit pas non plus être divulgué à tout le monde. Si le mirage de la vérité signifie aussi précarité de la fin de l'analyse, il faut s'attacher à penser les conditions d'une transmission ne venant pas redoubler cette précarité mais permettant peut-être de la supporter en lui donnant la valeur exceptionnelle qui lui revient, celle de ne pouvoir être ni comparée, ni répétée, mais évoquée précieusement, une fois, deux, laissant ensuite après elle quelques échos comme autant de petits éclats de lumière qui indiquent un passage secret qu'il appartiendra aux suivants d'emprunter à leur tour si le cœur leur en dit.

#### Note

1. Communication au Congrès de l'AMP «Semblants et Sinthome», dans la séquence «Aggiornamento de la passe», sous la présidence de J.-A. Miller, le lundi 26 avril 2010.

#### Références

MILLER, J.-A. (2002-03). Un effort de poésie. Cours du Département de Psychanalyse Paris VIII, seção I e II. Inédite.

MILLER, J.-A. (2008-09). Chose de finesse en psychanalyse. Cours du Département de Psychanalyse Paris VIII, seção I e II. Inédite.

Reçu 20/04/2009; accepté le 03/06/2009.  
Recebido em 20/04/2009; aceito em 03/06/2009.  
Received in 04/20/2009; acceptd in 06/03/2009.

## Haveria passe?<sup>1</sup>

### Would there be a pass?

Jacques-Alain Miller

Psicanalista

Diretor do Departamento de Psicanálise / Universidade de Paris VIII

Membro da École de la Cause Freudienne

Fundador da Associação Mundial de Psicanálise

[jam@lacanian.net](mailto:jam@lacanian.net)

#### Resumo

No passe, o saber é talvez sempre suposto. É uma performance, não uma competência. São dois regimes distintos no passe, se ele é regido pelo saber ou pela verdade. O passe não se verifica no nível dos enunciados, mas no da enunciação. Trata-se de alcançar um *dizer* de passe que indicaria o advento do desejo do analista. O último dos *Outros escritos* de Lacan acentua mais a verdade que o saber, e mesmo a verdade mentirosa, ou seja, a ficção de passe. Antes, quando Lacan propunha o passe para nomear os analistas da Escola, ele aparecia como um fato. Há um deslocamento do *fato* de passe à *ficção* de passe. Por isso, neste último escrito, ele evoca, em vez de uma demonstração de saber, uma satisfação, uma experiência de satisfação. “Ficção de passe” não quer dizer que o passe não existe, mas que é mais da ordem da verdade que do saber.

*Palavras-chave:* psicanálise, passe, desejo do analista, analista da Escola, gozo.

#### Abstract

Within the pass, knowledge is probably always supposed. It is a performance, not a skill. The pass follows two different systems, whether it is governed by knowledge or truth. Pass is not verified by the statements, but through what is being stated. It is about reaching a form of stating the pass that would indicate the rise of the desire of the analyst. The last of Lacan's *Autres Écrits* accents truth over knowledge and even privileges the lying truth, also known as, fiction of pass. In the past, when Lacan proposed pass as a mechanism of naming the AEs, it appeared as a fact. A change can be perceived in switching from *fiction* of pass to *fact* of pass. Therefore, in the last writing, he evokes, instead of a demonstration of knowledge, a satisfaction, an experience of satisfaction. “Pass fiction” does not mean that pass does not exist, means it is more of a truth than of a knowledge.

*Key words:* psychoanalysis, pass, desire of the analyst, AE, enjoyment.

Prefiro falar sentado para manter o caráter de conversação de minha proposição e sublinhar que eu não profiro uma teoria – tal como a “Teoria de Turin sobre o sujeito da Escola”<sup>2</sup>, à qual se referia Bernard Seynhaeve – pois esta não me pareceria apropriada a este momento que é o começo de uma nova experiência.

### Propulsão ou retenção

Seria um passe? É a questão diante da qual me reencontrei quinze ou vinte anos após ter sido convidado, antes de optar por uma decisão, ao mesmo lugar - no seio de uma coletividade - para debater esta questão: *é um passe, ou não?* A resposta afirmativa a esta questão leva imediatamente a um julgamento *propulsivo*. Nas circunstâncias atuais, o passante adquire uma notoriedade instantânea. Se o secretariado demora um ou dois dias para transmitir a decisão porque, por exemplo, não consegue imediatamente encontrar um AE nomeado, nos inquietamos: - “o que se passa?”. Há um efeito propulsivo instantâneo da resposta *sim*. O discurso, até então confidencial, se torna público e, se pode dizer que com o *sim*, a cena se abre para o mundo, para o nosso mundinho em todo caso. Delibera-se “às avessas”<sup>3</sup>, nos subterrâneos da École de La Cause Freudienne, no sub-solo da rua Huysmans – na sala da biblioteca - conclui-se por um *sim* e isto se propaga nos quatro cantos do mundo. É muito singular.

Tanto o *sim* é *propulsivo*, quanto o *não* é *retensivo*: retém-se o discurso. O foguete é desmontado e não saímos do lugar. Eu testemunho assim a minha impressão, a minha emoção de retomar este lugar nesta comissão que é verdadeiramente um júri<sup>4</sup> – é assim que Lacan a chamava – que delibera entre o propulsivo e o retensivo. Nós podemos fazer soar os instrumentos<sup>5</sup> ou despedir a orquestra.

Tenho o sentimento – compartilhado, talvez, pelos outros colegas – que isto é novo e é devido à existência de uma Escola Una, que é realmente uma câmara de eco, de *écho-le*<sup>6</sup>; também é devido, sem dúvida, à existência da internet, que abole a distância entre o momento em que se vai dizer *sim* aos propósitos muito íntimos que nos são relatados, e a propagação quase universal desse *sim*.

À certeza antecipada, performance incerta

Voltar ao júri do passe é, portanto, se reencontrar, como Serge Cottet evocava, na posição de juiz, posição que exige uma decisão que responda a questão: haveria um *passe*?

É uma decisão que um analista não tem que tomar na sua prática. O analisante que cogita fazer o passe, marca uma certa independência de seu analista, que começa antes mesmo de sua decisão de se apresentar ao passe. Na ocasião, ele consulta seu analista, que pode tentar retê-lo, ou deixá-lo fazer, mas que não tem a última palavra. Em todo caso - face à questão: haveria *passe*? - o analista do passante cuja análise ainda está em andamento é bastante desprovido, ele pode responder apenas *talvez*. Ora, *talvez*, não é uma decisão. Eu percebo a que ponto eu fiquei tranquilo por quinze ou vinte anos sem ter que ir mais longe que um *talvez*. Ser colocado na posição de dever dizer *sim* ou *não*, muda alguma coisa. Com o *talvez*, o analista deixa o analisante tentar sua sorte, isso, levar em conta os casos em que o analisante se precipita no passe sem lhe demandar sua opinião ou, até, contra a sua opinião.

Parece-me que, na prática, o analista não julga o passe e, menos ainda, quando este é uma *performance*, não uma competência. Digo com segurança, no tom da conversação, mas é uma referência a Lacan. Enunciar “o passe é uma *performance*, não uma competência” tem muitas consequências. Quer dizer primeiramente que, no dia programado, é necessário estar bem disposto. O passe não é um recorde! É muito mais os Jogos Olímpicos.

Do lado do passante, seja qual for o grau de sua certeza ao apresentar-se, trata-se sempre de uma certeza antecipada e, se ela é razoável – o que não é sempre o caso –, há, necessariamente, para ele uma incerteza quanto à sua *performance* no dia programado, posto que muitos fatores e parâmetros entram em jogo: a qualidade dos passadores, sua adequação ao passante, a composição do júri, etc. Estamos portanto, necessariamente, em uma incerteza, visto que o passe não verifica a competência. É uma *performance*. Na “certeza antecipada”, é preciso acrescentar um aspecto, não eliminável para o passante, a saber, a aposta do passe, aposta que nunca se está certo de ganhar.

Há portanto uma aposta do passe que consiste em colocar em jogo sua análise, quer dizer reuni-la como uma unidade, fechá-la como *una*, e fazer dela uma coisa no sentido da aposta de Pascal – onde o sujeito faz de sua vida um aposta, a qual, como sublinha Lacan, já está sempre perdida:

esforça-se para fazer de sua própria análise um objeto pequeno *a*, sob a forma do *agalma*, a fim de que todo mundo reconheça o seu brilho e exclame: “está lindo, é novo”, e mesmo “é um golpe no saber”, como Esthela Solano-Suárez acaba de formulá-lo. Tenta-se fazer de sua análise um *agalma*. Eis, finalmente, o que comanda o passe.

Poder-se-ia sustentar que o passe tem a mesma estrutura que o discurso do analista: o que domina a coisa é a análise tomada como um *agalma*; os passadores estão do lado do sujeito barrado que deve ser comovido pelo dito *agalma*; são a “placa sensível”<sup>7</sup> – a fórmula foi lembrada – desta análise agalmática, cujo produto suposto, esperado, é o S1 do título AE. Reencontramos então as funções do discurso do analista, se seguirmos às cegas estas formas, é notável que o saber que – pelo menos no esquema – suporta este *agalma* é um saber suposto, não um saber exposto.

Se há fracasso no passe, é porque o que se apresentou como sendo *agalma* tornou-se *palea*; resta que este pequeno *a* do passe é um produto do fechamento da análise como *una*, que não se encontra no curso da análise.

Do “saber” de passe a uma satisfação

No passe, o saber é talvez sempre suposto. Relembrar que é uma performance e não uma competência me leva a pensar que há, da mesma forma, dois regimes distintos no passe, se este último é regido pelo saber ou pela verdade.

Há aí uma ambiguidade, pois o projeto inicial de Lacan, em 1967, se referia à elaboração de um saber de passe ao qual ele dava um aspecto quase enciclopédico: ia-se marcar os efeitos, seriar as modalidades – um parágrafo é consagrado a este ponto na “Proposição...” de 1967, ao qual nós atribuíamos grande importância nos primórdios da École de la Cause freudienne.

Entretanto, de fato, entre 1967 e 1980, a aplicação do passe na École Freudienne de Paris não provocou nenhuma elaboração de saber. O balanço foi quase nulo e Lacan o ratificou dizendo que o passe era um “fiasco”<sup>8</sup>, o que se tomou no seu sentido literal; na ausência da acumulação de um saber de passe, podia-se apenas emprestar-lhe consequências.

Então, sobre esta base, na École Freudienne de Paris, procedeu-se de outra maneira. Fizemos um forçamento no sentido do saber de passe, dizendo: “já que um saber do passe era esperado e que todo mundo fez greve durante treze anos – era esse o caso dos caciques da EFP –, nós, nós

vamos passar à produção”. Instituímos por isso nesta Escola uma obrigação de produzir e de ensinar se apoiando sobre o AE e sobre o júri. Periodicamente, esta Escola era, ou é ainda, movida pelo desejo de estender igualmente esta obrigação aos passadores, e mesmo aos analistas que os nomeiam e, eventualmente, aos passantes não nomeados. Todo mundo na produção! Considerando seu ponto de partida de “tomar o avesso”, esta Escola era animada de uma verdadeira paixão da produção. Era produzir, produzir, produzir – Maurice Thorez após a Segunda Guerra mundial.

Mais adiante, no curso dos debates do início deste ano, notou-se com surpresa, com estupefação, que o júri do passe, os cartéis do passe tinham parado de ensinar, ainda que esta obrigação figure nos estatutos do ECF.

Ficamos admirados com o fato de que se viole desse modo a constituição da Escola e que os cartéis caíam numa espécie de afasia, mas, uma vez passado o tempo da censura, diz-se que é talvez um sinal dos tempos, um sinal de que houve um deslizamento do saber de passe à verdade de passe - eu falo do meu estado de espírito, eu não professo, eu não profiro, eu me interrogo.

Meu estado de espírito, regressando ao júri do passe, é que o passe não se verifica no nível dos enunciados – aliás, meus colegas notaram, eu parei de tomar notas –, mas ao nível da enunciação. Trata-se antes de alcançar um *dizer* de passe que indicaria que o desejo do analista adveio. Afinal, o último dos *Outros escritos* de Lacan coloca mais o acento sobre a verdade do que sobre o saber, e mesmo sobre a verdade mentirosa, ou seja, sobre a ficção de passe, enquanto que primeiramente, quando Lacan propunha o procedimento do passe para nomear os analistas da Escola, o passe aparecia antes como um fato. Há, pois, um deslocamento do *fato* de passe à *ficção* de passe. Por isso, neste último escrito ele evoca, em vez de uma demonstração de saber, uma satisfação, uma experiência de satisfação. “Ficção de passe” não quer dizer que o passe não existe, mas que ele é da ordem da verdade antes que do saber.

Se eu não tomo notas – por enquanto, em todo caso, constatei que se eu não era levado a fazê-lo –, é porque eu me pergunto se isso que se chama correntemente “a clínica do passe”, é algo que não está completamente ao alcance de um analista, já que ela não é a clínica tal como ela se elabora quando você é analista e que você trabalha a partir do tratamento que você dirige e não, especialmente, uma clínica do passe.

Assim, uma clínica do passe não está ao alcance do analista ouvir, logo, só se pode ouvir no passe. O que não está ao alcance do analista ouvir quando ele dirige um tratamento? É, precisamente, a báscula da enunciação, quando o analisante vai se pôr a falar a um outro diferente dele, do analista e a uma coletividade. A isso, o analista não tem acesso. É, aliás, frustrante, na ocasião; eu posso dizê-lo, já que no funcionamento que nós adotamos, acontece que o analista do passante não se dirige ao júri, ainda que ele faça parte. Isso aconteceu comigo e eu estava evidentemente muito frustrado de não poder, através do grupo, ouvir o que eu não tinha podido ouvir na análise. Por isso eu pedi à Catherine Lazarus-Matet para me fornecer muito brevemente um pequeno eco, assim... Lacan não se constrangia: ele estava no cartel e ele podia assim ter acesso a isso que não se tem acesso na análise. É isso, me parece, que explica que - mais de quarenta anos depois - o passe continua sendo um x, um desconhecido e que, de qualquer modo, só pode haver passe se ele continua um sendo um x.

O passe é sua interpretação

O passe é, portanto, sua interpretação e, acima de tudo, pelo passante. É este o conceito: não é um conteúdo, não são os enunciados. Se houvesse o saber, haveria o saber conforme. Isso que você não pode esconder no passe, quando você o faz, é a maneira pela qual você, você interpreta o passe. Como Serge Cottet evocou, é a maneira pela qual, falando de uma maneira responsável, você dá consistência ao testemunho.

Alguns interpretam o passe no sentido do condensado que devem fornecer de seus percursos. Para outros, pode ser uma exposição expansiva com uma cronologia ordenada, ou ainda pontilhada, ao contrário. Alguns derivam sua incidência da brevidade, do laconismo. Outros, alcançam uma incidência pela abundância. Certos passantes trazem sua construção e outros, não; às vezes, é um passador que faz a construção no lugar do passante, e se o passador não o faz, é o júri que o faz.

Há tantos passes quanto interpretações de passe pelo passante e, ao mesmo tempo em que este interpreta o passe, ele interpreta muitas outras coisas também: ele interpreta o conceito do inconsciente para ele, o conceito de desejo, o conceito de fantasma... é isto que, precisamente, dá uma indicação sobre o desejo do analista.

Nas novas condições que nós estamos, tais como eu as vejo evidenciadas em minha experiência, eu tinha distinguido outrora<sup>9</sup> – foi lembrado por Patrícia Bosquin-Caroz, eu creio – o passe 1, o passe 2, o passe 3. O passe

1 é o passe na análise, quando se ultrapassou alguma coisa na sua análise. O passe 2 é o procedimento, e o passe 3 é este que se faz diante do público. Eu ordenava isto de maneira sucessiva.

Isto continua, me parece, exato, não fosse o fato de que vejo uma complicação no passe 2, o procedimento, pois ele comporta, evidentemente, uma retroação sobre o passe 1. A perspectiva de fazer o passe, a perspectiva do passe 2, tem uma incidência sobre a análise do analisante que se pode verificar e, no momento em que esta idéia, que o espírito do passe lhe ocorre, se produz portanto uma certa alteração, um certo desvio na análise ela mesma.

Enfim, há também uma retroação do passe 3 sobre o passe 2, para o júri, uma vez que este sabe que sua resposta vai ser propulsiva e que ele não pode apreciar apenas o passe 1, a análise do passante. Ele é obrigado a pensar também no passe 3. Lacan tinha fornecido a definição do AE dizendo que ele podia testemunhar sobre os problemas cruciais da psicanálise, etc., mas não tinha inscrito nenhuma obrigação. A ECF procedeu por um forçamento, que deu lugar à observação memorável de Catherine Lazarus-Matet, segundo a qual esta obrigação constituía apesar de tudo uma espécie de padrão.

Mais-além de alçar ao estrelato (*starification*)

Qual é este padrão? Eu vou lhe dar um nome muito comum, é “estrelizar” o passante (nota da tradução: o substantivo utilizado pelo autor aqui – *starification* – é comum na França atual). No tempo de Lacan havia uma nomeação definitiva do AE sem outra exigência. Na ECF, como era uma nomeação transitória, acrescentou-se o trabalho, de modo que a questão “haveria passe?” se tornou “vamos selecionar este passante para ser uma estrela da psicanálise?”.

Há, no fundo, uma pequena tendência de que o júri do passe seja como o de uma audição ou de um *casting*, na medida em que ele não leva em conta somente o passe 1, mas também o passe 3, no interesse da Escola, da Escola Una, do Campo freudiano, no interesse superior da psicanálise... Este fator, é necessário dizer, é um pouco embaraçoso, pois, como resultado, há também uma retroação do passe 3 sobre o passe 1. Há como uma obrigação de ter o desejo de falar, o desejo de trabalhar. Eu diria até que seria necessário que uma análise leve ao desejo de se exibir, quer dizer que o passe tem alguma coisa do desejo do ator.

Nós tivemos testemunhos em que certos desejos que emergem e encontram sua verdade na análise são de um tipo completamente diferente. Por exemplo, o desejo de ficar oculto, de ficar discreto, etc. O que se faz nestes casos? Este desejo pode eventualmente se articular de uma maneira tal que não nos sentimos seguros para assumir a responsabilidade de alçar ao estrelato (*starifier*) aquele que é animado por este desejo. Portanto, o passe 3 tem uma incidência maior sobre o passe 2 e eventualmente sobre o passe 1.

Apesar destes *impasses*, destas dificuldades e destes paradoxos, o passe permanece indispensável. Primeiramente, ele assegura uma presença da instituição nas análises. Nas sociedades da IPA, esta presença é assegurada por uma ordem hierárquica complexa, pela nomeação de titulares, pela padronização da duração das sessões, pelos controles e as autorizações, etc...; uma ordem muito potente enquadra os analistas. Tal não é absolutamente o caso para os lacanianos, onde a análise é deixada ao sabor de um grande arbitrário, sem este aparelho de controle. O que funciona como o único aparelho de controle potencial é o passe, não como um direito à vigilância, mas como a garantia de que, em todo caso, há um mais-além da sua análise; você pode verificá-lo, e será a ocasião de converter a série de sessões, a sucessão de sessões que constitui a sua análise, em um conjunto.

Este mais-além da análise é sempre ameaçado de ser um Outro do Outro. É assim, em todo caso, para a instituição IPA que é construída como um Outro completo, enquanto que na ECF, é completamente essencial que o júri do passe se apresente como animado de uma certa paixão de ignorância. É necessário que ele se apresente como surpresa. É necessário que ele se apresente como seu próprio furo no saber, como um furo no seu próprio saber, se eu posso dizer, já que o passe é também o júri ao qual se endereça. Se o Outro do passe se colocava do lado do saber do passe, se ele se colocava como um clínico geral, como armado de referências já adquiridas, isto torna o passe muito difícil. É necessário que o júri do passe aceda ao seu próprio desnudamento, que ele aceite e mesmo o manifeste. É necessário que ele se exponha como desprovido e, eu diria mesmo, um pouco confuso. É, aliás, isso nós conseguimos fazer muito bem: se nós juntarmos todos os nossos discursos, realmente, não entramos em acordo! O passe é, portanto, também sua interpretação pelo júri.

Ora, através de suas fendas, seus momentos, seus ciclos, o passe resiste há mais de quarenta anos. Basta considerar o que produziria o desaparecimento do passe para querer preservá-lo. Se não houvesse mais o

passe, poder-se-ia dizer que seria um atentado contra a imagem de uma análise. Ter-se-ia a imagem de uma análise fragmentada, sem alma, se assim posso dizer, no sentido aristotélico, uma análise da qual não se poderia fazer a soma e que estaria à deriva. Assim, através de suas dificuldades, através de nossa própria desorientação é preciso que ele continue, apesar disso, e nós não devemos almejar que ele se aperfeiçoe mais além de nossos meios.

Tradução: Tania Coelho dos Santos e Flávia Lana Garcia de Oliveira.

## Notas

1. Título original do texto: "Est-ce passe?". Publicado na revista *La Cause Freudienne*, numero 75 (Paris: Ed. Navarin, julho / 2010).
2. Intervenção pronunciada na ocasião da jornada da ECF intitulada *A coisa julgada* (11 de abril de 2010, Maison de La Mutualité, Paris). Transcrição: Michel Héraud. Edição: Nathalie Georges-Lambrichs e Pascali Fari. Não relida pelo autor.
3. Referência à exposição de Pauline Prost, publicada neste mesmo número 75 da revista *La Cause Freudienne*, p. 90-91.
4. N.T.: O termo *Jury* é usado, em francês, também com o sentido de banca e não apenas no sentido jurídico, como fazemos em português. Convém ter em mente essa dualidade. Neste artigo eu penso que o mais apropriado é aproximar o júri do dispositivo do passe do júri de um programa de auditório.
5. NT.: A expressão é "dechaîner les grandes orghes".
6. N.T.: No francês *écho-le* e *École* (Escola) têm a mesma pronúncia.
7. Encontramos a expressão "placa sensível" a propósito do escravo do *Ménon* de Platão em Lacan J., *O Seminário, livro XV: O ato psicanalítico*, lição de 29 de novembro de 1967, inédito.
8. Cf. Lacan J. "Conclusion des Assises de l' EFP sur l'expérience de la passe", Deauville, janeiro 1978, in *Lettres de l'EFP*, 1978, nº 23, p. 181; cf. também Lacan J., "Conclusions , intervention dans le IX Congrès de l'EFP sur la transmission", in *Lettres de l'EFP*, nº 25, junho / 1979, p. 219.
9. Cf. Miller J.-A., "La passe bis", in *La Cause freudienne*, nº 66, Paris: Navarin, maio / 2007, p. 209-213.

Recebido em 13/03/2009. Aceito em 25/04/2009.  
Received in 03/13/2009. Accepted in 04/25/2009.

## DDA, TDAH... Nomeações sem sujeito

## ADD, ADHD... Names without a subject

*Rosa Guedes Lopes*

Psicanalista

Doutora em Teoria Psicanalítica / UFRJ

Professora da faculdade de Psicologia da Universidade Estácio de Sá / RJ

Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia

Fundamental

Membro da Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo

[rosa.guedes.lopes@globo.com](mailto:rosa.guedes.lopes@globo.com)

Resenha do livro:

STIGLITZ, Gustavo (compilador). DDA, ADD, ADHD, como você quiser. O mal real e a construção social. Buenos Aires : Grama Ediciones, 2006, 174p.

O distúrbio de déficit de atenção, DDA (em inglês: ADD, *Attention deficit disorder*) - com ou sem hiperatividade, TDAH (em inglês: ADHD, *Attention deficit hyperactivity disorder*) - é, em nossos dias, um dos diagnósticos mais comuns entre as crianças. É, ao mesmo tempo, objeto dos mais diversos pareceres. Por essa razão, o livro compilado por Gustavo Stiglitz chega a tempo de fazer-nos refletir um pouco mais sobre essa nova patologia que "transtorna" o mundo ocidental contemporâneo. Reúne entrevistas e pequenos artigos de autores com diferentes formações acadêmicas – medicina psiquiátrica e neuropsiquiátrica, filosofia, psicologia e psicanálise. Formulam questões importantes que ajudam a pensar não só o valor social desta nova modalidade de adoecimento humano como também os caminhos para tratá-la, além dos interesses que motivam a escolha de um caminho entre outros.

O título do livro já evidencia o ângulo pelo qual este transtorno é abordado: o da proliferação de “siglas que portam uma significação vazia [de sujeito] para nomear diferentes tipos de mal estar” (p. 11). O que determinará, então, a decisão de trata-lo ou não e também o modo como isso será feito? Essa decisão fica a cargo do objeto com o qual se escolhe preencher esse vazio semântico.

O DDA “é um significante novo [...] para onde convergem interesses e efeitos da ciência e do mercado” (p. 14). Como efeito, delinea-se claramente a oposição entre uma clínica que reflete uma concepção deficitária, representada pelo conceito de transtorno, e a orientação psicanalítica lacaniana do sintoma enquanto produção que funda uma subjetividade. À primeira correspondem duas categorias - ter ou não ter o transtorno – e também a necessidade da medicalização como meio de responder rapidamente à demanda de adaptação e regulação do que não anda conforme o esperado (p. 14). À segunda, importa muito mais fazer aparecer a particularidade subjetiva desaparecida sob os rótulos que nomeiam, classificam os sujeitos sem dar lugar à subjetividade. Aqui a intervenção farmacológica deve ser a menor possível para que os sintomas não desapareçam sem que se interroge o destino pulsional da libido que não é usada pelo sujeito para ‘prestar atenção’ (p. 17).

Trata-se de uma escolha: a) tomar o ‘mal’ como passível de ser domesticado pela medicação que não considera a singularidade da criança e nem as ‘razões’ da doença (p. 26), ou b) sua leitura em “termos de laço ou não-laço com o Outro” e de excesso pulsional. Nesta via, a hiperatividade e a impulsividade podem ser entendidas como “manifestações de um corpo mal regulado pelo simbólico” (p. 17).

Diante da escolha, Dr. Jaime Tallis, neuropediatra, é categórico: “a medicalização desresponsabiliza” – “usar o metilfenidato sem provocar uma mudança nos métodos educativos, na motivação” ou, em termos psicanalíticos, no campo do desejo, não permite alcançar todos os resultados que se espera no tratamento desta “patologia que tem a ver com o psicológico” (p. 39 e 37). Os tratamentos cognitivos de conduta partem de concepções “que ignoram o psiquismo, afirmam que não existe uma psique e que somos uma massa de reflexos. E algo sustentado em uma concepção como essa não terá respeito nem pelo subjetivo nem pelo individual” (p. 42).

Mónica Prandi, por sua vez, desenha um cuidadoso caminho teórico no qual traça a hipótese de que oTDAH é “um nome para a falha da função da inibição”. A autora mostra que o recalque da sexualidade é o responsável pelo progresso do aparelho mental e pela instalação, ali, da possibilidade da atenção. O desenvolvimento da capacidade de atenção é o que permite suspender apura e simples descarga motora, que não se orienta por um objeto particular e responde com ações inadequadas ao contexto (p. 65), e substitui-la pelo tempo de compreender que constitui um eu “capaz de alimentar catexias intencionais”. Se a inibição, como “função que detém o movimento”, “que amarra a estrutura”, não é levada a cabo “haverá uma falha que produz o gozo da inibição” (p. 66). “No nível do eu, a inibição mostra a expansão do território da defesa, e não do recalque e de seus efeitos de retorno” (id.).

Por outro viés, Juan Felipe Arango (p. 69-73) fala do aumento do uso do metilfenidrato (*Ritalina*) pelos adultos – fenômeno crescente que também é abordado em outros artigos - para mostrar os efeitos contrários da medicalização da hiperatividade sobre a produtividade: no lugar de favorecer a produção nas empresas, a hiperatividade assumida e medicada não leva à produtividade. Os sujeitos que declaram sua condição de portadores de TDAH já não podem sofrer repreensões ou ações disciplinares sem que estas ganhem colorações discriminatórias. Diante de um memorando cobrando um trabalho é possível provar que se sofre de uma “incapacidade documentada” que dá ao sujeito o direito de solicitar um “plano de acomodação especial” (p. 71). Estes efeitos fazem com que as empresas comecem a encontrar uma séria dificuldade com os empregados que alegam sofrer de TDAH. Para estes, os atrasos, o aspecto pessoal e o não cumprimento das regras nos prazos previstos, os esquecimentos e toda conduta que havia causado uma chamada de atenção agora requerem não apenas tolerância, mas também a criação de condições mais apropriadas ao TDAH no próprio lugar de trabalho, além de acomodações físicas razoáveis (Id.). Sob o termo ‘hiperatividade’ ocultam-se “perturbações distintas, manifestações que são vizinhas, mas que possuem causas diferentes” (p. 23). Sem essa distinção de base como suporte de toda compreensão possível deste transtorno, o efeito é o crescimento de uma conhecida figura da contemporaneidade, a do sujeito dos direitos ao qual não corresponde nenhuma responsabilidade.

Silvia Tendlarz, por sua vez, mostra que no TDAH não está em jogo apenas um diagnóstico que levaria a uma discussão terminológica, mas uma

ideologia do que se espera de uma criança, um efeito de mercado de consumo por parte dos laboratórios e uma série de tratamentos condutivos e cognitivistas associados que se apoiam em um mapeamento cerebral. Portanto, a abordagem do TDAH deve interrogar o que é este diagnóstico e sob que perspectiva a psicanálise pode examiná-lo (p. 75).

A autora faz um percurso histórico do nascimento do DDA-TDAH a partir do qual mostra o uso do diagnóstico como correlativo da administração de uma medicação específica que promete o alcance de um rendimento esperado. Em 1962, surge a “disfunção cerebral mínima”. O diagnóstico da síndrome de déficit de atenção aparece em 1980, no DSM III. Em 1987, associa-se à hiperatividade, no DSM III-R, que “considera uma distinção de três tipos de transtorno por déficit de atenção com hiperatividade: com predomínio de intenção, de hiperatividade-impulsividade e um subtipo combinado” (p.76). Nesse período, houve um deslocamento: no lugar do dano cerebral, “aparecem os déficits neuroquímicos considerados passíveis de tratamento através de uma medicação adequada” (p. 77). Para o cognitivismo, o DDA é um transtorno da atividade executiva “derivada da atividade do córtex pré-frontal”. Por isso, a “proposta neurocognitivista parte de medições cerebrais objetiváveis experimentalmente” (p. 78). A disfunção executiva produz alterações cognitivas, que afetam a

“geração de condutas com finalidade, a resolução de problemas, a habilidade para prestar atenção e sua flexibilidade, a inibição de tendências espontâneas que conduzem a um erro, a resistência à distração, a capacidade para manter uma conduta durante um período de tempo relativamente longo e, finalmente, alteram a habilidade para organizar e controlar o tempo” (p. 79).

Transtornos do lóbulo frontal e de suas disfunções produzem sintomas diversos devido à falta de controle sobre a conduta, além de poderem ser encontrados em outras patologias. O conceito de comorbidade, que dá lugar a “uma área crescente dos estudos epidemiológicos em saúde mental” (p. 94), permite que os casos de DDA-TDAH possam ser confundidos com alguns casos de psicose apresentados no DSM-IV: transtornos generalizados do desenvolvimento, síndrome de Asperger e autismo, entre outros (p. 79). No limite, chega-se a considerar que estes déficits podem servir para explicar tanto os sintomas do autismo como os do TDAH. Tendlarz enumera cuidadosamente outras doenças, consideradas dentro da comorbidade para demonstrar que o déficit nunca foi um bom critério

diagnóstico e conduz inevitavelmente ao uso de medicação e a terapias comportamentais paliativas que adestram e medem, dirigindo-se ao sujeito da aprendizagem e nunca ao sujeito do inconsciente. “Reeducação e medicamentos é a combinação que forma parte de uma fórmula que, em nome da ciência, foraclui o sujeito” (p. 81).

A nomeação DDA-TDAH não diz nada sobre a conjuntura subjetiva, sobre a relação do sujeito com a aprendizagem ou sobre um corpo onde a função simbólica não executou bem o seu papel. A criança hiperativa padece de uma dificuldade na operação de separação que retorna no real de seu corpo como uma agitação maníaca tradutora da insuficiência da extração do objeto a. À questão ‘você pode me perder?’, que configura a operação lógica de separação na criança, a resposta que nomeia a verdadeira perda não se refere tanto à atenção ou ao aumento de sua atividade, mas a um retorno no corpo de uma desregulação simbólica. “A falha simbólica dá lugar ao excesso que retorna no corpo, impedindo que a criança mantenha sua atenção ou que possa deter-se durante um tempo suficiente para concluir suas tarefas” (p. 81).

O caso clínico apresentado por Véronique Mariage dá corpo a essa teoria. Nathan, um menino de nove anos, foi diagnosticado por neurologistas como hiperativo e tratado com medicamento psicoestimulante associado a uma psicoterapia e a uma reeducação. No primeiro ano o tratamento alcançou algum êxito, mas fracassou logo depois e o menino passou a se negar a ir à escola. Foi enviado ao *Courtil*<sup>1</sup>. Na primeira entrevista a analista faz sua interpretação incidir sobre o apego do menino aos seus objetos e sobre a dificuldade de separa-se deles. Isso o faz tomar a palavra para queixar-se de que a mãe sempre retira o gato de dentro de casa. A analista, então, pergunta à mãe, que se explicava sobre o quanto é sujo se ter um gato em casa, se ela prestou atenção ao fato de que “o gatinho é Nathan”. Esta intervenção surpreende a mãe e permite-lhe reconstruir uma versão da história de suas dificuldades com o filho, levando-a a se dar “conta de que as dificuldades escolares de Nathan com a escola não eram as mais importantes” (p. 123, 124). Havia algo novo que ela não compreendia. À mudança de posição da mãe correspondeu a possibilidade de tratamento do filho, cujo diagnóstico se desvelou como sendo de psicose. Assim, no lugar da hiperatividade que identificava a criança ao começo surge o sujeito do sintoma. O trabalho preliminar fez com que Nathan entrasse na instituição da maneira correta, permitindo construir a hipótese de que ele teria a possibilidade de um tratamento possível da sua psicose (p. 126).

DDA, TDAH... Nomeações sem sujeito

Rosa Guedes Lopes

O texto de Véronique Mariage vai ao encontro da pergunta que Santiago Rebas formula: quando uma criança é medicada e uma vez que dificilmente é ela quem solicita a medicação, qual é o objeto desta medicação e qual é a sua natureza? (p. 84).

Para responder a essa questão, Ram Mandil lembra o debate de Freud com Wundt em "Psicopatologia da vida cotidiana". Para o fisiologista "os lapsos resultariam de um relaxamento ou ausência de atenção". Freud refuta essa tese em nome do que a experiência psicanalítica lhe ensinou: "os lapsos não resultam de uma diminuição quantitativa da atenção, mas de sua perturbação por um pensamento alheio que a atrai" (p. 96). Mesmo sem ter o objetivo de "traçar as linhas gerais de uma teoria freudiana da atenção", Mandil recorda que, ao tratar do tema da atenção, Freud nunca se desvinculou do investimento libidinal e de suas exigências "perturbadoras" (Id.).

Articulado ao desejo do criador da psicanálise, o livro pretende lembrar aos analistas que, frente aos tratamentos psicológicos, que insistem em abordar a atenção desconectada da sua função libidinal, é necessário restituir aos transtornos de déficit de atenção a sua relação com o objeto a (p. 98).

#### Nota

1. Courtil é uma instituição para tratamento de crianças, jovens e adultos psicóticos ou com patologias neuróticas. Foi fundada em setembro de 1982 por Alexandre Stevens. Está situada na Bélgica, na fronteira com a França, em Lille-Roubaix-Tourcoing.

Recebido em 13/03/2009. Aceito em 19/06/2009.

Received in 03/13/2009. Accepted in 06/19/2009.

## aSEPHallus

Revista eletrônica do NÚCLEO SEPHORA  
de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo

Volume V, N. 10 – mai. - out./2011.

### RELATÓRIO DE GESTÃO

- I – A descrição dos procedimentos de tramitação e arbitragem, bem como as normas de publicação completas encontram-se no link “Instruções aos autores”.
- II – A linha editorial e a *nominata* dos consultores *ad hoc* utilizados no ano pode ser consultada no link “Corpo editorial”.
- III – O intervalo médio entre o recebimento, a aprovação e a publicação de um original é de quatro meses.
- IV – Fluxo de publicação e tiragem (ref.: Ano V, números 9 e 10):

aSEPHallus	
Fluxo de artigos no ano anterior	
Recebidos:	18
Aprovados:	13
Rejeitados:	02
Em avaliação:	03
Publicados:	13
Não devolvidos pelo autor:	00
Tiragem: periódico eletrônico	

- V – Distribuição do periódico:

O periódico é gratuito e veiculado eletronicamente através de malas diretas dirigidas a um público específico (alunos de psicologia, psicólogos, psicanalistas e profissionais afins). É veiculado também, através de mala direta, para bibliotecas das universidades e das instituições psicanalíticas do Brasil.

O periódico não possui sistema de assinaturas ou permutas.

## INSTRUÇÕES AOS AUTORES

### Normas para Publicação de Trabalhos

#### I. Objetivo

A Revista eletrônica aSEPHallus é uma publicação temática, semestral, do Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Ela tem por finalidade publicar artigos originais, nacionais ou estrangeiros, tais como: relatos de pesquisa em psicanálise pura e aplicada, ensaios sobre a formação do psicanalista e do pesquisador em psicanálise, relatos de casos clínicos aprovados pelo comitê de ética da instituição de origem do pesquisador, resenhas e textos relativos à atualidade da teoria, clínica e política de orientação lacaniana.

Todos os manuscritos enviados para publicação devem seguir as normas e critérios de publicação descritos abaixo.

#### II. Critérios para publicação de contribuições

Os artigos teóricos ou clínicos, bem como ensaios ou resenhas e textos sobre a atualidade deverão ser inéditos e serão apreciados pelo Conselho Editorial, segundo o rigor epistemológico, a pertinência clínica e a relevância política para o ensino da psicanálise na universidade e a formação de psicanalistas. O Conselho poderá fazer uso de consultores *ad hoc* a seu critério. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos em um prazo médio de três meses.

Caso sejam recomendadas modificações no texto, o autor será notificado e encarregado de providenciá-las, devolvendo o trabalho reformulado no prazo máximo de quarenta e cinco dias.

#### III. Ineditismo do material e direitos autorais

A inclusão de um manuscrito na revista aSEPHallus implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação nesta revista, a qual terá exclusividade de publicá-las em primeira mão. O autor continuará, no entanto, a deter os direitos autorais para publicá-lo posteriormente na íntegra ou reproduzi-lo parcialmente.

#### IV. Envio do material

O autor deverá enviar o trabalho preferencialmente pela Internet para o editor – Tania Coelho dos Santos - pelo seguinte endereço eletrônico: [taniacs@openlink.com.br](mailto:taniacs@openlink.com.br)

Ou, ainda, pelo correio convencional, também aos cuidados do editor:

Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de psicologia, UFRJ.  
Avenida Pasteur, 250 - Fundos, Urca, Rio de Janeiro-RJ.  
CEP: 22.290-902.

No caso de envio pelo correio convencional, deverá vir acompanhado de uma cópia impressa e a mesma versão gravada em CD.

Todos os artigos deverão ser acompanhados de uma carta de encaminhamento, assinada por um dos autores, atestando que o artigo é inédito e que não fere as normas éticas da profissão. Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo dos seus artigos publicados.

Os autores serão imediatamente notificados, preferencialmente por e-mail, sobre o recebimento do manuscrito pelo Conselho Editorial.

Orientação para a organização do material:

*Folha de rosto identificada* – Título em português e título em inglês, compatível com o título em português. Nome do(s) autor(es), seguido de créditos acadêmicos e profissionais. Endereços postal e eletrônico do(s) autor (es), números de telefone/fax.

*Folha de rosto sem identificação* – Título em português e título em inglês, compatível com o título em português.

*Folha de resumo* – Todos os originais devem conter uma página com dois resumos de mesmo teor, em português e inglês. Caso o manuscrito seja originário de outro idioma que não esses, deverá conter também o resumo na língua de origem. Os resumos devem apresentar os trabalhos com clareza, identificando seus objetivos, metodologia e conclusões. Devem conter entre 120 e 150 palavras. As palavras-chave, expressões que representam o assunto tratado no trabalho, devem ser de três a cinco, separadas por ponto-e-vírgula, nos idiomas dos resumos.

*Texto* – O texto deverá começar em nova página e o título do trabalho estar centrado no topo da mesma. As páginas deverão estar numeradas seqüencialmente. Cada subtítulo deverá ser separado do período anterior por um parágrafo apenas. O texto integral poderá ter o tamanho entre 10 e 30 laudas, espaçamento entre linhas simples, em letra do tipo Verdana, tamanho 11.

Quando o artigo for um relato de pesquisa, além das páginas de Rosto e Resumos, o texto deverá apresentar ainda Introdução, Metodologia, Resultados, Discussão e Referências. Outros subtítulos poderão ser acrescentados, se necessário. Do mesmo modo, em alguns casos, resultados da pesquisa e a discussão sobre eles poderão ser apresentados juntos, embora não recomendemos esta estratégia como regra geral.

Informe, no texto, a inserção de figuras e tabelas que deverão ser apresentadas em anexo.

*Resenhas* – Esta seção abrigará resenhas, revisões bibliográficas, resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de outros relatos.

As resenhas não deverão ultrapassar o tamanho de 3 laudas, com espaçamento entre linhas simples, em letra do tipo Verdana, tamanho 11. Não necessitam vir acompanhadas de resumo e palavras-chave. No entanto, seu título deverá ser traduzido para a língua inglesa. É importante mencionar o título, o autor e todas as

referências do livro resenhado, inclusive o número de páginas. No caso de utilização de citações e referências bibliográficas, as normas serão as mesmas usadas para os artigos.

As revisões bibliográficas, os resumos de dissertações de mestrado e de teses de doutorado e os outros tipos de relatos deverão seguir o padrão estabelecido acima para os textos.

**Padrão das notas** – As notas poderão ser utilizadas em número mínimo, quando forem indispensáveis. Elas serão indicadas por algarismo arábicos no corpo do texto utilizando o modo “sobrescrito” do Word e listadas ao final do texto, antes das Referências Bibliográficas, sob o título “Notas”.

**Anexos** – Figuras, grafos, desenhos, ilustrações, fórmulas, etc., poderão ser anexadas ao texto. Eles devem ser preparados de forma clara e precisa para a editoração, contendo todos os traços, sinais e barras devidamente dispostos.

## V. Citações e referências no corpo do texto

Observe as normas de citação abaixo, dando crédito aos autores e às datas de publicação dos estudos referidos.

### Citações

- **Literais até 3 linhas:** devem ser inseridas no parágrafo entre aspas duplas, sem alterações do tipo de letra, e acompanhadas do nome do autor, ano e página do trabalho de onde foi copiada.

Ex.:

Em 1892, Freud afirma que “transforma-se em trauma psíquico toda impressão que o sistema nervoso tem dificuldades em abolir por meio do pensar associativo ou da reação motora” (Freud, 1892, p. 216).

- **Com mais de três linhas:** devem ser colocadas em parágrafo diferenciado, alinhadas à direita, com recuo de três centímetros à esquerda, entre aspas duplas, em Verdana, tamanho 10. Também deverão ser acompanhadas do nome do autor, ano e página do trabalho de onde foi copiada.

Ex.:

“O desenvolvimento do eu consiste num afastamento do narcisismo primário e dá margem a uma vigorosa tentativa de recuperação desse estado. Esse afastamento é ocasionado pelo deslocamento da libido em direção a um ideal do eu imposto de fora, sendo a satisfação provocada pela realização desse ideal” (Freud, 1914, p. 117).

- Artigo de mais de um autor:

*Artigo com dois autores:* cite os dois nomes sempre que o artigo for referido;

Ex: (Miller et Laurent, 1997)

*Artigo com três a cinco autores:* cite todos na primeira vez em que mencioná-lo; daí em diante use o sobrenome do primeiro autor seguido de *et al.* e da data. No entanto, na seção Referências Bibliográficas, todos os nomes dos autores deverão ser relacionados.

Ex.: (Sarter, Bernston e Cacioppo, 1996) e (Sarter et al, 1996).

*Artigo com seis ou mais autores:* cite apenas o sobrenome do primeiro autor, seguido de *et alli* e data. Porém, na seção Referências Bibliográficas, todos os nomes dos autores deverão ser relacionados.

- Referência a autor sem citação: deverá ser feita no corpo do texto, mencionando somente o sobrenome do autor, acrescido do ano da obra e da página, se houver citação literal do autor.

Ex.: (Freud, 1985), (Freud, 1920, p. 56).

- No caso de textos ou obras cuja edição seja importante, colocar o ano do texto ou da obra seguido do ano da edição utilizada, acrescentando a página, se houver citação literal do autor.

Ex.: (Freud, 1914/2004), (Freud, 1914/2004, p. 113).

- No caso de haver coincidência de datas de um texto ou obra, distinguir com letra (Freud, S., 1895a, 1895b...), respeitando a ordem de entrada no artigo.

- No caso de compilação de textos de um mesmo autor em uma obra, colocar o ano do texto seguido do ano da edição da obra utilizada, bem como da página, se houver citação literal do autor.

Ex.: (Lacan, [1965] 1996, p. 864).

- Citação secundária: trata-se da citação de um artigo mencionado em outra obra consultada, sem que o original tenha sido utilizado no texto.

Ex.: "Freud (1914, *apud* Eiguer, 1998)...". No entanto, na seção de Referências Bibliográficas, citar apenas a obra consultada (no caso, todas as informações sobre Eiguer, 1998).

## VI. Referências Bibliográficas utilizadas

Devem ser colocadas ao final do texto e vir em ordem alfabética, começando pelo último nome do autor em maiúscula, seguido apenas das iniciais do nome ou do nome escrito somente com a primeira letra em maiúscula.

Ex.: FOULCAULT, M.

FREUD, Sigmund.

**Referência a Livros** – sobrenome do autor em caixa alta, iniciais do primeiro nome seguidas de ponto, ano em que foi escrito ou ano da edição entre parênteses, título em negrito. Cidade: editora, ano da edição (se não foi citado no início).

Ex.: LACAN, Jacques. (1969-70) O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.

CANGUILHEM, G. (1977). Ideologia e racionalidade nas ciências da vida. Lisboa: Edições 70.

**Artigo de livro** – sobrenome em caixa alta, iniciais do autor, ano da edição entre parênteses, título entre aspas, seguido de vírgula e da palavra In: (sem itálico) e o título do livro em negrito, nome do coordenador/organizador entre parênteses, cidade, editora, ano da edição.

Ex.: COTTET, S. "Efeitos terapêuticos na clínica psicanalítica hoje", in COELHO DOS SANTOS, T. (Org.) Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada, Rio de Janeiro: Contracapa, 2005, p. 11-40.

No caso de um artigo cuja edição seja importante, colocar o ano do texto ou da obra seguido do ano da edição utilizada.

Ex.: FREUD, S. (1914/2004). "À guisa de introdução ao narcisismo", in Obras completas de Sigmund Freud. Escritos sobre a psicologia do inconsciente – 1911-1915, Rio de Janeiro: Imago, vol. 1, p. 97-131.

**Artigo de revistas** – sobrenome do autor em caixa alta, iniciais do autor, ano da edição entre parênteses, título entre aspas, nome da revista em negrito, cidade: editora, número, volume (se tiver), ano, páginas (usar "p." para o singular e o plural).

Ex.: LACAN, J. "Proposição de 9 de outubro de 1967 – primeira versão", in Opção Lacaniana, São Paulo: Eólia, n. 16, 1996, p. 5-12.

Se a revista for paginada por fascículo, incluir o número do fascículo, entre parênteses, sem sublinhar, após o número do volume.

**Artigo de revista no prelo** – sobrenome do autor em caixa alta, iniciais do autor. No lugar do ano, indicar que o artigo está no prelo. Incluir o nome do periódico em negrito, após o título do artigo. Não mencionar data e número do volume, fascículo ou páginas até que o artigo seja publicado.

**Capítulo ou parte de livro** – sobrenome em caixa alta, iniciais do nome do autor, ano da edição entre parênteses, título da parte entre aspas, inserir In: seguido do título do livro em negrito, cidade: editora.

Ex.: LACAN, J. (1946/1996) "Propos sur da causalité psychique", in Écrits. Paris: Seuil.

*Trabalho apresentado em congresso, mas não publicado:*

Ex.: FERES-CARNEIRO, T. (1998, dezembro). A transformação das relações familiares no mundo contemporâneo. Trabalho apresentado no II Encontro sobre Direito de Família em Discussão, Rio de Janeiro, RJ.

*Trabalho apresentado em congresso com resumo publicado em anais:*

Ex.: RUDGE, A.M. (2000) Pressupostos da "nova" crítica à psicanálise, in Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), Psicologia no Brasil: diversidade e desafios, XXX Reunião de Psicologia. Brasília: Universidade de Brasília, p. 27).

*Teses ou dissertações não publicadas:*

Ex.: ANTUNES, M.C.C. (2002). O discurso do analista e o campo da pulsão: da falta de gozo ao gozo com a falta. Tese de doutorado. Curso de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ.

*Obras retiradas de meios eletrônicos (CD-ROM, disquetes, etc.)* – sobrenome em caixa alta, iniciais do nome do autor, ano da edição entre parênteses, título da obra em negrito, acrescidos das informações relativas à descrição física do meio eletrônico.

Ex.: KOOGAN, A.; HOUAISS, A. (Ed.) Enciclopédia e dicionário digital 98. Direção geral de André Koogan Breikmam. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROM.

*Obras consultadas on line* – sobrenome em caixa alta, iniciais do nome do autor, ano da edição entre parênteses (se houver); título da obra em negrito, acrescidos das informações relativas ao endereço eletrônico apresentado entre os sinais <>, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento precedida da expressão Acesso em:

Ex.: ALVES, Castro. (2000) Navio negreiro [S.l]: Virtual Books. Disponível em <http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegreiro.htm>. Acesso em: 10/01/2002.

*Comunicação pessoal* - cite apenas no texto, dando o sobrenome e as iniciais do emissor e data. Não inclua nas referências.

*Outros casos* – deverão ser citados em conformidade com as normas da ABNT contidas na NBR 10520 e NBR 6023, de 29/09/2002.

## VII. Procedimento referente à recepção de um manuscrito

A apreciação inicial estará a cargo do Conselho Editorial. Se estiver de acordo com as normas e for considerado como publicável pela revista aSEPHallus, será encaminhado para Consultores *ad hoc*. Estes recomendarão sua aceitação para publicação (eventualmente condicionada a modificações que visam melhorar a clareza e objetividade do texto) ou sua rejeição. Cabe ao Conselho Editorial a decisão final sobre a publicação de um artigo. Esta decisão será comunicada ao autor, bem como a data em que será publicado.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de fazer pequenas modificações não substanciais no texto dos autores sempre que isso contribuir para agilizar o processo de submissão ou de publicação dos manuscritos. Os textos poderão sofrer correções gramaticais, adequações estilísticas e editoriais ou, ainda, inserção de notas - Notas de Redação (N.R.) ou Notas do tradutor (N.T.), no caso de textos traduzidos.

Os originais e o disquete e/ou CD enviados pelos autores não serão devolvidos.

#### VIII. Reformulação do manuscrito e processo para submissão final

Quando os manuscritos forem recomendados para aceitação com modificações, seus autores deverão enviá-lo reformulado para o editor, pela Internet, para o seguinte endereço eletrônico: [taniacs@openlink.com.br](mailto:taniacs@openlink.com.br), acompanhado de um informe sobre as alterações realizadas.

Caso o autor não queira realizar as modificações sugeridas, deve justificar sua decisão. Esta mensagem e o manuscrito reformulado serão encaminhados a um dos Conselheiros Editoriais, juntamente com os pareceres dos consultores *ad hoc* e a versão original do manuscrito para uma avaliação final.

#### IX. Roteiro para a emissão de parecer Ad Hoc

Título do trabalho \_\_\_\_\_

O título é pertinente?

sim  não      sugestões \_\_\_\_\_

O resumo é adequado?

sim  não      sugestões \_\_\_\_\_

As palavras chave são adequadas?

sim  não      sugestões \_\_\_\_\_

A linguagem é clara e sem ambigüidades e jargões?

sim  não      sugestões \_\_\_\_\_

As articulações teórico-clínicas são precisas?

sim  não      sugestões \_\_\_\_\_

A revisão da literatura é suficiente e as referências corretas?

sim  não      sugestões \_\_\_\_\_

A metodologia de investigação é adequada ao objeto?

sim  não      sugestões \_\_\_\_\_

As conclusões são pertinentes e bem fundamentadas?

sim  não      sugestões \_\_\_\_\_

O trabalho está de acordo com as normas da nossa publicação?

sim  não

O trabalho é original ou relevante?

sim  não    justifique seu parecer \_\_\_\_\_

O trabalho deve ser:

aceito     aceito com reformulações     recusado

Justificativa do parecer \_\_\_\_\_